

○ NEOLIBERALISMO SUL-AMERICANO
EM CLAVE TRANSNACIONAL:
enraizamento, apogeu e crise



Hernán Ramírez
Organizador

Coleção
ESTUDOS HISTÓRICOS
LATINO-AMERICANOS
e-book

1

OKOS
EDITORA

 EDITORA UNISINOS

O neoliberalismo sul-americano
em clave transnacional:
enraizamento, apogeu e crise

Criada em 2012, a Coleção EHILA lançou, até o momento, dez volumes impressos. Pensando principalmente na publicação de coletâneas, inauguramos neste momento a série E-book da Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos.

Hernán Ramírez
Organizador

O neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise

E-book
Vol. 1



2013

© 2013 – Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau – Cx. P. 1081
93121-970 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848 / Fax: 3568.7965
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

Coleção *Estudos Históricos Latino-Americanos – EHILA – E-book*

Direção:

Paulo Roberto Staudt Moreira (Coordenador do PPGH-Unisinos)
Maria Cristina Bohn Martins (Linha de Pesquisa Sociedades Indígenas, Cultura e Memória)
Hernán Ramiro Ramírez (Linha de Pesquisa Poder, Ideias e Instituições)
Marcos A. Witt (Linha de Pesquisa Migrações, Territórios e Grupos Étnicos)

Conselho Editorial:

Eduardo Paiva (UFMG)
Guilherme Amaral Luz (UFU, Uberlândia, MG)
Horácio Gutierrez (USP)
Jeffrey Lesser (Emory University, EUA)
Karl Heinz Arenz (UFPA, Belém, PA)
Luis Alberto Romero (UBA, Buenos Aires, Argentina)
Márcia Sueli Amantino (UNIVERSO, Niterói, RJ)
Marieta Moraes Ferreira (FGV, Rio de Janeiro, RJ)
Marta Bonaudo (UNR)
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Roland Spliesgart (Ludwig-Maximilians-Universität München)

Editoração: Oikos

Revisão: Organizador

Capa: Juliana Nascimento

Imagem da capa: Erny Mugge

Arte-final: Jair de Oliveira Carlos

N438	O neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise / Organizado por Hernán Ramirez. – São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013. v. 1 (350 p.); 14 x 21cm. – (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos – EHILA) E-book, PDF – vol. 1 Texto em português e espanhol. ISBN 978-85-7843-376-5 1. Neoliberalismo – América Latina. I. Ramirez, Hernán. CDU 330.831
------	---

Catálogo na publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

Apresentação	7
<i>Hernán Ramírez</i>	
Ocho tesis sobre el Neoliberalismo (1973-2013)	13
<i>José Francisco Puello-Socarrás</i>	
La formación de la sociedad civil neoliberal en América Latina: redes de <i>think tanks</i> e intelectuales de la nueva derecha	58
<i>Karin Fischer</i> <i>Dieter Plehwe</i>	
Reformas políticas e econômicas: a atuação da organizaçãonorte-americana <i>Center for International</i> <i>Private Interprise</i> (CIPE) na América Latina	79
<i>Ary Cesar Minella</i>	
<i>Mont Pèlerin Society</i> en la articulación del discurso neoliberal	118
<i>María Paula de Büren</i>	
El giro neoliberal y la escuela de Virginia. Una comparación de la evolución del proyecto neoliberal de las dictaduras refundacionales en Chile (1973-1981) y Argentina (1976-1981)	144
<i>Tor Opsvik</i>	
¿Neoliberalismo, Populismo o Desarrollo? La controversia sobre la política económica del gobierno Lula	165
<i>Pedro Cezar Dutra Fonseca</i> <i>André Moreira Cunha</i> <i>Julimar da Silva Bichara</i>	

¿Lecciones aprendidas? Las derechas argentinas y la democracia	193
<i>Sergio Morresi</i>	
A heterogeneidade estrutural e as transformações econômicas na América Latina em tempos de neoliberalismo	229
<i>Ana María Rita Milani</i>	
A relação entre o desempenho da marinha mercante brasileira e o Balanço de Pagamentos 1985-2010	252
<i>Alcides Goularti Filho</i>	
La fuerza social conservadora en Argentina – 2002-2010 ...	275
<i>María Celia Cotarelo</i>	
El neoliberalismo en una perspectiva conosureña de largo plazo	311
<i>Hernán Ramírez</i>	
Sobre os autores e as autoras	349

Apresentação

O neoliberalismo se constituiu como a ideologia dominante finissecular, levando adiante modificações estruturais que marcaram profundamente as feições do nosso tempo, inclusive com consequências devastadoras, em especial nos países periféricos. Por tal motivo, podemos afirmar que enterrou a sociedade fordista e, no âmbito latino-americano mais especificamente, o modelo de industrialização substitutiva, que tinha sua base num frágil acordo social, o qual seria substituído por outro tipo de aliança, em particular entabuada entre atores empresariais, tecnocráticos e políticos, sejam civis ou militares, que o abraçariam como principal corpo eidético.

A polêmica em torno da sua gênese é ampla, seja no que toca a seus aspectos temporal e espacial. Nesse sentido, somos partidários de entendê-lo numa perspectiva de longo prazo e policentrada, fruto de aportes europeus e anglo-saxões americanos, que foram amalgamando-se desde a década de trinta, firmando-se no final da de quarenta, tendo seu apogeu nos anos de oitenta e noventa, em particular pela ação de uma ampla rede, que incluiu indivíduos notáveis, instituições privadas e estatais, a maioria de projeção internacional e, não raro, multinacional, as que constituíram uma ampla constelação que o enraizou por quase todo o planeta, processo que ainda estamos conhecendo.

Longe da ideia simples da mera imposição, seu enraizamento na América Latina foi muito mais complexo. As ideias que depois ficaram englobadas como neoliberais chegaram de forma difusa na bagagem daqueles que iam estudar economia na Europa. Posteriormente tomaram consistência quando uma

série de instituições começaram a realizar mais sistematicamente esse processo. O intento mais claro foi o acordo estabelecido em 1956 pela Universidade de Chicago com a Pontifícia Universidade Católica de Chile, que teve amparo financeiro da Fundação Ford, pelo qual se gestariam os primeiros Chicago Boys e um programa político que seria emblemático. Várias iniciativas semelhantes coalharam em outros países, mas, ainda essas posições não conseguiam se firmar como dominantes, o que só foi possível com os golpes de Estado que assolaram a região a partir de 1964, que lhe permitiram assumir esse status, não tanto pela sua força eidética, mas pelo seu papel disciplinador, que foi exercido tanto contra o tecido econômico, social e político quanto contra aquelas ideias e intelectuais que os podiam contestar.

De todo modo, se bem o retorno da democracia colocaria os cultores do neoliberalismo à defensiva novamente, o fracasso de políticas heterodoxas, muitas vezes pela ação contrária daqueles, abriram espaço para seu retorno, inclusive com maior força, momento em que se constituíram em atores hegemônicos, dominando o cenário até o final do século, quando aparecem os sinais do seu esgotamento, que teria seu ponto álgido na crise argentina de 2001, quando se deflagra seu declínio.

Como transparece, compreender o percurso do neoliberalismo desde uma perspectiva ampla é o âmago desta coletânea, ponto álgido do grupo de pesquisa com nome parecido a esta obra, intitulado “O neoliberalismo sul-americano em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Chile na segunda metade do século XX”, que também coordeno na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Desde esse espaço de reflexão temos travado diálogo constante com outros projetos de pesquisas, seja de modo formal ou informal, que possuem inquietações vinculadas com esse objetivo geral. Neste livro, muitos desses interlocutores estão presentes com suas

contribuições, as que têm sido amadurecidas num prolongado debate que se iniciara num evento em Santiago de Chile em 2010, continuara em Viena em 2012 e tivera conclusão parcial na capital transandina um ano depois, quando se amalgamou a versão desta proposta. Finalmente, o aporte do Projeto entre a nossa Universidade e a Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNCPBA), da Argentina, intitulado “De la región a la nación- Formas históricas en la construcción del Estado: identidad y alteridad Brasil y Argentina en perspectiva comparada (siglos XIX y XX)”, inscrito no Programa de Centros Asociados de Pós-Graduação Brasil/Argentina, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Secretaria de Políticas Universitárias (SPU), permitiu obter os recursos para tornar esta coletânea realidade, pelo qual agradecemos efusivamente.

Assim, este é um trabalho ambicioso cuja tônica está dada pelo seu caráter multidisciplinar e multinacional, demonstrada a simples vista pela procedência de área e regional dos colaboradores, o que tem contribuído de forma singular tanto no aspecto teórico quanto no empírico. Nesse sentido, algumas ideias de Dieter Plewhe têm nos servido de referência constante para pensar o caráter polimorfo e policentrado do neoliberalismo, que nesta oportunidade é exposto de modo geral no capítulo de José Francisco Puello Socarrás e na minha própria contribuição, que serve como conclusão informal.

Uma das chaves da força expansiva do neoliberalismo esteve dada na constituição de uma urdidura complexa de interesses, com amplas coligações que constituíram verdadeiras constelações, muitas das quais ainda são pouco conhecidas. Karin Fischer e Dieter Plewhe têm se dedicado a reconstituir algumas delas, num ambicioso projeto de interligação dos *think tanks* que lhe deram embasamento, centrando-se nesta oportunidade em torno da Fundação Atlas; igualmente, Ary Minella

se ocupa das redes articuladas em torno do Center for International Private Enterprise (CIPE), a quem também coube um lugar de destaque.

Mais particularmente, Maria Paula de Büren analisa a contribuição da Sociedade Mont Pèlerin a esse processo de construção e expansão focando o caso argentino. Por sua vez, Tor Opsvik se dedica a estudar os aportes da Escola de Virgínia nas ditaduras do Chile e da Argentina, que nos interessa por três motivos principais: mostrar seu caráter polimorfo; desnudar os nexos entre o neoliberalismo e os governos autoritários; e estudar a área do direito, ainda pouco conhecida, mas que faz todo sentido, devido ao caráter fundacional dos dois processos. Como tal, o neoliberalismo tinha que ser plasmado de modo normativo, o que em alguns casos foi conseguido, com o qual se tornava de difícil retroversão, com trágicas consequências no caso argentino.

Na América Latina, o neoliberalismo teve como propósito varrer com o populismo, em especial com seu lado econômico, porque com ele se mimetizaria como elemento legitimador quando foi despido de ranços nacionalistas. Essa discussão é retomada para o caso brasileiro no capítulo de Pedro Fonseca, André Moreira Cunha e Julimar da Silva Bichara, que à primeira vista, pode parecer extemporânea, mas que cobra sentido ao pensarmos que o neoliberalismo se aproveitou da simbiose com lideranças neopopulistas, assim como com outras de tintes socialdemocratas, para chegar ao poder na sua etapa de auge, uma vez que essas correntes tiveram pouca margem de manobra para implementar políticas de outro corte, seja pelas dificuldades conjunturais que enfrentaram como pela falta de projetos alternativos desse porte que constituíssem as hegemônias necessárias para substituí-las.

A forma como as lideranças neopopulistas foram cooptadas para a causa neoliberal deixam clara a facilidade com

que os cultores de tal ideologia adequavam meios em prol da causa, assim como as dificuldades que tinham para alcançar o poder pelo voto, tendo muitas vezes que recorrer à ação direta ou inficionar outras forças, que em aparência não eram próximas, para colonizar diversas administrações, muitas vezes aparentemente antagônicas.

Isto se devia à forma constitutiva das direitas na região, bastante fracas para pleitear o governo por meios eleitorais, exceto no Chile, fenômeno sobre o qual Sergio Morresi nos brinda com um detalhado panorama para Argentina numa mirada de longo prazo, que permite visualizar mais claramente algumas transformações ocorridas.

Esse olhar é importante, porque está longe de mostrar atores engessados. O neoliberalismo conseguiu em diversas oportunidades readequar-se rapidamente às novas circunstâncias, motivo pelo qual sua genealogia não seguiu uma periodização óbvia, marcando nuances acentuadas, com avanços e recuos em diversas oportunidades, embora certa periodização comum possa ser traçada.

Portanto, devemos escapar de certas visões reducionistas do fenômeno, sendo o capítulo de Ana María Milani ilustrativo de alguns desses paradoxos. A heterogeneidade estrutural que gerou o processo, o qual exhibe indicadores pródigos em alguns sentidos e decepcionantes em outros, têm de ser analisados em estreita relação, para assim poder realizar uma avaliação sem fanatismos.

Nesse último sentido, é amplamente conhecido o profundo impacto que as políticas de corte neoliberal causaram na América Latina, principalmente no que tange à indústria, setor que mais se viu afetado, vivenciando-se um forte processo de reprimarização. Alcides Goularti Filho ilustra no seu capítulo de maneira incontestada esses efeitos tomando como caso a in-

dústria naval brasileira, que avança na forma em que eles podem ser revertidos, mostrando o sucesso das políticas implementadas pelo governo Lula.

Por fim, para evidenciar o caráter insepulto do neoliberalismo, o capítulo de María Celia Cotarelo trata da forma em que grupos dessa orientação têm se rearticulado recentemente. Embora centrado na Argentina, primeiro país a entrar em crise e que preanunciaria de forma aguda o que aconteceria no mundo posteriormente, ele pode ser elucidativo acerca do processo em que as posições ortodoxas foram perdendo vigência e estão sendo substituídas como políticas públicas por outros paradigmas, primeiro de modo difuso e depois de maneira mais sistemática, não obstante, ainda seja difícil afirmar que essa suplantação seja total, em particular pelo grande poder de resiliência que demonstraram ter, não tanto como corpo eidético, mas sim como constelação de interesses.

Como salientamos inicialmente, este é o resultado parcial de um percurso mais longo, que já se solidificou, mas que ainda precisa de maiores trabalhos para poder pensar o neoliberalismo em todas as suas dimensões, temporalidades e espacialidades, que vivenciaram processos paralelos, concomitantes e, no raro, contraditórios, já que ele esteve longe de ter sido único, embora alguns divulgaram tal ideia, mais como arma política do que ferramenta para seu conhecimento, que esperamos ter podido desvendar.

Hernán Ramírez
Organizador

Ocho tesis sobre el Neoliberalismo (1973-2013)

José Francisco Puello-Socarrás

Desde que se anunciara su lanzamiento intelectual con la Sociedad Mont-Pelèrin más de medio siglo atrás y cuatro décadas más tarde de su aplicación *in situ* a nivel global, se hace necesario hacer un balance sobre el significado político-económico y social-histórico sobre *qué es y qué significa el neoliberalismo*.

A pesar que desde los primeros años del nuevo milenio se vocifera el *fin* de la llamada Hegemonía Neoliberal, idea reforzada más recientemente con ocasión de la profundización de la Crisis global por la que atraviesa hoy el capitalismo y que, además, las posturas neoliberales convencionales reinantes durante las últimas décadas del siglo pasado ciertamente vienen siendo cada vez más desacreditadas –afortunadamente no desde la teoría abstracta sino desde las realidades concretas–, el neoliberalismo continuaría su curso buscando consolidar “nuevos” referentes, desde luego, sin extralimitar en ningún momento su identidad ideológica fundamental.

El actual trance crítico ha propiciado no sólo la reemergencia de discursividades (algunas de ellas) novedosas y alternativas sino también una reconfiguración al *interior* del neoliberalismo –en general inadvertida– pero que viene gestándose a través de la recomposición de la hegemonía del proyecto neoliberal (su ideología y prácticas) con el relevo de las posiciones *ortodoxas*, en su gran mayoría de inspiración

leséferista (*laissez-faire, laissez-passer*, “dejar hacer, dejar pasar”) hacia la activación y la renovación del ideario neoliberal desde otras perspectivas igualmente neoliberales pero *heterodoxas*.

Este sendero posibilitaría la reconstrucción del capitalismo neoliberal en su objetivo de enfrentar las vicisitudes que le plantean los nuevos tiempos y ante los cuales el extremismo ortodoxo no parece ofrecer ya respuestas viables, sobre todo, desde el punto de vista político-económico. Por ello, este trabajo intenta proponer 8 tesis generales en perspectiva histórica que sintetizan cambios y rupturas en el neoliberalismo para allanar diagnósticos prospectivos en torno a sus posibilidades de superación.

Tesis 1. El Neoliberalismo, etapa “superior” del Capitalismo

Un análisis retrospectivo del neoliberalismo permite establecer dos precisiones en torno a su posible periodización en perspectiva histórica.

Por una parte y desde un abordaje de memoria larga, el neoliberalismo no sólo es la *última* etapa del capitalismo histórico hoy conocido, cronológicamente hablando. La expansión de los mercados, conocida como “globalización”, ilustraría la dimensión espacial-temporal de este punto y se ajusta muy bien a lo que Harvey actualiza, desde la “vieja” pero aún vigente proposición de Lenin, como *nuevo imperialismo*. Igualmente, el neoliberalismo resulta ser la fase *superior* del sistema en sentido cualitativo. Es la etapa donde se verifica la más pronunciada exacerbación de las lógicas y contradicciones inherentes a la reproducción y acumulación *incesante* del capital. La explotación económica, la dominación política, la opresión social y la alienación ideológica, en todos los niveles y dimensiones que caracterizan –al decir de Wallerstein– la economía-mundo capitalista, encuentran al día de hoy y al mismo tiempo, su cenit y su ocaso. La denominación coloquial que se le ha venido

otorgado al neoliberalismo como “capitalismo salvaje” es tan consistente como descriptiva respecto de la progresiva mercantilización de la vida humana pero sustancialmente de la deshumanización del hombre (en sentido genérico) dentro del capitalismo. El salvajismo se propone como la impronta más distintiva de la actual fase neoliberal¹. Las condiciones críticas y las tendencias inéditas que actualmente muestra el sistema rebasan ampliamente el balance de tensiones históricamente conocidas durante toda la evolución del modo de producción capitalista desde sus orígenes.

Las implicaciones que se desprenden de la *actual* crisis del Capitalismo son radicalmente expresivas de la época de *crisis civilizatoria* que encarna el neoliberalismo. No hay que olvidar tampoco que la manera como se pretendieron sortear las crecientes contradicciones y la sobrevenida crisis del capitalismo de postguerra en el siglo XX, especialmente, el agotamiento del Estado de Bienestar y el modelo de acumulación fordista a nivel planetario (principalmente en los países centrales pero siempre en correlación a las periferias capitalistas), fueron articuladas alrededor de la *contrarrevolución neoliberal*.

Desde la década de 1970s y hasta el día de hoy, el neoliberalismo es, por antonomasia, la estrategia ofensiva del Capital (contra el Trabajo) y reacción, “salida” y “solución” ante la crisis estructural y global del capitalismo tardío. Inclusive, desde la perspectiva de las élites hegemónicas, la *actual* crisis plantea salidas no sólo en el marco del capitalismo sino –peor

¹ Esto no habilita postular la existencia de un Capitalismo (con rostro) “humano” –en nuestro concepto, una contradicción en los términos– ni pretende una discusión sobre el carácter moral del Capitalismo (o sus modalidades). Si llamar la atención que: a) históricamente, la ideología liberal enfatizó sobre el carácter esencialmente civilizatorio del Capitalismo como orden social en general, hasta las críticas de Marx y Engels quienes demuestran e invierten tal postulado; b) actualmente ésta es una de las operaciones discursivas recientes que proponen *humanizar* (¿matizar?) el capitalismo neoliberal como “salida” ante la Crisis.

aún– bajo la profundización de las lógicas neoliberales, aunque, como se ha advertido poco, dependiendo de los ritmos y espacios, alrededor de un neoliberalismo nuevo, es decir, una versión neoliberal de nuevo cuño.

Desde una aproximación de corta duración, de otra parte, y más allá que los orígenes del neoliberalismo pueden rastrearse de diferentes maneras a lo largo y ancho del siglo XX en su pretensión por “actualizar” el capitalismo liberal de antaño en tiempos contemporáneos y darle “solución” al trance estructural crítico del sistema capitalista, resulta lícito sugerir dos momentos puntuales que informan la emergencia y la proyección sociopolítica del neoliberalismo en tanto –en términos de A. Sohn-Rethel– *materialidad real*, es decir, en abstracto y en concreto. El primero, el año 1947, nacimiento *in vitro* del neoliberalismo con la fundación de la Sociedad de Mont-Pèlerin, cónclave intelectual y plataforma ideológica clave desde la cual se difundieron con posterioridad el pensamiento y las doctrinas neoliberales. En el marco de su orientación e influencia, se promocionaron distintos “tanques de pensamiento” (*think tanks*), centros de investigación, foros públicos y estrechos vínculos con “prestigiosas” universidades a nivel mundial; en segundo lugar, podríamos denominar la emergencia *in vivo* del neoliberalismo en 1973, fecha en la que además existe un relativo consenso sobre el inicio de largo plazo de *esta* crisis, por ser el año del *shock* petrolero mundial, entre otros hechos. Pero hablamos, más exactamente del 11 de septiembre de 1973, día en que se ejecuta el golpe de Estado contra el primer gobierno socialista elegido por voto popular, el del chileno Salvador Allende y período en el cual se desencadena la oleada de dictaduras cívico-militares en el Cono Sur de Latinoamérica y el Caribe en el marco del *Plan Cóndor*, una iniciativa promovida por el gobierno de los Estados Unidos, a través de la Central de Inteligencia Americana (CIA). Este

acontecimiento marca la instalación de las bases del régimen económico-político neoliberal en la región (recuérdese las “asesorías” en materia de reformas económicas y sociales en Chile por parte de los llamados *Chicago’s Boys* y de las élites neoliberales globales, los padres del neo-liberalismo F. A. Hayek y, en el caso chileno sobre todo de M. Friedman, lineamientos que luego serían “transferidos” a través de diversos mecanismos y presiones hacia los países vecinos (Ramírez, 2012). Durante las décadas posteriores, la consolidación del neoliberalismo a nivel global, especialmente y entre otros, estuvo de la mano de otro plan, esta vez de carácter económico-político: el tristemente célebre “Consenso de Washington” –en su versión original de 1989 y en la de sus sucedáneos (Puello-Socarrás 2013) –, encarnado por los mal-llamados organismos multilaterales de crédito (*stricto sensu* son “unilaterales” en vista del unilateralismo que practican, casi sin ninguna excepción, subordinado a los intereses y dictados de Washington²) como el Fondo Monetario Internacional (FMI), el Banco Mundial (BM) y el Banco InterAmericano de Desarrollo.

Tesis 2. El Neoliberalismo es, ante todo, un Proyecto económico-político de clase y no solamente un programa de políticas públicas

El neoliberalismo no se agota ni se lo puede equiparar exclusivamente con el Consenso de Washington (1989) –ni sus versiones sucedáneas–. Tampoco con el programa específico de políticas económicas allí contenido, como muchos afirman candorosamente.

² Sólo para ilustrar esta afirmación deben tenerse en cuenta el poder de decisión y veto (sin llegar todavía analizar el poder de influencia ideológico y de presión política, etc.) con el que cuentan los Estados Unidos al interior de estas instituciones.

Desde hace algún tiempo, es un error demasiado común asociar unívocamente al neoliberalismo con las políticas descritas por el Consenso, como si el neoliberalismo se limitara a un mero acontecimiento tecnocrático de orden exclusivamente económico (o mejor: economicista). Esta idea, bastante difundida entre defensores y supuestos detractores del neoliberalismo, si bien no está completamente errada en tanto el Consenso es *una* de las traducciones históricas posibles del proyecto neoliberal, sí resulta altamente suspicaz ya que se propone como uno de los argumentos por excelencia y más recurridos –con ligereza– en las discusiones emergentes para insinuar una inexistente y actual época post-neoliberal. Pero igualar el neoliberalismo a un programa de políticas, oculta o, en el mejor de los casos, minimiza, su significado sociopolítico. Al neoliberalismo hay que analizarlo desde un punto de vista *estratégico* y, por supuesto, también *táctico*.

El neoliberalismo implica, ante todo, un *Proyecto* económico-político de clase (capitalista) el cual se ha venido expresando a través de una *estrategia* de acumulación (llamada común y colonialmente de “Desarrollo”). Sólo posteriormente el neoliberalismo se materializa en *programas* de políticas, tal y como lo evidencia el Consenso de Washington y sus variantes, los cuales representan, precisamente, su dimensión *táctica*. La estrategia neoliberal, a diferencia del modelo anterior, se basa en específicamente en la sujeción y subordinación absoluta al Mercado (iniciativa privada que, en el mundo real, siempre es asimétrica) como el dispositivo de producción y reproducción social en sentido amplio. Bajo esta impronta se derivan la amplia gama de políticas públicas (económicas, sociales, etc.).

En este caso, por ejemplo, el neoliberalismo como estrategia se diferencia del anterior *industrialismo orientado por el Estado*, también conocido como el “modelo de industrialización por sustitución de importaciones” (comúnmente ISI de

mediados del siglo XX). El *modelo orientado hacia el mercado* instalado entre los 70s-90s (hoy vigente) defiende a ultranza la “reducción del Estado”, en tanto actor sociopolítico, es decir, la menor injerencia del aparato de Estado, rechazando a *limine* la intervención y la planificación estatal aunque es permisivo con la “regulación”, tres situaciones diferentes que últimamente se han venido confundiendo. La especie emergente de Tercera Vía, el *modelo estatal orientado hacia el mercado*, prototipo “novedoso” del neoliberalismo en particular durante el nuevo milenio (y que se ajusta a las versiones neo-extractivista y, especialmente neo-desarrollistas que hacen eco en este momento en diferentes partes del mundo), no se diferencian en lo fundamental del neoliberalismo anterior más que en lo superficial. Precisamente, en contraste con la incontestable hegemonía neoliberal de los 80s-90s, en el neoliberalismo del nuevo milenio se observan diferencias pero solamente al nivel de las políticas públicas, económicas o sociales. Antes bien, esta nueva versión del neoliberalismo garantiza la continuidad ininterrumpida de la estrategia de acumulación capitalista en esta fase.

En síntesis, el supuesto alejamiento de las políticas del Consenso (original) que ha significado la adopción adaptada de sus versiones sucedáneas –incluso, variantes del modelo extractivista y neo-extractivista, como lo ha mostrado recientemente Gudynas (2009)–, sin problematizar el paradigma de desarrollo no indica de ninguna manera una postura “más allá” del neoliberalismo como retóricamente se viene sosteniendo. Todo lo contrario.

Tesis 3. El Neoliberalismo es multidimensional, no sólo una cuestión de economía “pura”

Otra de las frecuentes desviaciones ha estado relacionada con la identificación del neoliberalismo como una apuesta exclusivamente económica. Esta posición exime –deliberada-

mente– identificar las múltiples dimensiones del neoliberalismo, entre otras –aunque, tal vez, la más sustancial– su insoslayable fuerza socio-política y su realidad como tecnología gubernamental (Foucault, 2007). La comprensión de la *actual* crisis del Capitalismo, entre otras, ayuda a revelar el radical carácter multidimensional del neoliberalismo.

Alrededor de la Crisis Global hoy convergen, simultánea y estructuralmente, crisis específicas que permiten capturar la complejidad antes insospechada y que para este momento exasperan los límites mismos del sistema. El calidoscopio completo de *esta* Crisis en mayúscula estaría compuesta por ocho crisis *en minúscula*, todas ellas fuertemente interrelacionadas: a) *económica*: particularmente comprometida con aspectos financieros y en las finanzas públicas estatales y privadas; b) *energética* con la escasez absoluta y relativa de las fuentes de energía cruciales para el funcionamiento del sistema y que se ilustran con el denominado “pico del petróleo” y con la insuficiencia paulatina de los minerales estratégicos del capitalismo como el carbón, cobre, etc.³; c) *ecológica y socio-medioambiental* de la mano de la explotación y depredación desmedida de los bienes comunales de la Naturaleza y sus implicaciones en las ecologías sociales y subjetivas –vía desposesión violenta de territorios, citando solamente uno de

³ Aunque varios especialistas y políticos, aceptan la tesis sobre la escasez relativa y un “pico” (nivel máximo) ya superado en las reservas petrolíferas (convencionales) planetarias, recientemente han discutido que el pico del petróleo puede ser superado hacia el futuro a través de la extracción de petróleo y gas no convencionales, vía “nuevos” métodos de explotación como el *fracking* (fractura hidráulica), de hecho, una de las estrategias de los Estados Unidos (segundo país en reservas de petróleos no convencionales después de la China) para “salir” de la crisis, empezando por la energética. No obstante, aún contando con las proyecciones no-convencionales, a) solamente se prorrogaría por algunos años el “pico” del petróleo; b) la intensificación del *fracking*, método sumamente lesivo en términos de las ecologías medioambientales y sociales, profundizaría otras crisis, empezando por la ecológica y medioambiental, y la biológica.

los casos– las cuales son hoy reconocidas incluso por los defensores del neoliberalismo; d) *biológica*, tal y como lo plantea, entre otros, Koumentakis (2009), fruto de las mismas dinámicas de degradación, explotación y polución del planeta pero que afectan al cuerpo y la mente humanas en la forma de enfermedades crónicas tales como: cáncer, obesidad, diabetes, etc., en el mundo “desarrollado” mientras que en el “subdesarrollado” esta crisis en particular se expresa en desnutrición, hambrunas, etc.; e) *alimentaria* con el aumento inusitado en los precios del consumo básico de los alimentos, entre otras razones, debido a la financiarización de los mismos y también por la sustitución de la producción alimenticia por la producción de agrocombustibles; f) *ideológica y epistémica* con el trance, hoy en trámite, y pérdida –aunque también recomposición– de referentes de la hegemonía del capitalismo neoliberal y que se proyecta en los dispositivos de producción de saberes, conocimientos, técnicas; g) *política* principalmente con la crisis de representatividad y de alternativas políticas; la oleada anti-neoliberal que recorre el mundo desde principios de la década de los 1990s, iniciando con la revuelta venezolana conocida como el *Caracazo* pasando por la insurrección *neozapatista* mexicana en Chiapas y las Guerras del Gas y el Agua en Bolivia, las rebeliones populares en Argentina y Ecuador hasta las protestas sociales contemporáneas en diferentes países de Europa y los Estados Unidos, la *Primavera Árabe* y los episodios contenciosos en América Latina –Chile, Colombia, últimamente en Brasil y Perú, entre muchos otros–, aleccionan la magnitud de esta crisis; y, por supuesto, h) *social* y la sostenida devaluación de las relaciones sociales y de los niveles de vida, la profundización de la pobreza y el empobrecimiento de sectores medios, la miseria, la precarización; igualmente incidentes sistemáticos de represión, progresiva militarización –incluso, bajo dispositivos parainstitucionales– y terrorismo de

Estado que atentan contra los criterios mínimos en términos de derechos humanos, bienestar social, etc. Esta síntesis no deja dudas sobre la aceleración y magnitud de las lógicas y las contradicciones del capitalismo bajo su versión neoliberal.

La tesis que el neoliberalismo es que una cuestión más allá de la economía pura fue una cuestión abordada desde un principio en las discusiones de la Sociedad de Mont-Pelèrin⁴. Esta afirmación se encontraría bastante bien documentada por el influjo histórico de las posturas neoliberales en las ciencias sociales y humanas dominantes especialmente desde mediados del siglo XX. En la ciencia económica contemporánea el dominio de los enfoques convencionales, a pesar de la creciente contestación y disputa epistemológica y académica más recientes, resulta un hecho evidente. En otras disciplinas como por ejemplo la Ciencia política (enfoques dominantes como el Neoinstitucionalismo) o la Administración pública (la Nueva Gestión Pública, *New Public Managment*) el convencionalismo aún goza de buena salud y expresa consistentemente la pretensión imperialista del neoliberalismo en términos de la producción de saberes y conocimiento sociales y humanos (detalles en Puello-Socarrás 2008, 2010, 2011) que, desde luego, figuran como relato de los poderes que intenta efectivizar, especialmente, al nivel de la alienación ideológica.

Tesis 4. El Neoliberalismo no es una ideología monolítica sino diversa y compleja

Otra de las desviaciones sistemáticas presentes en los análisis sobre el neoliberalismo es la negación de su complejidad ideológica. Comúnmente se interpreta al neoliberalismo como si fuera una ideología monolítica sin llegar a identificar en este

⁴ Incluye también una dimensión político-militar, a la cual nos referimos más adelante.

terreno su diversidad constitutiva y el calidoscopio de posiciones que lo constituyen (detalles en Puello-Socarrás, 2008; Mirowski y Plehwe, 2009).

Tradicionalmente se ha identificado al Neoliberalismo solamente con la cosmovisión que se deriva de la teoría económica neoclásica, la cual se interpreta siempre en genérico, sin llegar a notar que esta referencia convencional simplifica las corrientes que conforman la escuela neoclásica, y con frecuencia yuxtapone esa referencia con una de sus versiones: la escuela neoclásica *angloamericana*. Ciertamente, la corriente angloamericana ha sido la plataforma ideológica y el soporte epistemológico por excelencia que ha certificado (de manera unívoca y, por momentos, casi exclusiva) la reinstalación del neoliberalismo en el marco del capitalismo contemporáneo. Pero, a pesar que la vinculación de la escuela neoclásica en su versión angloamericana no resulta del todo incorrecta, sí es muy limitativa. Sobre todo, porque restringe las *motivaciones* (en términos de Gilbert Durand) que permiten comprender y reconstruir integralmente en qué consiste la ideología neoliberal, histórica y actualmente hablando. La opción hermenéutica y heurística de igualar el universo de la teoría económica neoclásica al neoliberalismo resulta entonces cada vez más impotente para acceder a las particularidades del proceso, especialmente en los detalles que expresa el neoliberalismo más recientemente.

Al reexaminar la complejidad del neoliberalismo, es decir, abordando los puntos de vista teórico-abstractos, sus prácticas históricas, sus fuentes económicas y sus afiliaciones políticas, ideológicas y sociales, aquí establecemos esquemáticamente cinco referencias básicas en la evolución del pensamiento neoliberal esenciales para describir y descubrir sus principales traducciones, tanto en términos de las recetas públicas y las reformas políticas, económicas y sociales que impulsa como

también los sujetos, agentes y actores que personifica: a) **La Escuela Neoclásica *Anglo-Americana*** representada por la Escuela de Londres aunque más célebremente por las últimas generaciones de la Escuela de Chicago con M. Friedman a la cabeza. Esta variante instaló un tipo neo-liberalismo angloamericano que a lo largo del tiempo, paulatinamente y bajo una fuerte impronta *usamericana*, eclipsó los elementos anglosajones y bajo esta identidad apareció como la corriente *ortodoxa* al interior del neoliberalismo. Otras corrientes neoliberales, en consecuencia, fueron consideradas *heterodoxas*, subordinadas y menos influyentes dentro de la tónica neoliberal *en general*. En **las Escuelas Neoclásicas *Europeo Continentales***, la llamada b) Escuela Austriaca (o “de Viena”) y sus sucesivas generaciones, especialmente, la tercera y cuarta, encabezadas respectivamente por referentes indiscutibles como Mises y Hayek⁶; c) El llamado ***Neoliberalismo Alemán***: el *Ordo-liberalismo* y la Escuela de la *Economía Social de Mercado* (ESM), posturas que defienden una renovación del liberalismo clásico –opinión en la que convergen con los austriacos– pero insistiendo en un liberalismo de “nuevo cuño” y descartando decididamente cualquier tipo de restablecimiento del “laissez-faire” del antiguo liberalismo, noción mucho más cercana y familiar al tipo de neoliberalismo ortodoxo angloamericano. Su tentativa se basa en la construcción de una economía organizada (regulada) pero

⁵ En el lenguaje corriente de las discusiones en economía suele interpretarse la *heterodoxia* en teoría económica como algo distinto del neoliberalismo. Tal interpretación, en nuestra opinión, no es rigurosa pues desconoce que los adjetivos: *ortodoxia* y *heterodoxia* deben tener necesariamente un centro de referencia al cual dirigirse para que ambos pares sean dicotómicos y consistentes desde el punto de vista conceptual. Por ello aquí hablamos de la diferencia entre corrientes *ortodoxas* y *heterodoxas* del neoliberalismo.

⁶ Como veremos más adelante (tesis #8), conforman esta escuela, otros intelectuales que si bien son menos conocidos no por ello son menos influyentes en la historia neoliberal, tales como: G. Haberler, F. Machlup, O. Morgenstern y, el pionero teórico del “desarrollo” (neoliberal): Paul Rodenstein-Rodan.

nunca “dirigida” o “planificada”. Admiten entonces la regulación estatal con el fin otorgar garantías absolutas para la libertad natural de los procesos económicos (lógicas de mercado).

Aunque poco difundidas –seguramente debido al grado de “sostificación” bajo el cual se han confeccionado y que obstaculizan su reconocimiento en los debates no especializados– pero no por ello menos importantes: d) las **Síntesis neoclásico-keynesianas**, tanto la Primera Síntesis como la Nueva Síntesis, posiciones teóricas que armonizan los presupuestos neoclásicos con los de la teoría keynesiana, intentando incorporar elementos de la teoría de Keynes al interior del campo epistémico de la escuela neoclásica tradicional. Estas síntesis lograron renovar la teoría neoclásica en sentido estricto, colocando a Keynes *vis-á-vis* Wicksell, reintegrando en el universo de lo neoclásico las teorías de Marshall a Keynes (Puello-Socarrás, 2007). Sin embargo, se trata de un neoclasicismo “keynesiano”, aunque suene paradójico: ¡sin Keynes! (recordemos el anti-keynesianismo innato del neoliberalismo). Esta variante resulta tener una influencia fundamental en vista que las principales prescripciones y fórmulas neo-liberales, sobre todo, en materia de política económica (monetaria, especialmente) se han sustentado en la pretendida superioridad técnica y tecnocrática desde este horizonte; finalmente, e) Las **síntesis Austroamericanas y Americano-austriacas** las cuales combinan elementos de las corrientes angloamericanas y austriacas (gradualmente también se nutren de las claves propuestas por el neoliberalismo alemán). En el primer caso, privilegian los núcleos austriacos sobre los americanos (como en J. Buchanan y, más recientemente, E. Ostrom), y en el segundo caso, a la inversa, subordinan los elementos austriacos y exaltan los núcleos angloamericanos (como es el caso de las posturas de G. Becker o el Nuevo Institucionalismo Económico del tipo D. North) (detalles en Puello-Socarrás, 2007) (ver figura 1).

No sobraría anotar que *al interior* del neoliberalismo, especialmente entre las dos corrientes de mayor peso y fuerza ideológica y teórica (la ortodoxia angloamericana y la heterodoxia austríaca y paulatinamente alemana) existen diferencias indiscutibles. Puntualmente, profundas discrepancias a nivel teórico, epistemológico, metodológico, etc. que se traducen en interpretaciones disímiles frente a diferentes tópicos: en materia de políticas, medidas económicas, el planteamiento y resolución de problemas socioeconómicos. Sin embargo, lo destacable de este asunto es que más allá de las divergencias teóricas que existen al comparar posiciones ortodoxas y heterodoxas que, en abstracto, resultarían opuestas (casi antípodas aunque nunca contradictorias), ambas mantienen al unísono los principios generales del neoliberalismo y convergen –superando sus diferencias– en una unidad ideológica consistente que guía sus prácticas fundamentales. Así quedó confirmado y registrado históricamente en distintos escenarios distintivos del proyecto neoliberal desde su fundación en la célebre *Sociedad Mont Pelèrin* (y sus sucesivos foros intelectuales, académicos y políticos), en donde –de Hayek (un neoliberal austríaco) a Friedman (un neoliberal usamericano)– se determinó que, más allá del disenso abstracto, el neoliberalismo *in extenso* confluye políticamente alrededor de un *acuerdo fundamental de principios* “en concreto”, el cual –al decir del mismo Hayek– discute pero nunca cuestiona “ciertos conceptos básicos”, fundamentalmente la construcción de la Sociedad de Mercado (no sólo una “economía de mercado”). Para todos los neo-liberales, los problemas de la sociedad, las dinámicas públicas y las tensiones y conflictos societales deben ser sancionados y considerados unívocamente bajo una óptica *individualista en el mercado*.

Figura Nº 1. Corrientes ideológicas del Neoliberalismo



Fuente: Puello-Socarrás (2008)

Tesis 5. El Neoliberalismo se conjuga en plural no en singular. Tipo(s) de Neoliberalismo(s)

En estrecha conexión con la tesis inmediatamente anterior, las confusiones más reiteradas al respecto se deben a la incapacidad analítica para identificar la existencia de tipos de neoliberalismo. En este caso, se debe afirmar que el Neoliberalismo se conjuga en plural y no en singular. Existen neoliberalismos que si bien se pueden enmarcar didácticamente bajo un concepto abarcador esta operación no debe ocultar su pluralidad constitutiva.

Sintetizando esta alternativa, podríamos decir que un *primer tipo* de neoliberalismo estaría más próximo a la profundización y radicalización de los argumentos neoclásicos *usamericanos*, y más lejano de los estilos heterodoxos (austriaco, alemán, etc.)⁷. En el debut de la época neoliberal, asistimos a la

⁷ Esta situación encuentra su máxima expresión en el Consenso de Washington original de 1989. Para despejar dudas en torno a la afiliación ortodoxa del

normalización de los referentes neoliberales cristalizados en torno a los criterios angloamericanos durante la etapa de los procesos de ajuste y las denominadas Reformas de Primera generación observadas con particular ímpetu en las periferias, empezando por América Latina y el Caribe. Si se quiere, el primer neoliberalismo fue abiertamente *usamericano*. No obstante, recientes transformaciones al interior del proceso neoliberal y paralelo a nacientes configuraciones concretas (p.e. contrarreformas de segunda y tercera generaciones en el marco del proceso *in vivo* de construcción neoliberal a nivel global y también en razón a la crisis de referentes en medio de la Crisis) sugieren, en concreto, un *segundo* tipo de neoliberalismo en el cual los núcleos austriacos y alemanes neoliberales vienen retomando paulatinamente una mayor relevancia, en detrimento de las versiones usamericanas⁸. No sobra advertir, en todo caso, que las manifestaciones concretas del emergente neoliberalismo todavía cuentan con rezagos provenientes de ambas visiones, previniendo alguna clase de mixtura aunque

Consenso, una controversia reiterada en los círculos académicos y políticos, propone recientemente Deepak Lal: “The Washington Consensus is the standard classical liberal economic package, consisting of free trade, Gladstonian finance, and stable money (...) [John] Williamson, who goes some length to distance himself from the views advocated by members of the Mont Pelerin Society, would consider it a canard to call his policy package ‘classical liberal’... Nevertheless, there is enough congruence that the classical liberal policy package can be referred to as the Washington Consensus” (Lal, 2012:494).

⁸ Respecto a las resoluciones de la crisis de la Zona Euro, el Ordoliberalismo se ha convertido para Europa en la vanguardia de las ideas y “soluciones” dominantes. Pero hay que notar el influjo del nuevo neoliberalismo en la reforma estructural “para hacer los mercados más flexibles”, la cual tiene un contenido y lógicas neoclásicas pero desde una semántica neoliberal heterodoxa. Muchos críticos del neoliberalismo desacertadamente denuncian el carácter “ortodoxo” de los ajustes europeos deslizando analogías inválidas que equiparan la situación actual con la de las décadas anteriores en las zonas periféricas, un análisis que –a nuestro entender– resulta estático e inexacto; por lo menos, demasiado limitativo. Sobre un enfoque desde el neoliberalismo alemán en torno a la crisis de Europa, ver (Dullien & Guérot, 2012)

con cierta hegemonía emergente “austriaca/alemana” que viene posicionándose espectacularmente en el marco neoliberal en general. Los rasgos que, precisamente, insinúan este tránsito *al interior* del neoliberalismo, desde su versión ortodoxa americana hacia los referenciales austriacos-alemanes manifiestan las críticas (superficiales en todo caso pues no amenazan al neoliberalismo, por el contrario) y el relativo abandono de categorías antes centrales para el neoliberalismo como el *hombre económico* (puro), la ingeniería social, los modelos de competencia perfecta y “el equilibrio”, activando nociones más funcionales, ajustadas y versátiles como el individuo *emprendedor*, el emprendimiento y la pretendida “racionalidad creativa” así como también a través de nuevas formas de acción institucional (un ejemplo de lo anterior lo constituyen las privatizaciones “implícitas” encarnadas por las *asociaciones o alianzas público-privadas*, los llamados *cuasi-mercados*, etc.) (ver Puello-Socarrás, 2008, 2010, 2011, 2012, 2013). Lo anterior es igualmente visible frente a la discutida *cuestión estatal* que también enfrenta un neoliberalismo “anti-estatista” y un nuevo neoliberalismo que admite la *regulación* (oportunista) del Estado, aunque como la ortodoxia, es claramente anti-intervencionista, decíamos antes, dos cuestiones diferentes.

La profunda crisis de referentes intelectuales e ideológicos en los que se debate el (para hoy “viejo”) pensamiento neoliberal de la ortodoxia neoclásica y el debilitamiento de la hegemonía de los defensores a rajatabla de las tesis del absolutismo del mercado, incluso, en sus versiones más recalcitrantes, confirman esta tesis. Al mismo tiempo refuerzan la sospecha que presenciamos el reciclaje de las antiguas ideas neoliberales y la puesta a tono de su pensamiento con los nuevos tiempos. Las élites intelectuales hegemónicas del *establishment* propician hoy un tránsito –por ahora, débilmente advertido pero que poco a poco ha venido instalándose con relativa contundencia– al interior

del pensamiento neoliberal, particularmente en la teoría económica, en lo que se denominaría un “nuevo neoliberalismo”, *nuevo neoliberalismo*.

Este tránsito tiene un correlato ideológico e intelectual que puede ser ilustrado con los detalles relacionados con los Premios Nobel en economía en su historia más reciente. Tomemos uno de los tantos ejemplos: el caso de la Nobel Elinor Ostrom, el cual aplica casi para la totalidad de los premios adjudicados en este tema durante el siglo XXI, época del movimiento desde la ortodoxia hacia la heterodoxia neoliberal.

Ostrom profesa un tipo de neoliberalismo que si bien hasta el momento ha permanecido en la sombra, hoy emerge imperceptiblemente pero con fuerza. Sus posiciones teóricas abandonan relativamente los presupuestos tradicionales de la escuela neoclásica angloamericana, el neoliberalismo típico ortodoxo (por ejemplo, la idea del *homo economicus*), pero instalando, con parsimonia e ímpetu característico, las posturas de la escuela neoclásica heterodoxa (austriaca) retomando a los padres del neoliberalismo como Mises y Hayek quienes desde la década de los 70s –tiempo en que debutaron Buchanan y Tullock, promotores de la síntesis austro-americana– disfrutaban de un enclave estratégico en las universidades de Usamérica. Su concepto de *bienes comunes* resulta más que ilustrativo de lo que afirmamos.

Los premios Nobel en economía recientemente han dado un espaldarazo a este tránsito, apartándose de las posturas de Friedman y compañía hacia una generación de conceptualizaciones “novedosas”, esta vez apoyadas en Hayek y sus seguidores. No por casualidad, desde distintas voces, se ha venido subrayando la necesidad de dejar atrás un neoliberalismo que ya se considera entre los mismos círculos neoliberales, anacrónico y obsoleto, para sustituirlo por *otro* neoliberalismo actualizado. Las ideas neoliberales austriacas y alemanas parecen

estar a la fecha mejor capacitadas –teórica, epistemológica, intelectual y, por supuesto, políticamente– para afrontar las necesidades hegemónicas del mundo social contemporáneo y del capitalismo tardío, con todo lo que ello implica. Desde luego, de lo que se trata es redimir al capitalismo neoliberal de su apremiante crisis.

Antes que presenciar entonces un declive inminente del pensamiento dominante lo que parece sugerirse hacia adelante es tanto la contestación (vía crítica por parte de anti-neoliberales) como la reactivación del neoliberalismo, mediada por la circulación y el recambio de sus corrientes y élites ortodoxas por otras: heterodoxas (vía crítica por parte de los liberales mismos). Este giro también y contrario a lo que se cree, no debilita sino que rehabilita y fortalece todavía más los núcleos de la doctrina neoliberal y sus mundo-visiones: precisamente, éste es el papel que cumple la heterodoxia:

La herejía, la heterodoxia, como ruptura crítica, que está a menudo ligada a la crisis, junto con la doxa, es la que obliga a los dominantes a salir de su silencio y les impone la obligación de producir el discurso defensivo de la ortodoxia, un pensamiento derecho y de derechas que trata de restaurar un equivalente de la adhesión silenciosa de la doxa [...] la subversión herética afirma ser un retorno a los orígenes, al espíritu, a la verdad del juego, en contra de la banalización y degradación de que ha sido objeto (Bourdieu, 2002: 121-122).

En el tránsito aludido –insistimos– no se cuestionan los presupuestos básicos, ni mucho menos las posturas típicas de la mundo-visión neoliberal que animan constantemente las tesis pro-mercado, por más de que se intenten presentar de otra manera.

Tesis 6. El Neoliberalismo no es estático sino dinámico y “resiliente”

Frecuentemente se concibe al neoliberalismo como un evento *estático* minimizando su resiliencia⁹: resistencia ante los desafíos críticos (en particular, la crisis ideológica y epistémica) y capacidades de renovación y recomposición. En últimas, se desestima deliberadamente su dinámica. Complementando la errónea concepción del neoliberalismo como un programa de políticas y una ideología monolítica y singular, muchos analistas (y políticos que acuden retórica y estratégicamente y avalan tales posiciones) verifican cambios en las políticas y automáticamente concluyen la existencia de situaciones “más allá” del neoliberalismo. Se habla del neoliberalismo como un acontecimiento del pasado renegando incluso de la evidencia de los hechos reales que actualmente recorren el mundo y que verifican –aquí sí– que, en medio de los indicios y pruebas sobre el creciente cuestionamiento al proyecto neoliberal, éste en sus aspectos esenciales continúa adelante y, como plantea el concepto de resiliencia, bajo esta situación de inconsciencia entre las resistencias antineoliberales ya acumuladas, el neoliberalismo podría eventualmente salir mucho más fortalecido. El avance de la llamada globalización neoliberal y la ampliación de los mercados globales en los proyectos económico-políticos hegemónicos más importantes en la futura configuración de la economía capitalista (principalmente nos

⁹ Dos definiciones ayudan a captar los elementos centrales del concepto de resiliencia aplicado para el neoliberalismo. “La resiliencia es un proceso dinámico que tiene por resultado la adaptación positiva en contextos de gran adversidad”, define Luthar. Mientras que Vanistendael propone: “la resiliencia distingue dos componentes: la resistencia frente a la destrucción, es decir, la capacidad de proteger la propia integridad, bajo presión y, por otra parte, más allá de la resistencia, la capacidad de forjar un comportamiento vital positivo pese a las circunstancias difíciles”.

referimos a los múltiples Mega-Acuerdos/Tratados/Alianzas de “Libre Comercio”), son prueba de ello.

Como lo sosteníamos antes, las modificaciones *tácticas* al programa de políticas *en* el neoliberalismo no implican necesariamente transformaciones de la estrategia de desarrollo *del* neoliberalismo, la cual hasta el día de hoy –seguimos insistiendo–, por lo menos en su núcleo duro, continúa intacta.

La dinámica neoliberal ha motivado cambios y variantes en el programa táctico que encarnan sus políticas, siempre sintonizados con distintos ritmos y coyunturas, asociadas desde luego con diferentes espacios y tiempos. El contraste de los acontecimientos y las tentativas neoliberales impuestos sobre la periferia: América Latina durante las décadas de 1980s y 1990s, por ejemplo, y los de los países centrales recientemente: Europa y los Estados Unidos, en particular, después del shock financiero de 2007-2008, ilustran este punto. En medio de las convulsiones vistas durante los últimos diez años, sería impensable reproducir el “mismo modelo” de políticas de la década de 1990s en varios espacios (América Latina, es un caso) y, en este sentido, sería lógico esperar que, en medio del neoliberalismo, el plan de políticas haya sufrido cambios *tácticos* para ajustarse a la tópica que plantean los nuevos tiempos. Esta operación ha sido realizada sin que sea necesario alterar su marco fundamental, es decir, la estrategia neoliberal. Sin embargo, algunos analistas, absortos y bastante entusiastas, siguen considerando una “paradoja” que las versiones más típicas de las políticas neoliberales (los llamados “ajustes ortodoxos” *à la FMI*) se apliquen hoy en los países centrales, planteando que en algunas periferias ese acontecimiento ha sido superado. Desde luego, aquí es necesario hacer un balance cuidadoso entre estrategia y tácticas, y relacionarlas con ritmos y magnitudes del proyecto neoliberal a nivel global y local. En ese sentido, los tránsitos del desarrollismo de postguerras hacia

el neoliberalismo del último cuarto del siglo XX, y de éste, hacia un supuesto nuevo estadio post-neoliberal en los albores del nuevo milenio, habría que analizarlos más allá de un economicismo rampante y ponerlos en perspectiva de las relaciones de fuerza dominantes en el terreno concreto de la economía política.

Actualmente la convicción de que la prosperidad económica sólo puede ser obtenida mediante la sujeción al poder del mercado como paradigma es aún dominante. Incluso después de la crisis el discurso recurrente de las élites fue no abandonar estos convencimientos. Por el contrario, y tal como lo plantearon la mayoría de líderes mundiales, entre ellos, Barack Obama (Estados Unidos), Gordon Brown (Gran Bretaña), Nicolás Sarkozy (Francia), Peter Steinbrück (Alemania), Dominique Strauss-Kahn (en su momento, gerente del Fondo Monetario Internacional; postura que continua la actual directora gerente Christine Lagarde), y regionales “críticos” del neoliberalismo anterior, como Dilma Rouseff (Brasil) o Cristina Fernández de Kirchner (Argentina) –últimamente, incluso, el mismo Vaticano!¹⁰ –, la idea es

¹⁰ Este acontecimiento, ampliamente mediatizado, se ha interpretado con ligereza como una crítica “radical” al capitalismo, sobre todo, por parte del actual pontífice Francisco (Jorge Bergoglio), omitiendo la filiación ideológica que en la historia reciente ha mantenido la Santa Sede hacia la Economía Social de Mercado. En la Carta Encíclica: *Caritas in Veritate* (capítulo III: “Fraternidad, Desarrollo Económico y Sociedad Civil”, punto 36), ¡el alemán! Joseph Ratzinger (Benedicto XVI) anotaba, en clara sintonía con los argumentos del neoliberalismo alemán de la ESM: “Si hay confianza recíproca y generalizada, el mercado es la institución económica que permite el encuentro entre las personas, como agentes económicos que utilizan el contrato como norma de sus relaciones y que intercambian bienes y servicios de consumo para satisfacer sus necesidades y deseos. El mercado está sujeto a los principios de la llamada justicia conmutativa, que regula precisamente la relación entre dar y recibir entre iguales. Pero la doctrina social de la Iglesia no ha dejado nunca de subrayar la importancia de la justicia distributiva y de la justicia social para la economía de mercado, no sólo porque está dentro de un contexto social y político más amplio, sino también por la trama de relaciones en que se desenvuelve. En

transitar hacia un *liberalismo regulado* (Susan Walkins), un *neoliberalismo pragmático* (Fischer y Plehwe), es decir, un *nuevo neoliberalismo* (Puella-Socarrás) el cual, desde luego, debe retóricamente –por razones de productividad política y ante el desprestigio global del neoliberalismo vigente: su crisis ideológica y epistémica y la exacerbación de la alienación– encubrir su propia naturaleza¹¹.

Resaltando tesis anteriores, el tránsito hacia un nuevo neoliberalismo confirma que la crisis del neoliberalismo en general es palpable en contra de “un” tipo de neoliberalismo (ortodoxo) y, las críticas neoliberales al neoliberalismo (corrientes heterodoxas) pretenden ser la vanguardia de su reconstitución. Sería útil ilustrar este punto, a través de la contraposición entre el viejo y ortodoxo neoliberalismo y su renovada versión heterodoxa, relacionando cuatro criterios centrales: a) Presencia estatal; b) Desempeños de los Mercados;

efecto, si el mercado se rige únicamente por el principio de la equivalencia del valor de los bienes que se intercambian, no llega a producir la cohesión social que necesita para su buen funcionamiento. Sin formas internas de solidaridad y de confianza recíproca, el mercado no puede cumplir plenamente su propia función económica. Hoy, precisamente esta confianza ha fallado, y esta pérdida de confianza es algo realmente grave” (Benedicto XVI, 2009). Por la época de esta publicación, la canciller ¡alemana! Angela Merkel proponía que la encíclica “obligaba pensar en la necesidad de crear una economía social de mercado global” (EFE, 2009).

¹¹ Vale la pena anotar –desde el análisis ya realizado hace siglos por Carlos Marx– que el Capitalismo es el único modo de producción histórico que *oculta* las relaciones de explotación, dominación, opresión y sus resultados: reproducción de desigualdades sociales por ejemplo, en contraste con los modos de producción anteriores. Es más, disfraza (de ahí, la noción de fetiche la cual deriva del portugués: *feitico*, “*hechizo*”) las relaciones presentándolas incluso en su versión contraria: libertad, igualdad, fraternidad. Por acercar un ejemplo didáctico, en el modo de producción esclavista, ambos sujetos, amo y esclavo, conocen y reconocen directamente su *status* en la estructura de relaciones sociales de explotación y dominación. En el Capitalismo esta relación se oculta sistemáticamente como parte de la esencia de sus dinámicas (lógicas y contradicciones).

c) Balances y desbalances de la Sociedad; y, d) Raíces ideológicas, en ambas formas del neoliberalismo (ver Tabla N° 1).

Tabla N° 1. Viejo (*premier*) y Nuevo Neoliberalismos

	“Viejo” neoliberalismo	“Nuevo” neoliberalismo
Estado [presencia entanto <i>apparatus</i>]	<i>Desregulación.</i> Intervención estatal o Planeación estatal centralizada imposible. El Estado de la <i>inacción</i> .	<i>Regulación.</i> La intervención estatal no está permitida excepto en tanto <i>regulación</i> [“acción oportunista” y momentánea]. Planeación centralizada imposible. El Estado de la <i>re-acción</i> .
Mercado [desempeños]	Liberalización con extrema libertad [<i>libertinaje</i>] de los mercados. El Mercado como producto de las “fallas” del Estado/Gobierno.	Liberalización con <i>libertad</i> de los mercados. Regulaciones del Estado en función del Mercado (y sus “fallas”).
Sociedad [(des)balances sociales y extra- económicos]	Espontáneos y auto-regulados por los <i>mercados</i>	Inducidos vía <i>cuasi-mercados</i> , regulados por el Estado.
Raíces Ideológicas [pensamiento neoclásico]	<i>Ortodoxa</i> Escuelas Anglo-Americanas como referencias claves” Fundamentalismo de Mercado”: perspectiva <i>ultraneoliberal</i> leséferista (<i>laissez-faire</i>).	<i>Heterodoxas</i> Austriacos / Ordoliberales (Alemanes) / Economía Social de Mercado (ESM) como referencias claves” El Mercado es fundamental”: perspectiva <i>proneoliberal</i> anti- <i>laissez-faire</i> .

Fuente: Puello-Socarrás (2013)

Profundicemos brevemente este punto a través de un par de ejemplos.

Discursos como el *nuevo desarrollismo* propuestos, entre otros, por Luiz Carlos Bresser-Pereira han venido contraponiendo la Ortodoxia convencional (el neoliberalismo típico del Consenso de los 90s y que teóricamente iguala a “lo

neoclásico”; ya sabemos que es un error, deliberado o espontáneo, pero error al fin y al cabo) con el Neo-desarrollismo, según este autor, un paradigma alternativo al neoliberalismo. No obstante, y como decíamos, en este caso, el neo-desarrollismo evita discutir el paradigma de desarrollo prevaleciente; su orientación básica se limita a sustituir políticas económicas y sociales pero en el mismo marco del neoliberalismo nunca más allá. En rigor, la Ortodoxia convencional aludida no puede contraponerse a un Nuevo desarrollismo. Lo *ortodoxo* se contrapone a lo *heterodoxo*, ya lo *aclarábamos*. La oposición que convoca Bresser-Pereira con la nova desarrollista precisamente es el caso emblemático de una “heterodoxia convencional”, como fácilmente puede inferirse de las diferencias que él mismo intenta ilustrar entre la ortodoxia y el supuesto neo-desarrollismo, en últimas, un neoliberalismo heterodoxo. En una de sus obras al respecto: *Macroeconomia da estagnação* (2007), esto es rotundo.

¿Por qué referirse a una teoría *ortodoxa* e igualarla directamente a la *neoclásica* como forma para trazar una frontera ante un (supuesto) nuevo modelo? En este, como en otros casos, Bresser-Pereira alude a “la teoría neoclásica u ortodoxa” que fundamentó los 30 años del capitalismo neoliberal (ortodoxo). Al mismo tiempo, oculta que –lo veíamos– la teoría económica neoclásica tiene variantes así como también el neoliberalismo. Existen diferencias epistemológicas y teóricas sustantivas entre un neoliberalismo de *laissez-faire*, basado en teorías neoclásicas –ese mismo que defiende en forma ortodoxa el absolutismo del mercado, ahora criticado por todos– y otras teorías tan neoclásicas como neoliberales, críticas del “dejar hacer, dejar pasar”, que podría decirse, parecen en este momento moderadas frente a la ilusión según la cual el mercado lo resuelve todo.

Otro ejemplo, entre una infinidad de ellos al respecto, es la perspectiva del Nobel de Economía Joseph Stiglitz, a quien

muchos consideran “crítico” del neoliberalismo. Una muestra reciente de la discursividad que manejan los neoliberales heterodoxos, como Stiglitz lo representa su artículo titulado: “La farsa del libre comercio”, en donde este autor “critica” el libre comercio practicado por los Estados Unidos porque precisamente no es neoliberal. Llama pasar de un libre comercio “controlado” a uno “auténtico”, es decir, neoliberalizado (Stiglitz, 2013).

Tesis 7. El Neoliberalismo radicalmente es autoritario

Como lo muestra y demuestran la gran mayoría de los casos en la región, el inicio y la raíz de la era neoliberal *in vivo*, es decir, la inauguración del neoliberalismo real, se encuentra fuertemente asociada con un arco autoritario. Tanto de naturaleza sociopolítica como económica; igualmente desde punto de vista institucional como para-institucional.

Por una parte, el componente autoritario se despliega a través de la oleada de dictaduras cívico-militares impuestas en el Cono Sur del continente desde la década de 1970s (decíamos anteriormente, empezando por Chile y Argentina además de los antecedentes de este período en Bolivia, Brasil, Uruguay y Paraguay, entre otras). Todos estos acontecimientos tienen la impronta además de estar promovidos por el intervencionismo extranjero, situación confirmada a través de la documentación desclasificada por parte de la Central de Inteligencia Americana, a propósito del *Plan Cóndor*, a la postre uno de los casos más paradigmáticos, y que aplicaría ampliamente para los países latinoamericanos y caribeños. Por otra parte, el influjo del autoritarismo neoliberal se mantuvo incluso después de la época de las dictaduras cívico-militares. En la oleada posterior de “democratizaciones” bajo la institucionalización de las llamadas *democracias restringidas*—al decir de O’Donnell (1997a, 1997b), *delegativas* o democracias con gran potencial autoritario—

desde la década de los 80s y especialmente en la década de los 1990s, el modelo neoliberal instalado inicialmente a través de golpes de Estado se profundiza y se consolida en distintos aspectos.

En casos más puntuales, como el colombiano, donde las rupturas institucionales fueron menos inestables y más excepcionales, el autoritarismo se habrían cristalizado bajo la presencia e institucionalización de regímenes anocráticos o simplemente *Anocracias*: una tipología de régimen político: “parte democracia, parte dictadura”, considerando un análisis empírico más próximo de las características inherentes al contexto. El régimen económico aquí también ha reforzado correlativamente al régimen político y, a la inversa, con lo cual sería lícito de hablar para estos casos de régimen económico-político de *Anocracias neoliberales*¹².

En este contexto sería fundamental remarcar el hecho que el modelo neoliberal tiene como presupuesto inicial dentro del arco autoritario la violencia estatal:

¹² La Anocracia (*anocracy*) posee distintas variaciones. El concepto recoge aquellos regímenes que, en medio de un contexto de guerra civil, mantienen instituciones democráticas (como el parlamento, por ejemplo) aunque sólo *nominalmente*. Por esa vía logran cooptar parte de la sociedad y construir un apoyo de base para el ejercicio del poder político el cual bajo las “urgencias” siempre exigidas por la gestión de este tipo de conflictos, termina desconociendo los prerequisites democráticos, en ciertos casos, los formales pero fundamentalmente sus contenidos sustanciales. Para entender las guerras civiles en términos de insurgencia (guerra de guerrillas rurales, sobre todo) y los factores explicativos sobre la proclividad de ciertos países hacia conflictos letales –proponen Fearon y Laitin– “no son sus características étnicas o religiosas” (diversidad), como la literatura ha sostenido, sino más bien aquellas “condiciones que favorecen la insurgencia”, empezando por la pobreza. Estos autores también destacan –por ejemplo– que los gobiernos frágiles, económica, organizacional y políticamente “se muestran más factibles y atractivos a la insurgencia debido a una debilidad de sus políticas locales o prácticas contrainsurgentes ineptas y corruptas [que] incluyen a menudo la propensión a retaliaciones brutales e indiscriminadas que conducen a los no-combatientes locales hacia las fuerzas rebeldes”. (Fearon y Laitin, 2003). Para un análisis del caso colombiano como “anocracia neoliberal” ver Puello-Socarrás (2013c).

Con el Terrorismo de Estado se dispone deliberada y sistemáticamente el pasaje del modelo de industrialización por sustitución de importaciones (ISI) al nuevo modelo neoliberal (...) los principales métodos mediante los que se construyeron las bases del neoliberalismo en nuestro país [Nota: se refiere a la Argentina, pero es una afirmación que se verifica para los demás países de la región] fueron tanto **la impunidad** como **el terror sistemáticamente organizado por el Estado** [resalto] (Bayer, Borón y Gambina, 2010: 111 y 114).

Quisiéramos subrayar entonces que, como tendencia en general, además de los procesos considerados “normales” (legales, institucionalizados –sin llegar a profundizar los contextos de corrupción correlativos a la época neoliberal–) la matriz neoliberal desde su mismo nacimiento emerge de la mano de procesos “para-normales” (ilegales, para-institucionalizados) como forma de instalarse en la región, de la mano de la *impunidad* y la violencia del *terrorismo de Estado*, dos elementos imposibles de soslayar a la hora de analizar el régimen económico-político del neoliberalismo y que, ratifican –entre otras cuestiones– que el funcionamiento del neoliberalismo exige necesariamente dimensiones extraeconómicas y, en específico, como sucede dentro del capitalismo (recordemos la exacerbación de todas las lógicas del sistema *en* la fase neoliberal), la progresión del carácter violento del Capital en relación con el Trabajo (precarización y desposesión exasperadas) y también en relación con la Naturaleza (depredación agravada). No obstante, la etapa de *contrarrevolución neoliberal*, en diferentes situaciones y episodios más allá de la oleada dictatorial, todavía mantiene una combinación particular entre la violencia institucional (legal y “legítima” *à la Weber*) y la para-institucional, en ciertos casos velada y en otros “institucionalizada”. Colombia sería un caso paradigmático de esto último en vista de la sistematicidad de fenómenos sociopolíticos como el Paramilitarismo –auspiciados en asocio

con sectores del Estado y de la dirigencia política (Puello-Socarrás, 2013c); o, en otros términos, los equivalentes medioambientales que representan prácticas *ecocidas* (alegórico de homicidios al ecosistema) como el *fracking*, autorizados por varios Estados extractivistas y neoextractivistas (Gudynas, 2009).

En este sentido, no habría que olvidar las palabras de David Harvey en relación al hecho sustancial contemporáneo – léase el síntoma más diciente del actual capitalismo neoliberal– que:

[...] estamos en el medio de una transición fundamental del funcionamiento del sistema global [...] El balance entre acumulación por desposesión y reproducción ampliada ya se ha volcado a favor de la primera y es difícil imaginar que esta tendencia haga otra cosa que profundizarse, transformándose en el emblema de lo que es el nuevo imperialismo (Harvey, 2004: 124).

Tesis 8. El Neoliberalismo es eminentemente Colonialista: ¿la tercera edición de la servidumbre?

Una de la tesis más ensombrecidas y en la que existen grandes déficits en el análisis del neoliberalismo es la urgente reflexión sobre su naturaleza sustancialmente colonialista¹³. Ésta, raíz inherente, se expresa de varias formas. Nos limitamos aquí a esbozarla a través de dos dimensiones cruciales: 1) el componente colonial *in vitro* del pensamiento político-ideológico neoliberal; y 2) el neoliberalismo neo-colonial *in vivo* y los resultados concretos que podrían sugerir hacia adelante una hipotética *tercera reedición de la servidumbre*.

Desde un principio, la impronta ideológica colonial del neoliberalismo ya puede rastrearse desde las reflexiones

¹³ Nos referimos a “colonialismo” en sentido complejo y plural, en términos análogos a los de Raúl Prada y el concepto de *colonialidad múltiple*: colonialidades *del poder, cuerpo, género*, sobre todo, colonialidades del *saber* y económica (Prada, 2013), así como también como al colonialismo *externo e interno*.

inaugurales suscitadas en la Sociedad Mont-Pelèrin, foro neoliberal que evoluciona en paralelo al período de “descolonización” de postguerras del siglo XX, especialmente en África, y la tesis del *desarrollo colonial* sostenida por los propios países colonizadores europeos las cuales permiten comprender de qué manera se construyó este núcleo al interior del neoliberalismo, ante todo, presentándolo como su opuesto: un horizonte “liberador” e “independentista”, incluso, “emancipador”; y, simultáneamente, proponiéndolo como una fatalidad dentro del proceso de modernización en el marco de los valores de la modernidad capitalista. No sin razón, el supuesto triunfo definitivo del Capitalismo en el siglo pasado y tras el derrumbe de los llamados Socialismos reales promovieron la idea según el sistema capitalista –en su variante neoliberal– sería la fase superior (última históricamente) de la evolución-civilización humanas; *el último hombre* de Francis Fukuyama¹⁴.

Pero más allá de la mera reflexión filosófica sobre este asunto, el “subdesarrollo” y, en consecuencia la misma noción de “desarrollo” –ambos eufemismos que actualizan en positivo y en negativo la idea-fuerza más sustancial del Capitalismo histórico: el Progreso–, proceden y emergen unívocamente *dentro y desde* los márgenes del neoliberalismo naciente. Aun cuando existe al día de hoy una larga tradición crítica que ha develado el carácter colonialista de la idea del Desarrollo (Sachs, 1992; Escobar, 1998), sigue sin enfatizarse que el desarrollo y el sub-desarrollo son conceptos *eminente* neoliberales.

¹⁴ Dos antecedentes de esta postura se encuentran, primero, en David Ricardo, hacia finales del siglo XIX, con su idea sobre el “estancamiento final” de la civilización *en* el capitalismo y Karl Polanyi – no hay que dejarlo de subrayar, miembro de primerísima línea, al lado de su hermano, cofundador de la Sociedad Mont-Perèlin y quien, en *La Gran Transformación* (1944), anticipara el *Fin de la Historia* humana *en* la Sociedad Capitalista. Desde luego, esta noción ha estado rondando el pensamiento pro-capitalista muchísimo tiempo antes de que el mediocre *best-seller* de Francis Fukuyama “cautivara” al mundo.

A partir de lo que ha documentado recientemente –y como pocos– Plehwe (2009), podemos establecer que el Desarrollo como discurso dominante neoliberal-colonial ha sido generado ideológicamente tanto desde un punto de vista de: a) *proyecto* (político) estratégico en la forma de paradigma general y específico para la reproducción global *en* el capitalismo tardío en tanto: b) *trayectorias* (de políticas) tácticas.

En este primer caso (a), a partir del mismo momento de la invención de la dicotomía Desarrollo/Sub-desarrollo con la enunciación de la Doctrina Truman (20 de enero de 1949): los países más desarrollados debían mostrar la vía hacia el Progreso y prestarle “ayuda” a los menos desarrollados (*sub* y/o *en* desarrollo) para que éstos últimos abandonen tal condición.

Habría que registrar aquí un antecedente primordial: si bien el primero en emplear la palabra “desarrollo” no fue el presidente usamericano Harry Truman (sino Wilfred Benson, miembro del secretariado de la Oficina Internacional del Trabajo, cuando en 1942 intentaba referirse al “Progreso económico de las áreas subdesarrolladas”), según documenta rigurosamente Esteva (1996:54), la designación “sólo adquirió relevancia cuando Truman la presentó como emblema de su propia política. En este contexto, adquirió una virulencia colonizadora insospechada”. Pero, posterior a Benson, la expresión *áreas económicamente atrasadas* fue difundida e introducida teórica y técnicamente por Paul Rosenstein-Rodan (también por Arthur Lewis) hacia 1943-1944 –vale decir, media década antes de las publicaciones seminales de Raúl Prebisch: *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas y Crecimiento, desequilibrio y disparidades: interpretación del proceso de desarrollo económico*, las cuales datan de 1949 y 1950 respectivamente. Como lo reseñábamos anteriormente, Rosenstein-Rodan fue un economista vinculado con la tercera y cuarta generaciones de la Escuela de Viena y *habitué* del

Privatseminar organizado por Mises durante las décadas de 1920s-1930s, una iniciativa que, en paralelo con los encuentros realizados en la Fundación Rockefeller, el *Geistkreis* (“Círculo de la Mente”, fundado por Hayek), *Nationalökonomische Gesellschaft* (la Asociación de Economía Austríaca) y *Osterreichische Institut für konjunkturforschung* (el Instituto Austriaco de Investigación Económica, fundado por Mises y Hayek), “era sin lugar a dudas la arena de entrenamiento más importante de la Escuela Austríaca” (Shulak y Unterköfler, 2011:106). Considerado uno de los pioneros en la teoría económica del desarrollo económico, sin embargo, se interpreta –apresurada y convencionalmente, tal como ha sucedido con el pensamiento neoliberal en general– que las posiciones de Rosenstein-Rodan riñen con el neoliberalismo debido a que el modelo del “Gran Impulso” (*big push model*) propuesto por él suponía cierta “planeación desarrollista”: un extendido programa de industrialización a partir de ingentes inversiones públicas que, en el caso de los países subdesarrollados, debían ser encargadas al Estado.

Sin embargo, hay que insistir –a partir de Byres (2006: 227)–, como lo hemos explicado respecto a los “disensos” al interior de la tópica neoliberal, que si bien Rosenstein-Rodan efectivamente tomaba distancia de algunas perspectivas provenientes desde la ortodoxia neoclásica, sus posicionamientos se contraponen –casi en exclusiva– a las posturas neoliberales *angloamericanas*, más puntualmente a las expuestas por A. Marshall, las cuales, a la luz de Lewis y Rosenstein-Rodan, resultaban irrelevantes “para el análisis de las economías subdesarrolladas” y, por lo tanto, “la intervención por parte del Estado era esencial”. No obstante, ni Lewis ni tampoco Rosenstein-Rodan “eran despectivos con la teoría económica neoclásica [Nota: Byres estaría refiriéndose, en nuestra hermenéutica, a las corrientes dominantes ortodoxas] en un sentido general o último. Volverían a ella tan pronto el desarrollo estuviera asegurado” (Byres, 2006: 227).

El tema del desarrollo pero sobre todo el subdesarrollo en adelante fueron objeto de reflexiones permanentes en las agendas neoliberales desplegadas en Mont-Pelèrin. Al principio –como lo reconstruye Plehwe– estuvieron relativamente subordinados a otras prioridades relacionadas con la coyuntura política, especialmente internacional, del momento. Precisamente, el tópico del Desarrollo se convierte en una clave discursiva con la evolución de la Guerra Fría. Dentro de esta articulación, el papel que jugaría el comercio internacional, uno de las tres grandes preocupaciones dentro de la Sociedad Mont-Pérelin (los otros dos eran el carácter del Estado y la influencia del socialismo) fue discutido amplia y sistemáticamente en varias conferencias neoliberales con la particularidad que era tratado en relación con “los países en subdesarrollo”. Seguramente una de las más famosas conferencias, la realizada en Beauvallon (Francia) a principios de la década de los 1950s y en donde existió un panel titulado: “Liberalismo y los países subdesarrollados” tuvo entre sus objetivos –como en las de todas estas aventuras intelectuales– provocar un marco ideológico y, luego, acciones prácticas para resolver el acertijo del subdesarrollo bajo una visión neoliberal, desde luego distante - técnica y, sobre todo, políticamente– de las posturas keynesianas, estructuralistas y socialistas. Finalmente, el neoliberalismo convino en que:

[...] el principal camino hacia el progreso económico para los países subdesarrollados – decía Benham en 1951– está en incrementar su producto por trabajador en la agricultura y especializarse en producir para exportar esos bienes y servicios en los cuales ellos tengan ventajas comparativas... (citado por Plehwe, 2009: 247).

La respuesta neoliberal proponía que el “desarrollo” debía basarse en la especialización de la producción tradicional agrícola dirigida “hacia afuera” (exportación) y, por lo tanto, orientada hacia el mercado (libre comercio *internacional*); por

supuesto, una visión que riñe en casi todos los aspectos con la política de industrialización por sustitución de importaciones y el desarrollo *nacional* hacia adentro en boga en el capitalismo de esos años y completamente antípoda si se lo compara con los detalles económico políticos presentes en los regímenes socialistas.

¿Qué implicaciones conllevaría lo anterior en términos del componente colonial que se le inculca al neoliberalismo? Primero que la estrategia de desarrollo sugiere

[...] la concentración recomendada en el sector primario (especialización de las exportaciones en áreas competitivas de esto)... [la cual] no podría desafiar la prevaleciente división global del trabajo estando así en línea con los intereses (conservadores) de los países desarrollados aún con el control de los territorios coloniales (asegurando un mejor y continuado acceso a los insumos primarios y evitando potencialmente nueva competencia para sus propias exportaciones industriales a las regiones) (Plehwe, 2009: 247-248).

Pero, en segundo término –propone una vez más Plehwe– este tipo de argumentaciones estaban plenamente arraigadas en los “*estereotipos típicos de la antropología victoriana prevalecientes en el discurso comparativo del evolucionismo del siglo XIX*”, es decir, en discursos coloniales de la época colonialista (en este caso británica) que marcan un tipo continuidad que se materializa a través de una especie de *aggiornamento* espacio-temporal de tal cosmovisión.

Ahora bien, realidades de este tipo no sólo se identifican al nivel político ideológico estratégico y paradigmático. Como también ha mostrado Plehwe para casos de estudio puntuales, políticas concretas que en el pasado reportaron algún tipo de productividad emanada de la funcionalidad política que representa la relación colonial para el capitalismo, han sido (b) *tácticamente* “trasladadas” y “transferidas” hacia otros contextos. El caso contemporáneo de Argentina durante la década de los 1990s con la instalación de políticas económicas neoliberales,

específicamente el régimen de la Convertibilidad –de impronta colonialista–, ilustra este punto (Plehwe, 2011). A través de lo anterior, el neoliberalismo ha logrado consolidar gran parte de la dependencia y subordinación neo-coloniales en la reproducción y acumulación asimétricas necesarias para su proyecto entre Centro(s) y Periferia(s), o –como más recientemente se ha venido convocando– entre el Norte y el Sur Globales (geografías espacio-temporales epistémicas y concretas del Capital).

En esta perspectiva *in vitro*, las tesis sobre colonialismo externo (más cercano al imperialismo y nuevo imperialismo) e interno son plenamente actuales y válidas y además refuerzan –en ambos niveles– las lógicas y las contradicciones exacerbadas del capitalismo en términos de dominación, explotación, opresión y alienación de la fase actual.

De otra parte y derivado de las consideraciones anteriores, el colonialismo neoliberal se expresa radicalmente *in vivo* en lo que podríamos denominar una (hipotética) *tercera edición de la servidumbre*.

Más allá de algunas alusiones coloquiales sobre la existencia de un régimen de generalizada esclavitud en las periferias capitalistas contemporáneas (aunque sus principales rasgos, en virtud del avance global del neoliberalismo, se mostrarían paulatinamente estructurales, incluso en las zonas centrales) debe notarse que las nuevas formaciones sociales dentro del neoliberalismo, en especial, los niveles –hoy extralimitados– en la explotación económica tanto de la fuerza de trabajo *absorbida* y *excluida* o latente (la denominada *precarización*, en la cual las maquilas son un buen ejemplo, y el aumento inusitado en los ejércitos de reserva de mano de obra: inactivos, desempleados, etc.) como también en la explotación ilimitada de la naturaleza (extractivismos en sus diferentes versiones) y las condiciones socioeconómicas y socioambientales en general, mayormente vinculadas con la ampliación de espacios periféricos y el

recrudescimiento de sus lógicas contradictorias, podrían sugerir importantes paralelos con una (posible) tercera nueva fase de lo que Engels y Marx describieron como la (segunda) *reedición de la servidumbre* (Engels, 1882; Skazkin et al., 1980)¹⁵. En su versión original, Engels se refería a una suerte de “retraso” dentro del desarrollo del capitalismo naciente a través del fortalecimiento del feudalismo (o “retorno” a sus formas tradicionales) en Europa central y oriental. A pesar de la especificidad del “desarrollo” en estas zonas, las dinámicas estaban funcionalmente articuladas con la acumulación capitalista. Bajo nuestra interpretación, la reedición de la servidumbre de la que habla Engels supone la conformación *ab origine* de las periferias, a la vez contrapuestas y complementarias a las zonas occidentales centrales del capitalismo.

Hoy las configuraciones neoliberales (precarización, desindustrialización, empobrecimiento, etc.) configurarían un cuadro análogo, con todo lo que ello implica, ya no en sentido *original* sino “renovado” que implica (y se explica) fundamentalmente por el reforzamiento de la condición de sujeción, subordinación y dependencia neocoloniales de las periferias ampliadas, especialmente en su sentido socioeconómico, dentro de la economía-mundo. Con base en ello, sería plausible

¹⁵ “[...] la expresión *segunda edición de la servidumbre* corresponde a Engels [y] designaba de ese modo el fortalecimiento del feudalismo europeo acaecido al final de la Edad Media, y en especial a partir de la segunda mitad del siglo XVI... el agravamiento del estatuto económico y jurídico del campesinado en esta región [...] Económicamente, la servidumbre está relacionada en la Europa central y oriental con la aparición y desarrollo..., de la gran explotación señorial asentada en la corvea, a la cual están sujetos los campesinos atados al dominio y a la persona del señor” (Skaszkin 1980, pp. 15-16). Este sistema económico también se conoció en la literatura marxista como “la vía prusiana” de *transición* hacia el “desarrollo capitalista”. Aquí planteamos al neoliberalismo como una (posible) *tercera reedición*, pero en tanto condición colonial y subdesarrollada *estacionaria*, situación que converge con las posturas pro-capitalistas animadas por Ricardo y Polanyi, antes comentadas.

proponer hacia el futuro una reedición de la servidumbre (en sentido relativo y, en ciertos casos, pleno) en una tercera versión como tesis de trabajo y en tanto signo característico del sistema socioeconómico, esta vez *estacionario*, – en palabras de Gunder Frank – del “desarrollo del subdesarrollo” (condición colonialista) profundizada en la hegemonía (y trance) neoliberal.

Síntesis liminar: *Antineoliberalismo Anticapitalista*

Considerando las anteriores 8 tesis sobre el Neoliberalismo resulta un hecho que cualquier alternativa auténtica al *statu quo* necesariamente pasaría no sólo por una perspectiva abiertamente *anti-neoliberal* sino también, decididamente *anticapitalista*. Expliquémoslo mejor.

Por lo general, en el primer caso, el antineoliberalismo se ha agotado en señalar “críticamente” al hoy anacrónico viejo neoliberalismo ortodoxo de las últimas décadas apuntando hacia el también desgastado *Consenso de Washington*, es decir, al decálogo de políticas económicas allí resumidas. En este caso, no se percata que el neoliberalismo es un *proyecto* social y político de clase, imposible de reducir a un programa específico de políticas públicas, sean éstas económicas o “sociales”. Tampoco advierte el proceso emergente hoy en marcha de recomposición del capitalismo centrado en el mercado –vale decir, los intereses privados dominantes de naturaleza neoliberal– y el cambio de estrategia asociada a la necesidad de dotar con *regulacionismo estatal* al proceso de acumulación neoliberal, incluyendo sus facetas de reproducción, seguramente las más ilustrativas, las de desposesión.

Hablar entonces de una supuesta era *post-neoliberal* sin verificar cambios (o posibles futuras transformaciones, es decir, “otro” proyecto social y político), por lo menos en la estructura y la funcionalidad del régimen económico político actual resulta ser demasiado aventurado y, en nuestro concepto, políticamente

peligroso. No es válido afirmar la superación progresiva del neoliberalismo simplemente bajo la sospecha de verificar la (mayor o menor) *presencia estatal* –para los defensores de este tipo de argumentos, “activa”– o el cambio en un par de políticas económicas que ni reforman ni reformulan la matriz del neoliberalismo. Por el contrario, en muchos casos reales, particularmente en la región latinoamericana, las supuestas “reformas antineoliberales”, dejan esta matriz intacta. Algunos van más allá –incluso– y presumen verificar la aurora “post”-neoliberal con la excusa de una serie de políticas que se autoproclaman “sociales” y “redistributivas”, sin poner en cuestión el espectro amplio, político y económico, del neoliberalismo que venimos hablando (ver Puello-Socarrás, 2013d).

Un *antineoliberalismo*, el cual puede identificarse fácilmente con posiciones contrarias al neoliberalismo ortodoxo pero *no* al neoliberalismo capitalista, tal y como sucede con las posturas heterodoxas fielmente neoliberales, sin el adjetivo *anticapitalista* propone ser tal vez una de las mayores encrucijadas políticas de la actualidad.

Una salida antineoliberal que no retorne nuevamente al neoliberalismo (así sea de *otro tipo*, llámese “regulado”, con “rostro humano” –¡una contradicción en términos! –, todos ellos y en todo caso, *neoliberales*) debe convocar la *destitución* (y no el mantenimiento o la restitución) del neoliberalismo real. Ello significa ante todo una actitud *contra el neoliberalismo*, en todas sus versiones y, principalmente, des-andar el espinoso camino de las décadas anteriores y, en simultáneo, la instalación progresiva de *otro* régimen económico guiado e inspirado en *otro* proyecto político.

Por ejemplo, la vorágine de discursos y el cándido paroxismo generado sobre todo por la supuesta novedad del emergente *nuevo desarrollismo* (y el neo-extractivismo) en América

Latina y el Caribe (también modelo por antonomasia, bajo otras características en países del Sudeste asiático), el cual en sus teorías y, especialmente, en sus prácticas, resultan ser simplemente una continuidad interrumpida, un *neoliberalismo regulado* que resulta antineoliberal frente al programa de políticas promovidas por la ortodoxia pero no discute el “modelo” ni el paradigma, con lo cual en diferentes sentidos converge casual o acriticamente con la heterodoxia neoliberal, se sintonizan consistentemente con el proyecto hegemónico actual y por las mismas razones resulta ser una sin-salida para la crisis actual. Quizás, lo más desafortunado de este (*sub*)*desarrollismo neoliberal* es su capacidad para “atrapar” y deshacer, precisamente “vía” el Estado, las múltiples resistencias que desde hace varias décadas se han gestado desde los pueblos de la región, no como una moda sino fruto de la descomposición y malestar de las realidades sociales que produjo y sigue produciendo el capitalismo neoliberal hoy vigente, y que han mostrado la posibilidad de auténticas alternativas ante el *statu quo* y *sobre todo nuevos paradigmas ético-políticos*. Este parece ser el gran desafío de nuestros tiempos.

Bibliografía

BAYER, Osvaldo, BORÓN, Atilio y GAMBINA, Julio. *El terrorismo de Estado en Argentina*. Apuntes sobre su historia y consecuencias. Buenos Aires: Instituto Espacio para la Memoria, 2010.

BENEDICTO XVI. *Caritas in Veritate*. Ciudad del Vaticano: Ediltrice Vaticana, 2009.

BORÓN, Atilio. *Socialismo siglo XXI ¿Hay vida después del neoliberalismo?* Buenos Aires: Luxemburg, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual: itinerario de un concepto*. Buenos Aires: Editorial Montessoro, 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Macroeconomia da estagnação*. São Paulo: Editora 34, 2007.

BYRES, Terence. Agriculture and Development. Towards a critique of the “New Neoclassical Development Economics” and “Neoclassical Neo-populism”. In: FINE, Ben y JOMO, K.S. (eds.). *The New Development Economics after the Washington Consensus*. New Delhi: Tulika Books, 2006.

DULLIEN, Sebastian y GUÉROT, Ulrike. The long shadow of ordoliberalism: Germany’s approach to the Euro Crisis. *European Council of Foreign Relations Policy Brief*, nº 42, Febrero 2012.

EFE (Agencia), Merkel dice que la encíclica del Papa es un llamamiento a un mundo más social. *El Confidencial*, 07/07/2009.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Bogotá: Norma, 1998.

ESTEVA, Gustavo. Desarrollo. In: SACHS, W. (ed.). *Diccionario del desarrollo*. Una guía del conocimiento como poder. Perú: PRATEC, 1996.

FEARON, James D. y LAITIN, David. Ethnicity, Insurgency, and Civil War. *The American Political Science Review*, vol. 97, nº 1, Febrero de 2003, pp. 75-76.

FISCHER, Karin y PLEHWE, Dieter. The “pink tide” and neoliberal civil society formation: The Atlas think tank network in Latin America Paper submitted at the 54º Congreso Internacional de Americanistas, Vienna, July 15-20, 2012. Simposio nº 895: *Neoliberalism, political entrepreneurs and think tank networks in Latin America*.

GÓMEZ CÁRDENAS, Carlos. W y PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Apuntes para una caracterización del actual sistema-mundo capitalista en el nuevo milenio. In: GAMBINA, Julio C.; RAJLAND, Beatriz y CAMPIONE, Daniel (comps.). *Hegemonía y proceso de acumulación capitalista en Latinoamérica hoy*. El caso argentino. Buenos Aires: FISYP, 2011a., pp. 19-33.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el Nuevo Extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: AA.VV. *Extractivismo, política y sociedad*.

CAAP (Centro Andino de Acción Popular) y CLAES (Centro Latino Americano de Ecología Social). Quito, Ecuador, 2009, pp. 187-225.

HARVEY, David. El “nuevo” imperialismo. Acumulación por desposesión. In: PANITCH, Leo y LEYS, Colin. *Socialist Register. El nuevo desafío imperial*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

KOUMENTAKIS, Panayotis. The Market Economy and The Biological Crisis. In: BEST, Steve (ed.). Global capitalism and the demise of the left. *International Journal of Inclusive Democracy*, vol. 5, nº 1 (special issue), 2009.

LAL, Deepak. ¿Is the Washington Consensus death? *Cato Journal*, vol. 32, n. 3, 2012.

LUTHAR, Suniya S. Resiliencia a edad temprana y su impacto en el desarrollo psicosocial del niño. En: TREMBLAY, R. E., BARR, R. G., PETERS R De V, BOIVIN M. (eds.). *Enciclopedia sobre el Desarrollo de la Primera Infancia*. Montreal: Centre of Excellence for Early Childhood Development, 2010, pp. 1-5. Disponible en: <http://www.encyclopedia-infantes.com/documents/LutharESPxp.pdf>.

MIROWSKI, Philip y PLEHWE, Dieter (eds.). *The Road from Mont-Pèlerin*. The making of the neoliberal thought collective. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

O'DONNELL, Guillermo. Acerca del Estado, la democratización y algunos problemas conceptuales. In: *Contrapuntos: ensayos escogidos sobre autoritarismo y democracia*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1997a.

_____. ¿Democracia delegativa? In: *Contrapuntos: ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización*, Buenos Aires: Paidós, 1997b.

PLEHWE, Dieter. On the origins of the neoliberal economic development discourse. In: MIROWSKI, Philip y PLEHWE, Dieter (eds.). *The Road from Mont-Pèlerin*. The making of the neoliberal thought collective. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

_____. Transnational discourse coalitions and monetary policy: Argentina and the limited powers of the “Washington Consensus”. *Journal of Critical Policy Studies*, vol. 5, nº 2, 2011, pp. 127-148. Existe traducción al español por José Francisco Puello-Socarrás (*mimeo*).

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Neoliberalismo y reforma judicial en América Latina. Observaciones para el análisis del caso argentino. In: GAMBINA, Julio; RAJLAND, Beatriz y CAMPIONE, Daniel (comps.). *Neoliberalismo y Reforma Judicial*. La posición de la Federación Judicial Argentina. Buenos Aires: Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas – Fundación Rosa Luxemburgo, 2013a, pp. 5-18.

_____. Después del Anti-neoliberalismo. Economía política sudamericana y paradigmas de desarrollo en el siglo XXI. *Anuario en Estudios Políticos Latinoamericanos*, Universidad Nacional de Colombia – Maestría en Estudios Políticos Latinoamericanos, Bogotá, n° 1, 2013b, pp. 167-186.

_____. Camino hacia la podredumbre. Neoliberal(para)militarismo en Colombia. Un caso de Anocracia neoliberal. *Cuadernos del GESCAL*. Memorias del Grupo de Estudios sobre Colombia y América Latina. Buenos Aires: GESCAL, 2013c, pp. 25-48.

_____. ¿Social-neoliberalismo? Organismos multilaterales, crisis global y programas de transferencia monetaria condicionada. *Política y Cultura*. Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco), México, n° 40, 2013d, pp. 29-54.

_____. El capitalismo del Buen Salvaje. Neoliberalismo con “inclusión” social. *Revista Izquierda*. Espacio Crítico – Centro de Estudios, Bogotá, n° 30, febrero, 2013e, pp. 22-27.

_____. ¡Anocracia! Colombia, ¿el paradigma por excelencia? *Revista Izquierda* Espacio Crítico – Centro de Estudios, Bogotá, n° 29, diciembre, 2012a, pp. 10-15.

_____. ¡NOBELiberalismo! Los innobles premios Nobel en Economía. *Revista Izquierda* Espacio Crítico – Centro de Estudios, Bogotá, n° 28, noviembre, 2012b, pp. 42-49.

_____. A brief history of antineoliberalism. South American Political Economy and Development Paradigms in the XXI Century. *Ciência & Trópico Journal*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, vol. 35, n° 1, 2011b, pp. 71-94. Disponible en: <http://www.bit.ly/YSUWcR>.

_____. Escribiendo un “Nuevo Neoliberalismo”. *Anuario de Investigaciones*, Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas (FISYP), Buenos Aires, nº 1, 2011c, pp. 31-41. Disponible en: <http://bit.ly/ShfZWO>.

_____. ¿Quién gana con la “Globalización”? Libre comercio, etapa superior del neoliberalismo. *Revista Izquierda*. Espacio Crítico – Centro de Estudios, Bogotá, nº 14, Agosto, 2011d, pp. 18-23.

_____. Un ensayo sobre la depravación total. Nuevo Neoliberalismo Académico y Capitalismo “por posesión”. *Revista Izquierda*. Espacio Crítico – Centro de Estudios, Bogotá, nº 14, agosto, 2011e, pp. 18-23.

_____. ¿Un “nuevo pacto social” para el mundo árabe? El insolente oportunismo del Banco Mundial. *Revista Izquierda*, Espacio Crítico – Centro de Estudios, Bogotá, nº 11, mayo, 2011f, pp. 16-21.

_____. Convencionalismos y sub-versiones epistemológicas. *Crítica Contemporánea. Revista de Teoría Política*. Universidad de la República, Montevideo, nº 1, 2011g, pp. 198-226. Disponible en: <http://bit.ly/PtaLb4>.

_____. Falsedades retóricas y falacias teóricas del nuevo neoliberalismo en Colombia. Crecimiento y convergencia regional. *Revista Izquierda*, Espacio Crítico – Centro de Estudios, Bogotá, nº 8, enero, 2011h, pp. 26-31.

_____. La Miseria de la Politología. Trayectoria histórica, perspectivas políticas y proyecciones sociales. *América Latina. Revista del Doctorado en Procesos Sociales y Políticos en América Latina*, Universidad de Arte y Ciencias Sociales (ARCIS), Santiago de Chile, nº 9, 2010a.

_____. ¿Un “nuevo” FMI o el FMI de nuevo? *Revista Izquierda*, Espacio Crítico – Centro de Estudios, Bogotá, nº 7, diciembre, 2010b, pp. 42-47.

_____. Del *Homo Economicus* al *Homo Redemptoris*. Emprendimiento y Nuevo Neo-liberalismo. *Otra Economía. Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria* (RILESS), Los Polvorines, vol. 4, nº 6, I semestre, 2010c. Disponible en: <http://www.riless.org/otraeconomia>.

_____. América Latina: nueva tópica y viejos tópicos. Cartografía en torno a las formas y reformas de la política en el siglo XXI. *Revista*

de la COPPPAL: “*La Reforma Política en América Latina y el Caribe. Propuestas para los Partidos Políticos*”, Conferencia Permanente de Partidos Políticos de América Latina y el Caribe, Buenos Aires, 2009, pp. 92-109. Disponible en: <http://www.bit.ly/TAHV95>.

_____. *Nueva Gramática del Neo-liberalismo*. Itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 2008a. Disponible en: <http://www.bit.ly/Pmd0hC>.

_____. ¿Un Nuevo Neo-liberalismo? Emprendimiento y Nueva Administración de “lo público”. *Revista Administración & Desarrollo*, Escuela Superior de Administración Pública, Bogotá, n° 49, Primer Semestre, 2008b, pp. 7-39. Disponible en: <http://bit.ly/JzERmA>.

_____. Instituciones, análisis social y desempeños teóricos. *Derecho y Sociedad. Revista del Centro de Investigaciones Sociojurídicas*, Universidad INCCA de Colombia, Bogotá, n° 1, vol. 1, Primer Semestre, 2008c.

_____. El salvataje de los pobres. La “soteriología humanística” del Banco Mundial. *Cuadernos Nacionales*, Tercera época, Universidad de Panamá, Ciudad de Panamá, n° 16, 2008d.

_____. Gramática del Neoliberalismo: genealogía y claves para su desciframiento. *Economía, Gestión y Desarrollo*, Cali, Pontificia Universidad Javeriana, Cali, n. 5, 2007, pp. 177-204. Disponible en: <http://bit.ly/SDnOpT>.

PRADA ALCOREZA, Raúl. *La colonialidad como malla del sistema mundo capitalista*. Bolpress, La Paz, 2013.

RAMÍREZ, Hernán. El neoliberalismo sudamericano en su fragua: la imbricación de ideas, intereses y poder. *Estudios del ISHiR*, vol. 5, n° 1, ene.-abril de 2013, pp. 101-120. Disponible en: <http://www.web.rosario-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaISHIR/article/view/184/276>.

SACHS, W. (ed.). *Diccionario del desarrollo. Una guía del conocimiento como poder*. Perú: PRATEC, 1996.

SHULAK, Eugen-Maria y UNTERKÖFLER, Herbert, *The Austrian School of Economics. A history of its ideas, ambassadors, and institutions*. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2011.

SKAZKIN, S. Problemas fundamentales de la segunda servidumbre en Europa central y oriental. In: SKAZKIN, S., TOPOLSKI, J., NICHTWEISS, J., OTETEA, O., MEJDRICKA, K., NETCHKINA, V. y PACH, Zs. *La segunda servidumbre en Europa central y oriental*. Madrid: Akal, 1980.

SKAZKIN, S., TOPOLSKI, J., NICHTWEISS, J., OTETEA, O., MEJDRICKA, K., NETCHKINA, V. y PACH, Zs. *La segunda servidumbre en Europa central y oriental*. Madrid: Akal, 1980.

STIGLITZ, Joseph. La farsa del libre comercio, *Bolpress*, La Paz, 2013: Disponible en: <http://www.bit.ly/18DLPUV>.

VANISTENDAEL, Stefan. (1994). La Resiliencia: un concepto largo tiempo ignorado. *La Infancia en el Mundo*. vol 5, n º3, BICE., Montevideo.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Análisis de sistemas-mundo: una introducción*. México: Siglo XXI, 2005.

La formación de la sociedad civil neoliberal en América Latina: redes de *think tanks* e intelectuales de la nueva derecha*

Karin Fischer
Dieter Plehwe

Introducción

En América Latina, el neoliberalismo suele asociarse a la historia de las dictaduras militares y el Consenso de Washington. Chile fue sometido a una reestructuración neoliberal de gran alcance, un “verdadero experimento económico en la vida real”, tal como lo enunció Arnold Harberger, uno de los creadores de la Escuela de Chicago. No obstante, a fin de comprender exhaustivamente la incidencia neoliberal en América Latina y el resto del mundo, es crucial reconocer la influencia del neoliberalismo organizado anterior y posterior a Augusto Pinochet por un lado, así como analizar el papel que juega la dimensión transnacional, extendida hasta Alemania y Austria, además de Estados Unidos (Fischer, 2009). A su turno, Argentina experimentó una introducción similarmente violenta del neoliberalismo en la década de 1970, pero también en este caso resulta fundamental evitar la completa identificación entre

*Versión actualizada de un artículo publicado en la revista *Nueva Sociedad*, nº 245, Mayo-Junio 2013. Traducción del inglés de Lilia Mosconi.

aplicación de políticas neoliberales y gobierno autoritario. El régimen neoliberal de convertibilidad abrazado por el presidente Carlos Menem y su ministro de Economía Domingo Cavallo en los años 90 fue mucho más allá de los lineamientos impartidos por el denominado “Consenso de Washington” (Plehwe, 2011).

El neoliberalismo parecía estar jaqueado en América Latina a comienzos del nuevo milenio, al culminar la década de intensa reestructuración neoliberal implementada entre los años 80 y 90. La “marea rosada” liderada por la Venezuela de Hugo Chávez y la Bolivia de Evo Morales, así como el “modelo K” en Argentina y un Brasil conducido por Luiz Inácio Lula da Silva y Dilma Rousseff, ha sido la evidencia más fuerte que presentaron hasta ahora aquellos académicos para quienes la crisis del neoliberalismo es terminal y ya se observa el amanecer de la configuración posneoliberal (Sader, 2008).

Desafortunadamente, no sólo el triunfo que obtuvo Sebastián Piñera y la Coalición por el Cambio en las elecciones chilenas de 2010 parece indicar que la victoria de quienes se oponen a la transformación neoliberal no ha sido completa. Si los electorados no siguen a algunos de los líderes hacia la izquierda es muy probable que podemos ver la (re)emergencia de partidos y políticos de la derecha (Bowen, 2010; Dominguez, Lievesley y Ludlam, 2011). Un cuidadoso análisis comparativo de las variedades latinoamericanas de capitalismo desarrolladas en las últimas 15 años también sugiere que políticas de la era neoliberal son difícil de cambiar, no sólo en países como México, Colombia o en América Central.

¿Cómo podemos explicar esa resiliencia, o bien el regreso de fuerzas, líderes y recetas neoliberales a pesar de su sombrío historial en materia de derechos humanos, viabilidad económica y bienestar social? Es cierto que la división global del trabajo y el poder político resultante de la reestructuración transfronteriza

ha instaurado cerrojos jurídicos y de otros tipos: el “nuevo constitucionalismo para un neoliberalismo disciplinario” (Gill, 1998) brinda considerable estabilidad al orden económico internacional. No obstante, sin respaldo local, el cuasi “ultra-imperialismo” (Kautsky) de la época actual implosionaría en muchos países, en gran medida a la manera del imperio soviético a fines de la década de 1980. En consecuencia, resulta imprescindible identificar las fuerzas locales que sostienen orientaciones neoliberales, aun cuando no generen demasiado apoyo popular en ciertos momentos de la historia.

El neoliberalismo es una orientación política e ideológica muy abarcadora que en el pasado dio pruebas fehacientes de su buena organización y su gran creatividad, al menos en lo que concierne a la explotación de las contradicciones del liberalismo social, el populismo y las economías mixtas o planificadas. Los neoliberales han sido capaces de combinar un fuerte núcleo normativo con una amplia variedad de proyectos políticos más o menos pragmáticos. En comparación con los movimientos políticos de raigambre local, los neoliberales extrajeron una fuerza particular de la creación y el mantenimiento de estrechos vínculos transfronterizos y un nuevo estilo de organización basada en redes organizacionales antes que en la competencia de fuerzas políticas (Plehwe y Walpen, 2006).

Esta peculiar combinación de *think tanks*, ONG y la maquinaria entramada resultante de las campañas políticas fue descrita en un primer momento por John Saloma III (1984) como un novedoso modelo político implementado por la nueva derecha de EEUU. La clave del carácter elitista que caracteriza este modo de operación política en competencia con el modelo de los partidos tradicionales es la capacidad de los *think tanks*: estos sustituyen los modelos ascendentes de formación de opinión y preferencias por vía de su capacidad profesional para enmarcar los problemas y mediante el desarrollo de guiones

argumentativos que asignan soluciones a los problemas sugiriendo explicaciones claras y fáciles de comunicar. Si bien tales narraciones no son en absoluto privativas de la facción neoliberal, para observar sus capacidades e infraestructura es preciso mirar más allá de las arenas políticas tradicionales de partidos y parlamentos.

A fin de comprender mejor la posición de las fuerzas neoliberales en las batallas políticas contemporáneas y las luchas de clases (ideológicas), examinaremos una dimensión de los procesos de formación transnacional de clases y sociedad civil, a saber, las redes de *think tanks* neoliberales que extienden sus tentáculos a lo largo y a lo ancho de América Latina. Luego de esbozar brevemente la línea teórica y metodológica que guía nuestro estudio, analizaremos con mayor atención la historia de la red Atlas y la evolución de sus prácticas, así como la diseminación y el alcance de las operaciones actuales. Más adelante volveremos la mirada hacia la formación de diversas redes trasnacionales, con especial atención a la circunscripción múltiple de los *think tanks* neoliberales, tanto de origen local como extranjero. Concluiremos el capítulo con un intento de evaluar en líneas generales el estado actual de las tendencias neoliberales en América Latina.

Consideraciones teóricas y metodológicas: estudiar la formación de la sociedad civil neoliberal

Lejos de buscar modelos (nacionales) coherentes y grandes líderes políticos, sostenemos la necesidad de aplicar una perspectiva del cambio político basada en las clases y en la sociedad civil. Los estudios de las organizaciones neoliberales, como la investigación sobre la Sociedad Mont Pelerin (SMP), fundada por Friedrich Hayek y otros en 1947, se llevaron a cabo haciendo hincapié en la dimensión intelectual del análisis

transnacional de clases propio de la tradición neogramsciana. Un enfoque más reciente para examinar los roles que desempeñan las redes y prácticas discursivas en la reestructuración de las relaciones sociales es la economía política cultural, que examina la producción de hegemonía con referencia a la creación de liderazgo político, intelectual y moral en las tecnologías del conocimiento y a través de ellas (Jessop y Oosterlynck, 2008).

Los *think tanks* proporcionan una infraestructura crucial y una capacidad de transmisión cada vez más profesional para sus intereses políticos de clase. En tal sentido, estas instituciones pueden ser estudiadas como nodos a fin de observar los intrincados procesos de formación (trans)nacional de clases y sociedad civil. Con fines empíricos, definimos los *think tanks* como unidades que combinan módulos de experticia, consulta, *lobby* o apoyo activo. Concebidos de esta manera, los estudios sobre las redes de *think tanks* trascienden la organización individual para observar las vinculaciones sistemáticas entre intereses económicos (elementos de clase capitalista), académicos y otros expertos (elementos de clase intelectual), medios y otros profesionales de la transmisión (elementos de clase cultural) y la clase política en sentido más estricto. De este modo podemos ir más allá de la manifestación pública del discurso a fin de examinar los trabajos coordinativos de las elites que suelen preceder las manifestaciones públicas. El concepto de red de experticia, consulta, *lobby* o apoyo activo transnacional –que llamaremos “Reclat” o “Teclan” por sus siglas en inglés (*Transnational Expert, Consulting and Advocacy or Lobby Networks*) para sintetizar – guía nuestro análisis de las redes de *think tanks* neoliberales en América Latina, a la vez que nos ayuda a entender las constelaciones hegemónicas neoliberales.

Desafortunadamente, quienes señalan la llegada de una configuración posneoliberal se han abstenido de someter a un examen más atento el elemento neoliberal en la sociedad civil.

Este se manifiesta, por ejemplo, en publicaciones como *Taming Leviathan* (La doma del Leviatán), del Institute of Economic Affairs (IEA), que presenta trabajos de *think tanks* neoliberales de 13 países, nucleados en la Fundación Atlas para la Investigación Económica (Dyble, 2008). Si bien estos informes pueden tacharse de propaganda interesada en algunos aspectos, constituyen una expresión indudable de las iniciativas afianzadas y organizadas que ponen en marcha las redes neoliberales. Las tareas de configuración del saber incluyen actividades que trascienden por mucho la investigación relativa a las políticas y las funciones consultoras que típicamente se atribuyen a los *think tanks*. Eric Bonds (2011) desmenuza la configuración del saber en: a) supresión de la información que amenaza intereses específicos, b) establecimiento y fundación de instituciones con miras a producir la experticia necesaria para alcanzar metas específicas, c) disposición a socavar todo aquel nuevo saber que sea contrario a intereses específicos y d) tentativas de controlar la administración y selección del saber viable en la sociedad. A fin de adquirir incidencia en la jerarquía del saber y la información de cualquier sociedad dada, las fuerzas sociales necesitan organizaciones dedicadas a ejercer influencia en los discursos y debates públicos. Si tanto los oponentes como los partidarios del neoliberalismo a veces parecen dejarse llevar por el momento decisivo del cambio gubernamental, confunden el poder en el gobierno con el poder en la sociedad civil (Mirowski y Plehwe, 2009).

Después de la reelección de Lula en 2006, Alejandro Chafuen publicó en la revista *Atlas Highlights* su artículo “Hope Amid Turmoil in Latin America?” (¿Esperanza en medio de la inestabilidad política en América Latina?), en el que invoca a Chávez, Morales y Castro para expresar la frustración de la derecha neoliberal frente a los desafíos contemporáneos. Sin embargo, en un análisis nada menos que gramsciano de las

relaciones sociales de poder desde una perspectiva de derecha, Chafuen hace hincapié en la comparable debilidad que aquejaba a las fuerzas neoliberales en América Latina durante la década de 1970: en 1975 existían apenas siete *think tanks* neoliberales en comparación con los 35 de 2005; había solo diez universidades con profesores neoliberales en comparación con las 40 que el autor contaba al momento de escribir su artículo; se editaban cinco revistas y otras publicaciones periódicas del “libre mercado” en lugar de las 12 de 2005, sumadas a siete canales de TV y estaciones de radio impulsoras de la causa neoliberal, que en 1975 eran inexistentes. He aquí el mensaje de Chafuen a los adherentes de la red Atlas: no se preocupen demasiado por el desafío neosocialista, porque ahora tienen a su favor un amplio abanico de capacidades neoliberales que será muy difícil destruir.

El “modelo *think tank*” de la política adquiere particular relevancia en tiempos de crisis, ya que estas organizaciones brindan un marco para los debates sobre futuras estrategias. Una vez perdidos sus cargos públicos, los líderes políticos y los intelectuales que en el presente no gozan de aceptación entre el electorado encuentran refugio en los *think tanks*, donde se dedican a reclutar y capacitar nuevo personal con miras al futuro. Tal como argumenta Raúl Zibechi, los representantes de la derecha tradicional han sido reemplazados por figuras de la sociedad civil como consecuencia del resurgimiento de la izquierda. Una serie de organizaciones transnacionales privadas que mantienen vínculos con *think tanks* y partidos derechistas o neoliberales locales están llevando a cabo una (contra)ofensiva ideológica en el nivel continental. En consecuencia, la contienda hegemónica de las diferentes derechas latinoamericanas debe analizarse dentro del contexto más amplio que brinda el concepto gramsciano de “guerra de posición” (Zibechi, 2008; véase también Domínguez, Lievesley y Ludlam, 2011).

La Fundación Atlas para la Investigación Económica: historia temprana y primeras actividades en relación con América Latina

Atlas fue creada en 1981 por el emprendedor de *think tanks* Antony Fisher, padre fundador del British Institute of Economic Affairs, con el objetivo de institucionalizar el proceso mediante el cual se fomenta el inicio de nuevos *think tanks*. Con el tiempo, la Fundación Atlas para la Investigación Económica ha pasado a funcionar como nodo central de transmisión de fondos, personal y otros recursos que demanda el flujo transnacional de ideas y políticas neoliberales. El trabajo llevado a cabo en los *think tanks* neoliberales fue desarrollando un carácter profesional. Una de las innovaciones más recientes de esta fundación con sede en Virginia es su programa de capacitación para el liderazgo. Este breve programa ofrece a los ejecutivos de *think tanks* la oportunidad de aprender la peculiar combinación de destrezas y saberes necesarios para conducir con éxito estas organizaciones, así como “una red global de colegas”. La siguiente generación de gerentes de *think tanks* educados en Atlas, en consecuencia, comparte la experiencia formativa de la educación a la vez que entabla relaciones sociales en las reuniones de la red de *think tanks*, organizadas de forma regular por Atlas y los *think tanks* regionales. En 2008 se introdujo un máster extendido en administración de *think tanks*. La cantidad de miembros de la red Atlas ha crecido rápidamente desde la década de 1980: el directorio global de la fundación incluye actualmente 448 instituciones repartidas por todo el mundo (incluidos 79 *think tanks* latinoamericanos)¹.

¹ Directorio de Atlas, actualizado por última vez en diciembre 2012. Disponible en: <http://www.atlasnetwork.org/global-network-directory/>.

Uno de los objetivos prioritarios en la agenda de Atlas era la interconexión en red con los *think tanks* de América Latina. En sus comienzos, la fundación brindó apoyo financiero al Instituto para la Libertad y la Democracia de Hernando de Soto, en Perú; al Centro de Estudios en Economía y Educación (CEEE), de México; así como a los intelectuales y empresarios de Venezuela que más tarde fundaron el Centro de Divulgación del Conocimiento Económico para la Libertad (Cedice). El único *think tank* neoliberal que por entonces había en Chile tuvo que esperar para obtener reconocimiento: como Fisher no asistió al encuentro de la Sociedad Mont Pelerin realizado en Viña del Mar en 1981, “no estaba seguro de brindar respaldo” al Centro de Estudios Públicos (Chafuen, s.d.). Desde 1991, el argentino Alejandro Chafuen encabeza la organización paraguas de *think tanks*. Este economista formado en EEUU, miembro de la SMP al igual que muchos de sus colegas profesionales de *think tanks*, mantuvo una estrecha relación con Fisher y Atlas desde mediados de los años 80.

De acuerdo con sus informes anuales, Atlas ha distribuido en todo el mundo unos treinta millones de dólares estadounidenses en forma de premios y becas desde 2001. La Beca Venture de Dorian & Antony Fisher se otorga a institutos jóvenes y prometedores, que reciben a través de ella hasta 100.000 dólares a lo largo de tres años. El Premio Freda Utley asciende a 10.000 dólares y recompensa a los *think tanks* situados en “partes difíciles del mundo” que hayan logrado mayor eficacia en la difusión de su mensaje. Con el Premio Internacional Sir Anthony Fisher, la red galardona publicaciones sobresalientes de los *think tanks*. Por último, el ganador anual del Premio Templeton a la Libertad recibe 100.000 dólares. Si se suma todo el dinero distribuido a través de premios en América Latina, Atlas ha repartido más de 600.000 dólares a diversos receptores. Con la excepción de 50.000 dólares, casi todo ese dinero fue

desembolsado en la década de 2000 entre 45 organizaciones. Argentina sobresale entre los receptores, ya que diez de sus *think tanks* recibieron este tipo de financiación de Atlas, en tanto que la organización venezolana Cedice se destaca por haber acumulado ya seis premios.

En 2005, Atlas agregó estímulos especiales para instituciones latinoamericanas: el Premio Alberto Martén para emprendedores sociales, el Premio Francisco Marroquín al trabajo con estudiantes, el Premio Francisco di Vitoria a la ética y los valores y, por último pero no de menor importancia, el premio Miguel Kast para Soluciones de Libre Mercado contra la Pobreza, que lleva el nombre de uno de los principales cerebros del gobierno de Pinochet y diligente impulsor de redes. Este premio recompensa a los institutos por desarrollar “soluciones eficaces a la pobreza” conceptualizadas como empoderamiento de microemprendedores.

Siguiendo a Peter Bauer –uno de los primeros teóricos del desarrollo neoliberal–, según el cual las regulaciones burocráticas del Estado son el factor que desalienta el “espíritu empresarial natural” de los pueblos del Tercer Mundo, el *think tank* chileno Libertad y Desarrollo (2005), así como los peruanos Acción Emprendedora (2009) y Proyecto Invertir (2007) ganaron este premio por fomentar las destrezas empresariales. Esta nueva iniciativa funciona en líneas generales como incentivo para que la red de *think tanks* del continente contrarreste las “tendencias al populismo” y “el proteccionismo”. Atlas financia a sus miembros a través de eventos, becas de viaje, capacitación y becas de investigación, especialmente en países donde hoy en día se llevan adelante (re)negociaciones comerciales.

Ya son numerosas las organizaciones que operan a lo largo y a lo ancho de América Latina como fruto del trabajo coordinado que lleva adelante la derecha neoliberal. Debido a que cada una de estas organizaciones se inserta en una extensa

red, el resultado total es mayor que la suma de sus partes individuales. De ahí que en la próxima sección observemos más exhaustivamente la evolución del entramado de redes latinoamericanas.

Formación de redes de *think tanks*: transatlánticas, panamericanas, latinoamericanas

La Fundación Atlas para la Investigación Económica se dedica activamente a la formación de nuevas redes panamericanas de *think tanks* (v. gráfico). Una de ellas es el Centro Hispanoamericano para la Investigación Económica (Hacer, por sus siglas en inglés), establecido en 1996 con sede en Washington, DC. Con el foco puesto en los hispanoamericanos de América del Norte y América del Sur, Hacer nuclea 105 *think tanks*, muchos de los cuales también participan en las actividades de la red Atlas. No es sorprendente, entonces, que el presidente de Atlas, el mencionado Chafuen, integre la junta directiva de Hacer. Su colega economista Eneas Biglione, también argentino, se desempeña como director ejecutivo.

La sección Noticias Latinoamericanas de Hacer proporciona informes actualizados sobre los países de la región y artículos sobre políticas públicas. La información procede de *think tanks* latinoamericanos asociados y se distribuye tanto en español como en inglés. En una nutrida biblioteca online, Hacer ofrece clásicos neoliberales en español –de autores como Ayn Rand, Ludwig von Mises, Carl Menger y Hayek–, así como literatura contemporánea de autores neoliberales de importancia clave para el sector, como Mario Vargas Llosa, Steve Hanke, Johan Norberg y Carlos Sabino. Además, la organización premia a escritores y dirigentes políticos. Aunque en su sitio web se informa que los galardones se entregan todos los años, el objetivo no se ha cumplido: hasta ahora, solo Álvaro Uribe

recibió el Premio Simón Bolívar (*sic*) en 2010, en tanto que Mario Vargas Llosa y Marcos Aguinis ganaron el Premio Juan Bautista Alberdi (2.000 dólares) en 2006 y 2007, respectivamente. Tampoco el proyecto de Hacer “Transformar las Américas” parece estar en buenas condiciones. Subcontratado por Atlas y el emblemático *think tank* chileno Libertad y Desarrollo, Hacer creó un blog de noticias sobre reforma económica en América Latina que sitúa a Chile como modelo a imitar. Excepto por una colección de artículos (principalmente sobre ese país) y la nueva edición en inglés de *La transformación económica de Chile*, cuyo autor, Hernán Büchi, fue ministro de Hacienda de Pinochet, no parece haber gran cosa. No obstante, la invocación de Chile como modelo a seguir para las perspectivas del desarrollo neoliberal desempeña un papel crítico en un continente que ha puesto mayor empeño que otros en el desarrollo de enfoques alternativos a la globalización neoliberal, a la vez que indudablemente ha sufrido más que otras regiones a raíz de la experimentación de la misma tendencia. América Latina sigue siendo una región de frontera debido a la fuerte polarización entre las versiones del desarrollo conducido por el Estado y los impulsores de un desarrollo en manos del mercado.

En tanto que Hacer ofrece un abundante y accesible programa de medios y noticias, The Independent Institute (TII) se perfila como un foro panamericano más académico, en especial su Centro para la Prosperidad Global. Fundado en 1986, el TII gestiona seis centros que abordan cuestiones vinculadas a las políticas públicas y hasta ahora ha recibido seis premios Sir Anthony Fisher de la red Atlas. Sus miembros investigadores dictan seminarios para académicos, líderes empresariales, empresarios de medios y políticos; publican sus trabajos en editoriales prestigiosas, pero también lo hacen en periódicos y aparecen en debates televisivos.

De especial interés es el Centro para la Prosperidad Global, que fue creado con el objetivo de reunir los análisis intelectuales, morales y prácticos necesarios para pergeñar soluciones a la pobreza basadas en el mercado y además se ocupa de la sección del sitio web que ofrece información en español. Su mascarón de proa es Álvaro Vargas Llosa, hijo del escritor. El personal que integra este centro incluye intelectuales neoliberales como Carlos Sabino, de la Fundación Francisco Marroquín, y Martín Simonetta, de la Fundación Atlas para Una Sociedad Libre (Argentina). Entre los asesores más prominentes se cuentan Steve Hanke, profesor de economía aplicada de la Universidad John Hopkins y miembro del Instituto Cato; los argentinos Gerardo Bongiovanni y Alberto Benegas Lynch, miembros de una red nacional y una global respectivamente, así como Deepak Lal, profesor de la Universidad de California en Los Ángeles (UCLA) y uno de los economistas más influyentes en materia de desarrollo neoliberal². Sin embargo, la situación actual de este centro no está clara, en tanto que las últimas actividades publicadas de los seis centros datan de 2008.

A través de Hacer, Atlas está vinculada a la Red Liberal para América Latina (RELIAL), la red de la Internacional Liberal (LI por sus siglas en inglés). En lo referente a afiliaciones partidarias y éxito electoral, la LI es bastante débil en América Latina³. De ahí que se considere tan importante la difusión de la ortodoxia de libre mercado a través de *think tanks* e institutos privados de investigación. RELIAL fue fundada en 2004 con la

² Detalles sobre el personal en: <http://www.independent.org/research/cogp/personnel.asp>.

³ La actuación de dos partidos que cuentan con un electorado considerable en sus países, el Partido Liberal Radical Auténtico de Paraguay y el Partido Patriota (PP) de Guatemala, contradice esta tendencia. El candidato del PP guatemalteco, Otto Pérez Molina, ganó las elecciones presidenciales en 2011. En junio de 2011 fueron aceptados como miembros con estatus de observador.

ayuda de la Fundación Friedrich Naumann para la Libertad, una organización alemana. Con sede en la ciudad de México, nuclea 45 instituciones liberales de 16 países latinoamericanos (aproximadamente un tercio de ellas son partidos, mientras que dos tercios son *think tanks*). RELIAL publica el Reporte y el Índice de Libertad Económica en América Latina. Entre los integrantes de la junta directiva se cuenta el “key networker” Gerardo Bongiovanni. Bongiovanni es miembro de la SMP, fundador y ahora presidente de la Fundación Libertad Argentina. También es cofundador de la Fundación Pensar, así como fundador y presidente de la Red Libertad, paraguas de *think tanks* neoliberales en Argentina. En 2002, promovió la formación de la Fundación Internacional para la Libertad (FIL), que hoy continúa encabezando (véase Plehwe, 2011).

En tanto que Hacer aporta el vínculo con EEUU, la Fundación Iberoamérica Europa (FIE), con base en Madrid, es la segunda organización integrante de RELIAL que a su vez es una red pero no se asienta en América Latina. La FIE tiene fuertes vínculos con el Partido Popular (PP) de Aznar, cuyo ex-jefe de prensa, Pablo Izquierdo, encabeza la organización⁴. De acuerdo con su sitio web, la FIE conduce 400 proyectos, mayoritariamente en América Latina, y ha distribuido unos 100 millones de euros. Según el diario español *El País*, esta fundación recibió 4,3 millones de euros en subsidios públicos entre 1999 y 2008, de los cuales casi un millón fluyó hacia *think tanks* asociados de Bolivia⁵. En cuanto a Venezuela, se dedicaron

⁴ El presidente honorario del Partido Popular, José María Aznar, comenzó a movilizar actividades de la red con su Fundación para el Análisis y los Estudios Sociales (FAES); v. http://www.fundacionfaes.org/en/redes_faes_en_iberamerica.

⁵ A fines de 2009, el fiscal de Bolivia inició investigaciones sobre la fundación. Tal como han informado numerosos medios, las autoridades de seguridad del Estado consideran que la entidad pagó 250.000 euros a mercenarios que se proponían dar un golpe de Estado y atentar contra el presidente Evo Morales.

750.000 euros a “fortalecer las capacidades institucionales de grupos marginalizados”, en tanto que 150.000 euros fueron a parar a las arcas de *think tanks*, líderes sociales y jóvenes periodistas de pensamiento afín. En América Latina, la lucha ideológica de clases y la lucha armada parecen conservar estrechos vínculos en algunos casos incluso en el siglo XXI, pero la FIE, de todos modos, tiende a focalizar sus actividades en los países que presentan el desafío más rotundo a las políticas económicas neoliberales... y a las inversiones directas españolas.

La FIE se precia de haber dado inicio a la Fundación Internacional para la Libertad (FIL), red creada en 2003 con la unión de *think tanks* de América Latina y EEUU en España. Con sede en Madrid pero actividades que se llevan a cabo de forma descentralizada, la FIL está presidida por Mario Vargas Llosa, becario Templeton de Atlas. En su junta directiva encontramos miembros latinoamericanos de la SMP, tales como Bongiovanni y Cristian Larroulet, histórico director ejecutivo de Libertad y Desarrollo (hoy ministro en el gobierno de Piñera), Chafuen y Enrique Ghersi, el coautor de De Soto. Mientras que la FIE, el instituto sueco Timbro y algunos *think tanks* españoles brindan la “conexión europea”, el vínculo atlántico recibe fuerte impulso de casi todos los *think tanks* neoliberales más importantes de EEUU, es decir, Cato, Heritage, Atlas y el American Enterprise Institute. Los *think tanks* de América Latina afiliados a la FIE se superponen de forma predominante con la red Atlas (v. gráfico).

La RELIAL de la Liberal Internacional tiene su “homóloga” en Latinoamérica Libre, la red bastante más pequeña de *think tanks* de la Unión de Partidos Latinoamericanos (UPLA). La alianza regional de partidos UPLA fue fundada en 1992 con sede en Santiago de Chile y reúne a partidos conservadores tradicionales y partidos ligados a anteriores dictaduras, así como partidos y movimientos nuevos de la derecha (neoliberal). Entre

ellos se cuentan la Alianza Republicana Nacionalista (Arena), de El Salvador; Acción Democrática Nacionalista, de Bolivia; Renovación Nacional y Unión Demócrata Independiente (UDI), de Chile, y entre los ejemplos de formaciones nuevas, el PRO de Argentina (Moressi, 2008). Desde principios del milenio, la alianza y su red de *think tanks* se han dedicado a combatir la “marea rosada”.

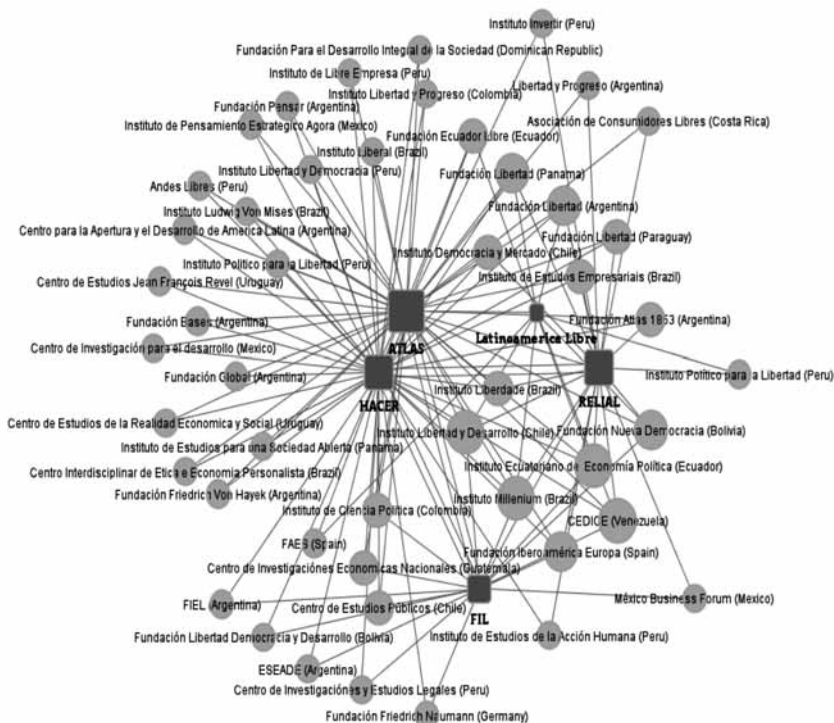
La organización chilena Libertad y Desarrollo actúa como un eje y garantiza la apariencia entramada de la alianza de *think tanks*. En este caso, el respaldo financiero proviene de la fundación alemana cristianodemócrata Hanns Seidel, la FAES de Aznar y Atlas. La considerable superposición entre las redes de *think tanks* RELIAL y Latinoamérica Libre salta a la vista⁶. Esto indica, en primer lugar, que se trata del mismo espectro político que promueve ideas de derecha, liberales y neoliberales. En segundo lugar, este particular modelo de *think tank* posibilita la cooperación y la conexión en redes, no solo transfronteriza sino también más allá de las filas partidarias. Mientras que los partidos políticos de la derecha en muchos casos no logran entablar alianzas, sus *think tanks* sí lo hacen. Entre las actividades de las redes internacionales e interpartidarias se cuentan las capacitaciones conjuntas, las conferencias y los seminarios de verano, campo en el cual Cato es la organización más activa (“universidades El Cato”). En este marco, un *think tank* “nacional” asume el rol de anfitrión, en tanto que las redes mencionadas más arriba –la Fundación Atlas para la Investigación Económica y el Instituto The Independent en EEUU, Latinoamérica Libre en Chile, FIE en

⁶ Libertad y Desarrollo (Chile), el Instituto Ecuatoriano de Economía Política, el Instituto Libertad y Progreso ILPRO (Costa Rica), el Instituto Político Para la Libertad (Perú), la Fundación Libertad (Panamá), CIIMA/ESEADE y la Fundación Libertad (Argentina), pertenecen a ambas redes; v. <http://www.latinoamericalibre.org/> y <http://www.reliat.org/>.

España y RELIAL en México– sostienen estos eventos aportando dinero, becas, oradores, etc.

Gráfico

Nodos y enlaces entre redes de *think tanks* neoliberales en América Latina



Fuente: compilación de los autores, basada en información de las redes publicada en internet. **Nota:** Los autores agradecen a Benjamin Wodrich y Matthias Schlögl por su colaboración. En el gráfico se omitieron 95 miembros de Hacer, Atlas, FIL, RELIAL y Latinoamérica Libre, ya que se incluyen solamente *think tanks* que pertenecen como mínimo a dos redes. El tamaño de los círculos se corresponde con la cantidad de afiliaciones.

Es innegable que las redes de *think tanks* neoliberales merecen una investigación más exhaustiva que el pantallazo general de temas y enlaces entre organizaciones proporcionado hasta aquí. En primer lugar, es preciso llevar a cabo una recolección sistemática de datos adicionales sobre la población de los *think tanks*, que incluya el personal, la producción, las actividades conjuntas y los enlaces con corporaciones, instituciones académicas, medios y organizaciones políticas. Un análisis más profundo de la importancia que han adquirido los diversos nodos y la superposición entre personas y organizaciones exige en última instancia bastante más de lo que es posible lograr a través de un estudio cuantitativo a distancia con información recabada en internet. La profundización del análisis no puede prescindir de un sólido componente cualitativo, basado en entrevistas con líderes de estas organizaciones, observadores y críticos, así como el rastreo de los procesos que involucran a los *think tanks* interconectados en redes y a los individuos que los integran.

A modo de conclusión: panorama de los *think tanks* y el estado de los asuntos neoliberales en América Latina

Los *think tanks* de la red Atlas continúan trabajando en sus campos tradicionales y agendas nacionales: educación, corrupción, inseguridad, política social u otros campos de las políticas públicas. No obstante, su principal preocupación actual es el “ascenso del populismo” y la “tendencia al intervencionismo”, en cuyo marco los líderes de *think tanks* como Carlos Sabino, Mario Vargas Llosa o Gerardo Bongiovanni invocan amenazas a la democracia y al imperio de la ley. Es indudable que el resurgimiento de la izquierda ha causado una crisis en la derecha neoliberal: los expertos del sector perciben

un serio desafío en los movimientos sociales y gobiernos de izquierda de América Latina que actúan a contrapelo de los electorados medulares tradicionales de la derecha y han logrado (re)situar lo social en el centro del debate político.

Quizá la mejor manera de abordar la reacción predominante de la derecha neoliberal ante estos desafíos radique en contemplar su evolución a lo largo de dos ejes. Por un lado, ha emergido una nueva derecha social neoliberal que apunta a la conformación de una alianza de centroderecha. Esta ala hoy intenta incorporar en su programa derechos para los pueblos indígenas e iniciativas vinculadas al desarrollo social, haciendo hincapié al mismo tiempo en la gobernabilidad eficaz. En las palabras de Felipe Kast y sus seguidores que fundaron en Chile el nuevo *think tank* Horizontal, la primera generación de neoliberales construyó la planta baja, es decir, el ordenamiento institucional, y ahora es tiempo de erigir un primer piso que otorgue legitimidad al proyecto neoliberal. Para la nueva derecha de Chile, ello implica permitir que todos los integrantes de la sociedad persigan oportunidades de autorrealización (aquí es evidente, sin lugar a dudas, el paradigma de capacidades de Amartya Sen). Desde el punto de vista político, la centroderecha “democrática, social y pragmática” aspira a lograr una mayoría en las elecciones generales en el marco de un orden liberal.

Por otra parte, la facción más purista advierte en este deslizamiento hacia el centro impulsado por el “liberalismo social” el peligro de que se erosionen los principios neoliberales. El argentino Iván Petrella, de la Fundación Pensar, y el mencionado Büchi, son apenas dos de los defensores de esta visión de quienes “temen perder la batalla de las ideas” si se sigue esta senda fácil de la conformidad. En la interpretación de Büchi, los neoliberales chilenos ganaron la “batalla de las ideas” en 1989: perdieron las primeras elecciones presidenciales luego de la transición a la democracia, pero lograron asegurar el modelo societal de la época de Pinochet. Hoy en día, se

lamentar Büchi, ocurre exactamente lo contrario: es la oposición quien domina con sus planteos la agenda política de la derecha gobernante, así como el debate público (Deslarmes, 2010). Lejos de suavizar las doctrinas neoliberales con miras a la inclusión social, los partidarios de la línea dura se oponen de forma categórica a la tendencia hacia la nacionalización de los recursos naturales y la reinstauración de regímenes impositivos similares a la época de sustitución de importaciones.

Queda por ver cuál de las dos alas será más exitosa en la concreción de las tareas neoliberales fundamentales: garantizar el orden económico capitalista de forma tal que amainen las tormentas neosocialistas y neopopulistas del presente. La profundización de las investigaciones sobre *think tanks* neoliberales será de importancia crucial para obtener información importante sobre las maneras en que se construyen con este fin las Reclat transnacionales.

Bibliografía

- BONDS, Eric. The Knowledge-Shaping Process: Elite Mobilization and Environmental Policy. *Critical Sociology*, vol. 37, nº 4, 2011, pp. 429-46.
- BOWEN, James D. The Right in “New Left” Latin America. *Journal of Politics in Latin America*, vol. 3, nº 1, 2011, pp. 99-124.
- CHAFUEN, Alejandro. Atlas Economic Research Foundation Early History: Thirty Years Ago at Atlas. Disponible en: <http://www.chafuen.com/atlas-economic-research-foundation-early-history>.
- _____. Hope Amid Turmoil in Latin America? *Atlas Highlights*, primavera de 2006, pp. 1, 6, 7.
- DESLARMES, Felipe. La derecha viene marchando. *Miradas del Sur*, nº 126, 17/10/2010.
- DOMINGUEZ, Francisco, LIEVESLEY, Geraldine y LUDLAM, Steve (eds.). *Right-wing Politics in the New Latin America*. Reaction and Revolt. London: Zed Books, 2011.

DYBLE, Colleen (ed.). *Taming Leviathan: Waging the War of Ideas around the World*. Occasional Paper n° 142. London: IEA, 2008.

FISCHER, Karin. The Influence of Neoliberals in Chile Before, During and After Pinochet. In: MIROWSKI, Philip y PLEHWE, Dieter (eds.). *The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective*. Cambridge: Harvard University Press, 2009, pp. 305-346.

GILL, Stephen. New Constitutionalism, Democratization and Global Political Economy. *Global Change, Peace & Security*, vol. 10, n° 1, 1998, pp. 23-38.

JESSOP, Bob y OOSTERLYNCK, Stijn. Cultural Political Economy: On Making the Cultural Turn without Falling into Soft Economic Sociology. *Geoforum*, vol. 39, n° 3, 2008, pp. 1155-1169.

MIROWSKI, Philip y PLEHWE, Dieter (eds.). *The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

MORRESI, Sergio. *La nueva derecha argentina*. La democracia sin política. Buenos Aires: Biblioteca Nacional / UNGS, 2008.

PLEHWE, Dieter y WALPEN, Bernhard. Between Network and Complex Organization: The Making of Neoliberal Knowledge and Hegemony. In: PLEHWE, Dieter, WALPEN, Bernhard y NEUNHÖFFER, Gisela (eds.). *Neoliberal Hegemony: A Global Critique*. London: Routledge, 2006, pp. 27-50.

PLEHWE, Dieter. Transnational Discourse Coalitions and Monetary Policy: Argentina and the Limited Powers of the Washington Consensus. *Critical Policy Studies*, vol. 5, n° 2, 2011, pp. 127-48.

SADER, Emir. *Refundar el Estado*. Posneoliberalismo en América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2008.

SALOMA III, John S. *Ominous Politics: The New Conservative Labyrinth*. New York: Hill and Wang, 1984.

ZIBECHI, Raúl. The New Latin American Right: Finding a Place in the World. *NACLA Report on the Americas*, vol. 41, n° 1, 2008, pp. 13-19.

Reformas políticas e econômicas: a atuação da organização norte- americana *Center for International Private Enterprise* (CIPE) na América Latina

*Ary Cesar Minella**

Introdução

Ao final dos anos 1970 e início dos 1980, o governo dos Estados Unidos redefiniu parte de sua estratégia de atuação e intervenção no exterior e a administração Reagan, com aprovação do Congresso, criou o *National Endowment for Democracy* (NED), uma organização de caráter privado, mas sustentada com recursos governamentais¹. A formação do NED foi seguida pela criação do *Center for International Private Enterprise* (CIPE), e a ele também se vincularam o *National Democratic Institute for International Affairs* (NDI) e o *National Republican Institute for International Affairs*, mais tarde denominado *International Republican Institute* (IRI)². Também se filiou ao NED o *Free Trade Union*

*O texto é uma versão atualizada de trabalho apresentado no Painel 895 – *Neoliberalism, political entrepreneurs and think tank networks in Latin America* – durante o 54 Congresso Internacional de Americanistas (ICA), Viena, julho de 2012. Pesquisa realizada com apoio do CNPq.

¹ A história do NED desde sua própria perspectiva aparece em artigo de Lowe (2008).

² O NDI e o IRI são institutos associados ao Partido Democrata e ao Partido Republicano, respectivamente.

Institute (FTUI), um dos institutos criados pela *American Federation of Labor-Congress of Industrial Organisations* (AFL-CIO) para atuar no exterior. Em 1997, a AFL-CIO unificou seus quatro institutos, criando o *American Center for International Labor Solidarity* (ACILS), também conhecido como *Solidarity Center*³.

A estrutura do NED representa, assim, uma articulação estratégica entre o Estado norte-americano, os dois partidos políticos dominantes, grandes empresas estadunidenses (através do CIPE) e representantes da cúpula do movimento sindical.

Segundo Lowe (2008), alto diretivo da organização, os objetivos do NED definidos em sua fundação são:

[...] encorajar o desenvolvimento de instituições democráticas através de iniciativas do setor privado; facilitar o intercâmbio entre grupos do setor privado (especialmente entre os quatro institutos integrados ao NED) e os grupos democráticos no exterior; promover a participação não governamental em programas de treinamento democrático; fortalecer os processos democráticos no exterior em cooperação com as forças democráticas locais; promover a cooperação entre o setor privado dos Estados Unidos e aqueles no exterior “dedicados aos valores culturais, instituições, e organizações democráticas pluralistas”; e encorajar o desenvolvimento democrático consistente com os interesses dos Estados Unidos e dos grupos que recebem a assistência.

O mesmo autor destaca que a definição do NED como uma organização não governamental, apesar de financiada pelo governo dos Estados Unidos, permite a ela “apoiar forças políticas democráticas em situações repressivas ou politicamente sensíveis, em que o apoio do governo dos Estados Unidos [...]

³ Institutos unificados: *Free Trade Union Institute* (FTUI), criado em 1977 para atuar na Europa, especialmente na Espanha e em Portugal; *American Institute for Free Labor Development* (AIFLD), criado em 1962 para operar na América Latina; *African-American Labor Center* (AALC, 1964) e o *Asian-American Free Labor Institute* (AAFLI 1968) (Amorin, 2007). Desenvolvo uma análise mais detalhada da atuação do NED e do CIPE na América Latina em Minella (2009).

pode ser diplomática ou politicamente inviável” (Lowe, 2008: 8). Como observam Scott e Walters (2000: 255), o NED permite desenvolver políticas que normalmente seriam impedidas por princípios de soberania e não intervenção e essa “diplomacia informal” é um elemento potencialmente útil para a política externa. Essa dimensão intervencionista foi denunciada no próprio Congresso norte-americano desde o início da formação do NED.

Os recursos do NED são utilizados para financiar atividades e organizações de diversos tipos no exterior: centros de pesquisa e formulação de políticas públicas (conhecidos como *think tanks*), ONGs, associações empresariais e de trabalhadores, partidos políticos e organizações diversas da sociedade civil⁴. Ao mesmo tempo, contribui para o processo de **onguização** da política social, conforme menciona Oliveira (2006: 284), articulando-se com o conjunto de forças que interferem nas políticas públicas. Na avaliação de Petras (1997, 1999), um conjunto de ONGs criadas ao longo dos anos 1980 e 1990 desenvolveu uma ação política para minar o crescimento de movimentos sociais que se opunham ao modelo neoliberal.

Center for International Private Enterprise (CIPE)

O CIPE, a organização que interessa para a presente análise, constituiu-se como uma entidade da *U.S. Chamber of Commerce* (Câmara Americana de Comércio), uma poderosa organização empresarial à qual se vinculam mais de uma centena de associações empresariais no mundo. Ao analisar a virada neoliberal nos Estados Unidos nos anos 1970, Harvey (2008) cita o histórico memorando de Lewis Powell à Câmara de Co-

⁴ Entre 1990 e 1997, o NED financiou diretamente 1.754 programas no mundo, com um total de 153,2 milhões de dólares (Scott; Walter, 2000: 243-4).

mércio dos Estados Unidos em agosto de 1971, quando estava prestes a assumir um posto na Suprema Corte, por indicação de Richard Nixon. Nesse documento, Powell faz uma defesa do sistema norte-americano de livre mercado e preconiza a necessidade de mobilizar esforços contra aqueles que queriam destruí-lo. Para isso, a ação individual não seria suficiente. Segundo Powell (apud Harvey, 2008: 52):

[...] a força reside na organização, no planejamento e na implementação meticolosos de longo prazo, na coerência da ação durante um período indefinido de anos, na escala de financiamento que só se obtém por meio do esforço conjunto e no poder político que só se obtém por meio da ação unida e de organizações de alcance nacional.

Powell propôs à Câmara de Comércio desenvolver uma ação direta em universidades, escolas, meios de comunicação, mercado editorial e Cortes de Justiça para reverter o quadro e mudar o pensamento das pessoas sobre as empresas, o direito, a cultura e o indivíduo (Harvey, 2008: 53)⁵. Segundo este autor, “é difícil dizer que influência direta teve essa injunção à entrada na luta de classe”. Todavia, diz ele, “sabemos que a Câmara de Comércio depois disso ampliou sua base de 60 mil empresas, em 1972, para mais de um quarto de milhão, dez anos mais tarde” e, em associação com a National Association of Manufacturers, reuniu recursos para fazer *lobby* e promover pesquisas (Harvey, 2008: 53).

Apesar de ser uma entidade privada, os fundos do CIPE provêm basicamente do governo dos Estados Unidos, tanto de forma direta a partir da Agência dos Estados Unidos para o De-

⁵ Advogado de empresas, Powell participava do conselho administrativo de onze delas. Esse documento ficou conhecido também como “Manifesto Powell” e está disponível em: http://www.reclaimdemocracy.org/corporate_accountability/powell_memo_lewis.html. Para breves comentários sobre o texto, ver nesse mesmo endereço: “The Powell Memo, Introduction”, de 3 de abril de 2004.

envolvimento Internacional (USAID – *United States Agency for International Development*) e do Departamento de Estado (*U.S. Department of State*) e de forma indireta através do NED que, por sua vez, também recebe recursos dessas mesmas fontes.⁶

Dentro da estratégia de atuação do NED, cabe ao CIPE dirigir sua atuação para o universo empresarial, especialmente para as associações de classe e organizações da sociedade civil sob sua influência, buscando seu envolvimento na formulação e implementação de políticas públicas orientadas pelo interesse do mercado.

As associações empresariais são consideradas fundamentais para a participação do setor na sociedade civil e atores-chave para a definição de políticas públicas. Portanto, o CIPE estabelece um vínculo estreito com essas organizações, estimulando e apoiando a participação dos empresários no processo político (CIPE, *Annual Report*, 2004: cap. 1, 7-8). O CIPE elaborou um “manual” de mobilização da “comunidade empresarial” para influenciar reformas de políticas públicas, estabelecendo as prioridades empresariais no campo legislativo e da regulação⁷. Segundo avaliação publicada em 2002, esse manu-

⁶ Os recursos de outras fontes têm uma pequena participação (1% em 2002; 6% em 2004; 3% em 2005). Entre elas estão o próprio Departamento de Estado – com o qual o CIPE mantém uma parceria na publicação de seu jornal –, *Economic Reform Today*, segundo Bohn (2001: 17) e organismos internacionais como a ONU, o Banco Mundial e sua *International Finance Corporation* (IFC), além de ONGs como a *Global Corporate Governance Forum* e grandes empresas estadunidenses (CIPE, *Annual Report*, 2003: 4). Em 2010, os fundos de US\$ 20,1 milhões provinham basicamente do NED (73%), da USAID (14%) e do *U.S. Department of State* (13%) (CIPE, *Annual Report*, 2010: 35). Em 2011 o CIPE contou com US\$ 18,9 milhões (CIPE, *Annual Report*, 2011: 37). Em 2012, os mesmos provedores eram responsáveis por 97% dos fundos (respectivamente 84%, 10% e 3%) cabendo a fundos privados 3% (sobre um total de US\$ 17,6 milhões – Cf. CIPE, *Annual Report*, 2012).

⁷ CIPE. *Guía para la agenda nacional empresarial: la voz de las empresas*. Disponível em: <http://www.cipe.org/regional/lac/pdf/spanishnba.pdf>. Essa orientação aos empresários apresenta-se de forma mais aprofundada em publicação do CIPE organizada por Milner (1999).

al alcançou grande sucesso no desenvolvimento de uma agenda empresarial nacional em países como Haiti, Argentina e Ucrânia e em agendas regionais na Rússia (CIPE, *Annual Report*, 2002: 41).

Desde sua fundação, segundo informação do próprio CIPE, foram financiadas cerca de 1.000 organizações e iniciativas locais em mais de 100 países e conduzidos programas de treinamento na administração de associações empresariais na África, Ásia, Europa, Eurásia, Oriente Médio e América Latina. Em 2010, a organização atuou em 51 países, apoiando 165 projetos, com 122 parceiros (CIPE, *Annual Report*, 2010) (Para uma visão conjunta das parcerias realizadas na América Latina no período de 1984 a 2011, ver anexos, Quadro N° 2). Segundo Bohn (2001), nos primeiros anos o CIPE concentrou seus programas naqueles países que haviam demonstrado um empenho favorável ao desenvolvimento das empresas privadas e da democracia. Posteriormente, porém, ficou claro que a abordagem do CIPE poderia ser aplicada em países onde era fraco o empenho governamental para o capitalismo e a democracia, desde que encontrasse “dedicadas e corajosas” organizações parceiras. Foi assim, por exemplo, que o CIPE apoiou programas na Rússia e na Nigéria. Conforme a ideologia desse empreendimento, estimular o “surgimento de associações empresariais e *think tanks* é parte vital da promoção da cultura democrática e impulso para reforma econômica” (Bohn, 2001: 15). No final dos anos 1980, suas operações foram ampliadas com programas na África e na Ásia.

Com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e as primeiras eleições “parcialmente livres” na Polônia e na Hungria, o Center passou a atuar na Europa Central e do Leste e, a partir de 1991, na Rússia e na Ucrânia. Em meados dos anos 1990 havia estabelecido programas na China e no Vietnã (Bohn, 2001: 14-15). Após o 11 de setembro de 2001 a atenção se voltou

especialmente para os países árabes. Em 2007 e 2011, respectivamente 54% e 33% dos recursos foram aplicados em países do Norte da África e Oriente Médio. No mesmo período, 12% e 23% tiveram como destino outros países da Ásia enquanto a América Latina e Caribe receberam 9% e 6,5%. (Cf. CIPE, *Annual Report*, 2007 e 2011).

A principal atuação do CIPE se realiza através das “parcerias” com organizações locais, especialmente com associações empresariais, *think tanks*, ONGs, universidades e outras organizações da sociedade civil. No desenvolvimento dos programas conjuntos, essas organizações locais entram com recursos obtidos de outras fontes. A filiação do CIPE à Câmara de Comércio dos Estados Unidos facilitou a entrada na região pois a maioria dos países latino-americanos conta com uma Câmara Americana de Comércio (Geurts et al., 2001: 64).

A articulação com as organizações locais é central na abordagem do CIPE, e elas devem ser ativas na elaboração e implementação dos projetos (“empoderamento das organizações locais”, na linguagem da organização). Os principais programas de ação incluem: a) o combate à corrupção; b) promoção da governança corporativa; c) reformas institucionais para levar o setor informal para a economia formal; d) reforço do papel da mulher e da juventude (programas, cursos, organizações, educação); e) promoção da governança democrática; f) redução das discrepâncias de renda através da iniciativa empresarial⁸; g) desenvolvimento das associações empresariais; h) reforma na legislação e regulações que dificultam as atividades empresariais; e i) acesso à informação, para alcançar maior

⁸ O CIPE estimula o desenvolvimento de iniciativas empresariais que gerem emprego e renda, especialmente através das pequenas e microempresas. Mas as pequenas e médias empresas desempenham também um papel político e devem ser mobilizadas para dirigir as reformas e as associações empresariais seriam um instrumento efetivo para isso (Bohn, 2001).

transparência no governo, na divulgação e no entendimento dos princípios democráticos orientados para o mercado⁹.

Em fevereiro de 2007, o CIPE divulgou um documento com a estratégia da organização para a América Latina durante o período de 2007-2012 (CIPE, 2007a). Nesse documento, as emergências do “populismo” e do “protecionismo” são consideradas dois grandes desafios a serem enfrentados nesse período. Esse “novo populismo”, segundo o CIPE, procura desvincular o processo de liberalização política das reformas de livre mercado e livre comércio e, ao mesmo tempo, busca reforçar laços políticos e econômicos regionais contrários à reforma global. Isso foi considerado como um “recuo da democracia” (*democracy backlash*)¹⁰ e o “desafio” da organização seria “sustentar o ímpeto das reformas democráticas e do livre mercado” (CIPE, 2007a: 3).

Ainda no documento citado, cinco temas foram considerados centrais para a atuação do CIPE no período 2007-2012. O primeiro é a formação de **propostas econômicas para os partidos políticos**, cujo objetivo é combater os projetos “populistas” e desenvolver uma abordagem centrada em governança, reformas institucionais e educação cidadã acerca das vantagens das políticas propostas. O segundo foco de atuação é a **reforma do setor informal** (o exemplo inspirador é atuação do *Instituto Libertad y Democracia – ILD*, no Peru). Existem razões políticas no interesse pelo setor informal, pois o CIPE avalia que ele oferece importante base para as políticas populistas. O processo de formalização do setor, no Peru, teria contribuído para enfraquecer a esquerda naquele país, segundo avalia o ILP. O terceiro foco é **capacitar o setor privado para participar de forma mais ativa nos processos de definição das políticas**

⁹ Cf. CIPE, <http://www.cipe.org/about/AboutCIPE.pdf> e Bohn (2001).

¹⁰ Na América Latina, alguns países estariam vinculados ao “recuo democrático”: Venezuela, Bolívia e Argentina são exemplos citados.

públicas, sempre com o objetivo de criar um consenso em torno da democracia e das reformas pró-mercado. Seguir apoiando a implementação da “**governança corporativa e a cidadania corporativa**” (*corporate citizenship*), como mecanismos para fortalecer o mercado de capitais e atrair investimentos é o quarto tema. Finalmente, o quinto foco de atuação é o **combate à corrupção** que, segundo avaliação do CIPE, representa um custo elevado para as empresas que atuam na América Latina (estimam-se em 10% os custos de transação envolvidos em corrupção).^{10a}

A seguir examino a presença do CIPE no Peru e na Argentina e identifico algumas intervenções do NED, diretas ou através do IRI e do NDI.

Os parceiros no Peru: o *Instituto Libertad y Democracia* (ILD) e o *Instituto Apoyo*

Segundo a avaliação do CIPE, o ILD é amplamente reconhecido por sua atuação no estabelecimento de um consenso em torno da economia de mercado no Peru durante os anos 1980 e na contribuição aos programas de reforma econômica durante os anos 1990 (Geurts et al., 2001: 61). A figura de destaque é Hernando De Soto, o fundador do ILD (CIPE, *Annual Report*, 2003: cap. 6, 6).

Entre 1981 e 1984, o ILD, então com um pequeno grupo de pesquisadores, analisou a situação do mercado informal no Peru e passou a defender um processo de mudanças que teria permitido reduzir o procedimento de registro legal de um negócio e ajudado milhares de empresas a passar do setor informal para o formal da economia (Geurts et al., 2001: 61; Islam, 2007). Avaliando que as propostas e ações do ILD contribuíam

^{10a} Grifos nossos.

para criar um sistema mais estável de governo e minar o apoio ao Sendero Luminoso e assim criar uma abordagem alternativa para “combater o terrorismo”, o CIPE apoiou este instituto em seu primeiro programa, em 1984 (CIPE, *Annual report*, 2003: cap. 1 e 6, 2 e 13). Segundo Islam, a obra de Soto *The other path: The invisible revolution in the Third World* (Nova York, Basic Books, 2002), publicada originalmente em 1986, oferecia “aos pobres uma alternativa à revolução: o empreendedorismo [*entrepreneurship*]”¹¹. Essa perspectiva, que também identificava na debilidade das instituições a barreira primária para o crescimento empresarial e, ainda, destacava a importância da implantação de instituições como garantia de contratos, mercado financeiro e sistema judicial, teve uma boa acolhida no CIPE e passou a ser divulgada nas organizações multilaterais (Islam: 55-6).

Em período recente, a partir de 2009, o ILD recebeu apoio do CIPE para atuar junto às comunidades indígenas peruanas mobilizadas contra a ação do governo em suas regiões. Para o CIPE, “as revoltas” indígenas “dificultam o crescimento das excelentes taxas econômicas” do Peru e ameaçavam o Estado de direito e a democracia. Ao mesmo tempo reconhece que essa população precisa ser consultada nos processos de decisão e a proposta do ILD é “promover a integração das comunidades indígenas peruanas para o sistema democrático e a economia de mercado” (CIPE, *Annual Report*, 2011: 27).

Para sua atuação política no Peru nos anos 1990, o CIPE estabeleceu vínculos com outra organização: o *Instituto Apoyo*¹².

¹¹ Segundo o CIPE, essa obra teria revolucionado a maneira de pensar de acadêmicos, especialistas em desenvolvimento e governantes sobre o papel do direito de propriedade (CIPE, *Annual Report*, 2003: cap. 1, 2).

¹² Conforme levantamento realizado pelo *Foreign Policy Research Institute* (FPRI) da Filadélfia, em um universo de 5.080 *think tanks* e organizações da sociedade civil, 408 estão na América Latina, das quais 21 no Peru. O Instituto Apoyo foi considerado um dos cinco melhores *think tanks* do continente. Os demais são da Argentina (dois), do Brasil e do Chile. Disponível em: <http://www.apoyo.com>.

Criado em 1989 para realizar pesquisa de política econômica, esse instituto é vinculado à Apoyo, uma entidade privada de consultoria empresarial fundada em 1977, durante o governo militar. O Instituto Apoyo começou a realizar um serviço de assessoria legislativa através de relatórios legislativos mensais no momento em que o governo de Fujimori iniciava seu programa de estabilização financeira e reforma econômica. Na avaliação de Mashek (1993: 100.), esse serviço foi recebido com grande entusiasmo no Congresso, inclusive por parlamentares da “esquerda moderada”. O serviço sofreu descontinuidade quando o Congresso foi fechado, em abril de 1992. Porém, a formação da Assembleia Constituinte mobilizou o CIPE e o Instituto Apoyo para revisar e apresentar propostas sobre os itens econômicos¹³.

Em 2005, o Instituto, em parceria com o CIPE, realizou uma série de discussões que serviu de subsídio para a definição de uma Agenda Empresarial Nacional para o Peru, base de programa de governo que visava as eleições presidenciais de 2006. No período de 2005 a 2007, o CIPE apoiou iniciativas para o desenvolvimento da governança corporativa, que serão comentadas mais adiante.

Em 2011, mantinha parceria com o Instituto Invertir, desenvolvendo o programa *EmprendeAhora*, voltado para a difusão dos valores da democracia e do empreendedorismo entre os jovens (CIPE, *Annual Report*, 2011).

¹³ Entre julho de 1990 e fins de 1992, o CIPE repassou 150 mil dólares para o programa de Apoio ao Congresso que, por sua vez, fez um aporte de 90 mil dólares para o programa (Mashek, 1993).

Os parceiros do CIPE na Argentina: IERAL, CIPPEC e CEF

O *Instituto de Estudios Económicos de la Realidad Argentina e Latinoamericana* (IEERAL) foi organizado em 1977 por empresários da cidade de Córdoba, juntamente com a *Fundación Mediterránea*, à qual está vinculado¹⁴. Em 1996 passou a denominar-se *Instituto de Estudios de la Realidad Argentina y Latinoamericana* (IERAL). O objetivo da fundação é promover pesquisas sobre questões econômicas, a fim de criar um espaço para discussão e formulação de propostas de políticas econômicas a partir da perspectiva empresarial. “A metodologia de trabalho adotada pela *Fundación Mediterránea*, desde sua criação, é a interação permanente entre empresários e técnicos¹⁵. O IEERAL contou com uma equipe de economistas dedicados em tempo integral à pesquisa. Domingo Cavallo, presidente do instituto, assumiu o Ministério da Economia em janeiro de 1991 e formou parte de sua equipe com pesquisadores do IEERAL (Ramírez, 2006: 187-8). Segundo Geurts et al (2001: 61), muitos dos relatórios produzidos pelo Instituto serviram de base para as propostas de reforma da economia argentina adotadas por Cavallo. O Programa de Apoio ao Legislativo, desenvolvido pelo IEERAL entre março de 1988 e fevereiro de 1993 naquele país, canalizou quase 1 milhão de dólares, dos quais cerca de 416 mil saíram dos fundos do CIPE¹⁶. Durante este período, através de parcerias com organizações locais, o CIPE canalizou US\$ 2.866.690,00 para “programas de apoio legislativo” em doze países da América Latina¹⁷.

¹⁴ Para uma análise detalhada sobre a *Fundación Mediterránea* e o IERAL ver os trabalhos de Ramírez (2000 e 2006).

¹⁵ Ieral, *Orígenes y objetivos*. Disponível em: <http://www.ieral.org>.

¹⁶ Cf. Mashek (1993:59-106)

¹⁷ Dados foram levantados a partir de Mashek (1993: 59-106) e CIPE, *Annual Report* (2003: cap. 3, 9). Para mais detalhes ver Minella (2009: 22).

O apoio do CIPE ao Instituto aparentemente diminuiu a partir da crise econômica que assolou o país entre 2001 e 2002¹⁸ e que, segundo Braun et al. (2004), levou também a um questionamento de um conjunto de *think tanks* enquanto fonte de análise política e recrutamento de quadros para o Estado.

A partir de 2002, o CIPE passou a apoiar o *Centro de Implementación de Políticas Públicas para la Equidad y el Crecimiento* (Cippec), organização que procura desenvolver um consenso sobre a necessidade de reforma política e econômica na Argentina, atuando na formulação e na implementação de políticas públicas¹⁹. Em pouco tempo, o Cippec passou a contar com apoio de várias fundações e organizações da sociedade civil e recursos de organismos como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Mas é importante destacar que o apoio do NED ao Cippec foi muito mais amplo e provavelmente fundamental para consolidá-lo. Assim, além do CIPE, o NED canalizou recursos para o Cippec de forma direta e, em especial, através do IRI. No período de 2002 a 2006, o Cippec recebeu dessas organizações mais de US\$ 900 mil (sendo US\$ 525 mil somente do IRI)²⁰. O Cippec conta também com o apoio de vários governos (Alemanha, Finlândia, Suíça, Noruega) e organizações como o *Open Society Insti-*

¹⁸ As referências ao IERAL no relatório do CIPE de 2003 são pouco precisas. Informa apenas que continua realizando atividades de análise legislativa para influenciar o Congresso e a opinião pública.

¹⁹ Ver: <http://www.cippec.org> e CIPE, *Annual Report* (2002 e 2007). Entre os onze “jovens profissionais” que fundaram o Cippec em 2000, oito deles compartilham a formação (mestrado ou doutorado) na Universidade de Harvard (quatro em políticas públicas, três em economia, um em administração pública e outro em política educacional). Os demais se formaram na London School of Economics, na Universidade de Northwestern e na Universidade de Chicago. Disponível em: <http://www.cippec.org/Main.php?do=contentShow&id=4>.

²⁰ Informações coletadas a partir de relatórios do NED (NED, *Latin America and the Caribbean Program*. Disponível em: <http://www.ned.org/grants>).

tute (OSI), ligada ao mega investidor George Soros²¹. Além disso, uma centena de empresas argentinas, multinacionais e grandes bancos são listadas como apoiadoras²². Em síntese, o Cippec relaciona o apoio de 15 governos, 25 agências de cooperação internacional, 100 empresas e 164 indivíduos.

Além de sua atuação no Congresso argentino, o Cippec também coopera com o Ministério da Educação em programas educacionais e com organizações da sociedade civil. Em 2011 realizou programas em 17 Províncias e 11 municípios. E neste mesmo ano o CIPE apoiou a atuação do Centro no processo eleitoral argentino, com o programa intitulado **Agenda Presidencial 2011-2015**. A julgar pelos dados do relatório do CIPE e do próprio Cippec, com este programa a organização atuou de forma muito ativa durante as eleições presidenciais de 2011²³.

²¹ Lista de instituições que apoiam o Cippec, segundo informação do próprio Centro: *International Initiative for Impact Evaluation* (3iE), Banco Mundial, BID, Brookings, *Center for International Private Enterprise* (CIPE), *Embajada de Alemania (Fondo de Democracia e Fondo de Derechos Humanos del Ministerio de Relaciones Exteriores)*, *Embajada de Finlandia*, *Embajada de Suiza (Ministerio de Relaciones Exteriores)*, *Fondo de Anticorrupcion Noruego (BID)*, *FONTRA*, *Global Development Network (GDN)*, *IDRC*, *National Endowment for Democracy*, *Open Society Institute (OSI)*, *Overseas Development Institute (ODI)*, *Partnership for Transparency Fund PTF*, *Save the Children*, *TINKER*, *UNICEF*, *World Health Organization/Alliance*. Disponível em: <http://www.cippec.org/Main.php?do=contentShow&id=17>.

²² Entre as empresas estão a 3M, AEA, Aeropuertos Argentina 2000, American Express, Coca Cola, Dell, Fiat, Grupo ARCOR, Intel, Petrobras, Philips, Microsoft, Siemens, Telecom, Telefonica, Vale, YPF. Entre os bancos cabe mencionar o Banco de la Ciudad de Buenos Aires, Santander Rio e o Deutsche Bank. Além de associações empresariais como a AMCHAM (Câmara Americana de Comércio, à qual o CIPE está vinculado) e a *Asociación de Bancos de la Argentina* (ABA) que reúne os bancos estrangeiros no país. Disponível em: <http://www.cippec.org/Main.php?do=contentShow&id=17>.

²³ “Mais de 1.200 políticos, funcionários públicos, empresários, diplomatas e jornalistas participaram do lançamento do programa, que foi apresentado em 30 artigos nos jornais nacionais, 12 jornais provinciais, 5 estações de rádio e dois programas de televisão. A campanha de mobilização do CIPPEC foi abordada 167 vezes na mídia ao longo do projeto” (CIPE, *Annual Report*, 2011: 26 – tradução livre).

Em 2006, dentro de sua estratégia de apoio à governança corporativa, o CIPE articulou sua atuação na Argentina com a *Fundación Centro de Estabilidad Financiera* (CEF), como veremos a seguir. Em 2011, o projeto em execução com apoio do CIPE se relaciona com transparência em fundos públicos de pensão (CIPE, *Annual Report*, 2011).

CIPE e a governança corporativa

Incluída entre as prioridades de atuação na América Latina para o período 2007-2012, como se mencionou, a governança corporativa é vista pelo CIPE como uma solução para muitos dos problemas que afetam o desenvolvimento econômico e as instituições políticas no capitalismo contemporâneo (CIPE, Usaid, 2009).

Conforme observa Grün (2005: 68), governança corporativa “[...] engloba um conjunto de dispositivos, cada vez mais díspares quanto ao seu escopo e lógica interna, mas todos concorrendo para estabelecer ou manter uma relação entre acionistas e dirigentes das empresas, considerada satisfatória para os primeiros”. É importante ter presente que acontecimentos como os escândalos da Enron e da Worldcomm nos Estados Unidos e, posteriormente, o papel protagonista de algumas instituições financeiras na crise de 2008 reacenderam a discussão em torno da governança corporativa enquanto “princípio ordenador do capitalismo contemporâneo” (Grün, 2005: 74)²⁴.

O envolvimento inicial do CIPE com governança corporativa está inscrito na estratégia do governo e das corporações estadunidenses relacionadas com as transformações políticas e econômicas dos países do centro e leste europeu na transição

²⁴ Uma discussão sobre a crise recente e governança corporativa aparece em Hilb (2009).

para economia capitalista. A partir de 1992, operando com fundos da USAID repassados através do NED, o CIPE vinculou a governança corporativa ao processo de privatização ocorrido naqueles países. O “sucesso” alcançado nessa atividade na Europa teria levado a USAID e o CIPE a implementar e apoiar programas e organizações de governança corporativa na América Latina a partir de inícios dos anos 2000 (CIPE, 2005). Neste período o CIPE já estava patrocinando organizações e programas de governança corporativa em vários países do mundo²⁵.

Um grupo de trabalho interno (*Working Group on Corporate Governance*), organizado para avaliar a governança corporativa e “identificar os mecanismos necessários” para sua “efetiva implementação em todo o globo”, produziu importante documento publicado pela organização em 2002 (CIPE, 2002a). Este documento aponta limites na concepção e na operacionalização vigentes sobre o tema no período, inclusive no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Entre outros aspectos ganha relevância o foco nos países em “transição” do socialismo para o capitalismo²⁶. A partir do exame de alguns casos de economias “em desenvolvimento” e em “transição”, o documento avalia que para a resolução dos problemas de governança corporativa em tais países é necessário ir além de uma visão estreita de como proprietários e gestores do capital se relacionam e ampliar a concepção padrão de governança corporativa.

²⁵ Na África (Quênia, Gana, Nigéria, África do Sul e Egito), Ásia (Filipinas, Indonésia, China), Europa Central e Oriental (República Checa, Hungria, Polônia, Ucrânia, Rússia, Albânia, Bulgária, República Eslovaca, Romênia), Eurásia (Rússia, Cazaquistão), América Latina e Caribe (Colômbia, Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua) (CIPE, 2002a: 28-34).

²⁶ Entre as publicações do CIPE durante este período de avaliação de mais de uma década de envolvimento com a governança corporativa e de planejamento das ações futuras, merece destacar o livro *In search of good directors: A guide to building corporate governance in the 21st Century*. 3a ed. (CIPE, 2003a).

Sistemas de governança corporativa dependem de um conjunto de instituições (leis, regulamentos, contratos e normas) que possibilitam empresas auto-reguladas a operar como elemento central de uma economia de mercado competitiva. Estas instituições asseguram que os procedimentos internos de governança corporativa adotadas pelas empresas são cumpridos e que a gestão é responsável frente aos proprietários (acionistas) [*shareholders*] e outros interessados [*stakeholders*]. O ponto chave nesta definição é que os setores público e privado têm de trabalhar juntos para desenvolver um conjunto de regras que são obrigatórias para todos e que estabelecem as formas que as empresas precisam para governar a si mesmas (CIPE, 2002a: 12)²⁷.

Essa concepção foi reiterada em outros documentos, que afirmam a importância da ampliação do conceito de governança corporativa para aprimorar a qualidade das empresas e da democracia:

Governança corporativa opera como um sistema completo, necessitando uma base institucional (Estado de Direito, instituições de mercado e direitos de propriedade), boas práticas dentro das empresas, e elementos externos, tais como pressões de mercado e supervisão regulatória adequada. Tanto para os especialistas em governança corporativa como para os profissionais do setor privado, estas reformas de governança são essenciais para as estratégias de melhoria da qualidade dos negócios e da democracia (CIPE, 2008a: 10).

Para os intelectuais do CIPE a governança corporativa

[...] tem sido vista como algo mais pertinente às grandes empresas nas economias em desenvolvimento –algo de interesse

²⁷ Na literatura técnica sobre governança corporativa *stakeholders* são consideradas as “pessoas, grupos ou instituições, com interesses legítimos em jogo nas empresas e que afetam ou são afetados pelas diretrizes definidas, ações praticadas e resultados alcançados” e podem ser classificadas em quatro grupos: os *shareholders* (proprietários, acionistas, investidores), os internos (órgãos de governança da empresa e os trabalhadores), externos, integrados à cadeia de negócios (credores, fornecedores, clientes, consumidores) e o entorno (local onde a empresa atua, a sociedade como um todo, governos, ONGs.). (Cf. Rossetti, Andrade, 2011: 108-111). Um grande diferencial entre as propostas de governança corporativa está na forma e alcance em que são considerados os interesses dos diferentes *stakeholders*.

dos investidores e CEOs. No entanto, como as experiências das últimas décadas mostram, a governança corporativa é muito mais do que isso. Ela ajuda a limpar e colocar em ordem o ambiente de governança, expondo relações privilegiadas e injetando valores de transparência e prestação de contas (*accountability*) nas transações privadas e públicas. A governança corporativa também é um meio eficaz de desenvolver um setor funcional de pequenas e médias empresas que pode ser capaz de gerar empregos e atrair investimentos – reconhecida solução sustentável para a pobreza. Em resumo, como a boa governação no sector privado é inseparável da boa governança no setor público, a governança corporativa pode ser vista como um dos instrumentos fundamentais para garantir que estados democráticos funcionem para o benefício de todos os segmentos da sociedade. (Shkolnikov e Wilson, 2008: 1)²⁸.

Portanto, a concepção de governança do CIPE apresenta natureza política mais ampla e abarca a necessidade de articular propostas e ações que envolvem as empresas privadas e o poder público em um conjunto de reformas econômicas, políticas e institucionais.

No período de 2007 a 2012 o Center apoiou programas de Governança Corporativa em vários países da África, América Latina, Europa, Ásia e Oriente Médio (Ghana, Kenya, Uganda, Zâmbia, Bangladesh, China, Filipinas, Indonésia, Paquistão, Albânia, Kosovo, Sérvia, Quirguistão, Rússia, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru, Líbano, Marrocos, Turquia e Territórios Palestinos) (CIPE, *Annual Report*, 2007 a 2012). Para a identificação dos programas, consultar o Quadro N^o 3, em anexo.

A seguir, passamos a detalhar informações sobre as organizações e os programas de governança corporativa apoiados pelo CIPE na América Latina em período recente: Argentina, Brasil, Chile, México, Peru, e um programa de alcance regional que incluí a Colômbia, o Equador e a Venezuela, conforme ilustrado pelo Quadro N^o 1.

²⁸ Os autores são vinculados ao CIPE: Shkolnikov é *Senior Program Officer for Global Programs* e Wilson é *Regional Director for Eurasia and South Asia*.

Quadro Nº 1

CIPE e a Governança Corporativa (GC) – Programas e parcerias na América Latina

País	Parceiros/ Período	Programa/ período
Argentina	<i>Fundación Centro de Estabilidad Financiera</i> (CEF)	Governança Corporativa (GC) em instituições financeiras; Adoção de padrões de GC; Promoção de Boas Práticas de GC (2010).
Brasil	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)	GC em empresas familiares no Brasil (2005-2008).
Chile	<i>Centro para el Gobierno de la Empresa – Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas, Universidad Católica de Chile</i> (FEAUC)	Desenvolvimento de GC (2007-2008)
Colômbia	<i>Confederación Colombiana de Cámaras de Comercio</i> (CONFECAMARAS)	GC em empresas públicas e privadas (2007-2008); Criação de incentivos para as Normas de Governança Corporativa (2009-2012). Promoção de GC na Colômbia, Equador e Venezuela (2009); Fortalecimento da Governança Corporativa na América Latina (2010)
México	<i>Centro de Excelencia en Gobierno Corporativo</i> (CECG)	Fortalecimento da GC (2007-2010)
Peru	<i>Asociación de Empresas Promotoras del Mercado de Capitales</i> (Procapitales) e <i>Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas</i> (UPC)	Treinamento em GC (2007)

Fonte: Elaboração própria a partir de CIPE, *Annual Report* (2007 a 2012). Dados de 2011 e 2012 coletados por Kopittke (2013).

No período de 2005 a 2007, o CIPE apoiou iniciativas para o desenvolvimento da governança corporativa no Peru em parceria com a *Asociación de Empresas Promotoras del Mercado de Capitales* (Procapitales)²⁹ e a *Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas* (UPC)³⁰.

Na Argentina, como foi mencionado, em 2006 o CIPE articulou sua atuação com o *Centro de Estabilidad Financiera* (CEF) com o objetivo de desenvolver um padrão de medição da qualidade das práticas de governança corporativa nas instituições financeiras naquele país (CIPE, *Annual Report*, 2006). O CEF foi articulado durante a crise argentina de 2001 e passou a funcionar no ano seguinte, realizando análises e formulando propostas de políticas públicas relacionadas com o sistema financeiro, para as quais recebe especial apoio de instituições financeiras locais e internacionais³¹.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), criado em 1995, recebeu apoio do CIPE em 2004 e, com seu patrocínio, realizou em 2005 uma pesquisa sobre governança corporativa em companhias de controle familiar³².

²⁹ Fundada em 18 de julho de 2001, com sete associados; em 2008 já reunia cinquenta empresas. Seu objetivo é desenvolver o mercado de capitais e implementar práticas de governança corporativa. Disponível em: <http://www.invertir.org.pe>.

³⁰ Em 2005 foi realizada uma pesquisa sobre Governança Corporativa com 4 mil empresas peruanas. (CIPE, *Annual report*, 2005).

³¹ O *Mercado a Término de Rosario* (ROFEX) e o *Instituto Argentino de Ejecutivos de Finanzas* (IAEF) são os fundadores do CEF. Disponível em: <http://www.cefargentina.org/espanol/>. Ver especialmente CEF – *Memoria de Actividades* 2006). Ao longo dos anos, além do CIPE, o CEF contou com o apoio de instituições como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desarrollo (BID), associações de classe dos banqueiros (*Asociación de Bancos de la Argentina* – ABA e *Asociación de Bancos Privados de Capital Argentino* – ADEBA), empresas e especialmente bancos argentinos e multinacionais. Disponível em: <http://www.cefargentina.org/apoyan.php?seccion=0108&lang=es>.

³² Foram pesquisadas as 15 principais empresas abertas de controle familiar do país: Aracruz, Gerdau, Gol, Klabin, Localiza, Marcopolo, Natura, Net, Pão de Açúcar, Sadia, Saraiva, Suzano Petroquímica, Ultra e Weg. (IBGC. Relatório Anual, 2005: 8. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/RelatoriosAnuais.aspx>). Um estudo detalhado sobre o IBGC foi realizado por Marmitt (2012).

Os resultados da pesquisa foram publicados no livro *Governança Corporativa em empresas de controle familiar : Casos de destaque no Brasil*, lançado em 2006. Uma versão impressa traduzida para o inglês foi lançada em 2008, “com patrocínio parcial” do CIPE³³.

No Chile, o *Centro para el Gobierno de la Empresa* resultou de uma associação da Pontifícia Universidade Católica do Chile com organizações que representam os interesses empresariais no país: *Sociedad de Fomento Fabril*, *Asociación de Administradoras de Fondos de Pensiones*, *Bolsa de Comercio de Santiago*, *Cámara de Comercio de Santiago* e a *Cámara Chileno-Norteamericana de Comercio*³⁴.

No México, o *Centro de Excelencia en Gobierno Corporativo* (CEGC) foi organizado em 2004 pela *Universidad Anáhuac del Sur* e pela empresa *Deloitte de México*, com o apoio e assessoria da Universidade de Yale, o Banco Mundial e o *National Association of Corporate Directors (NACD)*, uma organização vinculada aos membros dos conselhos das corporações, localizada na capital norte-americana e dedicada à questão de governança corporativa.

A partir da *Confederación Colombiana de Cámaras de Comercio (Confecámaras)*, o CIPE apoia programas regionais de Governança Corporativa que abarcam, além da Colômbia, os países vizinhos (Venezuela e Equador). Fundada em 1969, a *Confecámaras* é um órgão de cúpula do empresariado colombiano³⁵.

A quantidade e a abrangência geográfica dos programas e parcerias citados sugerem uma ativa participação do CIPE e

³³ Cf. IBGC. *Relatório Anual* (2006: 12 e 2008: 44). Disponíveis em: <http://www.ibgc.org.br/RelatoriosAnuais.aspx>. Os relatórios anuais do IBGC de 2005 a 2008 registram o CIPE entre as organizações que apoiaram o Instituto.

³⁴ Disponível em: <http://www.gobiernodelaempresa.cl/self/visor/Contenidos.asp?ID=2049&IDMETCOND=110&GUID={52960D55-101A-44F5-B6C0-E973D03A3E87}>

³⁵ Uma análise detalhada sobre a atuação da Confecámaras no âmbito da governança corporativa foi realizada por Gómez (2012).

permite levantar a hipótese que ele se constitui em um importante, senão um dos principais, articuladores da implantação e expansão da governança corporativa na América Latina. Os programas de governança corporativa estabelecem também uma conexão entre o CIPE e o sistema financeiro.

Um sentido mais geral dessa conexão é dado pelo conjunto de organizações que congregam os interesses das instituições financeiras privadas atuantes em cada país da América Latina e pela importância que o CIPE atribui às associações empresariais como atores políticos fundamentais no processo de implementação das reformas políticas e econômicas voltadas para o mercado. A vinculação mais específica se refere à participação das instituições financeiras em programas ou entidades de Governança Corporativa apoiados pelo CIPE na América Latina, que passamos a analisar a seguir.

No Brasil, instituições financeiras privadas e estatais³⁶ estão entre as empresas “associadas patrocinadoras” que contribuem diretamente para a manutenção do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). O Banco Itaú (atual Itaú Unibanco) atuou diretamente na ampliação da cobertura jornalística sobre governança corporativa através do Prêmio IBGC-Itaú Jornalismo, cujo objetivo é estimular os jornalistas a produzirem matérias sobre o tema³⁷. Em novembro de 2008, quando assumiu a presidência da *Federación Latinoamericana de Bancos* (Felaban), o brasileiro Ricardo Villela (do grupo Itaú) anunciou que a Federação promoveria a adoção de governança corporativa nas instituições bancárias³⁸.

³⁶ Bradesco, Santander, Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Banco do Estado do Rio Grande do Sul e Nossa Caixa.

³⁷ É também uma forma de contornar a restrição estatutária do IBGC sobre a publicação de matérias pagas. Em 2009, o instituto unificou os Prêmios Trabalhos Acadêmicos e de Jornalismo e instituiu o Prêmio IBGC-Itaú Unibanco: Academia e Imprensa. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br>.

³⁸ Felaban promoverá mejores prácticas de gobierno corporativo en sectores bancarios, *Business News Americas*, 18 novembro de 2008.

No Chile, uma das principais fontes privadas de recursos do *Centro para el Gobierno de la Empresa* é o espanhol Banco Santander. Na Argentina, entre os nove membros do Conselho de Administração do CEF, encontra-se o vice-presidente da *Asociación de Bancos Privados de Capital Argentino* (ADEBA)³⁹. Situação semelhante podemos encontrar no México, onde o *Centro de Excelencia en Gobierno Corporativo* (CEGC) inclui a *Asociación Mexicana de Bancos* entre os sete membros de seu Conselho Consultivo Institucional⁴⁰.

Essas informações preliminares sinalizam a existência de interesse e participação direta das instituições financeiras nos processos relacionadas com a governança corporativa. Segundo Roe (1994, apud Grün, 2005: 69) a governança corporativa “é um ideário típico do sistema financeiro norte-americano, mostrando-se como um instrumento na sua disputa secular contra as direções profissionais das empresas nas quais o capital captado e redistribuído pelos financistas é aplicado”. A análise da governança corporativa na literatura brasileira, especialmente na área de administração, tem enfatizado aspectos como as diferentes práticas de governança corporativa e a relação com a estrutura de capital das empresas, os direitos e proteção dos acionistas, os conselhos administrativos, a política de dividendos, transparência e níveis da informação, conflitos de agência, relação com a privatização (ver Siffert Filho 1998; Moreira, 2010; Silveira *et. al.*, 2008; e Kitagawa e Ribeiro 2009). Uma perspectiva sociológica e política se destaca em trabalhos

³⁹ A ADEBA foi criada em 1972, com a denominação de *Asociación de Bancos Argentinos*, e reorganizada com a atual denominação em abril de 2003, por iniciativa de bancos privados argentinos (<http://www.adebaargentina.com.ar/?page=institucional>).

⁴⁰ Os demais membros são: *Instituto Mexicano de Ejecutivos de Finanzas*, *Nacional Financiera*, *Bolsa Mexicana de Valores*, *Confederación de Cámaras de la Industria*, *Asociación Mexicana de Intermediarios Bursátiles* e o *Club de Empresarios Bosques*.

como o de Grün⁴¹ que sinaliza como a governança corporativa se altera “mediante as interações sociais dos diversos grupos de atores que dela se apropriam” (2005: 68). Para esse autor, os grupos que “imprimem sua marca” e alteram o conteúdo da governança corporativa no Brasil “pertencem às elites nacionais” que “usam a governança corporativa nas suas estratégias de composição e recomposição de forças no campo do poder”.

Em termos históricos, é importante ter presente as diretrizes de governança corporativa elaboradas pela OCDE em 1999 e que serviram como modelo de referência. São elas: direitos dos acionistas; tratamento equitativo dos acionistas; relacionamento com *stakeholders*; evidenciação e transparência; responsabilidades dos Conselhos de Administração; melhoria no cumprimento de leis e sua exequibilidade e cooperação regional. Segundo Kitagawa e Ribeiro (2009: 62-63), com apoio do Banco Mundial, essas diretrizes foram debatidas em vários fóruns na Ásia, Eurásia, América Latina, Rússia e Sudeste Europeu. Na América Latina, os encontros intitulados *Latin American Roundtable on Corporate Governance* foram realizados no Brasil, na Argentina, no México e no Chile, no período de 2000 a 2003. Desses encontros resultou um documento que sintetizou os objetivos políticos comuns e as reformas prioritárias para a região. Intitulado *White Paper on Corporate Governance in Latin América* (OCDE, 2003), este documento é uma referência importante para análise, inclusive comparativa, com os documentos elaborados pelo CIPE. Vários encontros foram realizados posteriormente, e sua décima edição ocorreu em Santiago, Chile, em dezembro de 2009, resultando em documento com um conjunto de recomendações pautadas pela

⁴¹ Nesta perspectiva podemos considerar outros autores: além do próprio Grün, (2009, 2003a, 2003b), Coutinho, Rabelo (2003), Agosin, Pastén (2003) e Meisel (2004).

crise financeira de 2008⁴². O último encontro foi realizado em novembro de 2011 na capital Lima (2011)⁴³.

Considerações finais

Neste capítulo examinei aspectos particulares de um processo mais amplo de relações que se estabelecem entre organizações norte-americanas constituídas no começo dos anos 1980 e organizações na América Latina, com o objetivo de não apenas renovar a ordem capitalista no continente, mas também de desenvolvê-la conforme os interesses estratégicos do governo e das corporações dos Estados Unidos.

Em termos gerais, as organizações estadunidenses aglutinadas em torno do NED tratam de criar e manter um consenso geral no continente em torno de um eixo fundamental representado por democracia e livre mercado. No fim dos anos 1980, quando as principais propostas econômicas foram definidas em torno do chamado Consenso de Washington, uma rede de entidades já estava atuando na América Latina, com apoio financeiro e organizacional, no sentido de formular e implementar políticas públicas convergentes com o consenso mencionado. Coube ao CIPE atuar de forma mais direta com

⁴² Cf. OECD. 10th Meeting of the Latin American Corporate Governance Roundtable. Disponível em: http://www.oecd.org/document/29/0,3343,en_2649_34813_43805597_1_1_1_1,00.html.

⁴³ “Com 140 participantes de ambos os países da OCDE e da América Latina, a Mesa Redonda foi organizada conjuntamente pela Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento, International Finance Corporation e do Fórum Global de Governança Corporativa, com o apoio do Governo da Espanha. A Mesa Redonda foi co-organizado pela Superintendencia del Mercado de Valores de Perú (SMV), a Bolsa de Valores de Lima (BVL) e Procapitales”. Disponível em: http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/global+corporate+governance+forum/events/lac_rt_2011.

o universo empresarial e as organizações a ele vinculadas, estimulando-as a assumir um papel central na definição das políticas públicas e atuar nos poderes executivo e legislativo. Em seu conjunto, identificamos um processo de construção de hegemonia no sentido gramsciano do termo. A criação de um consenso em torno de reformas econômicas e políticas alcançou relativo sucesso, considerando as políticas públicas adotadas pela maioria dos países do continente ao longo das décadas de 1980 e 1990 e a influência que os valores capitalistas têm na região. Um processo que se estabelece não sem resistências e movimentos contra-hegemônicos, que ganham força especialmente quando as implicações sociais, políticas e econômicas do modelo adotado se revelam de forma mais clara. É quando também se percebe o alcance limitado da democracia que essas organizações estão dispostas a aceitar: uma democracia que não pode contrariar o mercado, tampouco questionar os interesses estratégicos dos Estados Unidos.

A análise da atuação do CIPE deve ser realizada levando em conta o conjunto de ações desenvolvidas pelo NED e considerada no contexto mais amplo da política externa norte-americana. O NED e as quatro organizações a ele vinculadas expressam a articulação entre o Estado e as grandes empresas norte-americanas, combinada com um setor de cúpula da classe trabalhadora daquele país e os dois partidos políticos dominantes (Republicano e Democrata). Com uma numerosa produção documental e bibliográfica, atuando em parceria com diversas organizações empresariais, *think tanks*, universidades e centros de governança corporativa, em colaboração com a OCDE e o Banco Mundial, com apoio da Câmara Americana de Comércio, com recursos de corporações estadunidenses e especialmente do governo daquele país, o CIPE se constitui também em uma importante organização para a difusão e implementação da Governança Corporativa.

O fato de realizar parcerias com o CIPE não significa que as organizações passem a depender necessariamente da organização norte-americana. As parcerias se fazem num contexto de convergência de interesses do ponto de vista da manutenção e da renovação de uma ordem capitalista, mas o papel que as organizações podem desempenhar nesse processo pode sofrer variações importantes. As organizações locais operam também com diferentes fontes de financiamento. A estratégia é de longo prazo, mas o CIPE operacionaliza suas ações através de projetos específicos de apoio organizacional, político e financeiro, com objetivos e prazos definidos. Esse procedimento lhe permite operar com grande flexibilidade para manter, redefinir ou romper as parcerias, em função dos resultados alcançados, das alterações conjunturais em cada país ou de suas próprias prioridades, que são definidas em termos de sua atuação global. Como observa Cruz (2007: 41), para analisar a política do neoliberalismo “[...] é preciso ver como os grupos/tendências políticos identificados com essa perspectiva atuam, que problemas enfrentam, que alianças precisam estabelecer para se colocar em posição de implementar seus projetos”. Como foi observado, um dos projetos centrais está vinculado à governança corporativa e o que se procurou destacar é a dimensão política desta proposta.

O sistema financeiro vincula-se de diversas formas à rede de organizações mencionada. Associações de representação de classe do setor financeiro participam de associações empresariais que também recebem recursos do CIPE. Ao mesmo tempo, não consegue ocultar as contradições com práticas internas e, especialmente, externas de atuação. As debilidades também se revelam quando se deparam com processos locais que questionam a economia de livre mercado e os interesses dos Estados Unidos, ou se conectam com movimentos populares, como está ocorrendo atualmente em alguns países da América Latina. Que

o modelo de democracia e livre mercado – incluindo o projeto de governança corporativa a ele associado – e o esforço do governo e das empresas norte-americanas para implementá-lo ao redor do mundo seja evitado de contradições não deixa de colocar um significativo desafio teórico e político em torno da questão da democracia e do papel dos intelectuais neste processo⁴⁴. E levanta assim novas questões relacionadas com o imperialismo⁴⁵.

A partir da rede de organizações que se inseriram na estratégia do governo e das empresas norte-americanas, das práticas que dela derivam e das forças sociais e políticas que logram mobilizar a partir de meados dos anos 1980, é possível perceber uma estrutura complexa e abrangente de relações. Mesmo que não tenham conseguido evitar as contradições geradas pela implementação em maior ou menor grau das políticas neoliberais, definiram e estruturaram um padrão de atuação e luta de classes do qual ainda se deve alcançar uma melhor compreensão.

Bibliografia

AGOSIN, Manuel R.; PASTÉN, Ernesto. Chile: enter the pensions funds. In: OMAN, Charles P. (ed.) *Corporate Governance in development. The experiences of Brazil, Chile, India and South Africa*. Center for International Interprise (CIPE); OECD Development Centre, 2003, pp. 77-104.

AMORIM, Wilson A. C. de. *A evolução das organizações de apoio às entidades sindicais brasileiras: um estudo sob a lente da aprendizagem organizacional*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

⁴⁴ Para uma discussão sobre o tema ver por exemplo Boron (2006), Chomsky (2007, especialmente capítulo 4) e Guillot (2001).

⁴⁵ Ver por exemplo Panitch e Leys (2005, 2006), Slater (2006) e Petras (1997 e 1999).

BERNAL, Andres. Applying Modern Practices in the Latin American Business Community. In: CIPE; USAID. *Corporate Governance. The Intersection of Public and Private Reform*, CIPE, 2009, pp. 50-56. Disponível em: http://www.CIPE.org/programs/corp_gov/pdf/CG_USAID.pdf.

BORON, Atilio A. Crisis de las democracias y movimientos sociales en América Latina: notas para una discusión. *Observatorio Social de América Latina*, ano 7, n° 20, maio-ago. 2006.

BOHN, John. CIPE at 15 years: lessons learned. In: GEURTS, Geoffrey; ROGERS, Steven; e SULLIVAN, John D. (orgs.). *Impact and results of CIPE's global programs, 1984-1999*. Washington, DC: CIPE, ago. 2001, pp. 9-19.

BRAUN, Miguel; CICIONI, Antonio; e DUCOTE, Nicolas J. Think tanks in developing countries: lessons from Argentina. In: STONE, Diane e DEHAM, Andrew (orgs.). *Think tank traditions. policy research and the politics of ideas*. Manchester: Manchester University Press, 2004.

CALLARI, Antonio. Imperialism and the rhetoric of democracy in the age of Wall Street. *Rethinking Marxism*, vol. 20, n° 4, out. 2008, pp. 700-9.

CHOMSKY, Noam. *Estados Fallidos: el abuso de poder y el ataque a la democracia*. Buenos Aires: Zeta, 2007.

CIPE. *Annual Report 2002, 2003, 2004, 2007 2008, 2009, 2010, 2011, 2012*. Disponível em: http://www.CIPE.org/publications/report/archives/_____. *Instituting corporate governance in developing, emerging and transitional economies*. A Handbook. CIPE, March 2002a.

_____. *In search of good directors: A guide to building corporate governance in the 21st Century*. 3. ed. CIPE, 2003a. Disponível em: http://www.CIPE.org/regional/mena/MENA%20CG%20CD/content/corporategovernancebasics/In_Search_of_Good_Directors_CG_in_the_21st_Century_English.pdf#page=349.

_____. *Corporate Governance in Latin América*, [2005]. Disponível em: <http://www.CIPE.org/regional/lac/pdf/CGBrochure1.pdf>.

_____. *Guía para la agenda nacional empresarial: la voz de las empresas*. Disponível em: <http://www.CIPE.org/regional/lac/pdf/spanishnba.pdf>.

_____. *Promoting Institutional Reforms in Latin América*. CIPE, 2006a. Disponível em: <http://www.CIPE.org/regional/lac/pdf/LACpamphlet06r.pdf>.

_____. *Five year strategy 2007-2012*. CIPE, 2007a. Disponível em: <http://www.CIPE.org/about/strategy5year.pdf>.

_____. *Strategies for Policy Reform: Experiences from Around the World*. CIPE, 2007b. Disponível em: <http://www.CIPE.org/strategies>.

_____. Reform Toolkit. *Corporate Governance for Emerging Markets*. August 2008.

_____ e USAID. *Corporate Governance. The Intersection of Public and Private Reform*. CIPE, 2009. Disponível em: http://www.CIPE.org/programs/corp_gov/pdf/CG_USAID.pdf.

_____. *The CIPE Guide to Governance Reform. Strategic Planning for Emerging Markets*. CIPE Partner Edition. CIPE, 2009a, Disponível em: http://www.CIPE.org/governance_reform.

CLARKE, Alvaro. The politics of implementing corporate governance reform: some lessons from Chilean experience. In: OCDE, *White Paper on Corporate Governance in Latin America*, 2003, pp. 40-45.

COUTINHO, Luciano; e RABELO, Flávio Marcílio. Brazil: keeping it in the family. In: OMAN, Charles P. (ed.). *Corporate Governance in development. The experiences of Brazil, Chile, India and South Africa*. Center for International Enterprise (CIPE); OECD Development Centre, 2003, pp. 35-75.

CRUZ, Sebastião Velasco e. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: Unesp, 2007.

GEURTS, Geoffrey; ROGERS, Steven; e SULLIVAN, John D. (orgs.). *Impact and results of CIPE's global programs, 1984-1999*. Washington, DC: CIPE, 2001.

GÓMEZ, Maria Laura. Governança Corporativa na América Latina: a atuação conjunta da Confecamaras (Confederación Colombiana de Cámaras de Comercio) e do CIPE (Center for International Private Enterprise). Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

GRÜN, Roberto. Atores e ações na construção da governança corporativa brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n° 52, pp. 121-143, 2003a.

_____. Fundos de pensão no Brasil do final do século XX: guerra cultural, modelos de capitalismo e os destinos das classes médias. *Mana*, vol. 9, n° 2, out. 2003b, pp.7-38.

_____. Convergência das elites e inovações financeiras: a governança corporativa no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, n° 58, 2005, pp. 67-90.

_____. Financeirização de esquerda? Frutos inesperados no Brasil do século XXI. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 21, n° 2, 2009.

GUILHOT, Nicolas. Les professionnels de la démocratie: logiques militantes et logiques savantes dans le nouvel internationalisme américain. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 139, 2001-2003, pp. 53-65. Disponível em: http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=ARSS&ID_NUMPUBLIE=ARSS_139&ID_ARTICLE=ARSS_139_0053.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

HILB, Martin. New Corporate Governance in the Post-Crisis World. *Global Corporate Governance Forum. Private Sector Opinion*, n° 16, 2009. Disponível em: [http://www.gcgf.org/ifcext/cgf.nsf/AttachmentsByTitle/PSO16/\\$FILE/GCGF+PSO+issue+16+1-7-10screen_FINAL.pdf](http://www.gcgf.org/ifcext/cgf.nsf/AttachmentsByTitle/PSO16/$FILE/GCGF+PSO+issue+16+1-7-10screen_FINAL.pdf).

IBGC. *Relatório Anual*, 2005, 2006, 2007 e 2008.

ISLAM, Nafisul. Making the “extralegal” legal. In: CIPE, *Strategies for policy reform: experiences from around the world*. Washington, DC: CIPE, 2007, pp. 54-8.

KITAGAWA, Carlos H.; RIBEIRO, Maisa de Souza. Governança corporativa na América Latina: a relevância dos princípios da OCDE na integridade dos conselhos e autonomia dos conselheiros. *Revista de Contabilidade e Finanças*, vol. 20, n° 51, 2009, pp. 61-76.

KOPITTKE, Henrique Pedrazza. Relatório de Prática de Pesquisa, Curso de Ciências Sociais/ Núcleo de Estudos Sociopolíticos do Sis-

tema Financeiro (Nesfi), Universidade Federal de Santa Catarina, julho de 2013.

LEFORT, Fernando. Ownership structure and corporate governance in Latin American countries – an empirical overview. In: OCDE, *White Paper on Corporate Governance in Latin America*, 2003, pp. 46-57.

LOWE, David. Idea to reality: a brief history of the National Endowment for Democracy. Disponível em: <http://www.ned.org/about/nedhistory.html>.

MARMITT, Rogeli Lúcia. *Governança Corporativa: o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Relatório Final de Atividades, PIBIC/CNPq- BIP/UFSC 2011/2012*, Florianópolis, agosto de 2012.

MASHEK, Robert W. *Performance and prospects for Legislative Advisory Programs in Latin América*. Washington, DC: CIPE, 15;03/1993.

MATO, Daniel. Cultura, comunicación y transformaciones sociales en tiempos de globalización. In: MATO, Daniel e FERMÍN, Alejandro M. (orgs.). *Cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización: perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, abr. 2007. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/mato/Alvear_C.pdf. MEISEL, Nicolas. Governance culture and development. A diferent perspective on corporate governance. OECD Development Centre, 2004.

MILNER, Larry S. (Org) *Business associations for the 21st Century: a blueprint for the future*. 2. ed. Washington, DC: CIPE, 1999.

MINELLA, Ary C. Construindo hegemonia: democracia e livre mercado (atuação do NED e do CIP na América Latina). *Caderno CRH*, Salvador, vol. 22, nº 55, jan.-abr. 2009, pp.13-40.

MOREIRAS, Luiz M. F. Os efeitos da governança corporativa sobre a informação assimétrica. Tese de doutorado. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2010.

OCDE. *OECD Principles of Corporate Governance*. 2004. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/32/18/31557724.pdf>.

_____. *White paper on corporate governance in Latin America*. 2003. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/25/2/18976210.pdf>.

(Existe versão em português: *Relatório Oficial sobre Governança Corporativa na América Latina*).

OLIVEIRA, Francisco de. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, Eduardo e ARCEO, Enrique (orgs.). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

OMAN, Charles P. Corporate Governance in development: The concept, the issues, the policy challenger. In: _____ (ed.). *Corporate Governance in development. The experiences of Brazil, Chile, India and South Africa*. Center for International Interprise (CIPE); OECD Development Centre, 2003, pp. 1-34.

PANITCH, Leo; LEYS, Colin (orgs.) *Socialist register 2004: o novo desafio imperial*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

_____. *Socialist Register 2005: o império reloaded*. Buenos Aires: Clacso, 2006. PETRAS, James. Imperialism and NGOs in Latin America, *Monthly Review*. vol. 49, nº 7, dez. 1997

_____. NGOs: in the service of imperialism, *Journal of Contemporary Asia*, vol. 29, nº 4, 1999, pp. 429-40.

RAMÍREZ, Hernán. *La Fundación Mediterránea y de cómo construir poder: la génesis de un proyecto hegemónico*. Córdoba: Ferreyra Editor, 2000.

_____. Institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996. *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 13, 2006, pp. 179-214.

ROE, M. J. *Strong managers, weak owners: the political roots of American corporate finance*. Princeton, NJ, Princeton University Press, vol. XVI, 1994 (Apud Grün, 2005).

ROSSETTI, José P.; ANDRADE, Adriana. *Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SCOTT, James M. e WALTERS, Kelly J. Supporting the wave: Western political foundations and the promotion of a global democratic society. *Global Society*, vol. 14, nº 2, 2000, pp. 237-57.

SHKOLNIKOV, Aleksander e WILSON, Andrew. From Sustainable Companies to Sustainable Economies: Corporate Governance as a Transformational Development Tool. CIPE, Economic Reform, Issue Paper nº 0804, October 2008. (Este texto também está publicado In: CIPE; USAID. Corporate Governance. The Intersection of Public and Private Reform, CIPE, 2009. Disponível em: http://www.CIPE.org/programs/corp_gov/pdf/CG_USAID.pdf).

SIFFERT Filho, Nelson. Governança Corporativa: Padrões Internacionais e Evidências Empíricas no Brasil nos Anos 90. *Revista do BNDES*, 1998. Disponível em: http://www.fundoamazonia.gov.br/Site-BNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev906.pdf.

SILVEIRA, Alexandre D. M. da; PEROBELLI, Fernanda F. C.; BARROS, Lucas A. B. de C. Governança Corporativa e os determinantes da estrutura de capital: evidências empíricas no Brasil. *Rev. adm. contemp.* 2008, vol.12, nº 3, pp. 763-788.

SLATER, David. Imperial powers and democratic imagination. *Third World Quarterly*, vol. 27, nº 8, 2006, pp. 1369-86.

SOTO: Hernando. *The other path: The invisible revolution in the Third Worl.* Nova York, Basic Books: 2002.

SULLIVAN, John D.; SHKOLNIKOV, Aleksander; e KUCHTAHELBLING, Catherine. Democratic Governance: The Key to Political and Economic Reform. CIPE, *Economic Reform Issue Paper*, January 22, 2004.

Anexos

Quadro Nº 2. CIPE na América Latina e Caribe: Organizações parceiras em diferentes momentos (1984-2011)

<p>Argentina: Asociación Argentina de Mujeres Empresarias y Profesionales; Centro de Estudios sobre la Libertad; Centro de Implementación de Políticas Públicas para la Equidad y el Crecimiento (CIPPEC)***; Centro para la Apertura y el Desarrollo de América Latina (CADAL); Centro para la Aplicación de Políticas Públicas; Fundación Acción para la Iniciativa Privada (AIP); Fundación Centro de Estabilidad Financiera (CEF)***; Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas (FIEL); Fundación del Tucumán; Instituto Argentino para el Gobierno de las Organizaciones (IAGO); Instituto de Estudios Contemporáneos; Instituto de Estudios de la Realidad Argentina e Latinoamericana (IERAL) – Fundación Mediterránea.</p>
<p>Bolivia: Cámara de la Industria y Comercio de Santa Cruz (CAINCO); Centro de Estudios de la Realidad Económica e Social (CERES); Confederación de Empresarios Privados de Bolivia (2011); Fundación Milenio***.</p>
<p>Brasil: Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil; Instituto Atlântico; Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC); Instituto Liberal do Rio de Janeiro (ILRJ).</p>
<p>Caribe (Região): <i>Council of Eastern Caribbean Manufacturers</i></p>
<p>Chile: Cámara de la Producción y del Comercio de Concepción (CPCC); Centro de Estudios Públicos; Centro para el Gobierno de la Empresa – Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas, Universidad Católica de Chile (FEAUC); Fundación de Economía y Administración de la Universidad Católica; Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales (ILADES); Libertad y Desarrollo (LYD); Unión Social de Empresarios Cristianos (USEC).</p>

<p>Colombia: Asociación Colombiana Popular de Industriales; Confederación Colombiana de Cámaras de Comercio (Confecámaras) ***; Fundación Corona; Fundación para el Desarrollo Integral del Valle del Cauca; Fundación para la Educación Superior y el Desarrollo (Fedesarrollo);*** Fundación Respuesta; Instituto Colombiano de Estudios Avanzados en Administración; Instituto de Ciencia Política (IPC).***</p>
<p>Costa Rica: Federación de Entidades del Sector Privado de Centroamérica y Panamá; Instituto Latinoamericano de Gerencia de Organizaciones (ILGO).</p>
<p>Cuba: Alianza Democrática Cubana; Promoting Reform in Cuba (Programa) (2009, 2010).</p>
<p>Ecuador: Alianza Equidad (2009); Asociación Nacional de Empresarios (ANDE); Bolsa de Valores de Quito (BVQ); Fundación Alternativa para el Desarrollo (FA); Instituto Ecuatoriano de Economía Política (IEEP) (2009); Corporation for Development Studies (2011).</p>
<p>El Salvador: Asociación Nacional de la Empresa Privada (ANEP).</p>
<p>Guatemala: Cámara de la Libre Empresa; Centro de Investigación Económica Nacional (CIEN).</p>
<p>Haití: Center for Free Enterprise and Democracy; Cámara de Comercio y Industria de Haití (CCIH); Private Sector Alliance for Development.</p>
<p>Jamaica: Fund for Multinational Management Education.</p>
<p>México: Centro de Estudios sobre Economía y Educación; Centro de Excelencia en Gobierno Corporativo (CECG)***; Confederación Nacional de Cámaras de Comercio; Confederación Patronal de la Republica Mexicana (COPARMEX).</p>
<p>Nicaragua: Cámara de Comercio de Nicaragua; Consejo Superior de la Empresa Privada (COSEP)***; Fundación Panamericana para el Desarrollo (FUPAD).</p>
<p>Panamá: Consejo Nacional de la Empresa Privada (CONEP) (2009,2010); Asociación Panameña de Ejecutivos de Empresa.</p>

<p>Paraguai: Federación de la Producción, la Industria y el Comercio (FEPRINCO); Fundación Paraguaya de Cooperación y el Desarrollo (2010,2011); Fundación Desarrollo En Democracia (DENDE)***.</p>
<p>Peru: Confederación Nacional de Instituciones Empresariales Privadas (CONFIEP); Instituto APOYO; Instituto de Economía de Libre mercado (IELM); Instituto para la Libertad y la Democracia***; Instituto INVERTIR***; PROCAPITALES; Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas (UPC).</p>
<p>Rep. Dominicana: APEC Centro de Educación a Distancia; Committee for Progress in Democracy; Greater Newark Chamber of Commerce; Centro de Orientación Económica.</p>
<p>Uruguai: Centro para el Estudio de Asuntos Económicos y Sociales (CERES).</p>
<p>Venezuela: Centro de Divulgación del Conocimiento Económico para la Libertad (CEDICE)***; Centro Empresarial de Conciliación y Arbitraje (CEDCA); Confederación Venezolana de Industriales (CONINDUSTRIA) (2009,2010)*; Consejo Nacional del Comercio y de los Servicios; Liderazgo y Visión (LYV); Asociación Venezolana de Ejecutivos (AVE).</p>
<p>Vários países (Argentina, Bolivia, México, Nicaragua e Peru): Pro Mujer.</p>
<p>América Central: Federación de Entidades Privadas de Centroamérica y Panamá (FEDEPRICAP).</p>

Fonte: Elaboração equipe de pesquisa a partir de: a) CIPE. *Global Partners 1984 – 2003*. Disponível em: <http://www.cipe.org/publications/report/archives/2003/Financials.pdf>; b) CIPE. *Annual Report 2004, 2005, 2006, 2007, 2009, 2010, 2011*; Em destaque (negrito): parcerias vigentes a partir de 2009. (***) Parcerias vigentes no período 2009-2011.

Quadro Nº 3:
CJPE e a Governança Corporativa – Parcerias e Programas no Mundo (2007-2012) (CG = Corporate Governance)

Pais	Parceiro	Programas	07	08	09	10	11	12
Ghana	Private Enterprise Foundation	Cultivating Good CG in Ghana	x					
Kenya	Center for Corporate Governance	Enhancing CG through Media	x					
Uganda	Institute of Corporate Governance of Uganda	CG Capacity Building Program	x					
Zambia	Institute of Directors of Zambia	Strengthening CG in Small Enterprises	x	x				
Bangladesh	Dhaka Chamber of Commerce and Industry	Policy Advocacy and CG	x					
China	China Center for Corporate Governance	Promoting Good CG and Business Ethics	x	x				
Filipinas	Institute for Corporate Directors	Improving CG in Philippine Firms	x	x	X	x	x	x
	Institute for Solidarity in Asia	Expanding Good Public Governance across Southeast Asia	x					
	Association of Development Financing Institutions in Asia and the Pacific	Strengthening CG in Development Finance Institutions	x					
Indonésia	Indonesian Institute of Corporate Directors	Improving CG in Publicly Listed Firms	x	x	x	x		
	Lembaga Komisaris dan Direktur Indonesia	Strengthening CG in Indonesia	x					
Paquistão	Pakistan Institute of Corporate Governance	Reducing Corruption by strengthening CG in State-Owned Enterprises						x
		Agreement for Holding CG Workshops						
		Improving CG in Family-Owned Firms						
Albânia	Albanian-American Trade and Development Association	Improving CG in Albania	x	x				
Kosovo	Riinvest Institute for Development Research	Improving CG and Transparency		x				
		Improving the CG Framework and Transparency in Publicly owned Enterprises		x				
Sérvia	Center for Liberal-Democratic Studies	Improving CG: Five Years Later		x				
Quirguistão	Corporate Governance School	Strengthening CG in Kyrgyzstan						

O neoliberalismo sul-americano em clave transnacional:
enraizamento, apogeu e crise

Rússia	Russian Institute of Directors	Improving CG and Investment Attraction in Russian Medium Sized Companies	x						
Argentina	Fundación Centro de Estabilidad Financiera (CEF)	Improving CG Standards in Argentina	x	x					
		Promoting CG in Financial Institutions	x						
		Furthering Good CG Practices	x						
Brasil	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa	Improving CG in Brazilian Family Businesses	x	x					
Chile	Centro para el Gobierno de la Empresa – Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas, Universidad Católica de Chile (FEAUC)	Building the Center for CG	x	x					
Colômbia	Confederación Colombiana de Cámaras de Comercio (CONFECAMARAS)	Creating Incentives for CG Standards			x	x	x	x	x
México	Centro de Excelencia en Gobierno Corporativo (CECG)	Strengthening CG in Public and Private Companies	x	x					
Peru	Asociación de Empresas Promotoras del Mercado de Capitales (Procapitales) e Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas (UPC)	Strengthening CG in Mexico	x	x					
		CG Training in Peru	x						
Líbano	Lebanese Transparency Association	Building Capacity for CG Implementation					x	x	x
		Furtherance of CG Codes in Lebanon					x		
		Expanding CG Awareness					x		
Territórios Palestinos	Palestine Governance Institute	Expanding CG Culture throughout the Palestinian Private Sector							x
	Center for Private Sector Development								
Turquia	Corporate Governance Association of Turkey	Expanding Awareness of CG					x	x	x
		Supporting CG Practice in Turkey	x	x					

Fonte: CIPE, Annual Report (2007 a 2012). Elaboração: Kopittke (2013).

Mont Pèlerin Society en la articulación del discurso neoliberal

María Paula de Büren

Los trabajos de Perry Anderson (2003) y David Harvey (2007) encuentran los momentos inaugurales y organizativos del arte de gobierno neoliberal en *Mont Pèlerin Society* (1947); Michel Foucault (2008) se centra en la organización del Coloquio Walter Lippman (1938) para su análisis y François Denord (2002), al igual que nosotros, comprende los dos fenómenos como parte del mismo proceso de conformación neoliberal a escala mundial

Mont Pèlerin Society (2011) se funda en 1947 tras la culminación de la Segunda Guerra Mundial a partir de la convocatoria realizada por Friedrich von Hayek a 36 intelectuales –economistas, filósofos e historiadores entre los que podríamos destacar al propio von Hayek, a Ludwig von Mises, a Karl Popper y a Milton Friedman– a una reunión a realizarse en la localidad de *Mont Pèlerin*, Suiza, con objeto de discutir y defender el destino del liberalismo que consideraban en peligro de extinción. Para ellos, el liberalismo económico y político estaba en franco descenso desde los inicios de la Segunda Guerra Mundial y avizoraban su disolución a manos de la expansión –para ellos latente– del gobierno, del Estado de bienestar, del poder de los sindicatos, del monopolio comercial y de la creciente inflación existente.

Esta Sociedad incluye a altos funcionarios de gobierno, receptores del Premio Nobel, periodistas, juristas y expertos económicos y financieros; se reúne con regularidad; se expande

hasta la actualidad mediante la multiplicación de tanques de pensamiento en todo el mundo, la intervención en la política real –la que efectiviza por medio del asesoramiento a funcionarios públicos como han sido los casos de Margaret Thatcher, Ronald Reagan y Augusto Pinochet–, el financiamiento de estos y del empresariado internacional (Denord, 2002; Steinberg, 1995, Klein, 2007) y la participación activa en organismos internacionales, tal es el caso, de la Comisión Trilateral¹.

Mientras los intelectuales de *Mont Pèlerin* se reunieron en torno a la obra fundamental de von Hayek, *Camino de Servidumbre* (1944), trabajo que asimila cualquier tipo de intervención estatal a autoritarismo; la traducción al francés de la obra *Good Society* de Walter Lippmann –ahora denominada *La Cité Libre* (1937)– reunió en 1938, en lo que se puede considerar el principal antecedente para la fundación del neoliberalismo de la Sociedad bajo estudio, el Coloquio Walter Lippmann (1938) (Denord, 2002), a un grupo de intelectuales preocupados por los efectos de la planificación y la intervención estatal en las vísperas de la Segunda Guerra Mundial. Dicha publicación, que retoma algunos puntos del liberalismo clásico y postula algunos propios del neoliberalismo, acababa de aparecer en Estados Unidos y convocó en París a una reunión de liberales de tradición clásica como el francés Louis Baudin, neoliberales alemanes y austríacos como Röpke, Rüstow, von Hayek, von Mises, funcionarios franceses como Jacques Rueff y Robert Marjolin. Fruto del Coloquio Walter Lippmann se constituyó en julio de 1939 un comité de condición más continua y permanente, el *Centre International d'études pour la rénovation du libéralisme* (CIERL) (Foucault, 2008).

¹ Entidad fundada en 1973 por grandes empresarios, políticos e intelectuales de los Estados Unidos, Europa y Japón tras la iniciativa de David Rockefeller (Trilateral Commission, 2012).

Tanto *Mont Pèlerin Society* como el *Centre International d'études pour la rénovation du libéralisme*, fruto del mencionado Congreso Walter Lippmann, cuenta entre sus principales miembros fundadores y promotores activos a personalidades como Friedrich von Hayek y Ludwig von Mises, miembros fundamentales a su vez de la Escuela Austríaca de Economía. Es por ello que este trabajo intenta hacer foco en esta escuela como forma de desentrañar los orígenes del neoliberalismo, entendiendo que allí se localiza parte importante de su matriz generadora.

Neoliberalismo, un crisol de escuelas

Para el caso argentino, la ubicación cronológica de arribo del neoliberalismo es materia variable según el estudioso citado: mientras muchos autores fechan su arribo a principios de la última dictadura militar², otros entienden que se produce en periodos anteriores³. Sucede que antes de intentar aproximar fechas deberíamos explicitar qué entendemos por neoliberalismo, cuáles son las ideas, corrientes de pensamiento y principales autores que lo constituyen; materia difícil porque los propios montpelerineses que emplearon tal terminología por primera vez en boca de von Mises niegan su pertenencia al conjunto de ideas y reformas que el mismo trajo aparejado (Gherzi, 2004). Sucede entonces que, deberíamos aclarar en este

² Nos referimos a los trabajos de Mariana Heredia y Gastón Beltrán, si bien ellos no hablan de pensadores neoliberales, sino de liberales tradicionales versus tecnocráticos en el primer caso y de liberales tradicionales versus liberales pragmáticos en el segundo; sus trabajos se centran en algunos protagonistas que este capítulo de la tesis relevará bajo la denominación de neoliberales y analizan la participación y protagonismo de los mismos en el periodo que se inaugura con la última dictadura militar hasta los años ochenta.

³ Morresi (2008), Murillo (2008,2011), Grondona (2011, 2012)

punto, se trata de estrategias discursivas del movimiento dirigidas a negar los efectos negativos del propio neoliberalismo y a mantener su vigencia. Esto es lo propio tanto en el caso de Margaret Thatcher (Steinberg, 1995), en el de Alberto Benegas Lynch hijo cuando asegura que “Menem fue un modelo de antiliberalismo” (*La Nación*, 6/6/2004) como de la Fundación Konrad Adenauer cuando plantea la Economía Social de Mercado como diversa al neoliberalismo.

Se trata de un movimiento que se nutre de muchas corrientes teóricas que tienen sus variantes, si bien nosotros hemos elegido –siguiendo trabajos de Perry Anderson (2003) y François Denord (2002)– situarlo en el surgimiento de *Mont Pèlerin Society*, en tanto ámbito de organización política del mismo. Su proyecto constituye una propuesta expansionista de ideas y tanques de pensamiento a nivel mundial (Steinberg, 1995) que contiene desembarcos descentralizados en la Argentina. De esta forma, se pueden observar arribos desde distintas escuelas, por lo que, cuando algunos autores trabajan el desembarco de los años 1970’s o 1990’s, están relevando penetraciones provenientes de distintas corrientes y ámbitos.

Consideramos un buen antecedente en este punto y en el estudio del arribo del neoliberalismo al ámbito nacional el trabajo de Sergio Morresi (2008), quien intenta diferenciar tanto las corrientes principales de lo que entendemos por neoliberalismo, como a los intelectuales del ámbito local en función de ellas.

El trabajo de Sergio Morresi *La nueva derecha argentina: la democracia sin política* (2008) considera que las disputas al interior de los intelectuales neoliberales argentinos no proviene de la distinción entre tradicionales y pragmáticos tal como plantea Gastón Beltrán (2005) o entre tradicionales y tecnocráticos como Mariana Heredia (2004, 2006) define; sino de las escuelas de pensamiento neoliberal en las que fueron formados y a las cuales

adscriben. Para este autor hay tres modelos de liberalismo: liberalismo clásico, liberalismo social o moderno y neoliberalismo. Se inscriben dentro del neoliberalismo, para él, fundamentalmente cuatro escuelas de pensamiento que tendrían su réplica en el ámbito nacional: la Escuela Austriaca de Economía, la Escuela de Chicago, la Escuela de Virginia y el libertarianismo. Clasificación a la cual, consideramos, es pertinente adicionar La Economía Social de Mercado que retoma, de la mano de Alfred Müller-Armack, elementos del neoliberalismo alemán, especialmente el ordoliberalismo, y de la perspectiva social cristiana (Murillo, 2008).

Paralelamente, Michel Foucault (2008) a la hora de estudiar en el siglo XX la instauración de lo que considera un nuevo arte de gobierno, el neoliberalismo, centra su estudio en dos corrientes de pensamiento económico: el ordoliberalismo alemán y la Escuela de Chicago. Actuando como puente comunicador de ideas entre ambas escuelas mencionadas y colaborando en la conformación del ideario, dicho autor encuentra la acción y obra de Ludwig von Mises y Friedrich von Hayek, los principales representantes de la Escuela Austriaca a mediados del siglo XX.

Por nuestra parte comprendemos que el entramado conceptual y político neoliberal se asienta, desde los inicios de *Mont Pèlerin Society*, fundamentalmente en dos escuelas o movimientos de pensamiento La Economía Social de Mercado y la Escuela Austriaca de Economía. De las elaboraciones teóricas de esta última, sobretodo de las formulaciones vonmisesanas, se desprenderán el libertarianismo, la teoría de la elección pública y algunos elementos de la Escuela de Chicago. Tal como lo relata el trabajo de Denord (2002) la primera, expresión más específicamente europea, irá perdiendo fuerza a manos del avance, en el espacio político mundial, de los Estados Unidos y de las corrientes allí desarrolladas: la

Escuela de Chicago intensamente influida por el bagaje austriaco⁴.

a) *Economía Social de Mercado*

La Economía Social de Mercado se nutre de lo que Foucault (2008) llama ordoliberalismo alemán fundado en los años 1930's por Walter Eucken, Franz Böhm y Hans Großmann-Doerth en la Universidad de Friburgo. También aportaron, contribuyeron y/o adscribieron a la misma Alfred Müller-Armack, Wilhelm Röpke, Alexander Rüstow y Ludwig Erhard –considerado padre del milagro alemán. Muchos de estos autores participaron tanto en el Coloquio Walter Lippmann (1938) e influyeron en el primer ciclo de reformas que se dio en la Alemania de la posguerra así como en las reformas llevadas a cabo en los años 1970's en Francia (Foucault, 2008).

El término Economía Social de Mercado fue acuñado por Alfred Müller-Armack en *Economía dirigida y Economía de mercado* (1946). Se trata de un arte de gobierno que entiende que la organización de mercado es el sistema que optimiza la de asignación de recursos, al tiempo que, corrige y provee las condiciones institucionales, éticas y sociales para su operatoria eficiente y equitativa. Frente a las tendencias totalitarias representadas en el nazismo y el comunismo rechaza todo tipo de organización económica y social de planificación centralizada y se propone como una fusión entre el sistema de mercado y los principios de la tradición social cristiana, es decir, como una fusión de la tradición político-económica liberal que realza los derechos individuales, el republicanismo y el mercado

⁴ Es de notar que los máximos representantes de la Escuela Austriaca de Economía, Friedrich von Hayek y Ludwig von Mises emigraron, a mediados de Siglo XX, a los Estados Unidos (von Mises, 2001; Hayek, 1994 [2010]).

con el pensamiento social-cristiano que revaloriza la justicia social y la solidaridad. Tales ideas se consideran fácticamente representadas en la reforma económica y monetaria de 1948 llevada a cabo por Ludwig Erhard en la zona occidental de la Alemania de post-guerra bajo el gobierno de la democracia cristiana y el liderazgo de Konrad Adenauer (Resico, 2010).

En Argentina un fuerte seguidor de esta doctrina fue el varias veces ministro de Economía y candidato a la presidencia de la nación Álvaro Alzogaray, algunos de sus escritos han sido prologados por Ludwig Erhard así como también por Friedrich Hayek que, si bien no era parte de este escuela de origen alemán, estuvo muy relacionado por formar parte de la organización del mismo movimiento de intelectuales para la reconstrucción de un nuevo liberalismo.

Esta corriente de pensamiento que ha recibido intensa influencia de la Doctrina Social de la Iglesia, como permiten observar las Cartas Encíclicas del Sumo Pontífice León XIII *Rerum Novarum* (1891) y del Sumo Pontífice Pío XI *Quadragesimo Anno* (1931); se difunde en la actualidad por organismos fuertemente vinculados al catolicismo como son la Democracia Cristiana y la Fundación Konrad Adenauer, que entiende a la Economía Social de Mercado pilar de su propio pensamiento (Murillo, 2011).

b) La Escuela Austriaca de Economía

La Escuela Austriaca de Economía tiene su surgimiento en la obra de Carl Menger *Principios de Economía Política* (1871). Sobre su obra y figura, Eugen Böhm Bawer y Friedrich von Wieser fundan dicha escuela, sin su labor –explica von Hayek (1996)– la obra de Carl Menger hubiese quedado en el olvido.

Existen varias periodizaciones de los aportes de esta corriente de pensamiento (Chachanosky, 1984; Morresi, 2008), pero nosotros consideraremos en este trabajo dos grandes

generaciones en función de las ideas fuerzas aportadas y enunciadas en las disputas político-discursivas de su época.

En su primera generación se destacan las figuras de los tres personajes antes mencionados –Carl Menger, Eugen Böhm Bawerk y Friedrich von Wieser⁵ (Hayek, 1996)– y su batalla que hemos elegido denominar: la *disputa por la teoría del valor*. La teoría subjetiva del valor que Carl Menger presentará en sus *Principios de Economía Política* (1871) –que forma parte de lo que en Economía se conoce como la Revolución Marginalista– permite reemplazar, si la batalla en la arena discursiva es ganada, a la teoría del valor trabajo que culmina en la teoría de la plusvalía marxista. La teoría del valor trabajo fue iniciada en la obra que se considera fundacional de la Economía Política como disciplina científica, *La Riqueza de las Naciones* (1776) de Adam Smith, es continuada en la obra de David Ricardo, *Principios de Economía Política y Tributación* (1817), y culminada⁶ por Karl Marx en *El Capital* (1871) (Kicillof, 2010).

La teoría subjetiva del valor mengueriana pondrá en el centro de la escena aquel elemento de la teoría del valor trabajo que había interrumpido la resolución ricardiana de dicha teoría: el tiempo. Ricardo no consigue terminar de afirmar que las mercancías, y con ello la totalidad del producto social, se constituyen pura y exclusivamente de trabajo humano acumulado cuando se encuentra con el hecho de que los bienes de capital, además de contener trabajo acumulado, deben esperar un tiempo para que sus frutos sean realizados en el mercado. Menger, elabora otra teoría que desconoce las evoluciones efectivizadas por los autores de la Economía

⁵ Sin embargo, es de destacar que de estas tres figuras, sólo Carl Menger y Eugen Böhm Bawerk son actualmente considerados parte del proyecto político austriaco.

⁶ Es necesario aclarar que no hay pleno consenso en relación a la afirmación de que Marx consiguió o no terminar de resolver la teoría del valor trabajo.

Política clásica y coloca en el centro de ella el tiempo (de Büren, 2011). Eugen Böhm Bawerk, que conoce la teoría marxista así como sus implicancias políticas, dedicará su vida a batallar contra ella. Retomará la obra mengeriana a fin de elaborar a partir de ella aquello que da título a una de sus obras fundamentales *La Teoría Positiva del Capital* (1889), en clara oposición a la teoría negativa del mismo en *El Capital* (1871) de Karl Marx, obra que daba continuidad a la teoría del valor trabajo.

La segunda generación de la Escuela Austriaca de Economía verá y dará origen a aquel movimiento que se autodenominará neo-liberalismo a través de la participación de sus máximos representantes del Siglo XX, Ludwig von Mises y Friedrich von Hayek, en las dos reuniones y agrupaciones centrales de su conformación, el Coloquio Walter Lippmann y *Mont Pèlerin Society* (Foucault, 2008; Denord, 2002, Mont Pelerin Society, 2011). Ambos continuarán la disputa iniciada por sus antecesores contra el marxismo y el comunismo, aunque ya no se la centraran en la teoría del valor trabajo, sino en el intento de demostrar la imposibilidad “científica” del comunismo y de toda forma de intervención estatal de la economía o planificación central, sea ella de corte keynesiano o estatal bienestarista, y la asimilación de estas últimas a comunismo, a colectivismo, a totalitarismo, a fascismo. En base a esta última idea, von Hayek escribe su *Camino de Servidumbre* (1944), texto en torno al cual se reunirán intelectuales, empresarios y hombres de gobierno para conformar *Mont Pèlerin Society*. A cuatro años de publicado la obra anteriormente mencionada, Ludwig von Mises presenta su obra máxima, *La Acción Humana, tratado de Economía* (1949). Obra dedicada a la formulación de una “ciencia teórica de la acción humana” así como a compilar y dar coherencia total a las ideas antes mencionadas, las cuales, ya habían sido parcialmente publicadas

en obras anteriores. Remarca, además, la imposibilidad del cálculo económico con la abolición del mercado y, con él, del sistema de precio en el régimen socialista; responsabiliza a las enseñanzas promulgadas por la Escuela Histórica encabezada por Gustav Schmoller por los horrores cometidos por el nazismo y crea la “Teoría austriaca del ciclo económico” mediante la aplicación del análisis marginalista a la teoría del dinero, a partir de la cual, –en contraposición a las política keynesianas expansivas– von Mises, von Hayek, Haberbel, Machulup y Strigl podrán afirmar que toda baja en la tasa de interés generará destrucción de capital (Infantino, 2001, von Mises, 2001). Entre los trabajos de von Hayek se destacan la crítica a Keynes y a la Escuela de Cambridge posteriormente recopilados en *Contra Keynes y Cambridge. Ensayos y correspondencia* (1996) y en *Camino de servidumbre* (1944) donde equipara cualquier tipo de intervención estatal a autoritarismo, libro que “desempeñó un papel crítico en la restauración de los ideales políticos y económicos que hicieron posible el desmantelamiento de regímenes comunistas” (Kresge, 2010: 15) así como su idea de la humana imposibilidad de aprehender la realidad social compleja y su evaluación de la viabilidad de los diferentes sistemas económicos a partir del análisis de la eficiencia con la que estos sistemas utilizan el conocimiento y la difusión de información entre la gran masa de individuos y empresas que le permite concluir que sólo la descentralización de gran alcance en un sistema de mercado competitivo y la libre formación de precios podrá lograr un uso eficiente de la información, a partir de la cual, la Real Academia Sueca de Ciencias le otorga –junto a Gunnar Myrdal– el Premio Nobel de Economía en 1974 por su trabajo pionero en la teoría del dinero y las fluctuaciones económicas y de su penetrante análisis de la interdependencia de los fenómenos económicos, sociales e institucionales (Nobel Foundation, 1974).

La Escuela Austríaca arriba en Argentina mediante la labor de Alberto Benegas Lynch a mediados de siglo XX, quien entiende que la difusión del neoliberalismo no debe ser desde la participación política directa, sino mediante la difusión de ideas. Funda, en este sentido, primero –a mediados de siglo XX– el Centro de Difusión de la Economía Libre y, después, mediante la labor de su hijo, la Escuela Superior de Economía y Administración de Empresas (ESEADE, 2012).

b.1) La Escuela de Chicago,

La Escuela de Chicago tiene sus inicios en los años 1920 con los aportes de Frank H. Knight y Jacobo Viner así como sus aportes en el campo del análisis monetario y matemático (Morresi, 2008); pero es creada como tal luego de la primera reunión de *Mont Pèlerin Society* (1947)⁷ a partir de los años 1950 en *University of Chicago Booth School of Business* de la Universidad de Chicago mediante el liderazgo de Milton Friedman (Beyer, 1995; Klein, 2007) que, junto a George Stigler, retoma aquellos estudios y junto al aporte del mismo y de las incorporaciones de figuras como Arnold Harberger, Theodore Schultz y Gary Becker cristaliza la noción de Escuela (Beyer, 1995). Milton Friedman, frente a la política económica keynesiana predominante por aquellos tiempos, reintroduce y otorga un lugar privilegiado al dinero en la explicación de la inflación y los ciclos económicos generando, con ello, la aparición del monetarismo como una escuela de la Escuela de Chicago, ello lo convierte en el padre del monetarismo (Nobel Foundation, 1976; Beyer, 1995). Su *A monetary history of the United States 1867-1960* (1963) escrito junto a Ana Schwartz, explica los ciclos

⁷ Beyer (1995: 439) reproduce las palabras de George Stigler que afirman “no había una Escuela de Chicago en Economía cuando la Sociedad Mt. Pelerin se reunió, por primera vez, después de la Segunda Guerra Mundial”

económicos como producto de la política monetaria y encuentra las causas sustanciales de la Gran Depresión en shocks monetarios, al mismo tiempo, su *Un programa de estabilidad monetaria y reforma bancaria* (1962) entiende la inflación como un fenómeno monetario producto de la intervención de los Bancos Centrales y recomienda quitar de las manos de los banqueros centrales tal posibilidad interventora mediante la aplicación de una regla monetaria –hecha norma de curso legal– que establezca un crecimiento de la tasa de dinero similar a la tasa de crecimiento del producto. Finalmente, en su conocido *Capitalismo y Libertad* (1962) expresa sus concepciones de libertad económica y política, rol del Estado en el tipo de organización social que propone así como las políticas monetarias, fiscales, de empleo, de educación, de distribución de la renta, de bienestar social, de alivio de la pobreza, de regulación monopólica y de licencias profesionales que el capitalismo, por él propuesto, requeriría; expresando a lo largo del trabajo, afirma, una filosofía que reconoce heredada de sus compañeros de la Universidad de Chicago, entre los que destaca, H. Knighth, Henry Simmons, Lloyd Mints, Aaron Director, Friedrich Hayek y George Stigler. Miembro activo de *Mont Pèlerin Society* es laureado con el Premio Nóbel de Economía en 1976 por la Real Academia Sueca de Ciencias por sus “resultados en los campos del análisis del consumo, la historia y teoría monetaria y por su demostración de la complejidad de la política de estabilización” (Nobel Foundation, 1976).

Si bien en el ámbito macroeconómico se destaca la labor de Friedman, entre otras cosas, por el experimento chileno en vigencia de la dictadura pinochetista y su influencia en el mismo así como por las conclusiones sacadas, a partir del mismo, para la aplicación de medidas de corte monetarista en otros lugares del mundo (Klein, 2007); también pertenecen o se encuadran en esta escuela otros trabajos en torno a las teorías del Capital

Humano y los análisis economicistas en ámbitos no económicos. Se destaca para la introducción de la idea de capital humano en la economía las obras de Theodore Schultz, Gary Becker y Jacob Mincer⁸ y para el estudio de los análisis economicistas en ámbitos no económicos como es el caso de la delincuencia los aportes de Isaac Erlich, George J. Stigler⁹ y Gary Becker (Foucault, 2008). Gran parte de los desarrollos adquiridos en esta área pueden considerarse una continuación de la teoría de la acción humana vonmieseana, ella permite introducir el análisis economicistas en áreas del conocimiento social no económicos, por ello este trabajo considera a parte del desarrollo teórico de la Escuela de Chicago una derivación del pensamiento austriaco.

Entre los miembros de la Escuela de Chicago que han sido galardonados con el Premio Nóbel de Economía se encuentran Milton Friedman, Theodore Schultz, George J. Stigler, Merton H. Miller, Ronald Coase, Gary Becker, Robert Fogel, Robert Lucas, James Heckman y Roger Myerson.

Esta corriente de pensamiento se difunde en el ámbito local argentino mediante la labor del Centro de Estudios Macroeconómicos de Argentina (CEMA), creado por Alberto

⁸ Theodore William Schultz (1902-1998), Premio Nóbel de economía en 1979 y profesor de la Universidad de Chicago entre 1946 y 1974, es quien irá abriendo entre las décadas de los 1960 y 1970 el campo del estudio en torno a lo que los neoliberales denominarán capital humano. Gary Becker nacido en 1930, doctorado en Economía en 1952 por la Universidad de Chicago, docente de la misma universidad, presidente de *Pèlerin Society* en 1989 y Premio Nóbel de economía en 1992. Jacob Mincer nacido en 1922 en Polonia y profesor de la Universidad de Columbia, fue quien más precisamente analizó el salario y la escolarización y quien por primera vez utilizó la expresión “capital humano” (Foucault, 2008).

⁹ George J. Stigler (1911-1991) profesor de la Universidad de Chicago entre 1958 y 1981, Premio Nóbel de Economía en 1982, director del *Journal of Political Economy* desde 1973 hasta 1991 (Foucault, 2008), presidente de la *Mont Pèlerin Society* entre 1976 y 1978 (Mont Pelerin Society, 2011).

Roque Fernández y Carlos Rodríguez tras sus estudios en la Universidad de Chicago en los Estados Unidos (Morresi, 2008; Heredia, 2004). Las actividades de esta institución así como los de su Universidad se inician en el año 1978 con el objeto, en tanto instituto de docencia e investigación, de difundir “diversas y modernas” teorías económicas, de este modo, da comienzo primero al dictado del Master en Economía y, después, a los Masters en Dirección de Empresas y en Finanzas (UCEMA, 2012).

b.2) Teóricos de la Elección Pública

La Escuela de Virginia o la *Teoría de la Elección Pública* se sustenta en los trabajos de Duncan Black, James Buchanan, Gordon Tullock y Dennis Mueller. Profesores del Instituto Politécnico de Virginia que, tras los trabajos precursores de Schumpeter, Olson y Downs, institucionalizan el análisis economicista de la política (Morresi, 2008; Pinto, 1995). La elección pública, explica Mueller en su *Elección Pública* (1984), mantiene el objeto de estudio de la Ciencia Política –el Estado, los partidos, etc.– pero lo analiza a partir de los principios y la metodología desarrollada en el ámbito de la economía.

La elección pública puede definirse como [...] la aplicación de la teoría económica a la ciencia política. El objeto de estudio [...] es el mismo que el de la ciencia política [...] Igual que en la teoría económica, los postulados básicos de la conducta de la elección pública son los referentes al hombre considerado como un ser egoísta, racional y maximizador de la utilidad (p.14).

En el ámbito de la teoría económica ya se han obtenido algunas reglas [...] que suministran un fundamento metodológico para el desarrollo y contrastación de teorías. El hombre es un ser racional que maximiza [...] una función objetiva. [...] En la disciplina de la elección pública se utiliza esos supuestos para facilitar la explicación y la predicción de la conducta política” (p.18)

James Buchanan y Gordon Tullock en lo que constituye la obra fundacional de este escuela, *El cálculo del consenso. Fundamentación lógica de la democracia constitucional* (1962), diferencian el conjunto de las decisiones colectivas en dos niveles, por un lado, la política ordinaria que son aquellas decisiones colectivas que se toman de manera frecuente, por votación de mayorías, en asambleas legislativas y, por otro lado, la política constitucional que refiere al conjunto de decisiones colectivas que establecen el marco de normas bajo el cual se desarrollara la política ordinaria. Ello para responder a la pregunta, ¿cómo se deben tomar las decisiones colectivas?, ¿de manera dictatorial?, ¿por mayoría simple?, ¿por unanimidad? De forma que los costos sean minimizados, costos que se pueden diferenciar en costos externos a las decisiones y costos propios de la toma de decisiones. Mientras que la toma de decisiones por una persona acarrearía la máxima cantidad de costos externos ya que ella podría imponer altos costos a los demás; mientras más personas intervengan más altos serán los gastos incurridos en el proceso de la toma de decisión en sí misma. Esto hace que para las decisiones constitucionales elijamos reglas próximas a la unanimidad, queremos ser consultados ya que seremos muy afectado por las normas. Es el mercado un decisor de excelencia de unanimidad carente de costos externos.

Tras la publicación de este libro, Buchanan y Tullock, ambos ya miembros de la Universidad de Virginia, reúnen en abril de 1963 a un grupo de académicos provenientes de la economía, la ciencia política y de otras disciplinas, a partir de la cual, forman una organización, el *Committee on Non-Market Decision-Making* (Comité sobre la Toma de Decisiones Ajenas al Mercado), y una revista, *Papers on Non-Market Decision-Making*, que garanticen su continuidad. Posteriormente rebautizadas, respectivamente, *Public Choice Society* y revista *Public Choice*. Esto, asegura Buchanan, no se trata de una teoría,

sino de un programa de investigación (Buchanan, 2003).

Esta corriente se introduce en el hacer local de Argentina a través de la figura de Domingo Cavallo (Morresi, 2008). Este economista en 1974, tras concluir sus estudios Doctorales de Economía en la Universidad Nacional de Córdoba es admitido en 1974 en Harvard para complementar su formación mediante financiación de una beca de la OEA con complemento de la Fundación Ford (Heredia, 2004). Al concluirlos es elegido para dirigir el Instituto de Estudios sobre la Realidad Argentina y Latinoamericana (IERAL) de la Fundación Mediterránea (Morresi, 2008). Institución formalmente creada en Julio de 1977 por iniciativa de 34 empresas de la provincia de Córdoba, convocadas por el señor Pedro Astori con objeto de “Promover la investigación de los problemas económicos nacionales”, “Contribuir al mejor conocimiento y solución de los problemas económicos latinoamericanos” y “Crear un foro apartidista donde se discutan los grandes problemas nacionales y latinoamericanos” (IERAL, 2012); pero que tiene sus orígenes en 1969, en la anteriormente denominada Comisión de Estudios Económicos y Sociales. Se encargará de impulsar la figura de Domingo Cavallo, a pesar de paradójicamente, constituir inicialmente en una institución filo desarrollista (Ramírez, 2007).

b.3) El Libertarianismo

Dentro de lo que se denomina pensamiento libertario encontramos las obras de autores como Ayn Rand y Murray Rothbard (Morresi, 2008). El libertarianismo surge como un derivado del pensamiento austríaco vonmieseano y constituye la postura más radical del liberalismo en relación a la intervención estatal y la libertad individual llegando a considerar el cobro del impuesto a las ganancias un avance sobre la propiedad privada en tanto afectación del propio cuerpo del

individuo y sus frutos. También se denomina, al menos desde la postura de Rothbard, Anarco-Capitalismo.

Murray Rothbard estudió en la Universidad de Columbia, llega a conocer los trabajos de von Mises y, posteriormente, a participar como miembro activo del seminario de Mises en la Universidad de Nueva York a partir del interés surgido por unas lecturas realizadas en un curso sobre la teoría de precios dictada por George Stigler en su propia universidad. Adhiere de tal manera a los postulados de la Acción Humana que comienza una escritura simplificada y accesible a los estudiantes universitarios del libro de von Mises que lleva ese nombre y culmina con la publicación de lo que se reconoce como una de las grandes obras de la Escuela Austriaca de Economía *Man, Economy, and State: A Treatise on Economic Principles* (1962) (Gordon, 2012). Redacta el manifiesto del movimiento que lo tiene como fundador y principal exponente, *Hacia una nueva libertad, el Manifiesto Libertario* (1973), después de haber sido invitado, en 1971, a la escritura de tal libro por el editor de Macmillan, Tom Mandel, tras la publicación de un artículo suyo en el diario *New York Times*, en los inicios del movimiento libertario, en el mismo año que funda el Libertarian Party.

Ayn Rand es quien se encarga de hacer ficción, literatura y novelar las ideas libertarianas exaltando en ellas el individualismo extremo. Entre sus obras más conocidas y recomendadas en el ámbito político y empresarial es *El Manantial* (1958) y *La Rebelión de Atlas* (1957).

En 1971 se fundó en los Estados Unidos el *Libertarian Party*, en el que Rothbard participó en su fundación, durante la década de 1970 y 1980 en oposición a Ronald Reagan (Libertarian Party, 2012). En Argentina, en la actualidad encontramos las replicas locales de tal partido bajo la denominación de *Partido Liberal Libertario*, defienden ideas de autores austríacos o propiamente libertarios –como Ludwig

von Mises, Friedrich von Hayek, Ayn Rand y Murray Rothbard y los locales Alberto Benegas Lynch y Martin Krausse-, reclutan adherentes entre el estudiantado de las universidades privadas y hacen alguna que otra manifestación esporádica en contra de cualquier tipo de intervención estatal como fue, el año próximo pasado, la venta pública de dólares tras el inicio del control estatal de la venta de moneda extranjera (Partido Libertal Libertariano, 2012; *Perfil*, 28/05/2012). Los títulos de estos autores, sobretudo los de Ayn Rand, circulan hoy en el ámbito empresarial como el caso de los CEOs Armando Silberman (Iplan), Claudio Muruzábal (Neoris), Guillermo Yeatts (ex directivo de Sol Petróleo y presidente de la Fundación Atlas), Jorge Sojo (QBE ART), Enrique Duhau (ex Presidente de Apple Argentina) y Eduardo Marty (actual presidente de Junior Achievement) y en el ámbito político como es el caso del actual jefe de Gobierno de la municipalidad de la Capital Federal, Mauricio Macri, su ex vice-jefa de Gabriela Gabriela Michetti y de Ricardo López Murhpy (*La Nación*, 23/09/2007).

A modo de cierre: *Mont Pèlerin Society*, fluctuaciones al interior del movimiento neoliberal

Todas estas corrientes de pensamiento se encuentran aunadas en *Mont Pèlerin Society*, sus más reconocidos representantes forman parte de ella, de los cuales muchos han ocupado la presidencia de la sociedad y han sido congratulados con el premio Nóbel de Economía otorgado por el Banco Sueco. En el caso de la Escuela Austríaca de Economía, Friedrich von Hayek fue presidente de 1947 a 1961 y recibió el primer premio Nóbel de Economía otorgado en la historia en el año 1974; en el caso de la Escuela de Virginia, James Buchanan fue presidente entre 1984 y 1986 y recibió el premio Nóbel de Economía en el año 1986; en el caso de la Escuela de Chicago Milton Friedman

fue presidente entre 1970 y 1972 y recibió el premio Nóbel de Economía en el año 1976 y Gary Becker fue presidente entre 1990 y 1992 y recibió el primer Nóbel de Economía en el año 1992 y en el caso de la Economía Social de Mercado Wilhelm Röpke fue presidente entre 1961 y 1962, aunque este no fue galardonado como los anteriores (Liberal Archief, 1998; Mont Pèlerin Society, 2011). Cada una de ellas han desembarcado en Argentina, tal como explicita Morresi, pero lo han hecho a partir de distintos momentos de tiempo y encarnada en distintos representantes. En el caso de la Escuela de Virginia así como el de la Escuela de Chicago, que son arribos que se inician a finales de los años setenta y principios de los ochenta –cuyo estudio de sus representantes locales se pueden encontrar en los trabajos de Mariana Heredia (2004) y Gastón Beltrán (2005) bajo el nombre de, respectivamente, liberales tecnocráticos y liberales pragmáticos– cuando Estados Unidos ya ha tomado mayor relevancia en la dirección política y económica mundial a través de su influencia en los gobiernos dictatoriales como es el caso de la Chile de Pinochet y sus estrechas relaciones con Milton Friedman y los denominados *Chicago Boys*, mediante el financiamiento de becas doctorales para economistas como fue el caso de Domingo Cavallo, de Alberto Roque Fernández y tantos otros como Mariana Heredia (2004) revela y mediante la influencia ejercida desde los organismos internacionales a través de la refinanciación de la Deuda Externa pública y privada. Gastón Beltrán (2005, 2004) muestra como estos economistas que él denomina liberales pragmáticos utilizan los contactos adquiridos así como el lenguaje y las técnicas aprendidas en sus estudios de postgrado en los Estados Unidos para ascender en el ámbito en cargos estatales así como para asesorar a empresarios. Tanto el aparato estatal como el empresariado local, necesitan de estos economistas formados en el extranjero, ambos deben aprender el lenguaje neoliberal

técnico necesario para conseguir refinanciaciones de su deuda al tiempo que deben iniciar las reformas que los organismos internacionales y estos economistas prescriben.

Mientras los desembarcos en Argentina de la Escuela de Chicago y de la Escuela de Virginia se perciben a partir de finales de los años 1970's; los desembarcos de la Escuela Austriaca y de la Economía Social de Mercado datan, al menos, desde finales de los años 1950's, a partir de figuras como Alberto Benegas Lynch y de Álvaro Alzogaray, son difundidos mediante el accionar del Centro de Difusión de la Economía Libre y redistribuidos en diarios como *La Prensa* y *La Nación*.

Los desembarcos del neoliberalismo en Argentina van mudando en función de los cambios acaecidos en la geopolítica mundial de los cuales *Mont Pèlerin Society* y el *establishment* internacional forma parte. Mientras a medida que avanza el siglo Europa va perdiendo su preeminencia en la política mundial y progresiva y fuertemente la van ganando los Estados Unidos, al interior de *Mont Pèlerin Society* pierde preeminencia su composición europea y la gana la norteamericana (Denord, 2002), pierde preeminencia y es progresivamente desplazada la Economía Social de Mercado y toma relevancia la corriente austriaca cuyos representantes han emigrado a los Estados Unidos así como las influencias que ellos ejercen en la Escuela de Chicago; finalmente son los desembarcos de esta última escuela y la aplicación de sus políticas las que toman mayor visibilidad en el último tercio del siglo XX (Hartwell, 1995). Es ella y sus políticas de corte monetarista la más intensamente conocida en tanto en este último periodo ha conseguido hacerse hegemónica con la progresiva derrota de las opciones keynesianas, estatal bienestarista, comunistas y, en el espacio latinoamericano, estructuralista o industrialista.

Bibliografía y fuentes documentales

ANDERSON, Perry. Más allá del neoliberalismo: lecciones para la izquierda. In: SADER, Emir y GENTILI, Pablo Gentili (comp.). *La trama del neoliberalismo*. Mercado, crisis y exclusión social. 2ª. Ed. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003b. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/trama/anderson.rtf>.

_____. Neoliberalismo: un balance provisorio. In: SADER, Emir y GENTILI, Pablo Gentili (comp.). *La trama del neoliberalismo*. Mercado, crisis y exclusión social. 2ª. Ed. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003a. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/trama/anderson.rtf>.

BELTRAN, Gastón. Formación profesional y producción intelectual en tiempos de cambio político. Las carreras de sociología y economía de la Universidad de Buenos Aires durante los años noventa. Buenos Aires: Informe Beca CLACSO, 2004.

_____. *Los intelectuales liberales: poder tradicional y poder pragmático en la argentina reciente*. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

BEYER, Harald. Selección de escritos políticos y económicos de Milton Friedman. *Estudios Públicos*, Centro de Estudios Públicos, n° 60, Santiago de Chile, primavera de 1995. Disponible en: http://www.cepchile.cl/dms/lang_1/doc_1351.html

BÖHM-BAWERK, Eugen. *Teoría Positiva del Capital*. Madrid: Unión Editorial, 1898 [1998].

CACHANOSKY, Juan Carlos. La Escuela Austriaca de Economía. *Revista Libertas*, Instituto Universitario ESEADE, n° 1, Octubre de 1984. Disponible en: http://www.eseade.edu.ar/servicios/Libertas/49_4_Cachanosky.pdf

DE BÜREN, María Paula. De la teoría objetiva a la teoría subjetiva del valor, de Smith a Menger ¿De la teoría del valor trabajo a la teoría del valor capital? *Realidad Económica*, n° 263, 1 de octubre a 15 de noviembre de 2011.

DENORD, François. Le prophète, le pèlerin et le missionnaire. La Circulation internationale du néo-libéralisme et ses acteurs. *Actes de la*

recherche en sciences sociales. Vol. 145, décembre de 2002. La circulation internationale des idées. pp. 9-20.

ESEADE. Institucional, 2012. Disponible en: <http://www.eseade.edu.ar/institucional/institucional/nuestra-historia.html>.

FOUCAULT, Michel. *El nacimiento de la biopolítica: curso en el Collège de France: 1978-1979*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

FRIEDMAN, Milton. *A monetary history of the United States 1867-1960*. New York: Princeton University Press, 1963 [1971].

_____. *Capitalismo y Libertad*. Madrid: Ediciones Rialp, 1962 [1966].

_____. *Un programa de estabilidad monetaria y reforma bancaria*. Bilbao: Deusto-Planeta, 1962.

GHERSI, Enrique. El mito del neoliberalismo. *Estudios Públicos*, Centro de Estudios Públicos, n° 95, invierno de 2004. Ponencia presentada en la Reunión Regional de la *Mont Pèlerin Society* que se realizó en Chattanooga entre el 18 y el 22 de Septiembre de 2003. Disponible en: <http://www.cepchile.cl>

GRONDONA, Ana Lucía. “*Tradición*” y “*traducción*”: un estudio de las formas contemporáneas del gobierno de las poblaciones desempleadas en la Argentina. Buenos Aires: Colección “Tesis de investigadores e investigadoras del CCC”, Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini,. Disponible en: <http://www.centrocultural.coop/uploads/tesisanaluciagrondona.pdf>.

_____. Las voces del desierto. Aportes para una genealogía del neoliberalismo como racionalidad de gobierno en la Argentina (1955-1975). *La revista del CCC*, Septiembre/Diciembre 2011, n° 13. Disponible en: <http://www.centrocultural.coop/revista/articulo/271>.

HARTWELL, Ronald Max. *A history of the Mont Pèlerin Society*. Indianapolis: Liberty Fund, 1995.

HARVEY, David. *La breve historia del neoliberalismo* Madrid: Akal, 2007.

HAYEK, Friedrich von. *Hayek sobre Hayek*. Un diálogo autobiográfico. Madrid: Unión Editorial, 1994 [2010].

_____. *Camino a la Servidumbre*. Madrid: Unión Editorial, 1944 [2008].

_____. *Contra Keynes y Cambridge*. Madrid: Unión Editorial, 1996.

_____. Introducción. In: MENGER, Carl. *Principios de Economía Política*. Barcelona: Ediciones Folio, 1871 [1996].

HEREDIA, Mariana. El proceso como bisagra. Emergencia y consolidación del liberalismo tecnocrático: FIEL, FM y CEMA. PUCCIARELLI, Alfredo Raúl (coord.). *Empresarios, Tecnócratas y Militares*. La trama corporativa de la última dictadura. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2004.

_____. La demarcación de la frontera entre economía y política en democracia. Actores y controversias en torno a la política económica de Alfonsín. In: PUCCIARELLI, Alfredo Raúl (coord.). *Los años de Alfonsín. ¿El poder de la democracia o la democracia del poder?* Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2006.

HIGGS, Robert. El sueño de la Sociedad Mont Pèlerin. 1997. Disponible en: <http://mises.org/Community/blogs/euribe/archive/2011/06/01/el-sue-241-o-de-la-sociedad-mont-p-232-lerin.aspx>, traducción del artículo: HIGGS, Robert. Fifty Years of the Mont Pèlerin Society. *The Independent Review*, vol. 1, n° 4, primavera de 1997.

IERAL. Orígenes y objetivos. *Instituto de Estudios sobre la Realidad Argentina y Latinoamericana (IERAL) de la Fundación Mediterránea*. 2012. Disponible en: <http://www.ieral.org/institucional.asp#ww>.

INFANTINO, Lorenzo. Prólogo. In: *Ludwig von Mises*. Autobiografía de un Liberal. La gran Viena contra el Estatismo. Madrid: Unión Editorial, 2001.

KICILLOF, Axel. *De Smith a Keynes: siete lecciones de historia del pensamiento económico: un análisis de textos originales*. Buenos Aires: Eudeba, 2010.

KLEIN, Noami. *La doctrina del shock, el auge del capitalismo del desastre*. Barcelona: Editorial Paidós, 2007.

KRESGE, Stephen. Introducción. HAYEK, Friedrich A. Von. *Hayek sobre Hayek*. Un diálogo autobiográfico. Madrid: Unión Editorial, 2010.

LEÓN XIII, Sumo Pontífice. Carta Encíclica *Rerum Novarum* del Sumo Pontífice León XIII sobre la cuestión social. Roma, 15 de mayo de 1891.

LIBERAAL ARCHIEF. *Mont Pèlerin Society (1947-...)*. *Inventory of the General Meeting Files (1947-1998)*. Ghent, Bélgica: Liberaal Archief, 1998. Disponible en: <http://www.liberaalarchief.be/MPS2005.pdf>.

LIBERTARIAN PARTY. *The Party of Principle*. *Minimum Government, Maximum Freedom*. 2012. Disponible en: <http://www.lp.org/introduction/what-is-the-libertarian-party>.

LIPPMANN, Walter. *La Cité Libre*. París: Librairie de Medicis, 1937 [1946].

MARX, Karl. *El capital. Crítica de la economía política*. Tomo I/Vol. I, Libro primero: el proceso de producción del capital. Buenos Aires: Siglo XXI, 1871 [2002].

MENGER, Carl. *Principios de Economía Política*. Barcelona: Ediciones Folio, 1871 [1996].

MISES, Ludwig von. *La acción humana*, Tratado de economía. Madrid: Editorial SOPEC, 1949 [1968].

_____. *Ludwig von Mises*. Autobiografía de un Liberal. La gran Viena contra el Estatismo. Madrid: Unión Editorial, 2001.

MONT PÈLERIN SOCIETY. *The Mont Pèlerin Society*. 2011. Disponible en: <http://www.montPelerin.org/montPelerin/home.html>.

MORRESI, Sergio. *La nueva derecha argentina: la democracia sin política*. Los Polvorines / Buenos Aires: Universidad Nacional General Sarmiento / Biblioteca Nacional. 2008.

MUELLER, Dennis. *Elección Pública*. Madrid: Alianza, 1979 [1984].

MÜLLER-ARMACK, Alfred. *Economía dirigida y economía de mercado*. Madrid: Sociedad de Estudios y Publicaciones, 1946 [1963].

MURILLO, Susana. Estado, sociedad civil y gubernamentalidad neoliberal. *Revista de la Carrera de Sociología. Entramados y Perspectivas*, Carrera de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Vol. 1, nº 1, enero-junio de 2011, pp. 91-108.

_____. *Colonizar el dolor*. La interpelación ideológica del Banco Mundial en América Latina. El caso argentino desde Blumberg a Cromañón. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/murillo>.

NOBEL FOUNDATION. The Prize in Economics 1974. Presentation Speech. *Nobelprize.org: The Official Web Site of the Nobel Prize*. 1974. Disponible en: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/1974/presentation-speech.html.

_____. The Prize in Economics 1976 – Press Release. *Nobelprize.org: The Official Web Site of the Nobel Prize*. 1976. Disponible en: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/1976/press.html.

PARTIDO LIBERTAL LIBERTARIANO. *Partido Libertal Libertariano*. 2012. Disponible en: <http://www.liberallibertario.org/home/index.php/que-es-el-pl>.

PINTO, Julio (comp.). *Introducción a la Ciencia Política*. Buenos Aires: Eudeba, 1996.

PÍO XI, Sumo Pontífice. Carta Encíclica *Quadragesimo Anno (1931)* del Sumo Pontífice Pío XI sobre la restauración del Orden Social en perfecta conformidad con la Ley Evangélica al celebrarse el 40º Aniversario de la Encíclica “Rerum Novarum” de León XIII. Roma, 15 de mayo de 1931.

RAMÍREZ, Hernán. *Corporaciones en el poder*. Institutos económicos y acción política en Brasil y Argentina. Buenos Aires: Lenguaje claro Editora, 2007.

RAND, Ayn. *El Manantial*. Barcelona: Editorial Planeta, 1958 [1975].

_____. *La Rebelión de Atlas*. Buenos Aires: Editorial Grito Sagrado de Unión Editorial, 1957 [2007].

RESICO, Marcelo. *Introducción a la Economía Social de Mercado*. Buenos Aires: Konrad Adenauer Stiftung, 2010.

RICARDO, David. *Principios de Economía Política y Tributación*. Buenos Aires: Claridad, 1871 [2007].

ROTHBARD, Murray. *Hacia una nueva libertad*. El Manifiesto Libertario. Madrid: Editorial Grito Sagrado de Unión Editorial, 1973 [2006].

_____. *Man, Economy, and State: A Treatise on Economic Principles con Power and Market*. Alabama: Ludwig von Mises Institute, 1962 [2004].

SMITH, Adam. *Investigación sobre la Naturaleza y Causas de la Riqueza de las Naciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1776 [1997].

STEINBERG, Jeffrey. The Legacy of Friedrich von Hayek: Fascism Didn't Die with Hitler. In: *The American Almanac*, 1995. Disponible en: http://american_almanac.tripod.com/vonhayek.htm.

TRILATERAL COMMISSION. The Trilateral Commission Washington, DC, 2010. Disponible en: <http://www.trilateral.org>.

UCEMA. Misión e historia. Universidad del Centro de Estudios Macroeconómicos de Argentina, 2012. Disponible en: <http://www.ucema.edu.ar/la-ucema/mision-e-historia>.

El giro neoliberal y la escuela de Virginia.

Una comparación de la evolución del
proyecto neoliberal de las dictaduras
refundacionales en Chile (1973-1981)
y Argentina (1976-1981)

Tor Opsvik

El giro neoliberal en América Latina a fines del siglo XX se legitimó inicialmente como un dogma capaz de fomentar la eficiencia económica y la prosperidad en un continente atrapado en el “desarrollo frustrado”. No obstante, cuando los resultados económicos del neoliberalismo generaron gran decepción, la legitimación neoliberal giró gradualmente hacia la filosofía política y el valor moral de la libertad económica. El análisis histórico y comparativo de dos de las tres transformaciones económicas neoliberales impulsadas en América Latina en los setenta, en Chile y Argentina (excluyendo a Uruguay) pueden proveer antecedentes valiosos para comprender esta doble legitimación neoliberal. Este capítulo se centra en la llamada *escuela de Virginia*¹, la corriente teórica de *la elección pública* fundada por James Buchanan y Gordon Tullock, que tuvo como un objetivo central construir una teoría política neoliberal capaz

¹ En este trabajo se ha revisado los siguientes textos claves dentro de este enfoque: Buchanan y Tullock (1999), Buchanan y Brennan (1999), Buchanan y Wagner (1999), Buchanan (1980), Buchanan (1982) y Tullock (1982).

de legitimar y justificar sus recetas económicas, contrastando su influencia en la dictadura de Augusto Pinochet en Chile con la escasa influencia sobre la dictadura del Proceso de Reorganización Nacional (PRN)² en Argentina. El período analizado comienza con los golpes de Estado en Chile (1973) y luego en Argentina (1976), y termina en 1981 cuando la divergencia entre las dos dictaduras resulta muy marcada. En Chile los militares lograron consolidar su institucionalización neoliberal antes de ser golpeado por la crisis de 1982, mientras el año 1981 en Argentina marca el abandono del proyecto neoliberal.

La escuela de Virginia

La teoría de elección pública surgió en la década de los sesenta y contiene dos ejes interrelacionados, pero analíticamente separables: por un lado, un modelo de análisis teórico y descriptivo del funcionamiento de los procesos políticos y el poder estatal, y por otro lado, un aspecto político y normativo que constituye un dogma neoliberal respecto a cómo debe organizarse el Estado. La teoría de elección pública surge como una reacción a los avances teóricos en la ciencia económica respecto a la identificación de distintos tipos de fallas del mercado y la proscripción de políticas públicas para corregir estas fallas. En consecuencia, la teoría de elección pública se propuso construir una teoría que identificara y explicara las fallas del Estado. En las palabras de James Buchanan;

No se puede suponer, que simplemente porque los mercados son imperfectos, el proceso político funcione mejor. Por el

² La dictadura argentina fue un gobierno de las Fuerzas Armadas en su conjunto y no una dictadura personalista como la chilena. De tal modo, conviene denominar a la dictadura chilena por su presidente y a la argentina por el nombre con que los militares denominaron su proyecto refundacional.

contrario, como la teoría de elección pública nos recuerda, existen muy buenas razones para dudar de las capacidades de los procesos políticos de lograr óptimos de Pareto. La comparación normativa relevante es entre dos instituciones imperfectas. La observación de que una institución u otra es imperfecta –que los mercados “fallan”– simplemente no es suficiente para establecer la primacía de la “intervención” gubernamental (Buchanan y Brennan, 1999: 128).

Cómo señala Joel Migdal, en las décadas de los cincuenta y los sesenta, se le atribuía al Estado un papel clave en el desarrollo social y económico y al mismo tiempo se tendía a presumir que las intervenciones estatales se implementaban tal como habían sido diseñadas (Migdal, 1995: 288-289). En consecuencia, la teoría de elección pública surge en un contexto donde eran escasas las perspectivas teóricas que podían explicar la considerable brecha que se observaba entre los objetivos de las políticas estatales y sus resultados. Aplicar modelos importados desde la teoría económica neoclásica al análisis político de la teoría de elección pública, significó un aporte original y significativo a la teoría política, que se extendió mucho más allá del círculo neoliberal donde fue concebido. Esto, pues identifica y formaliza rasgos depredadores del poder estatal, donde la competencia entre distintos grupos sociales por cambiar las regulaciones y decisiones estatales en favor de su propio grupo, desvía la atención de las actividades productivas y crea una legalidad tan llena de excepciones y privilegios que obstaculiza la actividad económica y la eficiencia estatal. De tal modo, la teoría de elección pública es una herramienta analítica fructífera para analizar la disfuncionalidad del Estado y la organización política, pero aporta mucho menos a la explicación de un hecho empírico ineludible, la existencia de Estados que funcionan relativamente bien. En sus últimas consecuencias la teoría de elección pública predice la inviabilidad de cualquier tipo de Estado (Evans, 1995: 22-25).

En términos propositivos, la escuela de Virginia se asemeja bastante al liberalismo decimonónico. Define la democracia principalmente a través de su dimensión negativa, es decir un marco constitucional con controles y contrapesos que otorga protección a los individuos contra los abusos del poder estatal. Al mismo tiempo, desconfía de la dimensión positiva, que se centra en la posibilidad que la democracia otorga a las mayorías para definir y cambiar las reglas del juego en la sociedad. Las considerables restricciones a la democracia se justifican, según la escuela de Virginia, en la omnipresencia de las fallas de Estado que postulan sus modelos teóricos. En esta línea, Buchanan y Tullock cuestionan principios fundamentales de la noción de democracia, como por ejemplo, la mayoría simple:

[...] a priori, no representa nada más que una entre muchas reglas posibles, y parece muy improbable que esta regla debería ser elegida como la ideal para más casos que un conjunto muy limitado de actividades colectivas. En general, 51 por cien de la población votante no parece ser mucho más preferible que 49 por cien (Buchanan y Tullock, 1999: 64).

Siguiendo una tendencia general en la ciencia económica, James Buchanan y Gordon Tullock enfatizan los aspectos temporales de la distribución de recursos³, a costa de descuidar la distribución entre clases sociales. Esto los lleva a adoptar un acercamiento constitucionalista, que postula que la elección de reglas constitucionales se basa en una perspectiva a largo plazo, desconectada de conflictos contingentes sobre la distribución de recursos. Argumentan que, a largo plazo, los individuos tienen una capacidad muy limitada para evaluar qué regla les entregará un mayor pedazo de torta y, por lo tanto, tienden a

³ Por ejemplo, en términos distributivos las principales variables de la macroeconomía, la inflación y la tasa de interés conciernen principalmente la distribución entre los propietarios del presente y los propietarios del futuro, es decir los actores que demandan créditos.

favorecer la regla que favorece una torta mayor para todos⁴. “Lo óptimo en el sentido de elegir la mejor regla es enteramente distinto a lo óptimo respecto a la distribución de recursos dentro de un determinado período temporal” (Buchanan y Tullock, 1999: 74) Para resumir un largo y complejo razonamiento en una frase: el ejercicio del poder estatal debe, en la medida de lo posible, reducirse a la interpretación jurídica y la implementación tecnocrática de reglas constitucionales. La adaptación concreta más fiel a este principio es tal vez la independencia del Banco Central, administrado por tecnócratas bajo un mandato muy difícil de alterar políticamente, que además es bastante simple y cuantificable: maximizar la estabilidad de precios y nivel de empleo, en base a facultades claramente delimitadas.

Friedrich von Hayek no pertenecía a la escuela de Virginia⁵, y desconfiaba de su positivismo y formalismo matemático. Sin embargo, posterior a la segunda guerra mundial Hayek abordó problemas muy similares respecto a la legitimación filosófica y política del orden neoliberal, llegando también a conclusiones muy parecidas a las de la escuela de Virginia. Para el propósito de este ensayo se incluye entonces a la filosofía política de Hayek en la corriente liderada por Buchanan y Tullock.

La refundación dictatorial y el problema de la continuidad

Las dictaduras de Augusto Pinochet en Chile (1973-1989) y el Proceso de Reorganización Nacional en Argentina (1976-1983) definieron ambas como su misión refundar la sociedad.

⁴ Proponen así las reglas constitucionales como una operacionalización del *velo de ignorancia* de John Rawls.

⁵ Fue profesor en la Universidad de Chicago entre 1950 y 1962, pero no en la emblemática Escuela de Economía, y sus obras más influyentes después de 1950 pertenecían más a la filosofía política que a la ciencia económica.

Y aunque las luchas de poder internas y externas se produjeron de diferentes maneras, las dos dictaduras consideraron al modelo de industrialización sustitutiva de las importaciones el origen de la decadencia de la Nación y apostaron entonces por una transformación económica de corte neoliberal como su principal proyecto refundacional. El poder dictatorial facilitó, para los dos gobiernos militares, la imposición de cambios económicos estructurales a sociedades que se resistían, pero al mismo tiempo generó un problema de continuidad: ¿Cómo evitar que cambios impuestos a la sociedad sin su consentimiento se revertieran con la inevitable llegada de un gobierno democrático?

De forma muy esquemática se puede decir que la escuela de Chicago ofrecía una receta para la transformación de la economía, pero tenía mucho menos que ofrecer respecto al problema de la continuidad de estos cambios, y es ahí donde reside la importancia de la escuela de Virginia. Por añadidura, el proyecto de institucionalización política del neoliberalismo requería una difusión de esta visión desde el equipo económico hacia la conducción política, en cierto sentido desde los economistas hacia los abogados.

Dentro de este contexto las dos dictaduras tenían su Jaime; Jaime Guzmán en Chile y Jaime Perriau en Argentina. Centrar la atención en estas dos figuras influyentes con características similares, implica necesariamente exagerar su importancia, pero es un contraste que contribuye a la construcción de dos narrativas históricas. Ambos eran abogados, fuertemente influenciados por la misma corriente intelectual –el tradicionalismo corporativista y el catolicismo integrista– que además tenían un acceso privilegiado a las altas esferas del poder dictatorial y lazos personales con los equipos económicos.

Jaime Guzmán había sido un aliado de los Chicago boys en la política estudiantil de la Universidad Católica y fue, desde

poco después del golpe, un asesor muy influyente de la dictadura chilena. Era además el máximo líder de los gremialistas, proveedor clave de ministros y proyectos políticos de la dictadura chilena (Huneus, 2000).

Jaime Perriaux había fundado el Ateneo de la Juventud Democrática Argentina (AJDA) junto con el Ministro de Economía del Proceso, José Martínez de Hoz en la década de los cuarenta y fue el líder del “Grupo Azcuénaga”, que a comienzos de los setenta “sería un espacio de reunión para los que quisieran impulsar el golpe de 1976 y uno de los semilleros de los cuadros civiles del PRN” (Morresi, 2010: 111).

Tanto Guzmán como Perriaux tuvieron un protagonismo en el planteamiento del problema de la continuidad del proyecto refundacional, visto por Perriaux como el problema “de proteger al resto de la sociedad contra la muchedumbre”.

En definitiva, resulta imperioso cambiar la mentalidad de los chilenos. Pero más allá de eso, el actual gobierno ha sido categórico para declarar que no pretende limitarse a ser un Gobierno de mera administración, que signifique un paréntesis entre dos Gobiernos partidistas similares o, en otras palabras, que no se trata de una “tregua” de reordenamiento para devolver el poder a los mismos políticos que tanta responsabilidad tuvieron por acción u omisión, en la virtual destrucción del país (Declaración de principios del Gobierno de Chile, 11 de marzo de 1974, formulación atribuible a Jaime Guzmán que redactó gran parte del texto).

De nada servirá la victoria militar total, ya tan próxima, sobre la subversión, ni un desarrollo crecientemente positivo del plan económico, si el Gobierno de las Fuerzas Armadas fracasara en lograr ser sucedido –en un momento que, tarde o temprano, tendrá que venir– por un Gobierno o, mejor dicho, por una serie de Gobiernos, que continúen rigiendo el país a lo largo de las grandes líneas establecidas a partir de marzo de 1976 (Jaime Perriaux, Propuesta política de abril de 1978).

El gran problema para Guzmán y Perriaux era que su visión jerárquica y decimonónica de la democracia, atentaba directamente contra la igualdad ante la ley y era difícil que esta

visión pudiese sustentar algún tipo de democracia tutelada o “protegida” hacia fines del siglo XX, en el Cono Sur. La teoría política neoliberal ofreció en este contexto una legitimación y una perspectiva más acorde con los tiempos, para lograr los mismos objetivos que plantearon los dos abogados.

A pesar de las claras semejanzas en los proyectos refundacionales y la preocupación por el problema de la inevitable transición democrática, el papel jugado por la filosofía política neoliberal dentro de las dos dictaduras revela procesos muy divergentes. La comparación que mejor ilustra esta divergencia es la salida de dos figuras emblemáticas cinco años después del golpe de Estado: del general Gustavo Leigh en Chile y de José Martínez de Hoz en Argentina.

En Chile la destitución de Leigh significó la eliminación del último actor políticamente relevante dentro del gobierno militar, que se oponía al proyecto neoliberal, lo que marcó el inicio de una fase de institucionalización legal. En Argentina, en cambio, la destitución de Martínez de Hoz significó el abandono del proyecto neoliberal. Inició además un período con una dictadura militar a la deriva, sin capacidad de definir un rumbo y contener las luchas internas.

En breve, cinco años después del golpe, los militares chilenos impulsaron una expansión del proyecto neoliberal, ampliando la administración económica de la escuela de Chicago, hacia la construcción de un modelo social y político inspirado más en la escuela de Virginia. Los militares argentinos, por otra parte, abandonaron una transformación neoliberal inconclusa.

La comparación de algunos indicadores económicos claves sugieren que la causa principal de esa divergencia no fueron los resultados obtenidos por el experimento neoliberal, sino la convicción neoliberal del aparato militar-estatal.

Cuadro

Indicadores económicos claves en Chile y Argentina 5 años después del golpe militar

	(1) PIB per cápita	(2) Inflación	(3) Cesantía	(4) Inversión
Chile: salida de G. Leigh (Julio 1978)	4,2% menor que en 1972-73	34% anual	16 %	15 % del PIB
Argentina: salida de Martínez Hoz (marzo 1981)	1 % menor que en 1975	84% anual	3 %	20 % del PIB

Fuentes: (1): Maddison (2006), (2): Chile; INE (s/f), Argentina; INDEC (s/f), (3): Chile; Encuesta del empleo de la Universidad de Chile, Gran Santiago (Muñoz 1985:128). Argentina; INDEC (s/f). Encuesta permanente de hogares de aglomeraciones urbanas, (4): Chile; <http://www.economia.puc.cl/cliolab>, Argentina; Della Paolera, Taylor, Cozzoli (2003)

Estos antecedentes indican algunas diferencias importantes entre las dictaduras de Chile y Argentina. Por una parte, la dictadura chilena demoró más de cinco años en iniciar su fase de institucionalización formal del neoliberalismo, influenciada por Hayek y la escuela de Virginia, un período que excede la duración del proyecto económico de corte neoliberal en Argentina, sugiriendo que la temporalidad jugó un papel crucial.

Por otra parte, no era dado de antemano que el neoliberalismo económico después de cierto período automáticamente se expandiera hacia un proyecto neoliberal más global, abarcando lo social y lo político. Es algo que necesita ser explicado. Corresponde entonces analizar el proceso de la difusión de la filosofía política neoliberal como proyecto de legitimación en Chile, contrastándolo con el caso argentino donde este proceso no se produjo.

La influencia del neoliberalismo como teoría política

Un factor importante en este análisis es la diferencia en la configuración del control militar sobre el Estado. Como ha señalado Augusto Varas, en Chile hubo un “incremento de la capacidad del Ejecutivo para mantener las Fuerzas Armadas como factor de apoyo de la gestión gubernamental y, al mismo tiempo, dejarlas fuera de la toma de decisiones respecto de las alternativas de política no-militar, situación exactamente opuesta a la observada en Argentina” (Varas, 1987: 57). Esta centralización del poder en la dictadura chilena, implicó una tolerancia relativamente baja a diferentes corrientes divergentes dentro del aparato militar-estatal. De tal modo, la conquista de la conducción económica por parte de los neoliberales a comienzos de 1975 obligó a Jaime Guzmán y a los gremialistas a abandonar el fundamento del corporativismo, el llamado *poder social* sustentado en la influencia política de los gremios, es decir en las organizaciones intermedias como asociaciones profesionales y empresariales.

El corporativismo era una propuesta política incompatible con la visión neoliberal, que veía a las organizaciones intermedias como una de las fuerzas principales detrás de la distorsión de los mercados y, por lo tanto, contra la libertad económica. Guzmán y los gremialistas renunciaron así a una de sus ideas principales, con el objetivo de no perder influencia en el aparato estatal. De tal modo, Pinochet anunció en 1977 un itinerario de transición a la democracia, en el contexto de un régimen sin una visión política definida.

Cuando el problema de la definición del modelo político definitivo se colocó a la orden del día, se expandió considerablemente el número de “intelectuales orgánicos” neo-liberales abocados a la tarea de discutir y difundir sus concepciones sobre las relaciones entre economía y política y los requisitos que el nuevo esquema económico planteaba al futuro ordenamiento político. [...] Abandonando sus

anteriores enfoques excesivamente tecnocráticos y centrados sólo en la evolución y resultados de la política económica, se incorporaron de lleno a la discusión de los que se denominó la “nueva institucionalidad económica”, o el “orden público económico”, que debía consagrar la futura Constitución Política (Vergara, 1985: 128).

El ideario de Friedrich von Hayek y la escuela de Virginia salió victorioso de esta lucha ideológica y llegó a impregnar la fase de institucionalización formal del proyecto refundacional de la dictadura chilena (Stepan, 1985: 323; Fischer, 2009: 321-326)

Ahora bien, en el caso argentino el problema de la continuidad de la política económica neoliberal en un futuro gobierno democrático parece ser más bien un problema hipotético, ya que se trata de una dictadura que ni siquiera logró la continuidad del proyecto neoliberal dentro de su período en el poder. Aún así, era un problema que preocupaba profundamente a los militares argentinos y como tal es un antecedente empírico que puede ayudar en la comprensión de la temática de este capítulo.

La dictadura argentina impulsó su transformación económica neoliberal otorgando la conducción económica a una de las personas más destacadas de la élite económica, José Alfredo Martínez de Hoz “Muy rápido se pudo apreciar que ese ministro era un verdadero ‘zar económico’ con enorme poder para llevar a cabo su estrategia. Si bien se apoyaba en la represión militar, era, al mismo tiempo, una especie de garante y justificador de ese gobierno en el mercado local y externo” (Schvarzer, 1998: 33). De tal modo, los militares delegaron el ejercicio de la política económica al equipo de Martínez de Hoz, desligándose, en gran medida, de la tarea de integrar la refundación económica dentro del proyecto global de la dictadura. Esta separación entre la conducción económica y política contribuyó en forma decisiva a que el pensamiento neoliberal quedara confinado al equipo económico.

Además, la configuración fragmentada del poder militar-estatal dio cabida a un ejercicio de equilibrios políticos, donde el creciente poder del equipo económico debía ser contrarrestado y frenado por otros actores para mantener la estabilidad del régimen militar. Una concentración del poder de la alianza entre el Presidente Videla (del Ejército), el Ministro del Interior Harguindeguy (del Ejército) y el Ministro de Economía Martínez de Hoz, atentaba contra el marco legal que los militares habían definido para su período en el poder: un gobierno basado en la distribución igualitaria de poder entre las tres ramas de las Fuerzas Armadas. De tal modo, la crítica y oposición a las políticas del equipo económico se volvieron habituales entre los protagonistas militares que buscaban conservar o expandir sus cuotas de poder (Quiroga, 2004: 143-147). En este contexto, Martínez de Hoz usó su manejo político para dar un perfil más pragmático a la transformación neoliberal, centrándose en las medidas que eran políticamente viables, lo que constituye un claro contraste con el dogmatismo que caracterizó a las políticas económicas de la dictadura chilena.

Entre 1977 y 1978 tuvo lugar un intenso debate entre los actores claves del Proceso respecto a la continuidad de su proyecto refundacional. El acceso a los principales documentos⁶

⁶ Los documentos accesibles en la biblioteca digital de CIPOL. Disponible en: <http://www.cipol.org> son: 1) Plan Nueva República de la Secretaría General del Estado Mayor del Ejército. General Olivera Rovere, mayo de 1977; 2) Comentario sobre el Documento Plan Nueva República, Secretaría General de la Presidencia, 1977; 3) Consideraciones sobre el proceso de institucionalización y el Movimiento de Opinión Nacional. Armada Argentina, octubre 1977; 4) El camino para la salida – Carta y propuesta de Américo Ghioldi, embajador en Portugal, al general José Rogelio Villareal. 22 de diciembre 1977; 5) Plan de acción política de la Propuesta de Unión Nacional de la Secretaría General de la Presidencia (2º parte) – Ricardo Jofré. Noviembre 1977; 6) Ideas Fuerzas y el Diálogo. Secretaría de la Presidencia. 1978; 7) Propuesta política de Jaime Perriau – Abril 1978; 8) Propuesta Política de la Fuerza Aérea (escrito por Grondona) 26 de julio 1978; y 9) Necesidad de dinamizar el Proceso de Reorganización Nacional. Agostini Lami Dozo, Fuerzas Aéreas, 3 de octubre 1978.

de este debate interno permite analizar la visión política de las cúpulas militares y algunos de sus asesores civiles más influyentes. Lo más llamativo de estos documentos es la ausencia de la teoría política neoliberal en una dictadura que inicialmente había apostado por la transformación económica neoliberal como su proyecto refundacional. La gran mayoría de las referencias a la política económica se centran en la necesidad de reactivar la economía, para fortalecer la legitimidad del régimen, contradiciendo directamente la estrategia neoliberal de usar el poder dictatorial para imponer un ajuste fuertemente recesivo para transformar las estructuras económicas en un proyecto de largo plazo. Jaime Perriau, el conservador tradicional y corporativista, surge, en este contexto, como el principal militante del neoliberalismo, al afirmar que, “Se deberá, como cosa absolutamente esencial, proceder al redimensionamiento al máximo del Estado, pasando al sector privado todas las funciones que no sean estrictamente estatales”.

Entonces conviene volver a dirigir la mirada hacia el caso chileno, donde el neoliberalismo político surgió como la solución al problema de la continuidad o, en las palabras de Jaime Guzmán, la construcción de una “democracia protegida”. Al establecer la libertad económica como la libertad fundamental del sistema político, la escuela de Virginia justificó la restricción de libertades políticas. Además, la dictadura podría así arrogarse un discurso libertario, dejando así de depender de una supuesta amenaza marxista, que parecía cada vez más ilusoria. El argumento neoliberal era que los procesos políticos tenían como característica inherente promover intereses particulares que buscaban distorsionar los mercados en su favor.

Basándose en el problema inflacionario, los liberales sostenían que los incentivos de los procesos democráticos, llevaban a los políticos a gastar recursos que no tenían para cumplir sus promesas electorales, violando así sistemáticamente

las leyes económicas y empobreciendo a la población. Se argumentaba entonces que, para proteger la libertad económica y el crecimiento económico, había que ubicar las decisiones de las políticas económicas fuera del sistema democrático. Esta opción tenía tres importantes ventajas para la legitimidad de una futura “democracia protegida”. Primero, se podía justificar elevando a la ciencia económica al estatus de una ciencia exacta. El pueblo podía pronunciarse sobre las cuestiones políticas, pero no sobre la administración científica de la economía. Segundo, si se marginaban las decisiones económicas de los procesos democráticos, resultaba menos necesario restringir el sufragio universal. Y tercero, quitándoles poder a los futuros representantes electos sobre la distribución de recursos en la sociedad, se reducirían automáticamente los incentivos para la participación política.

De este modo, un contraste ilustrativo entre Chile y Argentina es la política hacia el mundo sindical. Posterior a los dos golpes militares, las estrategias seguidas por las dos dictaduras fueron muy similares. Una fuerte represión de la actividad sindical, combinado con la congelación salarial impuesta desde el Estado, que debido a la inflación, pronto se convirtió en una reducción cercana al 40% en términos reales (Schvarzer, 1984: 130, Ffrench-Davis, 1999: 108, Meller, 1996: 190) No obstante, la terapia de shock en 1975 implicó un giro fundamental en Chile, ya que produjo muy los altos niveles de cesantía, los que, en conjunto con la fuerte represión sindical, se encargaron de mantener los salarios reales en un nivel muy bajo a través de las leyes del mercado, es decir la oferta y la demanda de la mano de obra. Con las leyes laborales de 1979 se institucionalizó una nueva relación entre capital y trabajo, basada en la flexibilización del trabajo y la existencia de condiciones adversas para la organización sindical. El nuevo marco institucional redujo así drásticamente la posibilidad del

Estado de intervenir directamente en los niveles salariales, al mismo tiempo que debilitó de forma más permanente el poder sindical. Esto concuerda con la receta de la escuela de Virginia para las reglas políticas, que consiste en marginar la lucha política por la distribución de recursos de la política estatal e instalar reglas de largo plazo supuestamente neutrales. Y efectivamente la institucionalidad laboral no fue sujeto de grandes cambios tras la vuelta a la democracia, demostrándose que el poder sindical había sido debilitado de forma permanente (Taylor, 2004)

En ambos países, entonces, el debilitamiento y la marginación política del movimiento sindical fue un factor clave para llevar a cabo la refundación neoliberal. Pero en Argentina esto era más crucial que en Chile, debido al fuerte vínculo entre el sindicalismo y el peronismo. Sin embargo, la *Ley de Asociaciones Profesionales* de 1979 no redujo en forma permanente el poder estatal sobre los niveles salariales. Las restricciones impuestas a la actividad sindical no fueron las que anhelaban el sector empresarial y el equipo económico. Estaban orientadas más bien hacia el incremento del poder estatal sobre los sindicatos que hacia el debilitamiento de la organización sindical en sí (Novaro y Palermo, 2003: 218-220). Además hubo una distancia demasiado grande entre las limitaciones jurídicas impuestas al sindicalismo y el poder real que aún conservaban los sindicatos en un mercado laboral donde la cesantía no llegaba al 3%. Por lo tanto, con el regreso a la democracia los sindicatos podían movilizar y reconstruir su poder a través de demandas salariales hacia el Estado, es decir al gobierno de Alfonsín. Si bien, los profundos cambios económicos generados por la dictadura debilitaban la posibilidad del Estado de satisfacer estas demandas, el poder político de sector sindical había sobrevivido bastante bien el Proceso de Reorganización Nacional.

La Constitución de 1980

En Chile la pieza principal de la etapa de institucionalización legal del orden neoliberal, entre 1979 y 1981, fue la Constitución de 1980. Surgida a través de un largo y conflictivo proceso de redacción y negociación entre la Comisión Constituyente, el Consejo de Estado, la Junta Militar y Pinochet, la nueva carta fundamental tenía como su principal función asegurar la continuidad de la refundación neoliberal. Según la visión de Jaime Guzmán, la Constitución debería tener como objetivo construir un orden autoprotegido, es decir ser capaz de sostenerse por sí mismo sin un activo tutelaje de las Fuerzas Armadas. En las palabras de Guzmán: “todos están de acuerdo en no configurar una fórmula que signifique, en el hecho, la politización de las Fuerzas Armadas, pues es evidente que quien desee preservar el carácter de salvaguardia permanente de una institución debe preocuparse de no gastarla en lo contingente” (Apud. Barros, 2005: 287). Desde la perspectiva comparada, resulta interesante el contraste con el proyecto de los militares argentinos de un tutelaje activo y prolongado por parte de las Fuerzas Armadas.

Siguiendo entonces a Jaime Guzmán, el objetivo era “que si llegan a gobernar los adversarios, se vean constreñidos a seguir una acción no tan distinta a la que uno mismo anhela, porque –valga la metáfora– el margen de alternativas posibles que la cancha imponga de hecho a quienes juegan en ella, sea lo suficientemente reducido para hacer extremadamente difícil lo contrario” (1991: 378). El diseño institucional de la Constitución de 1980 y el conjunto de leyes decretadas durante la dictadura refleja fielmente las propuestas de la escuela de Virginia, con la importante distinción de no ser el resultado de un consenso democrático. Como anteriormente se señaló, se trata de maximizar el poder estatal ejercido a través de reglas constitucionales y reducir, en la medida de lo posible, los procesos

políticos contingentes a la interpretación e implementación jurídica y tecnocrática de estas reglas constitucionales.

José Piñera, uno de los protagonistas en la institucionalización de neoliberalismo en Chile señaló en una entrevista, el 29 de diciembre de 1979, que “el gran desafío para el Gobierno es transformarse en aquel que puede hacer la última revolución, la libertaria, aquella que al arrebatar el poder al Estado y devolverlo a los individuos, termine con todas las revoluciones”⁷. La Constitución de 1980 debía entonces transformar un Estado revolucionario, suficientemente fuerte para transformar las estructuras económicas, en un Estado conservador, suficientemente democrático para sobrevivir una transición a la democracia, pero al mismo tiempo suficientemente fuerte y autorestringido para mantener el status quo.

Robert Barros sostiene, en su detallado relato sobre la génesis de la Constitución de 1980, que ésta fue redactada “mirando hacia el pasado” y que todos los cambios principales respecto a la Constitución de 1925 “pueden vincularse literalmente a la fecha de algún conflicto específico durante la década de 1960 y los comienzos de los años 1970” (2005: 271). En este contexto, es relevante citar a Pilar Vergara, quien sostiene lo siguiente: “Paradojalmente, el hecho de que los temas centrales de preocupación de los neoliberales estuvieran ausentes del debate, demuestra en forma elocuente el predominio incontrarrestable que habían alcanzado sus concepciones. En el bloque dominante había consenso acerca del “orden público económico” y las leyes sociales que la Constitución debía consagrar” (1985: 212).

La Constitución de 1980 mantuvo la estructura de controles y contrapesos de la Constitución de 1925, pero reforzó considerablemente el poder del veto de cada instancia, además

⁷ José Piñera. Hay que hacer una verdadera revolución libertaria. María Angélica Bulnes, *Revista Qué Pasa*, 27 de diciembre de 1979.

de introducir nuevos mecanismos supramayoritarios como las Leyes Orgánicas Constitucionales. El Tribunal Constitucional recibió facultades muy amplias, también para declarar inconstitucionales a partidos y otras organizaciones políticas. Los senadores designados convirtieron al senado en un organismo semidemocrático, mientras la autonomía del Banco Central introdujo un nuevo contrapeso decisivo en la política económica. La combinación del sistema binominal y un Senado sólo parcialmente electo, implicaba en la práctica, que la coalición gobernante debía recibir sobre dos tercios de los votos para poder legislar sin depender de votos de la oposición. Y si el sistema de restricción de mayorías y de controles y contrapesos fallara en autoprotgerse, se reservó a las Fuerzas Armadas el rol de garante constitucional de última instancia, basado en una combinación de facultades constitucionales y poder de facto.

Conclusiones

El análisis comparativo realizado en este texto ha entregado algunos antecedentes claves que contribuyen a explicar la divergencia hacia los fines de los setenta entre la institucionalización neoliberal en Chile y el abandono del proyecto neoliberal en Argentina. En Chile este neoliberalismo político surgió como solución al problema de construir una “democracia protegida” capaz de impedir que “la muchedumbre” deshiciera por la vía electoral a las transformaciones económicas impuesta durante la dictadura. En Argentina, por otra parte, la escasa difusión de las perspectivas de Hayek y la escuela de Virginia coincidió con un “alto grado de indefinición político-ideológica”⁸. El breve relato presentado aquí sugiere esta

⁸ Diagnóstico realizado por los mismos militares argentinos, Plan Nueva República de la Secretaria General del Estado Mayor del Ejército. General Olivera Rovere, mayo de 1977. Archivo digital CIPOL Disponible en: <http://www.cipol.org>.

coincidencia no fue fortuita, aunque tampoco se puede establecer una relación causal directa.

Los dos procesos estudiados reivindican, más allá de la particularidad histórica de Argentina y Chile en la década de los setenta, la importancia de conectar los aspectos económicos y políticos del neoliberalismo. Las teorías políticas neoliberales elaboradas por la escuela de Virginia y Friedrich Hayek han jugado un papel clave en la institucionalización neoliberal en diferentes partes del mundo, especialmente como una fuente de legitimación y justificación de las políticas económicas de corte neoliberal.

Bibliografía

BARROS, Robert. *La junta militar*. Pinochet y la Constitución de 1980. Santiago de Chile: Random House Mondadori, 2005.

BUCHANAN, James. M. De las preferencias privadas a una filosofía del sector público. *Estudios Públicos*. Centro de Estudios Públicos, Santiago de Chile, n° 1, 1980, pp. 202-218.

_____. Democracia limitada o ilimitada. *Estudios Públicos*, Centro de Estudios Públicos, Santiago de Chile, n° 6, 1982, pp. 36-51.

_____ y TULLOCK, Gordon. The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy. *The Collected Works of James M. Buchanan*, Vol. 3. Indianapolis: Liberty Fund, 1999.

_____ y WAGNER, Richard E. Democracy in Deficit: The Political Legacy of Lord Keynes. *The Collected Works of James M. Buchanan*, Vol. 8. Indianapolis: Liberty Fund, 1999.

_____ y BRENNAN, Geoffrey. The Reason of Rules: Constitutional Political Economy. *The Collected Works of James M. Buchanan*, Vol. 10. Indianapolis: Liberty Fund, 1990.

DELLA PAOLERA, Gerardo; TAYLOR, Adam. M. y BÓZZOLI, Carlos. Historical Statistics. Incluye CD-ROM. In: DELLA PAOLERA, Gerardo y TAYLOR, Adam (eds.). *A New Economic History of Argentina*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

EVANS, Peter. *Embedded autonomy*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Entre el Neoliberalismo y el Crecimiento con Equidad: tres décadas de política económica en Chile. Santiago de Chile: DOLMEN, 1999.

FISCHER, Karin. The influence of neoliberals in Chile, before, during and after Pinochet. In: MIROWSKI, Philip y PLEHWE, Dieter (eds). *The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.

GUZMÁN, Jaime. El miedo y otros escritos. FONTAINE, Arturo T. (comp.). *Estudios Públicos*, Centro de Estudios Públicos, nº 42, Santiago de Chile, 1991.

HUNEEUS, Carlos. *El Régimen de Pinochet*. Santiago de Chile: Editorial Sudamericana, 2000.

INDEC. *Tasas de actividad, empleo, desocupación y subocupación correspondientes al total de aglomerados urbanos desde 1974 en adelante*. Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina. Empleo y desempleo. Series históricas. S/f. Disponible en: <http://www.indec.gov.ar/>

MADDISON, Angus. *World population, GDP and per capita GDP, 1-2003 AD*. 2006. Disponible en: <http://www.ggdc.net/maddison/>

MELLER, Patricio. *Un siglo de economía política chilena*. Santiago: Editorial Andrés Bello, 1996.

MIGDAL, Joel S. A model of state-society relations. In: WIARDA, Howard J. (ed.). *Comparative politics*. Critical concepts in Political Science. Vol 1. London: Routledge, 1995.

MORRESI, Sergio. El liberalismo conservador y la ideología del Proceso de Reorganización Nacional. *Sociohistórica*, nº 27, 2010, pp. 103-135.

MUÑOZ, Oscar. Chile: el colapso de un experimento económico y sus efectos políticos. *Colección Estudios Cieplan*, nº 16, 1985, pp. 103-141.

PALERMO, Vicente y NOVARO, Marcos. *La dictadura militar, 1976-1983: del golpe de estado a la restauración democrática*. Buenos Aires: Paidós, 2003.

QUIROGA, Hugo. *El tiempo del Proceso: conflictos y coincidencias entre políticos y militares: 1976-1983*. Rosario: Homo sapiens Ediciones / Fundación Ross, 2004.

SCHVARZER, Jorge. *Martínez de Hoz: La lógica política de la política económica*. Buenos Aires: CISEA, 1984.

_____. *Implantación de un modelo económico*. Buenos Aires: Editora A-Z, 1998.

STEPAN, Alfred. State Power and the Strength of Civil Society in the Southern Cone of Latin America. In: EVANS, Peter; SKOCPOL, Theda y RUESHEMEYER, Dieter (eds.). *Bringing the State Back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

TAYLOR, Marcus. Labor Reform and the Contradictions of “Growth with Equity” in Postdictatorship Chile. *Latin American Perspectives*, n° 31, 2004, pp. 76-93.

TULLOCK, Gordon. La fundamentación de la redistribución. *Estudios Públicos*, Centro de Estudios Públicos, Santiago de Chile, n° 6, 1982, pp. 153-163.

VERGARA, Pilar. *El auge y la caída del neoliberalismo en Chile*. Santiago de Chile: Cieplan, 1985.

VARAS, Augusto. *Los militares en el poder*. Santiago de Chile: Pehuén Editores, 1987.

¿Neoliberalismo, Populismo o Desarrollo? La controversia sobre la política económica del gobierno Lula

Pedro Cezar Dutra Fonseca

André Moreira Cunha

Julimar da Silva Bichara

Introducción: ¿recuperando la trayectoria?

El ciclo de crecimiento acelerado del periodo 2003-2008 y la solvencia con la que el país enfrentó la crisis financiera global, parecen indicar que hay una nueva realidad económica y política en Brasil, caracterizada por unos fundamentos macroeconómicos e institucionales relativamente sólidos, especialmente cuando se compara con el entorno regional (Cárdenas, 2010; Casas-Zamora, 2010; Sweig, 2010; y CEPAL, 2010). La inflación, tradicionalmente el mayor problema de las políticas de estabilización de la segunda mitad del siglo XX, se mantuvo bajo control en dicho periodo.

Otra debilidad recurrente, el desequilibrio externo, también parece cosa del pasado: con el incremento de las inversiones directas y en cartera, en 2009 el país presentó cifras récord en la entrada de capitales por US\$ 70 mil millones, suficiente para cubrir con holgura el déficit exterior de US\$ 24 mil millones (en tesis, razonable un 1,5 por ciento del PIB), alcanzando un nivel de reservas de US\$ 275 mil millones, inimaginable para un país que necesitó recurrir incontables veces al FMI en la década de 1980 y que tenía en la deuda externa

una de sus puntos débiles, presentando, en determinadas ocasiones, un elevado riesgo de impago.

La posibilidad de crecer en plena crisis internacional y de presentar recuperaciones rápidas no constituye una novedad e integra el imaginario de buena parte de los economistas y de las élites brasileñas. Así sucedió en la Gran Depresión, teniendo lugar la recuperación en 1932, con una tasa de crecimiento del 4,3 por ciento del PIB y del 9,0 por ciento en 1933 –periodo trágico para la mayor parte de los países, derivado del auge de la depresión norteamericana. En este periodo se consagró la clásica interpretación de Celso Furtado de que Brasil consiguió anticipar en la práctica las políticas keynesianas, como resultado del gobierno Vargas, incitando a los productores a que cosecharan café –principal producto exportador– responsabilizándose de asegurar el precio a través de la compra y quema de parte del producto, facilitando su financiación con la emisión de moneda.

Más que la rápida recuperación, la crisis ayudó a que la economía brasileña pasara por una inflexión estructural, con la superación del modelo agroexportador –centrado en la venta al mercado exterior de una escasa variedad de productos primarios– cambiando su “centro dinámico” en favor de la industria y del mercado interno a través del proceso de sustitución de importaciones: de 1933 a 1939. En este periodo la industria brasileña presentó un crecimiento medio anual del 11,2 por ciento (Furtado, 1977). Al inicio de la década de 1970, con el primer shock petrolero, el gobierno militar –contrario al denominado populismo e izquierdismo de Vargas– y de sus sucesores –los cuales habían sido depuestos en el golpe de Estado de 1964– actuó de forma semejante.

En vez de ajustarse a la coyuntura a través del recetario ortodoxo que aconsejaba disminuir el ritmo de actividad económica frente a la elevación de las tasas internacionales de

interés y de los precios del petróleo, el gobierno propuso acelerar el proceso de sustitución de importaciones en las ramas de industria pesada de bienes intermedios y de capital, a la vez que incentivar, a través de empresas estatales, grandes inversiones en el área energética, buscando reducir la dependencia a largo plazo del exterior con relación al petróleo importado. Aunque se trasladó el coste del ajuste al largo plazo, el crecimiento brasileño entre los años 1974 y 1980 mantuvo una tasa anual de crecimiento superior al 7 por ciento, bastante superior a la media internacional; en tres años –1974, 1976 y 1980– alcanzando un nivel próximo al 9 por ciento.

Este capítulo tiene por objetivo contribuir al debate sobre dos cuestiones suscitadas por el desarrollo reciente de la economía brasileña, mostrando de nuevo una trayectoria contraria a la corriente de las economías hegemónicas, aunque esta vez en compañía de algunos países considerados “emergentes”, como China, India, Rusia, Sudáfrica, entre otros (Goldman Sachs, 2007). La primera cuestión, de carácter más coyuntural, considera las condiciones permisivas del mantenimiento positivo sobre la tendencia del crecimiento y los posibles percances que podrían darse como factores limitantes del mismo. La segunda extiende el planteamiento anterior a un análisis a largo plazo, es decir, estaría el país recuperando, aunque con una nueva imagen, las tesis y las políticas desarrollistas que condujeron el comportamiento de gobiernos y de los *policy makers* en Brasil a partir de 1930 –posiblemente a un nivel mayor que en cualquiera otro país latinoamericano. Éstas habrían caído en el olvido en las dos últimas décadas del siglo XX, derivado del recrudecimiento de la crisis fiscal del Estado, de la balanza de pagos y de la inflación, provocado por la asunción de propuestas más próximas al modelo neoliberal, centradas en la búsqueda de la estabilidad macroeconómica, críticas con el proceso de sustitución de

importaciones, la planificación económica y la prioridad al desarrollo. Aunque, desde el inicio de la década actual se vienen observando indicios contrarios.

El desarrollo brasileño: una aproximación

En 2002, cuando el presidente Lula asumió la presidencia del país, no sólo mantuvo algunos marcos esenciales de la política económica en favor de la estabilidad del gobierno de Fernando Henrique Cardoso (metas de inflación, tipos de cambio flexible y apreciado, superávit primario), sino que amplió varios programas de asistencia social. La implementación de las políticas sociales iniciadas por éste último, críticas a la universalización de los derechos, a ejemplo de la antigua Social-Democracia, permitieron el desarrollo de un periodo expansionista que derivó en un estatus de casi universalidad: sólo el Programa Bolsa-Familia¹ se extendió a 11 millones de familias², triplicando su alcance. El salario mínimo creció un 44%, en términos reales, entre los años 2003 y 2009, alcanzando su mayor extensión desde su inicio en los años 1970, con el llamado “Milagro Brasileño”³, lo que significó un aumento significativo de la masa salarial y del consumo de bienes-salario⁴. El coeficiente de Gini presentó una caída de 0,053 puntos, pasando de 0,596 al 0,543 de valor en el coeficiente entre los años 2001 y 2009, evidenciando el cambio de tendencia presentado en la mitad de la década de 1990. El

¹ Véase, entre otros, http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e.

² Véase: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/principais-resultados.

³ Véase, Guido Mantega (2010).

⁴ Según la Fundação Getúlio Vargas, la clase “C” brasileña, que, en 2003, representaba el 37% del total de la población, pasó a representar el 64% de la población en 2008 (Ministério da Fazenda, febrero de 2010).

mercado interno se manifestó, en 2009, como la válvula de escape al mal desarrollo mostrado por el sector exportador, presionado por la crisis internacional y por la apreciación del real. Aún con el PIB en proceso de estancamiento, las estadísticas registraron la creación de casi 1 millón de empleos formales, indicando la importancia del mercado interno y del consumo doméstico⁵.

Asimismo, el Programa de Aceleración del Crecimiento (PAC), aun con tímidos resultados, puede señalarse como el motor del crecimiento al priorizar sectores y diagnosticar *cuellos de botella* sobre el crecimiento a largo plazo, con previsión de inversiones –estatales o privadas– e incentivos fiscales y de crédito a través de órganos oficiales como, por ejemplo, el Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES), la Caja Económica Federal y el Banco de Brasil. Los bancos brasileños no fueron golpeados de forma virulenta en la presente crisis, al igual que diferentes grandes empresas como, por ejemplo, Petrobras, Vale do Rio Doce, Gerdau, Embraer, entre otras. Todos estos factores sumados crean un clima favorable que se combina con el crecimiento de las inversiones de las empresas brasileñas en el exterior (con valores cercanos a los US\$ 1.000 millones anuales en los últimos años en la década de 1990 pasando a más de US\$ 2.5000 millones en el periodo 2006-2008) y la mayor presencia del país en acontecimientos mediáticos (Conferencia del Clima en Copenhague, participación en el proceso de ayuda y reconstrucción en Haití, conquista de la sede olímpica en 2016 y de la Copa del Mundo en 2014).

Como resultado, varios autores han sugerido la interpretación de que se estaría presenciando de nuevo el

⁵ Ibidem.

⁶ Véase, entre otros, Luis Gonzaga Belluzzo (2009); Yoshiaki Nakano (2010); Andreas Novy (2009a y 2009b), y Amado Luiz Cervo (2009: 75-87).

desarrollismo brasileño⁶. Se entiende este aspecto como un fenómeno *embedded* en la formación social brasileña, con profundas raíces históricas, de modo que la evolución marcada por las dos últimas décadas del siglo XX puede ser vista como la interrupción temporal de una tendencia que, mediante ciertas condiciones permisivas, aflora nuevamente. Estas interpretaciones convergen bajo la hipótesis aquí defendida según la cual no fue sólo la crisis la que presentó condiciones para el cambio, como en las coyunturas anteriormente mencionadas en las décadas de 1930 y 1970; la recuperación, aunque gradual, de un ciclo de crecimiento económico y la incorporación de nuevos segmentos de la población al mercado consumidor, inducidas en parte por la política gubernamental y en parte por el contexto internacional, ya se manifestaban anteriormente de forma positiva. El ejercicio de partir de datos de la coyuntura para proyectar escenarios, siempre presenta ciertas dificultades para el economista, aún más cuando está asociado a una reflexión histórica en búsqueda de encontrar elementos de ruptura y/o continuidad en marcos estructurales institucionalmente arraigados. Por ello, se hacen necesarias algunas consideraciones sobre el significado histórico del desarrollismo brasileño, a fin de que la discusión sobre la coyuntura actual no se agote en sí misma y pueda sugerir caminos para una reflexión sobre posibles trayectorias a largo plazo.

No hay duda de que el desarrollismo latinoamericano como objeto de investigación es una cuestión compleja. Se trata de un concepto difícil de concretar, pues abarca situaciones históricas distintas y multifacéticas. Restringido al caso brasileño, serviría para designar gobiernos de espectros políticos tan diferenciados como el de Vargas en la década de 1930 y el del general Geisel en 1970, sin considerar la postura más internacional y con predisposición a la asociación con el capital extranjero de Juscelino Kubitschek en contraste con el

reformismo laboral de João Goulart. Sin embargo, como abstracción, el concepto se entiende como un patrón de comportamiento detectable en la dirección de la acción estatal, tanto en el sentido amplio (con alcance en diversas esferas: tecnológica, educativa, cultural, políticas públicas, entre otras), como en la formulación de la política económica en sentido más preciso, lo cual permite prever un proyecto a largo plazo centrado en la industrialización y en la modernización del sector primario, implementado con el apoyo de medidas gubernamentales dirigidas a incentivar la sustitución de importaciones y la diversificación de la producción primaria, prioritariamente al mercado interno.

De esta forma, considerando lo descrito, se entiende por desarrollismo a un conjunto de ideas y prácticas efectivas de los gobernantes condicionado por una lógica que se concibe como un proyecto de nación. La política económica gubernamental no es errática ni tampoco reactiva a los ciclos o a las fluctuaciones inherentes a la coyuntura, es decir, no es cortoplacista. Es formulada con la pretensión de interferencia en la dinámica de la economía, en la búsqueda de una trayectoria previamente definida. Su gestación histórica fue relativamente lenta; el caso brasileño se remonta al final del Imperio y gradualmente recibió adeptos y sólo vino a constituirse en práctica efectiva nacionalmente a partir de 1930, aunque la primera experiencia regional más visible ocurrió con el gobierno Getúlio Vargas en Rio Grande do Sul, en 1928. La posibilidad del concepto abarca múltiples situaciones históricas concretas –hecho no inusitado, antes habitual en la economía y demás ciencias sociales–, no perjudica que se detecte en las diferentes experiencias un “núcleo duro” común, capaz de caracterizar el desarrollismo en sus varias manifestaciones.

Este comprende la defensa: (a) de la industrialización; (b) del intervencionismo económico y (c) del nacionalismo,

aunque deba ser entendido en un sentido muy amplio, yendo desde la simple retórica conservadora a las propuestas radicales de ruptura unilateral con el capital extranjero (Fonseca, 1989 y 2004). En la literatura, tratando de obtener una mayor especificidad y precisión analítica, es común la referencia al “Nacional-Desarrollismo” para designar el proyecto *varguista*, más nacionalista, incluyendo la propuesta de incorporación de los trabajadores urbanos a través de la legislación laboral y de la seguridad social, y el “Desarrollismo-Asociado” o “internacionalizador” iniciado por Kubitschek y cuya consolidación habría ocurrido con los gobiernos militares después de 1964. Sin embargo, en cualquiera de sus matices, el desarrollismo sólo puede tener sentido bajo la percepción, por parte de los agentes económicos y de los actores sociales y políticos, de la existencia del subdesarrollo. Se trata, por lo tanto, no de un fenómeno solamente adscrito sobre un programa de acción para revertir determinado *estatus quo* considerado no deseable; en caso de atraso o subdesarrollo con todas las consecuencias que pueden ser a ellos asociadas: baja productividad, desperdicio de recursos, miseria, disparidades regionales y dependencia externa.

Entendido de esta forma, no habría impedimento *a priori* para que el ideario desarrollista volviera a la escena, una vez que las propias condiciones históricas que le originaron no han sido superadas. Su viabilidad, sin embargo, aún con las necesarias conformaciones de una nueva realidad le podría conferir una nueva forma, no prescinde de la exigencia de que exista conciencia y disposición por parte de las élites dirigentes de implementar un conjunto de cambios. Éste, por supuesto, no brotaría espontáneamente o, *per se*, como resultado de mecanismos automáticos de mercado; exigirían acciones inductoras fruto de decisiones políticas. Esta *politización de la economía*, en sustitución a los mecanismos normales de mercado,

sin necesariamente entrar en conflicto con él o proponer su extinción –aunque se trata de desarrollo capitalista– aleja el desarrollismo del liberalismo en todos sus matices, inclusive del neoliberalismo (recuérdese la oportuna observación de Michel Foucault, para quien éste, menos que suprimir el Estado, se revela como una práctica gubernamental dirigida a imponer la regulación del mercado como principio regulador de la sociedad). En la justificación de sí mismo, como toda buena ideología, el desarrollo pasa a considerarse variable necesaria y, en versiones más radicales, suficiente para alcanzar un objetivo último. En el límite, ésta se constituiría en la razón de ser del propio gobierno, proyectando una utopía futura permeada de valores de fuerte apelo, como la igualdad, la racionalidad, la justicia social y la soberanía. En la ideología desarrollista, el desarrollo se justifica *per se*.

Asimismo, sin la presencia deliberada de políticas volcadas para un fin explícito y de un pacto político capaz de darle sostenibilidad, difícilmente se puede hablar de desarrollismo. Para su consecución, es primordial la existencia de clases, segmentos o sectores sociales con disposición y capacidad para articular un pacto a largo plazo en torno a un programa de mínimos (objetivos), aun pudiendo existir divergencias en cuanto a los medios y a la velocidad de implementación de las políticas. Es visible, en el caso brasileño del siglo XX, que el ideario desarrollista expresaba un consenso sin eliminar puntos de conflicto (v. g., distribución de renta, reforma agraria, articulación con el capital extranjero). Sin embargo, la creencia del desarrollo como alternativa para el país abarcaba desde sectores empresariales, favorecidos por los incentivos directos e indirectos del Estado, e ideólogos conservadores que veían en el crecimiento un amortiguador de los conflictos sociales.

Con ello, el retorno del desarrollismo, por su complejidad como fenómeno histórico, a pesar de no descartable como

posibilidad, exige algunas cualificaciones. Pero antes es imprescindible el retorno a la coyuntura para investigar más de cerca la primera cuestión inicialmente formulada, sobre las condiciones permisivas sobre el mantenimiento de la tendencia de crecimiento en los últimos años y a los probables percances que podrán anteponerse como sus factores limitantes en un futuro próximo.

El reciente desarrollo de la economía Brasileña en una perspectiva a Largo Plazo

En una perspectiva a largo plazo, el análisis de la economía política del desarrollo brasileño puede partir de la constatación de que en el siglo XX el país fue un ejemplo típico de la experiencia latinoamericana de modernización, marcada por la presencia de avances económicos bajo bases sociales y políticas débiles, incapaces de solventar de forma satisfactoria el problema de la desigualdad en la distribución de la renta, riqueza y poder. En el periodo correspondiente a finales de los años 1940 y el inicio de la década de 1980, el Brasil transformó radicalmente su estructura productiva y social. El proceso de industrialización hizo del país la octava economía del mundo en términos de renta y uno de los diez mayores parques industriales. En paralelo, se experimentó una intensa urbanización e integración de un territorio continental de 8,5 millones de kilómetros cuadrados. La renta creció un 7 por ciento al año, equivalente a un 4,5 por ciento al año en términos per cápita. Sin embargo, dicho crecimiento fue cimentado en un patrón de financiación dependiente de la utilización de fondos públicos y recursos externos. Además de la debilidad financiera, el desarrollo brasileño se reveló incompleto, siendo incapaz de generar una mayor homogeneización social.

En los años 1970, mientras el mundo afrontaba los ajustes

recesivos generados por los choques externos de las crisis del petróleo y de la flexibilización de los regímenes cambiarios, Brasil aceleraba su estrategia desarrollista con base en la financiación externa favorecida por el ciclo de liquidez de los petrodólares. Con la crisis de la deuda externa y el desequilibrio financiero del sector público, la inflación pasó de la ya elevada media del 30 por ciento anual en las décadas anteriores a niveles superiores al 2.000 por ciento al año, a partir de la segunda mitad de la década de 1980. Desde entonces la economía experimentó diversos ciclos cortos e inestables de crecimiento, de modo que entre los años 1981 y 2003, la renta per cápita se incrementó a una tasa media del 0,35 por ciento al año, es decir, cifra inferior al 10 por ciento del ritmo verificado entre 1947 y 1980. A lo largo de los años 1980 y 1990, se llevaron a cabo varios intentos de estabilización económica. Para enfrentar la inercia inflacionista, típica de economía indexadas (Arida y Resende, 1985), fueron introducidos elementos no convencionales, como la congelación de precios, salarios y activos financieros, la supresión del proceso total o parcial de actualización de precios en la economía y las reformas monetarias. En cada tentativa fracasada, se ampliaba la inestabilidad económica e institucional, lo que ponía bajo tensión las ganancias políticas de la redemocratización (Belluzzo y Almeida, 2002; Giambiagi, Castro, Villela y Hermann, 2004; y Carneiro, 2002).

Las políticas monetaria y fiscal contractiva, motivadas por los dictámenes de la estabilización, especialmente en un ambiente marcado por una serie de choques externos adversos –las crisis financieras de la segunda mitad de la década– contribuyeron al desarrollo de ciclos cortos de crecimiento (Goldstein, 2003 y Williamson, 2002). Con el Plan Real se produjo, inicialmente, una ganancia en términos relativos de renta de los trabajadores asalariados de las regiones metropolitanas que, sin embargo, se perdió entre 1998 y 2002.

En una perspectiva más larga, y considerando el ingreso real de los asalariados de la Grande São Paulo, es posible verificar la tendencia de caída de la renta en los años 1990. Esto ocurrió a pesar de las evidencias de que en la década de 1990 se observó un incremento de la productividad (Goldman Sachs, 2007).

Es importante destacar que desde hace más de una década el debate sobre el devenir de la economía brasileña en general y sobre la política económica en particular, se concentra en la dificultad del país para recuperar el crecimiento de forma sostenida. Si, por un lado, el Plan Real fue capaz de dominar un proceso crónico de descontrol inflacionista, por el otro, la adopción del ancla cambiaria y la política de tipo de interés elevado, dieron lugar a una acumulación de desequilibrios de stocks en el sector externo y fiscal. La gestión de estos desequilibrios en un contexto de reversión del cuadro de liquidez financiera internacional, siendo uno de los motivos de la estrategia de estabilización y crecimiento “con ahorro externo”, marcó la segunda fase del Real –después de la devaluación cambiaria a comienzos de 1999. De igual forma, la tutela del FMI y la implantación de un nuevo régimen de política fiscal, monetaria y cambiaria fueron definiendo los marcos de la política económica pretendida desde entonces.

La euforia de la estabilización con crecimiento de los primeros años, que garantizó la base para la reelección del presidente Fernando Henrique Cardoso, fue dando lugar al estancamiento económico, al deterioro del mercado de trabajo y a la profundización de los déficits fiscal y de la balanza de pagos. Es en este contexto socio-económico en el que tuvo lugar la elección del presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Teniendo que administrar una profunda crisis, potenciada por las incertidumbres de la transición política, el nuevo gobierno optó inicialmente por mantener las directrices de la política económica heredadas del periodo anterior.

El análisis de lo descrito anteriormente sugiere que la

combinación de la estabilización monetaria con reformas estructurales aperturistas tuvo éxito en el enfrentamiento del cuadro de inflación crónica del país y, en cierta medida, en la modernización de la estructura productiva. Sin embargo, en vísperas a los comicios celebrados el año 2002, Brasil había acumulado significativos desajustes en sus stocks de deuda pública y externa. La deuda neta del sector público superaba el 50 por ciento del PIB, presentando un periodo de vencimiento cada vez menor (con un retorno medio inferior a tres años), suponiendo un coste fiscal cercano al 8% del PIB (intereses nominales sobre la deuda), registrando un nivel de indexación sobre el cual los títulos ligados a la variación cambiaria respondían a una tercera parte de la deuda total a finales del 2002. Además, la incertidumbre asociada al proceso electoral presionó al alza el tipo de cambio, con una devaluación nominal del 60% entre enero y octubre de 2002. El *pass-trough* cambiario operó rápidamente y tanto la inflación anual como las expectativas de inflación futura indicaban una tendencia alcista delicada. Con ello tuvo lugar el temor generalizado de una vuelta a la indexación y el desajuste macroeconómico.

Cualquier nuevo gobierno que asumiera tales condiciones muy probablemente tendría como prioridad, al menos a corto plazo, el retorno a la “estabilidad”, aunque eso implicara la adopción de medidas fiscales y monetarias fuertemente contractivas. En el caso concreto de Brasil, el gobierno recién electo contaba con una significativa desconfianza del mercado financiero internacional. La campaña electoral había enardecido los ánimos políticos. Esto llevó el entonces candidato de la oposición a una intensa búsqueda de apoyo junto al sector privado. Muestra de ello fue la elaboración, en el final de la campaña, de la Carta “al Pueblo Brasileño”, garantizando el cumplimiento de los compromisos sobre el mantenimiento de la estabilidad económica y el respeto a los contratos. Analistas

contemporáneos pasaron a observar que la llegada al poder del principal líder de la “izquierda” brasileña en las últimas tres décadas y, lo que es más importante, del mantenimiento de un conjunto amplio de políticas y de contratos, significó la consolidación de la transición democrática post-régimen militar. En el plano económico, tal continuidad supuso una (tercera) etapa del proceso de estabilización iniciado con el Plan Real.

Es en este contexto, con una transición compleja y en medio de las presiones financieras generadas por la desconfianza de los acreedores, en el cual debe analizarse las opciones y estrategias de “continuidad”, a pesar de las críticas previas contra las políticas económicas del gobierno Cardoso. El montaje del equipo económico del gobierno Lula y el anuncio de las primeras medidas, revelaron el esfuerzo de mantenimiento del *estatus quo*. En el plano económico, el enfrentamiento de la crisis “de confianza” se dio por la austeridad en la política monetaria y fiscal. Con su conservadurismo inicial, el primer gobierno Lula logró revertir las expectativas pesimistas, particularmente las pertenecientes a los operadores de los mercados financieros, con impactos positivos sobre la trayectoria de la inflación y la gestión de la deuda pública. Sin embargo, el crecimiento económico del país fue inferior al de la media mundial. A partir de 2003, la coyuntura externa excepcionalmente favorable contribuyó decisivamente en la corrección de los desequilibrios comercial y fiscal.

Los resultados por cuenta corriente, según los datos del Banco Central de Brasil, pasaron a ser superavitarios, mostrando récords sucesivos en la balanza comercial –de un déficit medio de US\$ 1,1 mil millones entre 1995 y 2002, se pasó a un superávit superior a US\$ 30 mil millones por año, en el gobierno Lula. El peso de la deuda neta del sector público sobre el PIB se redujo, con un nivel de financiación mejorado, por la menor exposición a la variación cambiaria y a los títulos post-fijados y referidos a la misma, además de los mayores plazos del vencimiento. Tuvo

lugar una fuerte caída del riesgo-país, y los indicadores de solvencia externa –que relacionan los pasivos contraídos y las exportaciones– y liquidez externa –pasivos externos versus reservas internacionales– mejoraron de forma sustancial. La inflación disminuyó en valores próximos al 4 por ciento anual –menos de la mitad de la media del periodo 1995-2002– y el crecimiento de la renta alcanzó el nivel medio del 4 por ciento (media del periodo 2003-2008).

La recuperación del dinamismo en términos de crecimiento se dio mediante el desarrollo de la exportación, beneficiada por el crecimiento de la economía mundial y por un tipo de cambio más competitivo tras la mudanza en el régimen cambiario del año 1999. Entre los años 2001 y 2003, la demanda externa participó de forma positiva sobre el crecimiento, siendo superior a la demanda doméstica, mientras que, tras el año 2004, la expansión del consumo interno pasó a liderar dicho crecimiento. En el ciclo virtuoso que se inició, se observa una sensible recuperación del empleo, de la masa real de ingresos del trabajo y del crédito (Goldman Sachs, 2007). El consumo de las familias creció de forma acentuada en comparación a los valores observados en los años anteriores. La formación bruta de capital analizada trimestralmente, presentó la mejor evolución en más de dos décadas. El crecimiento económico, acompañado por una creación neta de puestos de trabajos formales –lo que contribuyó a la financiación del sistema de seguridad social– incidió sobre la estabilización del déficit de la seguridad social. La deuda pública (neta y en proporción al PIB) disminuyó desde el 53,5 por ciento en el año 2003, al 38,8 por ciento en el año 2008, mostrando resultados corrientes cada vez mejores, dado que el déficit nominal, que incluye el pago de intereses, pasó del 6,9 por ciento del PIB, en el año 1997, al 1 por ciento del PIB, en el año 2008 (Banco Central, 2008, 2009a y 2009b).

Justo antes del agravamiento de la crisis financiera global, en el último trimestre de 2008, Brasil ya dejaba atrás la impresión de ser un BRIC de segunda línea y apuntaba a un crecimiento que podría haber llegado al 6 por ciento anual, lo cual se hubiese materializado sino hubiese sido por la pérdida de dinamismo económico presentado en los tres últimos meses del año (Banco Central, 2009b). Aun así, a lo largo del año 2009, el dinamismo del mercado interno y los efectos positivos de las políticas contra-cíclicas –expansión del crédito, en un contexto de descenso en las tasas de interés, y diversos estímulos fiscales– garantizaron una reversión del cuadro de deterioro del nivel de actividad y del mercado de trabajo que siguió al incremento de la intensidad mostrada por la crisis, en septiembre de 2008 (Ibidem). En el año 2009, el país experimentó una pequeña retracción de su nivel de actividad. En 2010, sin embargo, la recuperación ya es total, con un crecimiento superior al 7 por ciento. La inflación continuaría dentro de la meta fijada por el gobierno, las cuentas externas y fiscales en relativo equilibrio y el mercado financiero en amplio proceso de recuperación de los niveles pre-crisis.

Por lo tanto, en el final de la primera década del siglo XXI, la economía brasileña indica señales de maduración y vitalidad que están sorprendiendo a los analistas más optimistas sobre las perspectivas del país (IPEA, 2009). Una evidencia en este sentido está en el hecho de que, en medio de una crisis económica que ha sido señalada como la más grave desde la Gran Depresión, las principales agencias de *rating* elevaron el estatus de Brasil al grado de inversión (*investment grade*). Esto solo confirma la opinión de los análisis de organismos internacionales, analistas de mercado y académicos, que revelan la resistencia de la economía frente a los impactos de la crisis financiera global (IMF, 2009; UNCTAD, 2009 y CEPAL, 2010).

En este sentido, la apuesta de los economistas del Departamento de Investigación del Banco Goldman Sachs⁷, que incluyeron a Brasil en el rol de las principales economías emergentes del siglo XXI, junto con China, India y Rusia, consagrando el acrónimo “BRIC”, parece concretizarse. Después de la sugerencia realizada por Goldman Sachs, varios analistas⁸ se mostraron escépticos con la inclusión de Brasil en esta categoría de potencia económica en ascenso, debido a las dudas justificables sobre la capacidad del país para abandonar casi tres décadas de semi-estancamiento. No sería la primera vez que el país frustraría la promesa de superación del subdesarrollo y, así, de alineación con los parámetros de desarrollo económico y social de los países avanzados.

En el periodo de crecimiento acelerado del país, especialmente el presentado en la década de 1970, eran comunes expresiones como “país del futuro” para designar las perspectivas brasileñas. Tal percepción se basaba en la impresionante trayectoria de crecimiento económico y modernización verificada a partir de los años 1930, 1950 y 1970. Durante este periodo, el PIB creció alrededor del 7 por ciento anual, en promedio, en un contexto de amplio proceso de transformación estructural. A lo largo del siglo XX, la población del país creció nueve veces, pasando de cifras que no alcanzaban

⁷ Al principio del siglo XXI, economistas del Departamento de Investigación del Banco Goldman Sachs introdujeron el término BRIC (Brasil, Rusia, India y China) para designar a los cuatro países cuya velocidad de crecimiento económico cambiarían la configuración de la economía mundial. A partir de la atención de los investigadores y académicos se centró todavía más en las potencias emergentes. La recuperación de la economía y el fuerte dinamismo en estas economías señalan hacia la configuración de un nuevo fenómeno de la Globalización, con el aumento del poder relativo de la periferia. Véase, entre otros, Goldman Sachs. (2007), National Intelligence Council (2005 y 2008) y Angus Maddison (2007).

⁸ Véase P. Arestis y L. F. De Paula (2008).

los 20 millones de habitantes a registrarse más de 180 millones. En el año 1966, más de la mitad de la población vivía en el campo. A finales de siglo más del 80 por ciento de los brasileños vivían en ciudades, lo que significa un cambio profundo en la estructura de empleo y producción, siendo las actividades urbano-industriales las que obtienen cada vez más espacio en la vida económica⁹.

Algunos de los resultados económicos y sociales recientes deben ser destacados al ser comparados con la experiencia histórica. Las estimaciones muestran que Brasil estuvo entre los países que presentaban las tasas de crecimiento de la renta más elevadas entre las décadas de 1900 y 1970 (Barro y Sala-i-Martin, 2003), dicho éxito contrastó con las dificultades para mantener un proceso de estabilidad, con una inflación alta y crónica y una vulnerabilidad financiera con respecto al exterior. Y, lo que es más importante, la expansión acelerada de la postguerra no fue suficiente para garantizar la conformación de una sociedad relativamente homogénea. Frente a este contexto histórico, a comienzos del presente siglo, el país viene experimentando un ciclo de recuperación con características inéditas: aceleración del crecimiento respecto al promedio de las últimas dos décadas¹⁰, combinado con el mantenimiento de niveles bajos de inflación y de vulnerabilidad externa (al compararse la evolución de la deuda externa neta sobre el nivel de renta) desde que hay registros

⁹ Véase Regis Bonelli (2005).

¹⁰ A partir de 2003 la economía brasileña ha crecido más que la economía mundial. Esto era una característica destacada de la evolución de la economía brasileña entre 1950 y 1980, y ha dejado de ser un hecho en los años posteriores a la crisis de la deuda externa. En relación a la inflación, sin embargo, Brasil presenta un histórico de mayor inestabilidad de precios que la media mundial, aunque en los últimos años se observa una reducción sostenida de la diferencia de inflación lo que pone de manifiesto la consistencia del ajuste macroeconómico post Plan Real.

estadísticos. Además, hay una mejoría en el perfil de distribución de la renta¹¹.

Según lo argumentado, este proceso virtuoso viene acompañado de una mejoría relativa de la situación fiscal, de recuperación en la oferta de crédito, de expansión de los mercados de capitales, de fortalecimiento del mercado de trabajo, de la creación de empleos y aumento de la renta real, implicando un incremento del poder de compra de las clases de renta más bajas. La fortaleza del mercado interno y del desarrollo macroeconómico actual, en comparación con lo observado en los años 1980 y 1990, han sido los elementos centrales que han permitido resistir a los impactos recesivos y desestabilizadores de la crisis financiera global¹².

Esta caracterización del desarrollo reciente de la economía brasileña a la luz de la perspectiva histórica necesita ser confrontada con las diferentes interpretaciones de los analistas. Este es el objetivo del siguiente apartado.

¹¹ Según la OECD: "The resumption of economic growth in a stable macroeconomy, coupled with sound social policies, is delivering a steady reduction in poverty and improvements in the distribution of income, which has been notoriously skewed in Brazil. The fall in inflation since 2003, which resulted in considerable gains in real earnings, together with improving labour-market conditions, have been important factors behind the gradual fall in the percentage of the population living below the poverty line to below one-quarter in 2007 [...]. The distribution of income has also improved significantly in recent years. To illustrate the recent achievements in this area, the Gini coefficient fell by about 0.7 percentage points per year during 2001-07; if this pace of reduction could be maintained over the medium term, Brazil could reach the current level of inequality of the United States in less than 15 years" (OECD, 2009: 39).

¹² Véase, por ejemplo, IMF, 22/07/2009 y 28/07/2009; y *The Economist*, Juggling technocrats and party hats, 15/10/2009.

Consideraciones Finales: ¿el regreso al Desarrollo?

No hay dudas de que hoy existen signos evidentes de crecimiento de la economía brasileña en comparación con años anteriores. Sin embargo, a pesar de ello, varios autores apuntan a posibles dificultades para alcanzar una recuperación consistente y robusta sin que el país combata algunos problemas crónicos como, por ejemplo, la crisis de la sanidad, la elevada carga tributaria y el asistencialismo. Estos se agudizaron con el fin del régimen militar, tras la universalización de las políticas públicas, desarrollada en la década de 1990 y ampliada por el gobierno Lula. Autores como Pinheiro y Giambiagi (2006) comparten esta visión. En su interpretación, los programas de redistribución de renta, en vez de promover el crecimiento, lo dificultan: “el modelo de aumentos simultáneos del gasto público y de la carga tributaria que caracterizó la economía brasileña en el periodo entre 1991-2005 [...] reduce la eficiencia y el potencial de crecimiento” (Pinheiro y Giambiagi, 2006: XV). El país –a ejemplo de otros de América Latina– presenta una propensión histórica al populismo y al asistencialismo; sin embargo, éste no ha contribuido a mejorar la distribución de la renta –al contrario, es empobrecedor (Idibem: 60). Éstos se apoyan en autores como Ricardo Paes de Barros, autor de la parábola según la cual “si un helicóptero repartiese dinero en el cielo, el acto podría tener más eficacia para disminuir la pobreza que muchos gastos denominados sociales que el país hace” (Ibidem: 77), y Adelman (2000), para quien las transferencias compensatorias son una alternativa cara y poco eficaz para promover una solución a largo plazo de las desigualdades sociales.

Para dichos autores, que ejemplifican una parte importante del pensamiento contemporáneo sobre este conjunto de temas, el principal factor explicativo del crecimiento en el periodo más reciente es la estabilidad económica, es decir, el

hecho de que el gobierno Lula, a pesar del asistencialismo, mantiene las líneas generales de la política económica de corte ortodoxo del gobierno de Fernando H. Cardoso (metas de inflación, tipos de interés elevados, tipo de cambio apreciado, etc.). Este argumento, no obstante, debe ser visto con precaución, a la luz de los datos más recientes en relación con la demanda interna. De un lado, no hay que plantear cuestiones en cuanto a la dificultad de compatibilizar crecimiento económico y recuperación de las inversiones, públicas y privadas, y, del otro, la permanencia del descontrol inflacionario presente en la economía brasileña en la década de 1980 y controlado a partir del Plan Real. Sin embargo, si la inestabilidad macroeconómica está negativamente correlacionada con el crecimiento –se trata de un obstáculo, a la luz de diferentes modelos teóricos y experiencias históricas–, de ahí no se puede concluir que *per se* explique el desarrollo más reciente y el escenario positivo diseñado por varios analistas para Brasil en los próximos años, principalmente a partir de su proceso evolutivo en relación al contexto internacional a partir de la crisis de septiembre de 2008, más acogedor en comparación con otros países. Todo apunta a que las medidas “asistencialistas” no han sido inocuas, pues vienen presentando un impacto significativo en la reducción de la pobreza y en la alteración de la distribución de la renta, como se mostró anteriormente; y éstas, en vez de inhibir el crecimiento, se han revelado como un factor propulsor.

Tomando en consideración lo comentado anteriormente, es bastante discutible asociar la coyuntura de la última década en Brasil a un ciclo económico populista, por lo menos a la luz de los modelos expuestos por diversos autores que analizan el tema ligados al *mainstream*. En este sentido, es importante destacar la definición más promulgada y aceptada por la ortodoxia del populismo económico, la de Dornbusch y

Edwards . Para estos, “ *a policy perspective on economic management that emphasizes economic growth and income redistribution and deemphasizes the risks of inflation and deficit finance, external constraints and the reaction of economic agents to aggressive nonmarket policies*” (1989: 9). Otros autores, como Díaz-Alejandro (1981), Sachs (1989) y Bresser-Pereira (1991, 2006), aunque encontrándose bajo diferentes perspectivas, recurren a argumentos semejantes: a partir de la concepción de una curva de Philips negativamente inclinada a corto plazo, se sostiene que los gobiernos populistas ignoran las restricciones macroeconómicas, como el combate a la inflación y al déficit público, y optan por el crecimiento acelerado a corto plazo, normalmente alimentado por políticas activas las cuales impactan en la demanda agregada, aumento de salarios, reducción de carga fiscal y bajos tipos de interés. De ahí un ciclo, pues en un primer momento la economía crece y el gobierno se hace popular, pero es fugaz: luego los cuellos de botella y los desequilibrios comienzan a aparecer (déficit público, desequilibrio en la balanza de pagos, más inflación) exigiendo un ajuste aún más drástico que el inicial, “cuyos costes suscitan la cuestión sobre si no será peor la cura que la propia enfermedad” (Díaz Alejandro, 1981).

El gobierno Lula, a pesar de su carácter mediático y su carisma, se aleja completamente del *hard core* de la definición de populismo de esos modelos¹³. Todos ellos registran como

¹³ Este análisis se restringe al concepto de “populismo económico”, a partir de la definición de los autores aquí abordados, para poder con ellos dialogar. No es parte del objetivo de este capítulo el debate sobre el populismo político, también presente en la misma coyuntura, tanto en el Brasil como en otros países latinoamericanos. Conviene destacar que estos autores, en los trabajos anteriores citados, aunque establezcan una relación teórica entre populismo económico y político, en general defienden que, en la práctica, la relación entre ambos no es necesaria, de forma que en una experiencia histórica particular pueden disociarse.

fase inicial de sus modelos medidas expansionistas, muchas veces drásticas, acompañadas del rechazo a políticas de estabilización. Se puede concluir claramente que es en esta primera fase donde el populismo económico se revela, bajo la convicción del gobierno de que puede enfrentarse a la situación con medidas de crecimiento acelerado y acompañado de distribución de renta, en vez de optar por políticas restrictivas. En síntesis: populismo económico, para todos los autores, es sobre todo un patrón de comportamiento, muchas veces culturalmente arraigado, –o *embedded*, como en la tradición institucionalista– el cual, bajo determinadas condiciones políticas permisivas, se manifiesta en la formulación de la política económica. Como es bien sabido, el gobierno Lula, en sus primeros años, no sólo optó por una política monetaria y fiscal restrictiva, presentando una mayor continuidad en relación con el gobierno anterior. En términos de política social, optó por el gradualismo, apostando más en el largo plazo que en el brillo fugaz apuntado por los modelos: elevación gradual del salario mínimo y de los programas de transferencia de renta.

Incluso la relajación relativa de la política monetaria del Banco Central, en su segundo mandato, siguió una comedia estrategia, aunque en detrimento de un crecimiento más nítido a corto plazo. Esta combinación de política económica restrictiva y gradual redistribución de renta se aproxima más al patrón clásico de la social-democracia europea de finales de la Segunda Guerra Mundial, de inspiración keynesiana, que del “ciclo económico populista” descrito por los modelos. Así, las políticas antes denominadas “asistencialistas”, a pesar de los réditos políticos que llegan a representar, también se alejan del paradigma populista antes mencionado, pues se están mostrando relativamente consistentes en el tiempo. No se puede olvidar que una de las características destacadas, exploradas por los autores antes mencionados, se refiere justamente a la

ineficacia del “asistencialismo”, es decir, la buena intención a corto plazo siempre se revela inocua en el futuro –postulado tradicional del liberalismo como corolario de la defensa del libre mercado y condena de medidas intervencionistas pro-redistribución de renta.

Finalmente, todo sugiere que es prematuro afirmar que se trata de una recuperación del desarrollismo como ideología central de una nueva fase de la economía y de la sociedad brasileñas, a pesar de los signos visibles de recuperación, de los buenos fundamentos macroeconómicos (aún presentando problemas de futuro, como la baja tasa de formación bruta de capital; la apreciación del Real; la vuelta de los déficits por cuenta corriente; las presiones especulativas sobre los mercados de renta fija, renta variable y derivados; la persistencia de la indexación de precios, provocando una tendencia de mantenimiento de la inflación en niveles superiores al de la media mundial; y etc.) y del incremento del consumo de parte de la población, hasta entonces al margen de la demanda doméstica. El desarrollismo, para afirmarse tanto como ideología hegemónica y, de ahí, como práctica efectiva, supone un relativo consenso sobre la naturaleza y la profundidad de la política económica como inductora no sólo de inversiones y sobre las áreas prioritarias, sino también de la acción estatal en las demás áreas –como educación, tecnología, mercado de trabajo y políticas sociales, etc –, tratando de forjar un proyecto con coherencia interna entre objetivos, medios e instrumentos. Supone, por lo tanto, un pacto político capaz de generar desarrollo, con agentes económicos, clases y segmentos sociales dispuestos a pactar una agenda mínima. A pesar de los avances en esta dirección de los últimos años y de que la crisis internacional también está colaborando, no existe la certeza aún de que todavía se ve muy lejos en el horizonte.

Bibliografia

- ADELMAN, Irma. Fifty years of economic development: what have we learned. Paper presented at the World Bank Annual Bank Conference on Development, World Bank, Washington, 2000.
- ARESTIS, Philip y PAULA, Luiz Fernando de (eds.). *Financial Liberalization and Economic Performance in Emerging Countries*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- ARIDA, Persio y RESENDE, André. Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil. In: WILLIANSO, John (ed.). *Inflation and Indexation: Argentina, Brazil and Israel*. Boston: MIT Press, 1985.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de estabilidade financeira* – maio/2009. Banco Central do Brasil, vol. 8, nº 1, Brasília, 2009.
- _____. *Relatório de Inflação* – setembro/2009. Banco Central do Brasil: vol. 8, nº 1, Brasília, 2009b.
- _____. *Relatório anual 2008*. Banco Central do Brasil: Vol. 44, Brasília, 2008.
- BARRO, Robert y SALA-I-MARTIN, Xavier. *Economic Growth*, 2nd edition. Cambridge: MIT Press, 2003.
- BELLUZZO, Luis Gonzaga. Um novo estado desenvolvimentista? *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 3, nº 27, Rio de Janeiro, 2009, pp. 4-5.
- _____ y ALMEIDA, Julio Gomes. *Depois da Queda*. A Economia Brasileira da Crise da Dívida aos Impasses do Real. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.
- BONELLI, Regis. *Industrialização e Desenvolvimento*. São Paulo: FIESP, 2005. Disponible en: http://www.fiesp.com.br/download/semin_desindustrializ/6Bonelli_ind_desenv.pdf.
- BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 20, nº 1, São Paulo, 2006, pp. 5-24.
- BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. *Populismo Econômico: Ortodoxia, Desenvolvimentismo e Populismo na América Latina*. São Paulo: Nobel, 1991.
- CÁRDENAS, Mauricio. *What's Next for Latin America After the Global Crisis?* Washington, DC: The Brookings Institution, 2010.

CARNEIRO, Roberto. *Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Unesp, 2002.

CASAS-ZAMORA, Kevin. *In Brazil, President Lula da Silva Charts His Own Course*. Washington, DC: The Brookings Institution, 2010.

CEPAL. *Latin America and the Caribbean in the World Economy: a crisis generated in the centre and a recovery driven by the emerging economies*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2010.

CERVO, Amado Luiz. A construção do modelo industrialista brasileiro. *DEP – Diplomacia Estratégia Política*, nº 10, 2009, pp. 75-87.

DIAZ ALEJANDRO, Carlos F. Southern Cone Stabilization Programs. In: CLINE, William R. y WEINTRAUB, Sidney (eds.). *Economic Stabilization in Developing Countries*. Washington, D.C.: The Brookings Institution, 1981.

DORNBUSCH Rudiger y EDWARDS, Sebastian. *The Macroeconomics of Populism in Latin America*. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

FONSECA, Pedro Cesar Fonseca. Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa e Debate*, vol. 15, nº 2, 2004, pp. 225-256.

_____. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FURTADO, Celso, *Formação Econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

GIAMBIAGI, Fabio y CASTELAR PINHEIRO, Armando. *Rompendo o Marasmo*. São Paulo: Campus, 2006.

GIAMBIAGI, Fabio; CASTRO, Lavinia B.; VILLELA, André y HERMANN, Jennifer. *Economia Brasileira Contemporânea, 1945-2004*. São Paulo: Campus, 2004.

GOLDMAN SACHS. *BRICs and Beyond*. The Goldman Sachs Group, Global Economics Department, 2007. Disponible en: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/BRICs-and-Beyond.html>.

GOLDSTEIN, Morris. Debt Sustainability Brazil and the IMF. *IIE Working Papers*, Institute for International Economics, 03-1, Washington, D.C., 2003.

IMF – International Monetary Fund. *World Economic Outlook*. Washington: IMF, October/2009. Disponible en: <http://www.imf.org>;

_____. BRICs Drive Global Economic Recovery. *IMF Survey Magazine*, Washington, July 22, 2009. Disponible en: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2009/rea072209a.htm>.

_____. IMF Executive Board Concludes Article IV Consultation with Brazil. *Public Information Notice* (PIN), nº 09/92, Washington, July 28, 2009. Disponible en: <http://www.imf.org/external/np/sec/pn/2009/pn0992.htm>.

IPEA. *Carta de Conjuntura – junho de 2009*. Brasília: IPEA, junho de 2009. Disponible en: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/cartaconjuntura/carta07/Carta_junho2009.pdf.

MADDISON, Angus. *Contours of the World Economy, 1-2030 AD*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

MANTEGA, Guido. Panorama da Economia Brasileira – superando a crise. Ponencia del Ministro de Hacienda de 15 agosto de 2009. Disponible em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/docs/perspectiva-economia-brasileira/link.htm>.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *A Economia Brasileira em Perspectiva*, 4º edição, Brasília, DF: Ministério da Fazenda, febrero de 2010. Disponible en: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/docs/perspectiva-economia-brasileira/link.htm>.

_____. *Economia Brasileira em Perspectiva, 4ªed*. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, febrero de 2010. Disponible em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/docs/perspectiva-economia-brasileira/link.htm>.

NAKANO, Yoshiaki. Catch Up. *Folha de S. Paulo*, Caderno Dinheiro, São Paulo 24/01/2010, p. 6.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. *Global Trends 2025: a transformed world*, 2008. Disponible en: http://www.dni.gov/nic/NIC_2025_project.html.

_____. *Mapping the Global Future*. 2005. Disponible en: http://www.dni.gov/nic/NIC_2020_project.html.

NOVY, Andreas. Política e economia, outra vez articuladas. *Le Monde Diplomatique Brasil*, año 3, nº 27, 2009, pp. 6-7.

_____. O retorno do Estado desenvolvimentista no Brasil. *Indicadores Econômicos FEE*, vol. 36, nº 4, 2009, pp.121-128.

OECD. *OECD Economic Surveys – Brazil, volume 2009/14*. Organisation for Economic Co-Operation and Development, Paris, July/2009.

SACHS, Jeffrey. Social Conflict and Populist Policies in Latin America. In: R. BRUNETTA, Nenatto y DELL'ARINGA, Carlo (eds.) *Labor Relations and Economic Performance*. Londres: MacMillan Press, 1989;

SWEIG, Julia. E. A New Global Player: Brazil's Far-Flung Agenda. *Foreign Affairs*, vol. 89, nº 6, November/December de 2010, pp. 173-84.

UNCTAD. *Trade and Development Report*, United Nations Conference on Trade and Development, Genova, 2009)

WILLIAMSON, Jonh. Is Brazil Next? *International Economics Policy Briefs*. Washington, D.C: Institute for International Economics, 2002.

¿Lecciones aprendidas? Las derechas argentinas y la democracia*

Sergio Morresi

Sandra McGee Deutsch y Ronald H. Dolkart (1993) sostienen que para el público dentro y fuera de América Latina, la expresión “derecha argentina” parece redundante, porque suele percibir a la Argentina como una suerte de “paraíso de nazis”, donde el peronismo impuso prácticas fascistas y los militares libraron un genocidio contra su propio pueblo. Estas percepciones fallan, sin embargo, al no considerar que la Argentina recibió más judíos emigrados que cualquier otro país sudamericano, que el peronismo coqueteó con el fascismo pero jamás lo impuso y que una parte importante de la población resistió, con los escasos recursos que tenía disponibles, el terrorismo de Estado. Pero además fallan porque parecen considerar que el único tipo de derecha que existió en la Argentina es lo que se acostumbra a llamar la “extrema derecha”, es decir fuerzas políticamente autoritarias, socialmente reaccionarias, económicamente retrógradas y culturalmente ultramontanas (Mcgee Deutsch, 2005; Rodríguez Araujo, 2004). Si bien es cierto que este tipo de derechas, generalmente asociadas con posiciones nacionalistas, tienen un capítulo en la historia argentina, las mismas ocuparon

* Algunas partes de este trabajo fueron presentadas originalmente como ponencias en las *XIIIª Jornadas Interescuelas de Historia* (Catamarca, 10-11 de agosto de 2011) y el *54º International Congress of Americanists* (Viena, 15-20 de julio de 2012). Se agradecen las sugerencias de los coordinadores y de los comentaristas de las mesas en que esos trabajos fueron discutidos.

un espacio marginal y, en general, fungieron de aliadas menores en coaliciones más amplias (Lvovich, 2006; Spinelli, 2005). Así, más que hablar de una “derecha argentina” y asimilarla al caso extremo, parece conveniente señalar la pluralidad y la complejidad de las distintas derechas que se desarrollaron en la Argentina (de modo similar a Rémond, 2007). Así, no sólo se logra una imagen más rica del “campo de la derecha” (Morresi, 2009b), sino que se hace posible estudiar a los sectores ubicados en lo que se suele llamar la centro-derecha.

En este capítulo quisiéremos mostrar que las derechas políticas no extremas (es decir, liberales y conservadoras y, más adelante, neoliberales) jugaron un papel protagónico en la historia argentina y que la forma en que interpretaron ese rol las llevó a alejarse del sistema democrático durante buena parte del siglo XX. Este alejamiento, que es uno de los factores explicativos (aunque no el único) de la inestabilidad de la democracia en la Argentina, es el tema de la primera parte de este trabajo. En la segunda, se busca mostrar que, en las últimas décadas, las derechas aprendieron a considerar a la democracia como la única forma legítima de acceso al poder¹. En este aprendizaje fueron determinantes las lecciones dejadas por el fracaso estrepitoso de la última dictadura militar, la inesperada derrota del peronismo en 1983 y el giro neoliberal de los partidos mayoritarios en los años noventa.

Las derechas contra la democracia

Aunque las fuerzas de centro-derecha tuvieron a su cargo el poder en la Argentina a lo largo de buena parte del siglo XX, durante muchos años fueron capaces de encarar ese protagonismo sin recurrir a partidos políticos (Borón, 2000). A veces, arribaron

¹ Es decir: las derechas políticas aprendieron que la democracia en el sentido minimalista del término era “*the only game in town*” (Linz y Stepan, 2011).

al poder mediante golpes de Estado; otras, lo hicieron a través de la práctica de colocar a algunos de sus hombres en posiciones claves de gobiernos *de jure* o *de facto*. Dicho de otro modo: la derecha argentina no desarrolló una fuerza política propia porque no precisó buscar el apoyo de la ciudadanía en los comicios (Bohoslavsky, 2011). El origen de esta anomalía debe rastrearse en las decisiones de los diferentes actores políticos argentinos que condujeron a una democracia débil y a un sistema partidario poco institucionalizado, pavimentando así el camino no electoral de la derecha al poder. Más adelante, la opción no democrática se vio reforzada con el surgimiento del populismo (sobre todo en su variante peronista), que produjo un profundo clivaje en el espacio político argentino, lo que resultó en la reducción de las chances electorales de la derecha y en un divorcio profundo entre las elites políticas y económicas (Gibson, 1996).

De la organización nacional a la “década infame”

En 1853, en la ciudad de Paraná, se sancionó la constitución argentina claramente inspirada en la de Estados Unidos. Siete años más tarde, se dictó una reforma para permitir el ingreso de la provincia de Buenos Aires a la joven república. Esa incorporación provocó el nacimiento de los primeros partidos políticos argentinos: el Partido Nacional (PN) y el Partido Autonomista (PA), que se enfrentaban entre sí por la cuestión de la federalización de la ciudad de Buenos Aires². En 1874, una alianza entre Nicolás Avellaneda y Adolfo Alsina dio lugar al nacimiento del Partido Autonomista Nacional (PAN). Avellaneda fue electo presidente y, finalmente, se produjo la

² Los partidos “unitario” y “federal” que se enfrentaron en distintas ocasiones hasta mediados del XIX no tenían la intención de competir en las elecciones, sino de imponer un sistema por la fuerza de las armas. En ese sentido, autonomistas y nacionalistas son los primeros partidos propiamente dichos.

demorada federalización de Buenos Aires en 1880. A partir de allí, el PAN hegemonizó el panorama político argentino. Culturalmente, el PAN se orientaba al positivismo; económicamente, al liberalismo. En este sentido, los sucesores de Avellaneda promovieron el librecambio y una clara separación entre la Iglesia y el Estado (Gallo y Cortés Conde, 1986; Cortés Conde, 2009). Pese a sus credenciales liberales y modernizantes, la experiencia del PAN es generalmente contabilizada como “conservadora”, debido a sus prácticas políticas oligárquicas, como la manipulación de las elecciones, la falta de libertad de prensa y la persecución de los disidentes (Sábato, 1998).

El elitismo del PAN continuó durante los primeros años del siglo XX. Por entonces, se había convertido en un partido de Estado que actuaba como un paraguas institucional de la alianza entre élites liberales y conservadores de las distintas provincias y que movilizaban a los sectores populares “desde arriba” como parte de una estrategia para mantener una sociedad ordenada y orientada al desarrollo económico con base en la agroexportación (Gallo y Cortés Conde, 1986).

Este “orden conservador” como lo llamó Natalio Botana (1985) entró en declive con la ciudadanización política de los sectores medios y medios-bajos. La aplicación de la ley Sáenz Peña (una norma sancionada en 1912 que garantizaba el voto secreto y obligatorio de los adultos varones), abrió la puerta a la política de masas y al irrefrenable avance de nuevos partidos. La que se llevó la parte del león fue la Unión Cívica Radical (UCR), un partido moderno que había organizado políticamente amplias capas de las clases medias urbanas a través de una estrategia de enfrentamiento absoluto con el régimen oligárquico (Rock, 1977).

Los grupos que habían impulsado la reforma desde el corazón del conservadurismo tenían la esperanza de que el avance de la oposición fuera lento y gradual. El tiempo que demorara la oposición en armarse, imaginaban, serviría para terminar de “educar al soberano”. Sin embargo, debido a una

fractura al interior de la elite dirigente, ya en 1916, los radicales llevaron a Hipólito Yrigoyen a la Presidencia de la nación. Muy pronto, Yrigoyen se dispuso a socavar las fuentes del poder de la elite y mandó a intervenir federalmente los territorios controlados por los conservadores. Además, rechazó los intentos de control legislativo de los diputados y senadores conservadores (Mustapic, 1984). De este modo, la disputa política se transformó también en conflicto institucional y se fue afianzando un sistema político que era aún más presidencialista de lo que habían imaginado sus arquitectos a mediados del siglo XIX.

En el nuevo escenario, las derechas argentinas no pudieron formar un partido capaz de frenar a la UCR. Por un lado, el nuevo Partido Demócrata Progresista (PDP) parecía demasiado progresista a ojos de las elites provinciales, mientras que el conservador PAN era incapaz de ganar las elecciones en condiciones de sufragio efectivo (Malamud, 1995). Así, bajo los gobiernos radicales, la alianza liberal-conservadora se encontró excluida del Poder Ejecutivo en un país con un sistema presidencialista y se vio obligada a contemplar cómo sus bastiones territoriales se perdían a manos de la UCR, acelerándose su propia fragmentación.

Durante los primeros años del gobierno de la UCR, la derecha se mostró comprometida con el régimen constitucional. Sólo al final de los años veinte, cuando se anunció que el radicalismo iba a candidatear nuevamente a Yrigoyen, fue surgiendo en las filas de la derecha un sentimiento de frustración ante la imposibilidad de batir al advenedizo radicalismo en su versión más popular³. Eso abrió el camino para el surgimiento

³ En 1916, Yrigoyen fue elegido para un mandato de seis años. En 1922, una facción más conservadora de la UCR (el radicalismo antipersonalista, llamado así en referencia a su rechazo por el supuesto culto a la personalidad que cultivaba Yrigoyen) condujo a Marcelo T. de Alvear a la Presidencia. Sin embargo, en 1928, los yrigoyenistas lograron imponer nuevamente la candidatura de su líder.

de una derecha anti-liberal y anti-popular, de tintes nacionalistas y rasgos xenófobos, que fue determinante en la realización del primer golpe de Estado que sufrió la Argentina en 1930 (Mc Gee Deutsch, 1993).

En la Presidencia de José Félix Uriburu (1930-1932) la derecha reaccionaria ocupó puestos relevantes en el gobierno. Sin embargo, pronto fue desplazada por las tradicionales elites liberal-conservadoras que, si bien habían hecho causa común con ellas para combatir al radicalismo, sentían una profunda desconfianza por los coqueteos de los sectores nacionalistas con el fascismo (Azaretto, 1998). Así, entre 1932 y 1943, Argentina estuvo gobernada por un frente electoral denominado *la Concordancia*, que proclamaba su adhesión al republicanismo liberal al mismo tiempo que practicaba el fraude electoral en forma abierta (Dolkart, 1993).

La Concordancia reunía a la facción más conservadora de la UCR antipersonalista liderada por Leopoldo Melo y a las tradicionales elites liberal-conservadoras que ahora se agrupaban en el nuevo Partido Demócrata Nacional (PDN)⁴. Contrariamente a la voluntad de sus fundadores, el PDN nunca fue un partido moderno que funcionara como una máquina electoral. Más bien se trató de una estructura vacía que permitía la coexistencia de diferentes elites (Cornblit, 1975). En todo caso, ni el PDN ni la Concordancia incluían a los sectores más extremistas. En este sentido, podría decirse que a lo largo de los trece años que duró la llamada “década infame”, las derechas nacionalista y la liberal-conservadora establecieron una alianza tensa donde la primera estaba obligada a seguir el liderazgo de la segunda. En el mantenimiento de cierta convivencia entre

⁴ Un desprendimiento del partido socialista (el Partido Socialista Independiente, PSI) dirigido por Antonio di Tomaso y Federico Pinedo también participó de la Concordancia (Azaretto, 1998).

una y otra jugó un rol fundamental la Iglesia católica que –a través de su prédica anti-izquierdista– pasó a ser una aliada fundamental de los sectores dirigentes (Bohoslavsky, 2011; Bohoslavsky y Morresi, 2011).

La irrupción del peronismo

En 1943 un golpe militar de orientación nacionalista derrocó al régimen de *La Concordancia*. Los dirigentes de lo que se dio en llamar la “Revolución de Junio” expulsaron a los miembros de las élites tradicionales del gobierno nacional, en buena medida a causa de un álgido debate en torno de la participación de la Argentina en la Segunda Guerra Mundial⁵. Fue en este contexto que surgió la figura de Juan Domingo Perón, quien se convirtió en el personaje más importante de la política nacional a través de su labor en la Secretaría de Trabajo.

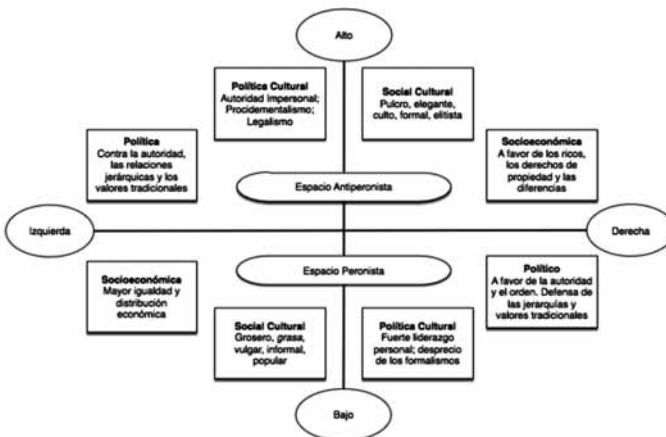
El triunfo de Perón en las elecciones de 1946 actuó como un partaguas que redefinió las identidades políticas de la Argentina. Todos los actores se realinearon a partir del rechazo a distintos aspectos del nuevo régimen. El populismo peronista resultaba, a la vez, demasiado estatista y distribucionista para los liberales, demasiado discrecional para los conservadores, demasiado personalista para los nacionalistas, insuficientemente revolucionaria para la izquierda y poco republicano para los radicales. Estos rechazos se fueron solidificando al mismo tiempo que el peronismo fue tornándose hegemónico. Así en 1949, cuando se reformó la constitución para permitir la reelección de Perón y fijar las reglas que consagraban un Estado regulado, se terminó de clarificar una profunda fractura entre el peronismo y el antiperonismo. Esta fractura, como sostiene

⁵ Los sectores liberal-conservadores impulsaban el alineamiento con los aliados, mientras que los nacionalistas procuraban mantener la neutralidad (Potash, 1986).

Ostiguy (1997), fue tan fuerte que se superpuso a la tradicional división entre izquierda y derecha (Lipset y Rokkan, 1967).

La división entre peronismo/antiperonismo debe entenderse como un clivaje multifacético que separa formas “bajas” y “altas” de conformación de identidades y de relaciones sociales y políticas. En este sentido, las diferencias “van más allá de los discursos como meras palabras, e incluyen temas de acentos, niveles idiomáticos, lenguaje corporal, gestos, formas de vestir, etc.” (Ostiguy, 2009: 5). Así, puede decirse que el clivaje peronismo/antiperonismo (o bajo/alto) es a la vez socioeconómico, político, político-cultural y sociocultural (véase Figura N° 1). Según Ostiguy, el polo peronista (bajo) está orientado hacia un fuerte liderazgo personal y la cultura popular y plebeya. Por el contrario, el polo no peronista (alto) se inclina a una autoridad impersonal, legalista y procedimental y a un comportamiento social elitista. Como cada uno de los polos tiene sus propias derechas e izquierdas, se puede concluir que, desde el ascenso del peronismo, se configuró un espacio bidimensional que Ostiguy (2009: 3) llama “doble espectro político”.

Figura N° 1: El doble espectro político de la Argentina



Fuente: Elaboración propia en base a Ostiguy (2009).

El realineamiento de las fuerzas políticas tuvo un fuerte impacto sobre la derecha nacionalista. Desde sus inicios, el peronismo pareció perseguir varios de los objetivos de ese grupo (como la conformación de un orden social de acuerdo con los valores cristianos que permitiese la armonía entre las clases). Por eso, para algunos intérpretes, el gobierno de Perón no hizo sino capturar las aspiraciones nacionalistas y sumarles políticas industrializadoras y de bienestar (Zanatta, 1999). Sin embargo, eso no llevó al régimen a abjurar del republicanismo liberal ni a poner en práctica el ideario reaccionario que por ese entonces caracterizaba al nacionalismo de derecha. En este sentido, el peronismo dio cobijo a algunas de las políticas nacionalistas (por ejemplo, la educación religiosa) pero él mismo no se identificó con el nacionalismo de derecha. Por eso, mientras algunos nacionalistas se sumaron al peronismo, otros fueron claramente refractarios al mismo (Sánchez Sorondo, 2001; Lvovich, 2006).

El liberalismo-conservador también se fracturó ante el peronismo. Algunos cuadros del conservadurismo se integraron al nuevo movimiento, pero un amplio sector (sobre todo el que estaba más ligado al liberalismo económico) se convirtió en la columna vertebral de una oposición férrea, al punto de aliarse hasta con el comunismo en su intento de detener el avance de Perón. Esta alta y precoz impugnación al peronismo se originó sobre todo en dos factores. Primero, Perón armó su campo ideológico justamente a partir de la expulsión de los sectores liberal-conservadores (tildados como “oligarquías” y “antipatrias”). Segundo, la forma de construcción peronista, que ampliaba a la vez que tutelaba la participación de las masas a través de una movilización comandada centralmente desde el Poder Ejecutivo, impedía el trabajo político territorial por parte de la derecha liberal-conservadora (Aboy Carlés, 2001; Sidicaro, 2002). Así, ante la imposibilidad de derrotar a Perón

en las urnas, los sectores de derecha fueron importantes impulsores de un nuevo golpe de Estado.

La estrategia antidemocrática

La “Revolución Libertadora” que derrocó a Perón en 1955 trajo aparejadas dos importantes consecuencias para la derecha: hizo surgir a un nuevo grupo de derecha al que podríamos llamar el sindicalismo peronista de derecha⁶ y prohijó la cristalización de una fractura al interior de las elites liberal-conservadoras (Gibson, 1996).

Durante el forzado exilio del líder (1955-1973), los sindicatos, que durante el gobierno peronista habían estado supeditados al gobierno, se convirtieron en una formidable herramienta de presión, negociación y representación de los trabajadores urbanos. Algunos sectores de este sindicalismo (como el liderado por Augusto Timoteo Vandor) se movilizaron con una combinación de encuadramiento autoritario y representación de sus afiliados como parte de una estrategia de “pegar para negociar” en áspera pero clara connivencia con las derechas nacionalistas y liberal-conservadoras (Mc Guire, 1997).

Pero al mismo tiempo que surgía una nueva facción de derecha desde dentro del peronismo, las derechas anti-peronistas se fracturaban. Algunos sectores (los “liberales”) mantenían una visión político-económica del todo opuesta a la del peronismo. Otros grupos, en cambio (los “federalistas”) mantenían su rechazo político cultural al peronismo, pero se mostraban más amigables con sus legados de intervencionismo estatal en la economía.

⁶ La redundancia del texto se debe a que interesa dejar en claro que no todo el sindicalismo era peronista; ni todo el sindicalismo peronista era de derecha.

Los federalistas eran un grupo heterogéneo formado por diferentes partidos con alcance provincial, orientados hacia ideas conservadoras. En sus discursos abundan las referencias a la Iglesia, la familia, los valores cristianos, la tradición y el espíritu nacional. La mayor parte de estos núcleos partidarios estaba enraizado en el movimiento conservador que había dirigido la Argentina hasta la llegada del primer gobierno radical (como el Partido Demócrata de Mendoza y el Autonomista-Liberal de Corrientes). Algunos, eran posteriores, de origen radical (como la Acción Chubutense) o peronista (como el Movimiento Popular Neuquino). En todo caso, estos grupos, junto a partidos fundados por militares que habían ejercido como gobernadores *de facto* (como el Renovador de Salta o la Fuerza Republicana de Tucumán), componían una heterogénea alianza política que llegó a formar frentes electorales exitosos cuando hubo elecciones.

Los distintos grupos federalistas tenían intereses materiales muy diversos, pues cada uno representaba a las fracciones de la burguesía más importantes de su región. Si a pesar de ello pudieron actuar conjuntamente, tanto a través de sus representantes –en períodos democráticos– como a través de la inclusión de algunos de sus hombres en diferentes niveles gubernamentales –durante los gobiernos *de facto*– fue porque tuvieron dos enemigos en común: el populismo peronista y el liberalismo de Buenos Aires. La oposición al populismo tenía raíces económicas e ideológicas. Económicamente, el populismo representaba la extracción por parte del Estado nacional de una porción importante de la plusvalía obtenida en cada región del interior del país para su redistribución social y/o regional. Ideológicamente, el populismo implicaba la subordinación de las elites locales a las decisiones tomadas en Buenos Aires. Sin embargo, la oposición federalista al populismo fue ambigua. Por una parte, algunos de los núcleos federalistas tenían origen radical

o peronista. Por la otra, las economías regionales dependían en buena medida del apoyo del gobierno nacional (mediante obras y políticas públicas) para prosperar. Y aunque ese apoyo había sido discrecional y condicionado tanto con el radicalismo como con el peronismo o los militares, era absolutamente necesario. Así, lo que daba consistencia a los federalistas no era sólo su anti-populismo cultural sino sobre todo su oposición al liberalismo porteño.

En Buenos Aires hubo partidos y movimientos liberal-conservadores desde mediados de la década de '50. Se trataba de núcleos vinculados a los intereses agroexportadores y también, a partir de finales de los '60, a la economía financiera y a las industrias de capital intensivo. A diferencia de lo que sucedía en el interior, esos núcleos (como el Partido Cívico Independiente, PCI, fundado en 1957 por Álvaro Alsogaray) no alcanzaron siquiera una modesta relevancia electoral. Se produjo así un divorcio entre la acción política de la elites económicas porteñas y sus expresiones partidarias, que quedaron relegadas a un segundo plano. Así, la acción política de los burguesía porteña se canalizó casi exclusivamente a través de contactos personales entre algunos de sus dirigentes y cuadros profesionales con los partidos políticos mayoritarios (las dos fracciones en las que se partió el radicalismo después de 1956) o con los altos mandos militares. Esta particularidad permitió que en Buenos Aires se fuera formando una clase política orientada a la tecnocracia y, de este modo, más permeable a las ideas neoliberales (Morresi, 2011b).

La convivencia entre federalistas y liberales fue difícil, pues, a pesar de compartir una cosmovisión que rechazaba la nivelación propuesta por el peronismo, tenían intereses materiales encontrados. Los federalistas gozaban de un apoyo popular que, aunque magro en comparación con los partidos políticos mayoritarios, era superior al que tenían los liberales

porteños. Cuando se celebraron elecciones libres, los federalistas obtuvieron cargos legislativos y ejecutivos en sus distritos, lo que –según su perspectiva– les daba derecho a liderar las circunstanciales alianzas políticas a nivel nacional. Los liberales de Buenos Aires, en cambio, tenían una mayor capacidad de influir en los gobiernos militares a través del posicionamiento de sus hombres en ministerios o secretarías del poder ejecutivo nacional. En parte por el mayor peso económico de la región bonaerense-porteña y en parte por la facilidad con que penetraron en los gabinetes controlados por los militares, los porteños y bonaerenses fueron, poco a poco, alcanzando una posición de dominio sobre los federalistas. Sin embargo, en compensación, los federalistas podían tejer alianzas con los otros grupos de la derecha (el sindicalismo peronista y los nacionalistas).

Consecuentemente, desde mediados de los años '50, liberales, federalistas, nacionalistas y sindicalistas peronistas de derecha se articularon en rocambolescas combinaciones. En cierta medida, estas coaliciones fueron posibles porque todos ellos compartían un anti-comunismo acérrimo que funcionaba como un factor aglutinante que les permitía superar sus diferencias de intereses y de tradiciones culturales (véase Figura N^o 2). De este modo, el anti-izquierdismo permitió sostener lo que podría llamarse una tensa “alianza del orden”. Si bien hubo frecuentes quiebres al interior de este bloque, sobre todo entre los sectores bajos (peronistas o nacionalistas) y altos (liberales y federalistas), la convivencia pudo mantenerse hasta 1976, cuando una cada una nueva dictadura militar cambió esa lógica de manera drástica y sangrienta.

Figura N° 2: La alianza del orden. Las derechas argentinas (1955-1976)



Fuente: Elaboración propia en base a Bohoslavsky y Morresi (2011).

Lecciones de democracia

Las elecciones presidenciales de marzo de 1973 fueron las primeras en las que, desde 1955, se dejaba competir libremente al peronismo. Como se esperaba, el candidato ungido por Perón (Héctor J. Cámpora) se impuso con comodidad. Pero en esos comicios también se presentó una amplia coalición de derecha encabezada por el Partido Federal y el Partido Demócrata Progresista (la Alianza Popular Federalista). La propuesta obtuvo el 15% de los sufragios. A estos guarismos, debería sumarse también el 5% de los votos que obtuvieron la Alianza Republicana Federal y la Nueva Fuerza. Así, en 1973 parecía consolidarse un voto liberal-conservador, tal como había sido previsto por ciertos estudios académicos (Di Tella, 1971; Cantón, 1973). No obstante, diez años después, en las primeras elecciones democráticas que siguieron a la dictadura militar de 1976-1983, las fuerzas que postularon candidatos ubicados explícitamente a la derecha de

los partidos mayoritarios no consiguieron alcanzar (sumados) ni siquiera un 5% de los sufragios.

¿Qué había sucedido? Para algunos analistas, el magro resultado de la derecha en 1983 se trataba del fruto de la polarización peronista-radical. Sin embargo, esta hipótesis no parece certera, habida cuenta de que en los '70 esa polarización había sido tanto o más fuerte que a comienzos de la nueva etapa democrática. Desde nuestra perspectiva, la explicación puede hallarse en parte en el calamitoso resultado de la dictadura. Para buena parte de los argentinos, las ideas de derecha quedaron identificadas con el terrorismo de Estado, la cancelación de las libertades civiles, el imperio de la fuerza sobre la ley, la destrucción del aparato productivo y el desmembramiento social producto de la aparición de nuevas formas de pobreza (Vázquez, 1985; Palermo y Novaro, 2003). Por otra parte, también debe resaltarse el hecho de que las tensas articulaciones entre las derechas pos-peronistas se quebraron con el golpe de Estado de 1976. En efecto, la dictadura, que se autotituló “Proceso de Reorganización Nacional” (PRN) tenía como meta generar una suerte de “refundación de la república” que implicaba combatir no sólo a las ideas de izquierda, sino también al populismo y, por lo tanto, a las estructuras que él había erigido (Zinn, 1976). En este sentido, para los militares resultaba indispensable acabar con las bases del populismo mediante la supresión de las organizaciones sindicales en tanto actores políticos (Palermo y Novaro, 2003). Así, en la medida en que avanzaba en su dominio de la derecha en general, las fuerzas liberales y federalistas que sirvieron de apoyo al PRN fueron carcomiendo una parte importante de su propio campo, pues los sindicatos peronistas de derecha no podía ser parte de la nueva trama. El nacionalismo de derecha (así como los sectores más reaccionarios del conservadurismo) también sufrieron con la expulsión de sus “aliados tácticos” de la

burocracia sindical. Si bien estos dos últimos sectores presentaron duras batallas internas al interior del gobierno dictatorial, nunca pudieron tomar el timón que quedó en manos de los sectores liberal-conservadores (Canelo, 2008; Morresi, 2010).

Federalistas y militares

El golpe de Estado de 1976 fue saludado con beneplácito por liberales y federalistas. Pero mientras los primeros se apresuraron a aceptar sus relaciones personales con los militares de forma más o menos solapada (en reuniones informales, en declaraciones periodísticas de tono generalista, ocupando cargos de jerarquía menor), los federalistas, decidieron lanzarse de lleno a un apoyo explícito que acabaría costándoles caro.

Dos días antes del golpe, Francisco Manrique, líder de la Alianza Federal, se había puesto “a disposición” para colaborar en la “gran transformación” que se avizoraba, “vía elecciones o vía revolución” (citado en Mansilla, 1983). Al día siguiente de instaurado el PRN, los diarios publicaron una solicitada de la Fuerza Federalista Popular (FUFEPO) y el Movimiento Línea Popular (MOLIPO) en apoyo explícito del régimen *de facto* y a sus objetivos (*La Nación*, 25/03/1976). Sin embargo, este intento de acercamiento estaba destinado a no ser fructífero. El estilo pretoriano que los militares consideraban necesario era incompatible con la incorporación de políticos (Quiroga, 2004; Canelo, 2008). Eso no quiere decir, por supuesto, que el PRN no contara con apoyo civiles (Muleiro, 2011), sino que los militares estaban preocupados por mostrar (sobre todo hacia sus propias filas) que iban a gobernar prescindiendo de la política partidaria. Pese a todo, el aislacionismo militar no impidió (más bien alentó) que algunos grupos como los liberales porteños, ingresaran al régimen en posiciones técnicas y burocráticas.

Fue probablemente esa tesitura antipartidaria del régimen militar la que llevó al líder federalista Francisco Manrique a

sobreactuar su cercanía al PRN. Así, pese a la relativa indiferencia oficial, los federalistas siguieron dando muestras de su apoyo al PRN, autodenominándose “amigos del Proceso”. Con ello consiguieron que un importante número de intendentes de ciudades menores quedaran en sus puestos (en una proporción mayor que la de los partidos mayoritarios) y se transformaron en los primeros “interlocutores válidos” reconocidos por el régimen. Este reconocimiento los convirtió en actores destacados del “Diálogo Político” que el gobierno militar dio por iniciado a fines de 1978.

Durante el Diálogo, los militares conversaron con partidos políticos, sindicalistas, intelectuales y cámaras empresariales en busca de apoyos que permitieran que su estancia en el poder se hiciera más fluida (González Bombal, 1991; Morresi, 2009a; Lvovich, 2007). Aunque la lista de invitados fue larga, se destacó un elevado número de grupos federalistas. Este protagonismo, tenía sus fundamentos en el único objetivo concreto del diálogo: el surgimiento de un movimiento político que sirviera para “heredar el Proceso”. En este sentido, se esperaba que los federalistas fueran capaces de recrear la unidad que habían logrado a comienzos de los años setenta y se convirtieran en los encargados de llevar adelante las banderas procesistas en un futuro régimen civil tutelado por los militares. Sin embargo, al finalizar el Diálogo, la cosecha obtenida distaba de la esperada. De acuerdo con González Bombal (1991), sería posible deducir que el objetivo de los militares que habían optado por la salida cívico-militar requería que los partidos reunidos en la FUFPEPO y en el MOLIPO se mostraran como claros seguidores de toda la política del PRN. Pero, aunque se declaraban “amigos del Proceso”, los federalistas hicieron críticas tanto a la lentitud del aperturismo como a la política económica del gobierno y, además, hicieron declaraciones en el sentido de que no estaban

dispuestos a diluir a sus partidos en un “Movimiento de Opinión Nacional” (MON), tal como pretendían los militares.

La reticencia de los federalistas era entendible. Su futuro dependía en buena medida de sus bases territoriales. Y aunque éstas apoyaban la “guerra a la subversión” llevada adelante por la dictadura, criticaban la política económica liberal del PRN, que impactaba de manera negativa en las economías regionales. Así, para los políticos federalistas, si el gobierno *de facto* implicaba una oportunidad irrepetible de liderar un gobierno civil, también representaba el peligro de contar con una bendición “por arriba” que les quitara el poco apoyo conseguido “por abajo”.

Con la salida del primer presidente del PRN (el General Jorge Rafael Videla) y la llegada del General Roberto Viola a la presidencia, se inició una nueva ronda de diálogos con políticos y se realizaron movimientos de apertura que auguraban una transición hacia un gobierno cívico-militar. Como parte de este proceso, muchos federalistas accedieron a importantes cargos (incluyendo gobernaciones provinciales y embajadas). La idea de los militares parecía ser que los partidos de centro-derecha fueran obteniendo apoyo en las provincias tradicionalmente conservadoras para que, más adelante, cuando se autorizaran elecciones, tuvieran chances de suceso electoral (Harris, 1983; Falleti, 2010).

Sin embargo, el proceso de apertura fue interrumpido debido a un *putsch* interno en el gobierno militar. El nuevo presidente, el General Leopoldo Galtieri, buscó incrementar su legitimidad mediante una disparatada guerra contra Inglaterra. La lógica derrota de las tropas argentinas en las Islas Malvinas puso las puntadas finales al proceso dictatorial, que entró en un acelerado proceso de descomposición.

Liberales en transición

A fines de 1982, cuando los militares anunciaron que devolverían el poder a los civiles y convocarían a elecciones en el término de un año, los federalistas “amigos del Proceso” (que habían apoyado la guerra de Malvinas) se encontraban peor posicionados que los liberales (que se habían opuesto a ella). Por eso, mientras la mayoría de los líderes políticos exigía premura en la apertura democrática, los federalistas criticaban al General Reynaldo Bignone, el último presidente *de facto*, por marchar demasiado rápido. Ellos esperaban que el PRN introdujera cambios en el sistema electoral que hicieran posible que sus partidos no desaparecieran del mapa político. Sin embargo, los militares ya no estaban en condiciones de imponer reglas de juego.

Mientras tanto, Álvaro Alsogaray, un destacado político liberal que había participado de varios gobiernos civiles y militares en los años cincuenta, convocó a una reunión a varios dirigentes liberales, con el objetivo expreso de fundar un nuevo partido político: la Unión del Centro Democrático (UCEDE). Las firmas de adhesión y los saludos de beneplácito de distintos funcionarios del PRN mostraban las estrechas relaciones que tenía este grupo político con el régimen dictatorial que se acababa. Pero la UCEDE no sólo compartía con el PRN algunos nombres propios, sino también, aunque de modo ambiguo, sus metas. Durante 1982 y 1983, la UCEDE criticó al PRN por ser “insuficientemente liberal”, pero también se declaró solidaria con los objetivos originales del PRN y favorable a la auto-amnistía declarada por los militares. De esta manera, Alsogaray, líder indiscutido del nuevo partido, se mostraba como alguien que no había tenido relaciones directas con los dictadores, pero que entendía y compartía las aspiraciones de los que los habían respaldado.

Al mismo tiempo que la UCEDE se hacía cargo de ser el partido de “la derecha” y acoger en su seno a funcionarios de

la dictadura agonizante, los federalistas del interior intentaban “despegarse” de la imagen de “amigos del Proceso” que habían estado cultivando. Los documentos internos de la Alianza Federal muestran el intento de subsumir su discurso conservador en el de la democracia cristiana de estilo europeo, haciendo hincapié en el rol “armonizador” e “integrador” que el Estado debía jugar. Más adelante, al percibir que el electorado tenía un fuerte rechazo por la derecha, trataron, incluso, de perfilarse como socialdemócratas (Gibson, 1996). Para ello, su discurso, que a comienzos de 1983 era claramente conservador, fue presentado como una alternativa de centro-izquierda al discurso liberal-tecnocrático en el que quedaban asimilados el PRN y la UCEDE. Este “corrimiento a la izquierda”, resultó desastroso en términos políticos. Ni los jóvenes que votaban por primera vez ni el viejo núcleo de derecha se vieron seducidos por el vaivén ideológico de los federalistas. Eso dejó a la UCEDE como la única representante de aquellos que, de uno u otro modo, habían dado su apoyo al PRN y al mismo tiempo como un partido sin lazos claros con los militares y que, por lo tanto, podía resultar atractivo a la juventud que ingresaba a la vida política después de años de autoritarismo.

El discurso que la UCEDE eligió para su campaña fue el neoliberal. Su Programa Electoral anunciaba que su propuesta fundamental era “Reemplazar el actual sistema cultural y socio-político *dirigista e inflacionario* que ha regido casi durante cuarenta años [...] por un sistema basado en *la libertad en todos los campos, en la estabilidad monetaria y en el libre juego de las fuerzas del mercado*” (citado en Mansilla, 1983: 155). Así, puede aseverarse que en sus primeros años la UCEDE fue un partido de transición. No sólo en el sentido de que nació al calor de la “transición del autoritarismo a la democracia” (1989), sino también porque ponía en juego, por primera vez y casi de manera

experimental en el escenario político-partidario latinoamericano, al ideario neoliberal⁷.

Los resultados electorales de 1983 fueron sorprendentes. Raúl Alfonsín, candidato radical, derrumbó el mito de que el peronismo no podía ser batido en las urnas. Según los estudios electorales, al triunfo de la UCR contribuyeron electores no radicales de izquierda y de derecha e incluso tradicionales votantes peronistas (Fraga, Tisio y Burdman, 1995; Catterberg, 1989). La performance de la UCEDE fue magra, pero los 170.000 sufragios que obtuvo le alcanzaron para ser el único partido no provincial del campo de la derecha en obtener diputados y, así, erigirse en el principal referente de la derecha en Buenos Aires, con las consabidas ventajas de exposición implicadas por estar presentes en la capital del país (De Luca, Jones y Tula, 2002).

El auge del neoliberalismo

Los comicios en los que resultó triunfador el radicalismo mostraron que la mayoría de los argentinos no se veía seducido por las ideas de centro-derecha, a las que percibían como una continuidad con la dictadura (Fraga y Malacrida, 1990). Sin embargo, para Alsogaray, el resultado era auspicioso. La derrota del peronismo en elecciones limpias demostraba que, luego de los años de represión política, la democracia argentina era capaz de depurarse y de eliminar al populismo siguiendo el orden de su constitución liberal (Alsogaray et al, 1989). Por otra parte, a medida que las dificultades económicas fueron poniendo en jaque al gobierno de Alfonsín, las visiones políticas socialdemócratas quedaron desacreditadas y las ideas neoliberales comenzaron a aparecer como una alternativa válida.

⁷ Si bien las ideas neoliberales circulaban en Argentina desde hacía varias décadas, esta fue la primera vez que un partido político las hizo propias de manera abierta (Morresi, 2011a).

Entre 1983 y 1989 la UCEDE experimentó un avance sistemático a nivel electoral (con tasas de crecimiento electoral de entre 70% y 120%). Aunque su influencia legislativa no fue tan fuerte como esperaban sus líderes, la creciente heterogeneidad y fragmentación política de la Argentina facilitó que sectores sociales que tradicionalmente eran la base del electorado peronista o radical se vieran seducidos por las ideas neoliberales que impulsaba el partido de Alsogaray (1987). A partir de 1987, la UCEDE se transformó en la tercera fuerza política de la Argentina y logró convertirse en el partido de derecha al que el resto del campo debía seguir. Los federalistas, por ejemplo, aunque retuvieron control sobre sus propios territorios, se alinearon con la UCEDE en varios debates del Congreso Nacional e incluso sellaron alianzas formales con el partido liberal. Pero, además, con el crecimiento de la UCEDE, las ideas neoliberales fueron penetrando en sectores numéricamente pequeños pero con gran poder de decisión en los partidos políticos mayoritarios. De este modo, el campo de la derecha quedaba claramente hegemonizado por las ideas neoliberales, tal como se ilustra en la Figura N° 3.

Figura N° 3: Auge del neoliberalismo



Fuente: Elaboración propia en base a Morresi (2011b).

El origen del auge electoral e ideológico de la UCEDE en los años ochenta se debió, al menos en parte, al ingreso de un número creciente de jóvenes universitarios que formaban un potente núcleo militante, dispuesto a dejar atrás las tácticas de los partidos de elite tradicionales. La UCEDE, como otros partidos liberales anteriores, no pretendía originalmente convertirse en una organización que ganara elecciones, sino en una que “hiciera notar” un ideario y lograra ganar reconocimiento a sus figuras. En este sentido, la meta de los líderes de la UCEDE era la de continuar haciendo política por medio de contactos personales directos que ayudaran a conseguir acceso a posiciones de poder (Doman y Olivera, 1989; Gutierrez, 1992). Dicho en otros términos, la UCEDE esperaba servir como “vitrina de exposición” de sus líderes y confiaba en que los mismos fuesen invitados a formar parte de un gobierno de otro partido mayoritario.

La llegada de militantes jóvenes con la idea de convertir a la UCEDE en una máquina capaz de ganar elecciones trastocó el esquema que habían diseñado los fundadores del partido, que opusieron fuertes resistencias al ascenso de los recién llegados y a las prácticas políticas que ellos querían introducir (como las manifestaciones multitudinarias y el activismo profesionalizado). Finalmente los “dinosaurios” (como eran llamados por sus opositores de la Juventud Liberal) resultaron triunfantes porque, en el momento menos esperado, se consiguió la esperada invitación para colaborar en el Gobierno Nacional. En efecto, en 1989, después del triunfo del peronista Carlos Menem, los dirigentes de la UCEDE recibieron un insólito convite: el peronismo los llamaba para integrar sus hombres y sus ideas al nuevo gobierno. La invitación, impensable unos meses antes, venía a coronar el brusco giro ideológico del presidente electo, quien buscaba sobreactuar su conversión al neoliberalismo después de haber

hecho una campaña típicamente populista (Palermo y Novaro, 1996; Stokes, 2001).

El ingreso de los nombres más destacados de la derecha liberal al gobierno peronista tuvo varias consecuencias. Por un lado, para el beneplácito de los liberales, el gobierno de Menem llevaba adelante varios proyectos que ellos venían defendiendo desde hacía años (Alsogaray, 1993). El peronismo, incluso, había llamado a muchos hombres y mujeres de la UCEDE para que fueran ellos mismos los encargados de implementar ideas como la privatización de empresas públicas y la negociación del pago de la deuda externa. Sin embargo, en la medida en que los cuadros neoliberales se incorporaban al gobierno de Menem, la UCEDE sufría como partido político. En las elecciones de 1991, 1992 y 1993, la organización fundada por Alsogaray experimentó una importante merma en su caudal electoral. Esto se debió, en parte, a que algunos votantes ubicados en el hemisferio alto de la política argentina (véase Figura N^o 1) rechazaban la asimilación de la UCEDE al gobierno peronista. Pero también influyó el hecho de que muchos de los electores de la UCEDE comenzaron a ver en el peronismo una opción viable (Fraga, Tisio y Burdman, 1995).

Dejando de lado el análisis de otra fugaz fuerza de derecha, el Movimiento por la Dignidad y la Independencia (MODIN, que intentó reflotar una ideología nacionalista bajo la dirección del ex-militar rebelde Aldo Rico) entre 1995 y 1997, la derecha partidaria argentina quedó subsumida dentro del peronismo. Eso implicó que algunos sectores liberales emigraran a la UCR que, por entonces, comenzó a ser liderada por un político más conservador que Alfonsín, Fernando de la Rúa. No obstante, debido al éxito que tuvieron las medidas económicas del gobierno de Menem, a mediados de los noventa, se podría afirmar que la mayoría de los grupos que tradicionalmente se ubicaban en el cuadrante superior derecho del espacio político argentino, habían resignado su sempiterno antiperonismo.

Nuevos partidos... ¿nuevo juego?

Durante los años de la hegemonía neoliberal, mientras algunos sectores de derecha tradicionalmente antiperonistas se hacían más permeables al populismo, otros grupos, que habían estado cercanos al peronismo de izquierda subían de hemisferio, en una señal de rechazo tanto a las políticas económicas de Menem cuanto a su estilo. Así surgió una nueva fuerza de centro-izquierda, el Frente por un País Solidario (FREPASO), que en 1995 relegó a la centenaria UCR al tercer lugar. Sin embargo, poco tiempo después, negociaciones entre dirigentes radicales y del FREPASO dieron lugar al lanzamiento de la “Alianza por la Justicia, el Trabajo y la Educación” (ALIANZA). Ubicada en principio en el centro del continuo izquierda/derecha del hemisferio superior del espacio político, la ALIANZA se fue desplazando lentamente hacia la derecha (ese movimiento se aceleró luego de que la ALIANZA ganara las elecciones presidenciales en 1999). Sin embargo, dado que el espacio a la derecha del espectro había crecido en la última década, se produjo el nacimiento de nuevas fuerzas políticas en ese mismo cuadrante.

En 1997, el ex-ministro de Economía de Menem, Domingo Cavallo, fundó su propio partido, Acción por la República (AR). Cavallo había sido obligado a renunciar a su puesto poco después de que Menem fuera reelecto en 1995 por una serie de discrepancias políticas, siendo la principal –según el ex-ministro– la corrupción imperante en el gobierno menemista (Cavallo, 1997; Cavallo y De Pablo, 2001). En alianza con Nueva Dirigencia (ND), el partido que comandaba otro ex-ministro de Menem, Gustavo Béliz, AR logró hacer elegir a Cavallo como diputado en 1997 y orientó su discurso alrededor de dos líneas argumentales: mantener el modelo neoliberal y barrer con la corrupción que el mismo parecía implicar al ser conducido por el peronismo.

A partir de 1999, con los buenos resultados alcanzados por AR-ND en las elecciones presidenciales (obtuvo más del 10% a nivel nacional) el partido comenzó a institucionalizarse y a expandirse territorialmente. Varios ex-militantes de la UCEDE y del peronismo se acercaron a AR-ND, lo que permitía a algunos dirigentes del liberalismo-conservador soñar con una fuerza de derecha competitiva y que no fuera fagocitada por los partidos mayoritarios (Morresi y Vommaro, 2011). Sin embargo, ese sueño no se cumplió, en buena medida porque Cavallo, el principal referente del partido, se sumó al gobierno de la ALIANZA y fue responsabilizado por el descalabro económico de 2001. De este modo, como había sucedido al finalizar la dictadura, para buena parte de la sociedad argentina, el espacio de centro-derecha quedaba deslegitimado.

Sin embargo, luego de la crisis de 2001, un nuevo partido vino a ocupar el lugar que quedaba vacante tras la desaparición de AR-ND: Propuesta Republicana, más conocido por su forma apocopada, PRO. Fundado alrededor de la figura del heredero de un poderoso *holding* empresario Mauricio Macri, desde el año 2007, PRO gobierna la Ciudad de Buenos Aires y, desde 2011, se ha hecho fuerte en otros distritos a partir de un movimiento centrífugo (del centro político del país hacia el resto del territorio nacional). Estudios realizados en los últimos años (Gallo, 2008; Mattina, 2013; Mauro, 2009; Morresi y Vommaro, en prensa [2014]) ofrecen datos que permiten afirmar que el caso de PRO ratifica algunas de las tendencias de los partidos de derecha anteriores y, al mismo tiempo, introduce algunas novedades que, en principio, permiten suponer que, en el siglo XXI, las fuerzas de la derecha argentina están comprometidas con el juego democrático, al menos a nivel formal.

En primer lugar, el hecho de que PRO haya sido fundado en un momento de crisis del sistema político representativo, le permitió al incipiente partido (que se creó primero como una

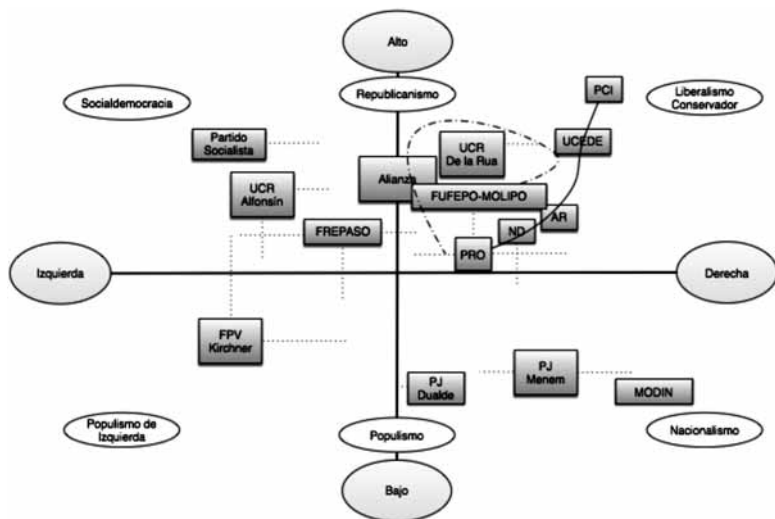
fundación) obtener recursos y reclutar cuadros y militantes políticos provenientes de los partidos mayoritarios, de los antiguos partidos federalistas y de distintos ámbitos de la sociedad civil (como ONGs). Así, PRO no nació apenas como el legatario del espacio de la derecha, sino como un nuevo jugador capaz de amalgamar a distintos actores que se encontraban en disponibilidad. En este sentido, el hecho de que el liderazgo de la nueva propuesta no estuviera a cargo de un político tradicional sino de un empresario que se presentaba como un *outsider* (como alguien que “se metía” en política para reemplazar a una dirigencia desprestigiada) representó un atractivo extra para algunos políticos de larga experiencia en el radicalismo, el peronismo o la UCEDE. Su ingreso a PRO les daba una oportunidad de mantener sus carreras o avanzar en ellas en una situación que era particularmente adversa a los dirigentes tradicionales (Morresi y Vommaro, en prensa [2014]).

En segundo lugar, en el momento de su surgimiento, PRO se inclinó por no participar de las elecciones nacionales y se enfocó en la contienda electoral de la Ciudad de Buenos Aires. El motivo de esta decisión fue, probablemente, que la Capital de Argentina es un distrito muy particular, con lealtades políticas débiles, con un voto tradicionalmente “alto” (en el sentido de Ostiguy) y un electorado que históricamente tendió a apoyar fuerzas nuevas. Además, en Buenos Aires la crisis de representación que estalló en 2001 se había mostrado particularmente fuerte y dejó abierto un amplio espacio para la entrada de un nuevo actor. Así, PRO pudo sumar partes de distintas fuerzas políticas que habían quedado sin liderazgos políticos claros de un modo que no hubiera sido sencillo en el escenario nacional, donde la fragmentación no impidió que los líderes identificados con los partidos tradicionales retuvieran, a pesar de la fragmentación, un importante caudal de votos (Bril Mascarenhas, 2007).

Lo interesante de la decisión de concentrar los esfuerzos en un sólo distrito es que, con ella, PRO repitió la táctica tradicional del federalismo pero la aplicó al territorio que era de los liberales, quienes tradicionalmente preferían volcar sus esfuerzos en elecciones legislativas, con el objeto de aumentar su nivel de exposición y lograr ser incluidos en gabinetes nacionales. El triunfo de PRO en 2007 implicó, en este sentido, una importante novedad, ya que hasta entonces los liberales no habían accedido a cargos ejecutivos por medio de elecciones libres. Esto nos lleva a delinear un tercer rasgo de PRO: el haber sido creado *ex profeso* como un partido de poder, con el objetivo de tomar a su cargo una gestión ejecutiva. De este modo, se diferenció claramente de anteriores partidos de centro-derecha como la UCEDE (Gibson, 1996).

En cuarto lugar, debe ser señalado que, aunque PRO buscó enraizarse en una estrategia posmaterial capaz de trascender el clivaje izquierda/derecha, la perspectiva neoliberal está fuertemente presente en sus cuadros dirigentes y es refrendada a través de los contactos del partido con importantes redes transnacionales que impulsan el neoliberalismo (Morresi y Vommaro, en prensa [2014]). Esto ha provocado que, pese a los intentos del partido por situarse cerca del centro, su espacio haya quedado ubicado en el hemisferio derecho del mapa político argentino (véase la Figura N° 4). Esto, sumado a que el enfrentamiento de PRO con el gobierno nacional en manos del Frente para la Victoria (una alianza entre el peronismo y algunos partidos menores orientada hacia la centro-izquierda) lo ha llevado a “subir” en el eje bajo/alto, lo que podría colocar al partido en una situación difícil en términos electorales en el mediano plazo, ya que la ciudadanía argentina tiende a ubicarse a sí misma en el centro del espacio político con una leve inclinación hacia el hemisferio inferior.

Figura Nº 4: Las derechas en el espectro político argentino



Fuente: Elaboración propia basada en Ostiguy (2009). Las líneas de punto indican desplazamientos de los partidos. Las dos curvas representan los movimientos de las derechas argentinas (sólida la de los liberales, puntos y guiones para los federalistas).

El hecho de que PRO se ubique en el cuadrante alto/derecho no debe hacer perder de vista una cuestión trascendental: se trata del partido de derecha no nacionalista que se ha posicionado más cerca del hemisferio bajo en términos históricos. Esto puede no representar una ventaja electoral, pero se trata de un punto a destacar ya que apunta a verificar la tendencia de los partidos de derecha argentinos de los últimos años de no impugnar los triunfos populistas o de centro-izquierda. Por supuesto, no impugnar no implica dejar de combatir: la derecha pugna por la derrota de los proyectos alternativos. Lo que se quiere subrayar es la manifestación de la voluntad de continuar participando del sistema democrático aún cuando éste permita el triunfo de fuerzas consideradas nocivas para el orden

republicano (Alsogaray, 1993). En este sentido, debe resaltarse que una encuesta realizada entre dirigentes de PRO muestra que el 92% de los cuadros de ese partido considera a la democracia como el mejor sistema político (Morresi y Vommaro, en prensa [2014]). La cifra contrasta positivamente con el porcentaje a nivel general (de acuerdo con Latinobarómetro, sólo el 66% de los argentinos está de acuerdo con que la democracia es el mejor sistema).

En el cuadrante superior derecho de la Figura N° 4 puede verse el trazado de dos curvas. Se trata de la representación de los movimientos de los grupos federalistas y liberales. En el primer caso se puede apreciar una parábola que primero avanza hacia la derecha y hacia arriba, para terminar, luego, bajando e inclinándose hacia el centro del espacio político. En el segundo, la curva nace en el extremo superior derecho y desde allí baja y se dirige hacia el centro. Es decir que se ratifica una tendencia general hacia el centro político (tanto en el eje alto/bajo como en el eje izquierda/derecha). Todavía es muy pronto para dilucidar si el relativo éxito de la derecha partidaria en algunos distritos electorales durante los últimos años se debe a este desplazamiento o a factores más estructurales (como la permanencia del juego democrático) o coyunturales (como el abroquelamiento del voto alto contra el peronismo de centro-izquierda en las concentraciones urbanas). No obstante, el dato de la tendencia hacia el centro no pierde relevancia y deberá ser observado de cerca durante los próximos años.

Para cerrar, vale la pena volver a subrayar que las trayectorias de los sectores liberales y federalistas hacia el centro del espacio político junto con su compromiso con la política partidaria parecen implicar buenas noticias para el mantenimiento de la democracia. En efecto, durante buena parte del siglo XX, cuando las elites socioeconómicas argentinas no encontraron abierto el camino electoral al poder, se mostraron

capaces de acceder al gobierno recurriendo al expediente del golpe de Estado o a través de lo que en el Río de la Plata se suele denominar “entrismo”, es decir, el posicionamiento de líderes y equipos propios en gobiernos ajenos. Sin embargo, en las últimas décadas, la táctica no electoral fue desapareciendo de la mesa de discusión. Este cambio puede deberse a múltiples factores. Uno del que no hemos hablado aquí y que suele ser destacado en los análisis marxistas se relaciona con la baja en las demandas de una población golpeada por años de dictaduras y ajustes. Creemos que esta explicación, sin ser incorrecta, es incompleta. A lo largo de estas páginas hemos tratado de mostrar que desde la agonía de la última dictadura, la derecha política fue aprendiendo a no fiarse de la efectividad del “entrismo” y el golpismo, al mismo tiempo que fue tendiendo hacia el centro político y ganando confianza en su propia capacidad para participar del juego electoral. Esta es, sin dudas, una perspectiva positiva para la democracia argentina.

Bibliografía

ABOY CARLÉS, Gerardo. *Las dos fronteras de la democracia argentina: la reformulación de las identidades políticas de Alfonsín a Menem*. Rosario: Ediciones Homo Sapiens, 2001. (Col. Politeia).

ALSOGARAY, Álvaro C. *Experiencias de cincuenta años de política y economía argentina*. Buenos Aires: Planeta, 1993.

_____. *et all. Argentina: tiene salida*. Buenos Aires, Argentina: Clarín-Aguilar, 1989.

AZARETTO, Roberto. *Federico Pinedo: político y economista*. Buenos Aires: Emecé, 1998. (Col. Biografías y Memorias).

BOHOSLAVSKY, Ernesto. El problema del sujeto ausente (o por qué Argentina no tuvo un partido de derecha como la gente). In: BOHOSLAVSKY, Ernesto. *Actas del Taller de Discusión sobre las derechas en el Cono Sur, siglo XX*. Buenos Aires: UNGS, 2011.

BOHOSLAVSKY, Ernesto y MORRESI, Sergio D. Las derechas argentinas en el siglo XX: ensayo sobre su vínculo con la democracia. *Iberoamérica Global*, v. 4, n° 2, Nov. de 2011, pp. 17-48.

BORON, Atilio A.. Ruling without a Party. Argentine Dominant Classes in the twentieth Century. In: MIDDLEBROOK, Kevin J., *Conservative Parties, the Right, and Democracy in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000, pp. 139-163.

BOTANA, Natalio. R. *El orden conservador*: la política argentina entre 1880 y 1916. Buenos Aires: Sudamericana, 1985. (Col. Historia y sociedad).

BRIL MASCARENHAS, Tomás. El colapso del sistema partidario de la ciudad de Buenos Aires. Una herencia de la crisis argentina de 2001-2002. *Desarrollo Económico*, vol. 47, n° 187, Oct. de 2007, pp. 367-400.

CANELO, Paula. *El proceso en su laberinto*: la interna militar de Videla a Bignone. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

CANTÓN, Darío. *Elecciones y partidos políticos en la Argentina*: Historia, interpretación y balance. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

CATTERBERG, Edgardo. *Los argentinos frente a la política*: cultura política y opinión pública en la transición argentina a la democracia. Buenos Aires: Planeta, 1989. (Col. Política y Sociedad).

CAVALLO, Domingo F. *El Peso de la verdad*: un impulso a la transparencia en la Argentina de los 90. Buenos Aires: Planeta, 1997. (Col. Espejo de la Argentina).

CAVALLO, Domingo F.; DE PABLO, Juan Carlos. *Pasión por crear*: en diálogo con Juan Carlos de Pablo. Buenos Aires: Grupo Editorial Planeta, 2001. (Col. Espejo de la Argentina).

CORNBLIT, Oscar. La opción conservadora en la política argentina. *Desarrollo Económico*, vol. 14, Dic. de 1975, n° 56, pp. 599-639.

CORTÉS CONDE, Roberto. *The political economy of Argentina in the twentieth century*. New York: Cambridge University Press, 2009. (Col. Cambridge Latin American Studies).

DITELLA, Torcuato S. La búsqueda de la formula política argentina. *Desarrollo Económico*, vol. 11, n° 42/44, Julio de 1971, pp. 317-325.

- DOLKART, Ronald H. The Right in the Década Infame. In: MCGEE DEUTSCH, Sandra; DOLKART, Ronald. H. *The Argentine right: its history and intellectual origins, 1910 to the present*. Wilmington, Del.: SR Books, 1993. pp. 65-98.
- DOMAN, Fabián; OLIVERA, Martín. *Los Alsogaray*. Secretos de una dinastía y su corte. Buenos Aires: Clarín-Aguilar, 1989.
- FALLETI, Tulia G. *Decentralization and subnational politics in Latin America*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- FRAGA, Rosendo; MALACRIDA, Gabriela. *El centro-derecha: de Alfonsín a Menem*. Buenos Aires: Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría, 1990.
- FRAGA, Rosendo; TISIO, María Eugenia; BURDMAN, Julio. *Argentina en las urnas, 1916-1994*. Buenos Aires: Editorial Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría, 1995.
- GALLO, Adriana. El discurso político de la centroderecha argentina o la anulación de la alteridad izquierda-derecha. *Revista SAAP*, Buenos Aires, vol. 3, n° 2, 2008, pp. 287-312.
- GALLO, Ezequiel; CORTÉS CONDE, Roberto. *La República conservadora*. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986. (Col. Biblioteca argentina de historia y política).
- GIBSON, Edward. *Class and conservative parties: Argentina in comparative perspective*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.
- GONZÁLEZ BOMBAL, Inés. *El diálogo político: la transición que no fue*. Buenos Aires: CEDES, mimeo, 1991.
- GUTIÉRREZ, Alfredo. *El derrumbe de la UCeDé: de Videla a Menem, la mutación liberal*. Buenos Aires: Ediciones Letra Buena, 1992.
- HARRIS, Richard L. Centralization and Decentralization in Latin America. In: CHEEMA, G. Shabbir; RONDINELLI, Dennis A., *Decentralization and development: Policy implementation in developing countries*. Beverly Hills, London & New Delhi: Sage Publications, 1983.
- LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. JHU Press, 2011.

LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein. *Party systems and voter alignments: cross-national perspectives*. New York: Free Press, 1967.

DE LUCA, Miguel; JONES, Mark P.; y TULA, María Inés. Buenos Aires: The evolution of Local Governance. In: MYERS, David J.; DIETZ, Henry A. *Capital city politics in Latin America: democratization and empowerment*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner, 2002.

LVOVICH, Daniel. *El nacionalismo de derecha: desde sus orígenes a Tacuara*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006. (Col. Claves para todos).

MALAMUD, Carlos. El Partido Demócrata Progresista: un intento fallido de construir un partido nacional liberal-conservador. *Desarrollo Económico*, vol. 35, n° 138, Julio de 1995, pp. 289-308.

MANSILLA, Cesar L. *Las fuerzas de centro*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1983. (Col. Biblioteca Política argentina).

MATTINA, Gabriela. Transformaciones de los formatos partidarios en la democracia argentina: una mirada al PRO desde el ciclo electoral 2011. In: CHERESKY, Isidoro; ANUNZIATA, Rocío. *Sin Programa, Sin Promesa*. Buenos Aires: Prometeo, 2013.

MAURO, Sebastián Gabriel. Buenos Aires viceversa. La ciudad autónoma y la recomposición permanente de la escena. In: CHERESKY, Isidoro. *Las urnas y la desconfianza ciudadana en la democracia argentina*. Rosario: Homo Sapiens, 2009, pp. 305-337.

MCGEE DEUTSCH, Sandra y DOLKART, Ronald. H.. Introduction. In: MCGEE DEUTSCH, Sandra; DOLKART, Ronald. H. *The Argentine right: its history and intellectual origins, 1910 to the present*. Wilmington, Del.: SR Books, 1993.

MCGEE DEUTSCH, Sandra. *Las derechas*. La extrema derecha en la Argentina, Chile y Brasil 1890-1939. Trad. por GIRBAL-BLACHA, Noemí. M., CORTÉS, Julio C. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2005. (Col. Convergencia entre Memoria y Sociedad).

_____. The right under radicalism, 1916-1930. In: MCGEE DEUTSCH, Sandra; DOLKART, Ronald H. *The Argentine right: its history and intellectual origins, 1910 to the present*. Wilmington, Del.: SR Books, 1993, pp. 35-64.

MCGUIRE, James W. *Peronism without Perón: unions, parties, and democracy in Argentina*. Stanford, California: Stanford University Press, 1997.

MORRESI, Sergio D. El liberalismo conservador y la ideología del Proceso de Reorganización Nacional. *Sociohistórica*, La Plata, n° 27, 2010, pp. 101-133.

_____. La larga construcción de la hegemonía neoliberal. In: PÉREZ, Germán; AELO, Oscar H.; SALERNO, Gustavo. *Todo Aquel Fulgor: La política argentina después del neoliberalismo*. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2011a, pp. 67-78.

_____. Las raíces del neoliberalismo argentino (1930-1985). In: ROSSI, Miguel Ángel.; LÓPEZ, Andrea, *Crisis y metamorfosis del Estado Argentino: El paradigma neoliberal en los noventa*. Buenos Aires: Luxemburg, 2011b, pp. 47-69.

MORRESI, Sergio Daniel y VOMMARO, Gabriel. The Difficulties of the Partisan Right in Argentina: The *Propuesta Republicana* Case. In: LUNA, Juan Pablo; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal. *The Resilience of the Latin American Right*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014 (en prensa).

MULEIRO, Vicente. *1976: El golpe civil*. Buenos Aires: Planeta, 2011. (Col. Espejo de la Argentina).

MUSTAPIC, Ana María. Conflictos institucionales durante el primer gobierno radical: 1916-1922. *Desarrollo Económico*, vol. 24, n° 93, 1984, pp. 85-108.

NUN, José.; PORTANTIERO, Juan Carlos.; ALTAMIRANO, Carlos. (eds.). *Ensayos sobre la transición democrática en la Argentina*. Buenos Aires: Puntosur Editores, 1987.

O'DONNELL, Guillermo A.; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence; LOWENTHAL, Abraham. F. (eds.). *Transiciones desde un gobierno autoritario: América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1989.

OSTIGUY, Pierre. The high and the low in politics: a two-dimensional political space for comparative analysis and electoral studies. *The Helen Kellogg Institute for International Studies Working Paper*. Notre Dame, Ind, n° 360, Julio de 2009.

PALERMO, Vicente; NOVARO, Marcos. *Política y Poder en el gobierno de Menem*. Buenos Aires: Norma, 1996.

_____. *La dictadura militar, 1976-1983: del golpe de estado a la restauración democrática*. Buenos Aires: Paidós, 2003.

POTASH, Roberto. A. *Ejército y la política en la Argentina*. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986. (Col. Biblioteca argentina de historia y política).

QUIROGA, Hugo. *El tiempo del proceso*. Conflictos y coincidencias entre políticos y militares, 1976-1983. Rosario: Homo Sapiens – Fundación Ross, 2004.

RÉMOND, René. *Les droites aujourd'hui*. Paris: Éd. L. Audibert, 2007.

ROCK, David. *El radicalismo argentino, 1890-1930*. Buenos Aires: Amorrortu, 1977.

RODRÍGUEZ ARAUJO, Octavio. *Derechas y ultraderechas*. México: Siglo XXI, 2004.

SÁBATO, Hilda. *La política en las calles: entre el voto y la movilización*. Buenos Aires, 1862-1880. Buenos Aires: Sudamericana, 1998.

SÁNCHEZ SORONDO, Marcelo. *Memorias: conversaciones con Carlos Payá*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2001.

SIDICARO, Ricardo. *Los Tres peronismos*. Estado y poder económico 1946-55/1973-76/1989-99. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

SPINELLI, Maria E. *Los vencedores vencidos: El antiperonismo y la "revolución libertadora"*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2005.

STOKES, Susan C. *Mandates and democracy: neoliberalism by surprise in Latin America*. Cambridge & New York: Cambridge University Press, 2001.

VÁZQUEZ, Enrique. *PRN. La última*. Origen, apogeo y caída de la dictadura militar. Buenos Aires: Eudeba, 1985.

ZANATTA, Loris. *Perón y el mito de la nación católica: Iglesia y Ejército en los orígenes del peronismo (1943-1946)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1999.

ZINN, Ricardo. *La segunda fundación de la República*. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1976.

A heterogeneidade estrutural e as transformações econômicas na América Latina em tempos de neoliberalismo

Ana María Rita Milani

Introdução

Há duas características nas economias latino-americanas que as distingue das economias desenvolvidas: uma delas relaciona-se ao atraso relativo entre as capacidades tecnológicas comparadas à fronteira internacional; a outra tem a ver com a diferença de produtividade existente entre setores e dentro de cada um deles. Nos trabalhos pioneiros da moderna teoria do desenvolvimento se salientava a importância da estrutura produtiva e de sua transformação como determinantes da transição de economias tradicionais para economias mais avançadas. No entanto, como frisado por Cepal (2010), essa transição não era unívoca e podia conduzir às economias a “becos sem saída”, produto de uma especialização regressiva.

Os países latino-americanos apresentam historicamente uma profunda desigualdade social que se explica, por vezes, na alta concentração da propriedade e na heterogeneidade estrutural. Este conceito pode ser entendido como a existência de assimetrias entre setores produtivos e concentração de emprego em setores de baixa produtividade.

Após a implementação do modelo de ajuste estrutural na região a partir da década de 1990, pode-se observar que os

resultados em termos de crescimento econômico e equidade social foram medíocres, embora tenha se apresentado um ciclo de recuperação entre os anos 2004-2008. A média do crescimento anual foi apenas de 3,2% no período de 1990-2008 (CEPAL, 2010). As políticas macroeconômicas que tiveram como objetivo a disciplina fiscal e a baixa inflação não foram capazes de sustentar um modelo de desenvolvimento, refletindo nas variações no PIB e seus efeitos negativos na economia. A inserção liberalizada ao mercado de capitais internacional fez com que a entrada e saída dos fluxos de capitais repercutissem nas variações da demanda agregada, da taxa de câmbio e das expectativas. Por sua vez, as variações na renda tiveram influência negativa sobre as condições sociais e de equidade. Como frisava o informe da CEPAL (2010: 52) “pode-se afirmar que a volatilidade castigou os setores mais vulneráveis e distribuiu os custos e benefícios de forma muito desigual”, sendo que o salário real médio em 2008 situava-se ligeiramente acima do nível experimentado pela região no início dos anos oitenta. Ademais, a característica de rigidez à queda da desigualdade na região durante a década de 1990 e até princípios da década de 2000, apresenta uma leve flexibilização nos anos 2002 e 2003 mostrando uma tendência positiva. Embora a redução da desigualdade seja leve e não consiga modificar a caracterização da América Latina como região mais desigual, é importante frisar a mudança na tendência que leva para melhores indicadores distributivos.

Dessa forma, é necessário entender as disparidades sociais e seu nexos com a qualidade e produtividade do trabalho nos setores da atividade econômica. As disparidades, muitas vezes, refletem a falta de capacitação, a dificuldade de incorporação do progresso técnico, a baixa mobilidade ocupacional e social, entre outras. Em geral, na América Latina não se observa uma transferência de mão de obra desde atividades menos produtivas para aquelas mais eficientes.

Este texto tem por objetivo estudar as consequências das medidas liberalizantes sobre o desempenho da produtividade, o emprego e os salários durante a década de 2000, mostrando como foi afetada a heterogeneidade estrutural. Assim, através de um exercício de estatística descritiva procura-se explicar como tem se modificado a produtividade nos setores da atividade econômica, o nível de emprego e os salários.

Além desta introdução, a segunda seção apresenta o marco conceitual que orienta este trabalho. Na terceira seção, será apresentada uma contextualização histórica do comportamento econômico da região e na quarta seção foca-se nas tendências da produtividade e do mercado de trabalho no período. Por fim as considerações finais.

A heterogeneidade estrutural na visão cepalina

Os estudos pioneiros de CEPAL tiveram a preocupação de entender como se apresentava o desenvolvimento na América Latina. Várias foram as problemáticas encontradas que explicariam a situação de atraso vivenciado pelos países, como por exemplo, a deterioração dos termos de troca, o subdesenvolvimento, a relação centro x periferia, a dependência, etc. À luz do debate da CEPAL com relação ao atraso na região as ideias de ruptura do modelo agrário-exportador e a defesa da industrialização surgem como objetivos a serem perseguidos pelas políticas. A forma de superar o atraso dos países latino-americanos seria através da industrialização, o que permitiria a absorção do progresso técnico de maneira mais equitativa, devido que a região tinha uma forma particular de difundir o progresso técnico. Isto se transformava em diferença na produtividade dos ocupados nos distintos setores produtivos. Esse fenômeno foi denominado de heterogeneidade estrutural, fator responsável pela desigualdade na distribuição da renda.

Aníbal Pinto (2000) vai estudá-lo analisando as mudanças trazidas pela industrialização na América Latina, fazendo uma divisão da estrutura produtiva em três camadas segundo os níveis de produtividade. A primeira camada corresponde a níveis de produtividade e renda *per capita* semelhantes aos da economia colonial; a segunda camada intermediária corresponde à produtividade média do sistema nacional; e por último, um “polo moderno” composto por atividades exportadoras, industriais e de serviços que funcionam com níveis de produtividade parecida com a dos países desenvolvidos. A partir daí, evidenciam-se vários problemas, como a heterogeneidade de produtividade entre os setores produtivos na América Latina. Assim o autor salientava:

Para ir à essência do assunto, poderíamos afirmar o seguinte: que, enquanto as atividades, as populações e as áreas “atrasadas”, “marginalizadas”, ou como quer que se queira chamá-las, representam frações pequenas e insignificantes na estrutura global dos países “centrais”, verifica-se o contrário no âmbito latino-americano (e no subdesenvolvido em geral) (2000: 573).

Acreditava-se que a industrialização na América Latina levaria os países a transitar pelos mesmos caminhos que os países desenvolvidos, em que a tendência no longo prazo seria a homogeneização da estrutura econômica, especialmente nas primeiras fases da “industrialização substitutiva”. No entanto, quando Aníbal Pinto analisa a dinâmica do desenvolvimento percebe vários pontos que não foram superados e, em alguns dos casos, até aprofundados, que são os seguintes: o ritmo de desenvolvimento está longe de se acelerar; mudou a dependência com o exterior, no entanto, tornou-se tão ou mais influente que no passado, grandes segmentos da população foram marginalizados do avanço que se registrou no “polo moderno”. Em resumo, Pinto (2000: 575) conclui afirmando que: “mais do que um progresso para a ‘homogeneização’ da estrutura global perfila-se um aprofundamento de sua heterogeneidade”.

Com relação aos aspectos sociais, o autor salientava que apesar dos diferentes modelos de crescimento “para fora” e “para dentro” aplicados na América Latina, 40 ou 50% da população continuava marginalizada dos benefícios do desenvolvimento. Pinto (2000) destaca que se apresenta nas economias latino-americanas uma espécie de “exploração” por parte do setor moderno, porque este setor não contribui para partilhar os lucros derivados do aumento de sua produtividade. Os setores modernos têm a característica de gerar uma autonomia própria que ajuda a gerar uma reprodução que tende à concentração da produtividade, sem irradiar essas vantagens para o resto da economia.

Enfim, Aníbal Pinto (2000) argumentava que os frutos do progresso técnico tendiam a concentrar-se tanto no que toca à distribuição de renda entre classes, quanto no que diz respeito à distribuição entre setores e entre regiões do país. Para o autor, a industrialização não eliminava a heterogeneidade estrutural, apenas modificava seu formato. Nessa perspectiva, o subdesenvolvimento era um processo que dava sinais de se perpetuar apesar do crescimento econômico.

Feitas estas considerações sobre o conceito de heterogeneidade apresentaremos na seguinte seção uma contextualização histórica do comportamento econômico da região.

América Latina: as políticas neoliberais e sua repercussão na região

A década de 1990 marcou o triunfo das ideias neoliberais concretizadas na adoção dos requisitos do Consenso de Washington. Os modelos denominados de ajuste estrutural viviam erradicar a instabilidade da região priorizando a luta contra a inflação, a disciplina fiscal e o controle monetário. As medidas aplicadas tiveram sucesso em debelar a inflação, cor-

rigindo o nível de preços e o funcionamento dos mercados. Nesse período a região experimentou grandes flutuações que podem ser explicadas tanto pelas mudanças estruturantes quanto pelas variações de entrada e saída de capitais financeiros externos. Os resultados em termos de crescimento foram medíocres na década de 1990, tendo uma recuperação em 2004-2008, como mostra a Tabela N° 1. A crise financeira que teve início em 2008 interrompeu o ciclo expansivo de crescimento, o qual acontecia num contexto de expansão da econômica internacional. Essa crise teve repercussão em todos os mercados financeiros como também nas variáveis reais das economias mundiais através da retração do crédito, destruição de riqueza, queda do comércio mundial e deterioração das expectativas sobre a evolução da atividade econômica (CEPAL, 2010). Dessa forma, perfila-se na economia mundial um novo cenário com taxas de crescimento menores, desaceleração do comércio, menor transnacionalização financeira e nova arquitetura financeira global.

Tabela N° 1: Crescimento do PIB 1990-2009

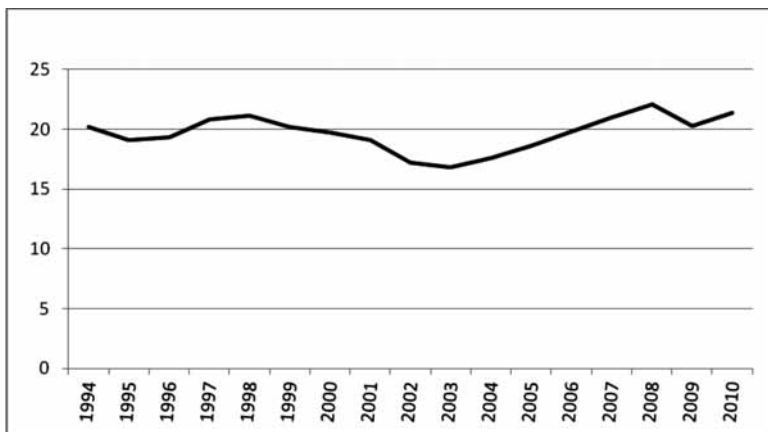
América Latina (19)	1990-1997	1998-2003	2004-2008	2009
<i>PIB Total</i>	3,3	1,4	5,3	-1,8
<i>PIB per capita</i>	1,5	-0,1	4,0	-2,9
<i>PIB por trabalhador</i>	0,6	-1,1	3,1	-3,8

Fonte: CEPAL, 2010.

Dentro dos componentes da demanda agregada, os quais são responsáveis pelo desempenho do PIB, a taxa de investimento tem sido baixa se comparada com as de outras economias emergentes. Durante o período das políticas liberais a taxa de investimento teve variações, mas não consegue superar a média histórica da região que atinge ao redor de 20% como

proporção do PIB, como mostra o gráfico N° 1. Este fenômeno influencia negativamente nas fontes de crescimento, tendo sido o principal limite para a região se adentrar no caminho do desenvolvimento.

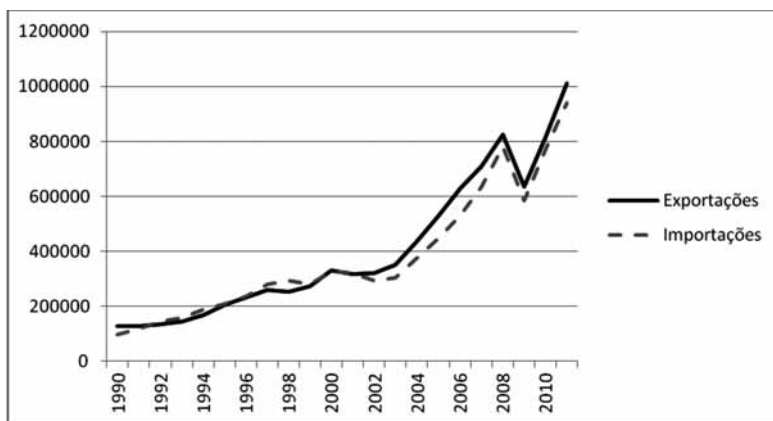
Gráfico N° 1: Formação bruta de capital fixo (% PIB)



Fonte: CEPAL, *Anuário Estatístico*, vários anos.

O comércio na região nas últimas duas décadas tem apresentado um crescimento superior ao de anos anteriores. No entanto, esse maior dinamismo não se transformou em maiores taxas de crescimento se comparado com países de outras regiões. As exportações têm aumentado consideravelmente, especialmente a partir de 2003 devido ao aumento da demanda de produtos básicos. México e Brasil foram as economias que apresentaram um maior dinamismo no seu comércio no período. As exportações dos países andinos, sem considerar Venezuela e incluídos Chile e Argentina, aumentaram menos que o comércio mundial, no entanto na última década todos cresceram. Assim, o Gráfico N° 2 ilustra essa tendência de melhoria do comércio na região.

Gráfico N° 2: Exportações e Importações da América Latina, (US\$ milhões) preços correntes.



Fonte: MDIC, 2012.

Países selecionados: Argentina, Brasil, Chile, México, Uruguai, Paraguai, Colômbia, Equador, Bolívia, Peru, Venezuela.

A partir da década de 1990 e início da década de 2000, o mercado de trabalho teve um desempenho medíocre que se apresentou num contexto de baixo crescimento econômico como assinalado anteriormente. Observam-se resultados negativos sobre o emprego e a proteção social dos direitos trabalhistas nos países da região. Com relação a este último aspecto, o mercado de trabalho sofreu uma precarização que não só se relaciona à informalidade, mas também a perdas de garantias legais do setor formal (CEPAL, 2010). As elevadas taxas de desemprego transformaram-se numa característica da década de 1990 na região, as quais foram acompanhadas de disparidades de salários e condições de trabalho. Assim, as reformas liberalizantes que aconteceram na década não levaram à região ao aumento do emprego nem da renda, tampouco aumentou o emprego para mão de obra menos qualificada.

Gráfico N° 3: Taxa de desemprego da América Latina



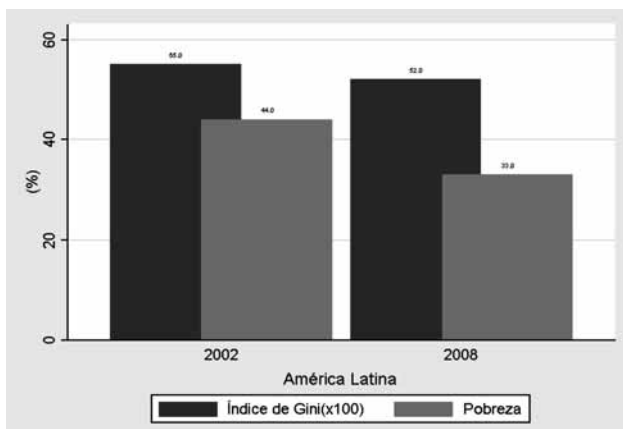
Fonte: CEPAL, *Estadística e indicadores*, 2012.

Segundo informe da CEPAL (2010), durante a década de 1990 a renda dos trabalhadores mais qualificados melhorou se comparada com outros grupos de escolaridade. Essa tendência sofre uma ruptura quando se apresenta o ciclo expansivo entre 2003 e 2008, tendo uma queda da taxa de desemprego, como se observa no Gráfico N° 3, como também foi interrompida o aumento da brecha salarial nos últimos seis anos (CEPAL, 2010). Essa ruptura da tendência de aumento da taxa de desemprego explica em certa medida a evolução positiva que teve a distribuição da renda na América Latina. Como assinala o informe da CEPAL (2010), o ritmo de expansão do emprego foi maior que a taxa de crescimento da força de trabalho, impactando positivamente os trabalhadores em todas as faixas de renda.

O aumento dos postos de trabalho no mercado formal assim como das remunerações médias beneficiaram as famílias de menor renda, produzindo uma queda das disparidades entre rendas médias. As políticas de salários mínimos também influenciaram positivamente a distribuição da renda. Ilustra-se no Gráfico N° 4 a evolução do índice de Gini e a redução da pobreza na última década.

Em síntese, pode-se observar que apesar das mudanças que foram estabelecidas pelas medidas de políticas que con-
substanciavam o modelo de ajuste estrutural, os indicadores econômicos responderam de forma medíocre. A década de 2000 apresentou melhores indicadores econômicos e sociais do que a década anterior. Resta questionar se isto levou à redução da desigualdade e melhoria do bem-estar da sociedade. Na próxima seção, analisar-se-á a heterogeneidade estrutural na região.

Gráfico N° 4: América Latina: pobreza e coeficiente de Gini, 2002-2008



Fonte: CEPAL, 2011.

A heterogeneidade estrutural na América Latina

Uma das características marcantes na América Latina é a presença da heterogeneidade estrutural, a qual foi estudada por diferentes autores como, por exemplo, Furtado (1974), Pinto (2000) e Sunkel (1970). Essa característica pode ser identificada quando uma pequena parte da população se apropria de uma porção importante do aumento da produtividade. As rela-

ções entre crescimento e heterogeneidade estrutural e social são complexas e variam muito entre países e regiões. Por exemplo, no período da implementação do processo de substituição de importações a produtividade acompanhou o aumento da industrialização, incorporando trabalhadores aos setores mais modernos melhorando os rendimentos. No entanto, pode-se observar uma dinâmica diferente entre o começo da década perdida até o início da década de 2000, quando começou a fase de crescimento que se estendeu até 2008. Na década de 1980 as modificações ocorreram no setor de serviços urbanos que registraram uma queda de produtividade influenciando o aumento do setor terciário informal. Dessa forma, observa-se que elevados porcentagens da população economicamente ativa estão inseridos em atividades de baixa produtividade. Na década de 1990 a produtividade da região mostra grandes mudanças, fundamentalmente devido à adoção de políticas liberalizantes que afetaram a estrutura econômica e mercado de trabalho. Há nesta década um aumento da produtividade dos setores industriais que pode ser explicado, em parte, pelo aumento do desemprego e da composição do tecido industrial. Esta problemática adota a condição de “circulo vicioso” na medida em que esses setores enfrentam grandes dificuldades para inovar, adotar novas tecnologias e processos de aprendizagens, etc. Conforme observado por Pinto (2000), na América Latina o progresso tecnológico ocorre com diferentes intensidades nos setores econômicos, sendo que a distribuição da tecnologia não se apresenta de forma homogênea. Ao contrário, não há mecanismos que reduzam a diferença de produtividade dos setores atrasados e dos modernos. Na próxima seção, estuda-se a direção que toma a mudança estrutural e sua contribuição para o crescimento da produtividade do trabalho na região entre aos anos de 1990 até 2010.

A estrutura produtiva e variação da produtividade

No começo da década de 1950, a teoria do desenvolvimento salientava a importância da estrutura produtiva e sua transformação como fatores determinantes para aquelas economias que quisessem se transformar em avançadas. Entretanto, salientava-se também que não existia uma maneira única de fazer essa transição. A década de 1990 foi marcada pela implementação de um modelo de desenvolvimento baseado em políticas de corte neoliberal. Essas políticas trouxeram para o debate econômico a questão da mudança estrutural como objetivo a ser atingido com esse novo modelo. Entre os analistas econômicos é consenso que a região passou por uma significativa transformação estrutural e que os ganhos de produtividade alcançados pela indústria na década de 1990 foram resultados dessas mudanças. Estas atingiram principalmente o setor industrial, mas as opiniões com relação a suas consequências são controversas entre os analistas. A Tabela N° 2 ilustra como as variações na participação dos setores de atividade na produção da região foram perfilando essa mudança da estrutura que configura o padrão de crescimento atual. Ganha destaque nessas mudanças o setor industrial que apresenta a maior queda entre os setores no período de quase 5%, passando de 19% em 1990 para 14,5% 2011. A intermediação financeira também apresentou uma grande queda de quase 10% no período. A exploração de minas e canteiras aumentou sua participação em 2% no mesmo período, como também o setor de transporte, armazenamento e comunicações.

Tabela Nº 2: Participação do PIB anual por atividades econômicas a preços constantes em U\$S

ATIVIDADE ECONÔMICA	1990/1994	1995/1999	2000/2004	2005/2009	2010	2011
<i>Agricultura, ganadería, caza, silvicultura y pesca</i>	6,6	5,8	5,4	5,1	5,1	5,2
<i>Explotación de minas y canteras</i>	4,4	3,3	4,9	6,8	6,3	6,0
<i>Industrias manufactureras</i>	18,9	17,0	17,0	15,8	14,9	14,5
<i>Suministro de electricidad, gas y agua</i>	2,1	2,2	2,2	2,2	2,1	2,2
<i>Construcción</i>	5,0	5,6	5,4	5,7	5,8	5,6
<i>Comercio al por mayor y al por menor, reparación de bienes, y hoteles y restaurantes</i>	15,5	13,4	13,8	13,5	13,3	13,0
<i>Transporte, almacenamiento y comunicaciones</i>	6,6	6,8	8,2	7,9	7,6	7,5
<i>Intermediación financiera, actividades inmobiliarias, empresariales y de alquiler</i>	20,9	13,8	13,0	11,0	9,7	9,4
<i>Administración pública, defensa, servicios sociales</i>	18,5	20,5	19,0	19,3	20,6	21,0

Fonte: CEPAL, *Anuário estadístico*, vários anos.

Os dados ilustram que nos últimos anos a indústria, o setor mais moderno e fundamental para o desenvolvimento, perdeu dinamismo. Surgem, a partir de então, muitos questionamentos sobre o papel do setor industrial para o desenvolvimento, sendo que este tema já tinha sido abordado nos trabalhos pioneiros da CEPAL. Era de se esperar que essa questão estivesse resolvida, no entanto, esse debate continua vivo e atual fundamentalmente pelo medíocre desempenho da indústria na região e pelo fato da nova configuração mundial que leva a uma especialização nos setores intensivos em recursos naturais. Como Mesquita Moura (2005) salienta, há grandes controvérsias no debate sobre a indústria tendo como referências diferentes trabalhos, como por exemplo, Sachs e Warner (1997) que apresentam o resultado de uma relação inversa entre os recursos naturais e o

crescimento¹. Por outro lado, surgem também debates sobre a existência ou não de desindustrialização nos principais países (Bresser Pereira, 2010; Oreiro e Feijo, 2010) e a repercussão do extraordinário crescimento do comércio internacional e a elevação dos preços das *commodities* que levam para uma especialização neste tipo de bens (CEPAL, 2012). Dessa forma, traz-se para cena a relação que deveria existir entre industrialização/crescimento e desenvolvimento. Os países em desenvolvimento procuraram se industrializar desde a década de 1950, primeiro substituindo importações, liderados pela América Latina, e depois através da promoção de exportações, liderados pelos países do leste Asiático. A polêmica sobre industrialização versus especialização não está acabada e atualmente se apresenta como um tema a ser retomado nos âmbitos acadêmicos. Nesta perspectiva é que se analisam as políticas de corte neoliberal aplicadas nas últimas duas décadas, as quais deixam de lado qualquer tipo de intervenção do governo na economia, ficando os produtores sujeitos às falhas do mercado. Esta menor intervenção do estado influenciou, em parte, no desempenho das empresas com relação ao crédito, a falta de incentivos para investir em capital humano e tecnologia, etc. Como Moreira (2005) frisava:

[...] a história da indústria na América Latina é a história de uma indústria que teve de se ajustar às realidades de uma economia aberta e, nesse processo, precisou lutar contra uma geografia e uma dotação de fatores que não lhe favorecia, enfrentar um ambiente macroeconômico desfavorável e uma competição assimétrica marcada por competidores generosamente assistidos pelos seus governos.

A partir das mudanças na estrutura produtiva caberia analisar o comportamento da produtividade na região. Segundo informe da CEPAL (2010) a análise da produtividade da

¹ Os autores, Sachs e Warner (1997), corroboram que os países com maiores exportações de recursos naturais crescem mais lentamente nos últimos 20 anos. Assim, estabelecem uma relação negativa entre exportações de produtos intensivos em recursos naturais com o crescimento econômico.

mão de obra mostra que o desempenho varia bastante entre setores como se pode observar na Tabela N° 3.

Os níveis de produtividade da mão de obra medida como porcentagem da média da economia como um todo apresentam grandes diferenças entre setores: a produtividade da mineração é sete vezes mais alta em relação à média; a do setor elétrico, quatro vezes mais alta; a do setor financeiro duas vezes mais alta. O menor desempenho com relação à produtividade foi encontrado na agricultura², o comércio e a construção civil. A produtividade na indústria está muita próxima da média da economia como um todo. Estas disparidades nas produtividades têm repercussão no lado social, refletindo-se em maiores variações salariais e em piora da distribuição da renda.

Tabela N° 3: América Latina (países selecionados): índice de produtividade (PIB total =100)

Atividades	1990	1998	2003	2008
Agricultura	28,4	27,7	30,9	31,0
Mineração	608,4	1045,5	932,8	767,4
Indústria	99,3	112,7	115,5	114,2
Eletricidade	225,9	353,6	434,6	483,2
Construção Civil	91,3	94,4	84,7	77,5
Comércio	76,1	63,3	56,2	59,5
Transporte	118,7	134,4	148,4	146,1
Estabelecimentos financeiros	279,0	282,5	279,7	252,1
Serviços comunitários, sociais e pessoais	84,5	74,4	78,9	75,8
PIB total	100,0	100,0	100,0	100,0
Período	1990-1998		1998-2003	2003-2008
<i>Taxa de crescimento média da produtividade</i>	1,9		-0,4	0,7

Fonte: CEPAL, 2010.

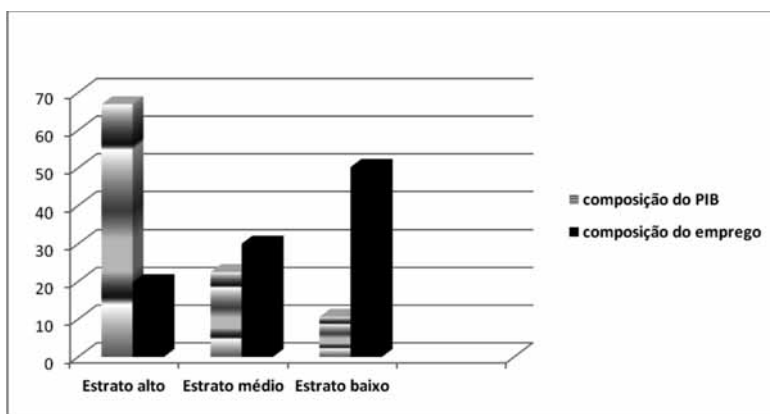
² Cabe salientar que este setor apresenta uma heterogeneidade particular porque nele estão agrupados a agricultura camponesa em países com baixo desenvolvimento e alta proporção de população rural e setores agroindustriais, os quais são mais dinâmicos em países com uma maior população relativa (Argentina e Brasil).

A América Latina apresenta a característica de que os mercados internos são estruturalmente heterogêneos. Isto significa dizer que estão muito fragmentados devido à existência de grandes brechas de produtividade. A estrutura econômica da região também pode ser analisada considerando a existência de três estratos de produtividade: alto, médio e baixo, com diferente acesso à tecnologia e aos mercados. O estrato *alto*, composto por atividades de exportação e empresas de grande escala operativa (com mais de 200 trabalhadores) gera 66,9% do produto e apenas 19,8 % do emprego total. O estrato médio, que compreende as pequenas e médias empresas (PME), gera 22,5% do produto e sua ocupação representa 30% do total. Finalmente, o estrato baixo associado ao que geralmente se denomina setor informal concentra a metade do emprego e aporta apenas 10,6% ao produto como mostra o Gráfico N° 2 (CEPAL, 2011).

Como assinalado pela CEPAL (2010), durante os anos de 1990 a participação dos setores de baixa produtividade no emprego urbano subiu de 47,2% no início da década para 50,8% por volta de 2002, caindo para 47,2% em 2009, como pode ser observado no Gráfico N° 5. Esta pequena redução é reflexo do maior dinamismo nos últimos anos, que foi interrompida com o impacto da crise de 2009³.

³ A política de desenvolvimento deveria ter no seu escopo medidas para reforçar processo de desenvolvimento produtivo que visem a melhoria da inserção no mercado de trabalho.

Gráfico N° 5: América Latina (18 países): indicadores de heterogeneidade estrutural, 2009.

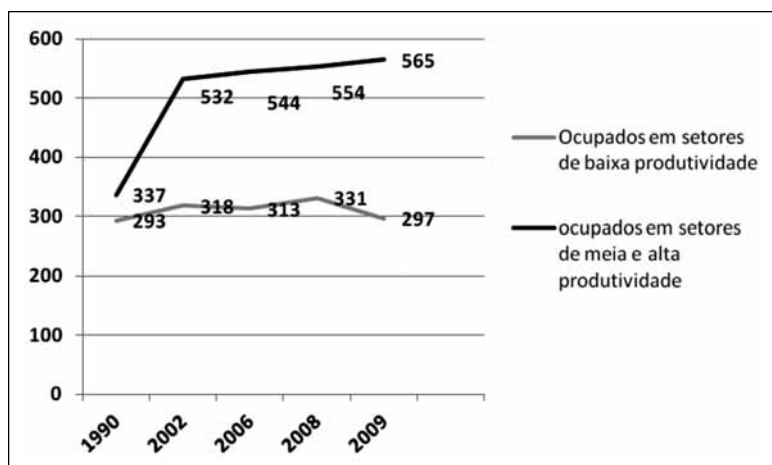


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em R. Infante, “*América Latina en el umbral del desarrollo. Un ejercicio de convergencia productiva*”, Documento de trabalho, N° 14, projeto sobre desenvolvimento Inclusivo, Santiago do Chile, CEPAL, junho de 2011.

Esta característica vai explicar em certa medida uma distribuição muito desigual da produtividade (medida esta pelo PIB por ocupado). Em última instância, isso deixa espaço para uma apropriação muito heterogênea dos ganhos que se derivam dela entre os trabalhadores, transformando-se numa limitação estrutural que perpetua as disparidades e o acesso ao bem-estar na região. Enquanto o emprego se concentra no estrato de baixa produtividade, a maior apropriação de ganhos (participação no PIB) ocorre no estrato alto, que só absorve cerca de um de cada cinco ocupados. Estas assimetrias são, em grande medida, responsáveis pela concentração do rendimento do trabalho na América Latina como assinalado por CEPAL (2011). No entanto, há um fator positivo a ser ressaltado que se relaciona com a linha divisória entre os setores segundo intensidade tecnológica: em 2009 os trabalhadores em setores de baixa pro-

atividade representavam 42,7% da população urbana ocupada, dado melhor que o registrado ao redor de 1990, quando a população ocupada neste setor chegava a 48,1%. Contudo, nas últimas duas décadas a linha divisória entre o emprego formal e o informal está agora mais definida. Em outras palavras, a brecha entre remunerações dos trabalhadores de maior dos de menor produtividade tem se ampliado, como mostra o Gráfico N° 6, tendo uma tendência crescente.

Gráfico N° 6: América Latina (18 países): Tendências das remunerações reais dos ocupados em áreas urbanas^a segundo o setor, nos anos 1990, 2002, 2006 E 2009^b (em dólares de 2005)



Fonte: CEPAL, *Panorama social de América Latina*, 2011.

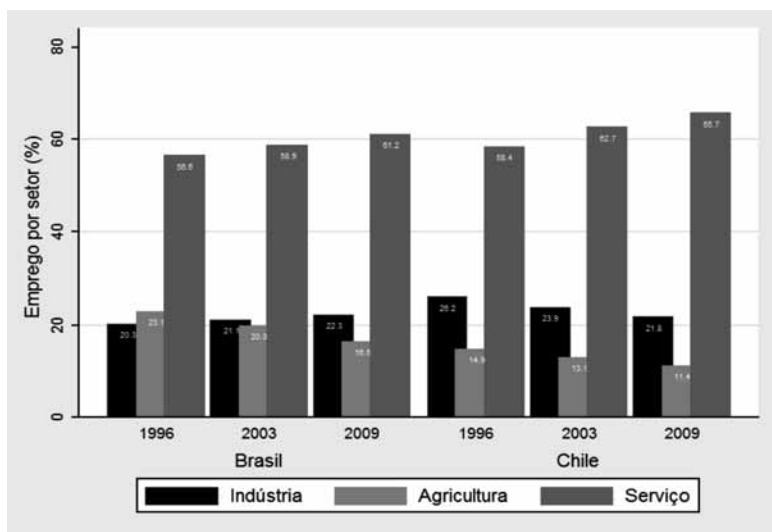
^a Ocupados urbanos maiores de 15 anos que declararam rendimentos de trabalho (não inclui trabalhadores não remunerados).

^b Média ponderada dos países sobre os quais há informação de todos os períodos considerados. Até 2006, no caso das cifras correspondentes aos setores de baixa e alta produtividade não se inclui a Colômbia, país onde não se distingue o tamanho da empresa. Em 2008 os dados apresentados podem não coincidir com os publicados em CEPAL (2010c e 2009a), devido que a Divisão de Estatística e Projeções Econômicas da CEPAL efetuou ajustes nas linhas de pobreza e na renda para a base de dados da Colômbia nesse ano.

Assim, podemos observar que os setores com baixa produtividade são os que mais absorvem mão de obra e os que apresentam uma menor remuneração. Já os setores com maior produtividade são os que têm menor absorção de empregados e se apropriam de maiores remunerações. Isto leva a questionar um ponto fundamental para o crescimento e o desenvolvimento, devido que essa disparidade entre a relação da produtividade e da remuneração denota problemas na distribuição da renda. Uma relação virtuosa entre estas variáveis estaria dada quando os salários crescem ao mesmo ritmo da produtividade. A América Latina nestas duas décadas apresentou volatilidade no seu crescimento econômico que se reflete na inserção do mercado de trabalho e no nível das remunerações. O desemprego aumentou na década de 1990 e no início da de 2000, sendo que alguns países aplicaram-se reformas trabalhistas que levaram a uma flexibilização do mercado e maior instabilidade no emprego formal. O ciclo de recuperação da economia a partir de 2003 repercutiu favoravelmente sobre a taxa de desemprego. No entanto, pode-se observar uma queda na participação do emprego em setores industriais e uma tendência crescente nas atividades de serviços⁴ como mostra o Gráfico N° 7, que ilustra só o Brasil e o Chile, no entanto economias como México e Argentina também mostram essa tendência.

⁴ Nas teorias do desenvolvimento surge o debate com relação às economias industrializadas de mercado e a possibilidade de se avançar para sociedades pós-industriais e de serviço. Nessa perspectiva, as economias partiriam de sociedades tradicionais de subsistência, passando por uma fase de crescente industrialização e diferenciação produtiva e social, terminando na consolidação de uma sociedade com complementaridade dos setores secundários e terciários. No caso da América Latina, pode-se observar que essa complementaridade fica questionada na medida em que o setor moderno perde dinamismo.

Gráfico N° 7: Estrutura do emprego por grandes setores da atividade econômica



Fonte: CEPAL, *Estatísticas e indicadores*, 2012.

Dessa forma, pode-se observar como a relação entre produtividade, emprego e salários não se apresentou de forma uniforme em toda a região nem em todas as atividades econômicas, o que de certa forma não é uma novidade para as economias periféricas, na medida em que os seus setores dinâmicos não conseguem irradiar para o resto da economia os aumentos de produtividade. Este fenômeno, que ocorre na periferia do capitalismo, Aníbal Pinto denominou de heterogeneidade estrutural. E a criação e/ou destruição de postos de trabalho que aconteceram na região na década de 1990 mantêm uma relação com essas disparidades da estrutura econômica. O resultado foi o crescimento de postos de trabalho nos setores de baixa produtividade, sinalizando que a mudança na distribuição setorial do emprego teve um efeito negativo sobre o crescimento da produtividade.

Embora na última década tenha apresentado um ciclo de expansão e uma melhoria nos indicadores os setores que mais absorvem mão de obra são os de baixa produtividade, colocando limites ao desenvolvimento e a melhora e bem-estar da população.

Considerações finais

A América Latina nestas últimas duas décadas de políticas liberalizantes obteve resultados medíocres com relação ao crescimento, embora tenha experimentado um ciclo expansivo na última década que levou a região a apresentar melhores indicadores sociais. A taxa de crescimento no longo prazo depende de variáveis estruturais que têm influência na forma de absorção da tecnologia, na forma de especialização tecnológica, na capacitação da mão de obra, etc. Podemos ilustrar que as economias latino-americanas apresentaram uma significativa transformação de sua estrutura produtiva, sendo que o “setor moderno” por excelência, a indústria, foi o que maior dinamismo perdeu no período de estudo. Os setores que apresentaram como mais dinâmicos foram o setor de mineração, o setor elétrico e o setor financeiro. Por outro lado, o setor que mais absorveu emprego foi o de baixa produtividade, sendo que a brecha entre os salários de baixa e alta produtividade se ampliou no período.

A última década apresentou uma redução da desigualdade o que é um fator positivo para a região dada sua característica histórica de região mais desigual. Contudo, este fenômeno encontra seu limite numa estrutura produtiva com grandes brechas entre setores produtivos conjugado com um mercado laboral que tem como setor dinâmico empregador o de baixa produtividade.

Isto questiona a possibilidade da região atingir maiores níveis de desenvolvimento fundamentalmente, como salienta-

do pelos autores cepalinos, porque a transformação da estrutura produtiva importa e é a partir dela que vai se configurar a avanço para uma sociedade mais moderna. Nesse sentido, observa-se que os setores que obtiveram maior produtividade não são os que mais empregam se consubstanciado um quadro complexo de atividades com grande aumento da produtividade coexistente com outras de níveis baixos. Dessa forma, esses setores mais dinâmicos não conseguem irradiar para o resto da economia as melhoras que tiveram no último período. Por outro lado, vemos que o setor industrial teve queda na sua participação na produção o que levanta uma problemática com relação às possibilidades do setor estar articulado com a fronteira tecnológica internacional e sua capacidade de absorção dela como também da limitação da aprendizagem produtiva tecnológica. Assim, o setor de serviços se transforma no polo de atração do emprego na região.

Nesta perspectiva, a heterogeneidade estrutural se concentra neste último setor que tem um papel substitutivo da indústria e não complementar como se espera na transformação social para uma economia mais avançada. Então, vislumbra-se um provável problema de absorção de mão de obra pelos setores modernos que faz com que persista o dualismo na região.

Por tanto, embora a região apresente melhoras na desigualdade e nos níveis de pobreza o problema da heterogeneidade persiste, transformando-se em tema central da política de desenvolvimento.

Bibliografia

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Brasil vive desindustrialização*. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/articles/2010-151>.

CEPAL. Comissão econômica para América Latina. *Panorama social de América Latina*. Documento informativo, 2011.

_____. *A hora da igualdade*. Brechas por fechar, caminhos por abrir. Trigésimo terceiro período de sessões da CEPAL, Brasília, 30 de maio a 1º de junho de 2010.

_____. *Estadísticas e indicadores*. Disponível em: <http://www.websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=estadisticas>.

_____. *Anuário Estadístico*. Disponível em: <http://www.websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=publicaciones#tab3>.

_____. *Commodities, choques externos e crescimento*: reflexões sobre América Latina. Série 117 – Macroeconomía del desarrollo, Santiago de Chile, 2012.

FURTADO, Celso. *Teoría y política del desarrollo económico*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina, 1974.

MDIC. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/>.

MOREIRA, Mauricio Mesquita. O desafio chinês e a indústria na América Latina. *Novos estudos – CEBRAP*, nº 72, São Paulo, July 2005.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmen A. Desindustrialização: conceitualização, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol. 3 nº 2, São Paulo Abr./Jun. 2010.

PINTO, Anibal. Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos do pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SACHS, Jeffrey; WARNER, Andrew. *Natural resource abundance and economic growth*. Cambridge MA: Harvard University, November, 1997.

SUNKEL, Osvaldo. *El Subdesarrollo Latinoamericano y la Teoría del Desarrollo*. Siglo XXI: México, 1970.

A relação entre o desempenho da marinha mercante brasileira e o Balanço de Pagamentos 1985-2010

Alcides Goularti Filho

Trajetória da Marinha Mercante

Até meados dos anos de 1950, entre as companhias nacionais de navegação as únicas que atuavam no transporte de longo curso eram a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro (com 24 navios), a Frota Nacional de Petróleo (FRONAPE – criada em 1949 e incorporada pela Petrobras em 1952, com 25 navios) e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN, com 2 navios), responsáveis por apenas 3,9% das exportações e 10,5% das importações brasileiras, eram todas de propriedade do Estado. A cabotagem de longa distância também era quase um serviço exclusivo do Estado, com a presença do Lloyd Brasileiro, da Companhia Nacional de Navegação Costeira e de algumas companhias privadas regionais (Comissão da Marinha Mercante, 1957).

Nesse sentido, até início dos anos de 1960, as duas maiores companhias estatais, o Lloyd Brasileiro e a Navegação Costeira, apresentavam déficits financeiros constantes e tinham uma frota obsoleta, já as privadas regionais eram menores e não tinham condições de ampliar sua frota. A média de idade da frota nacional era de 40 anos, sendo que a vida econômica útil de um navio era de, no máximo, 20 anos (Conselho de Desenvolvimento, 1957). A estrutura do setor não atendia à deman-

da do mercado interno, que estava em franca expansão, dado o acelerado processo de industrialização, urbanização e integração do mercado. O Estado brasileiro, que estava assumindo formas superiores de organização capitalista, atendendo às exigências do processo de acumulação, precisava dar uma resposta consistente ao setor de navegação.

A indústria da construção naval pesada e a expansão acelerada da Marinha Mercante Brasileira deram saltos mais dinâmicos a partir do Plano de Metas (1956-1961), quando o país passou a internalizar o conjunto da indústria metal-mecânica pesada e diversificou o sistema de transporte. Dentro do Plano de Metas, a Marinha Mercante (Meta 11) e a construção naval (Meta 28) eram complementares, uma vez que não era mais possível pensar na renovação da frota oficial sem o desenvolvimento de uma indústria naval nacional forte e integrada. Com a criação da Taxa de Renovação da Marinha Mercante (TRMM) e do Fundo da Marinha Mercante (FMM), ambos em 1959, o setor foi dotado de um poderoso mecanismo de financiamento que possibilitou a execução das metas propostas no Plano, coordenadas pela Comissão da Marinha Mercante (CMM). Como já havia a indústria de aço no país, a expansão e a implantação da indústria de construção naval seria altamente beneficiada (Lessa, 1982).

Até então, o Brasil contava com uma pequena indústria de construção naval que se vinha expandindo desde o início do século XX, com destaque para o estaleiro na Ilha Vianna, que pertencia à Organização Lage, da Navegação Costeira, especializado em reparos para a Companhia Comércio e Navegação, do Estaleiro Mauá, as Indústrias Reunidas Caneco e o Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, que construía e reparava embarcações desde o início do XIX. Com a nova política naval posta em marcha com o Plano de Metas, foram beneficiadas quatro empresas nacionais que já atuavam no mercado (Mauá,

Caneco, Só e Emaq) e atraídas duas de grupos estrangeiros, a japonesa *Ishikawajima Heavy Industries*, que ficou mais conhecida como a Ishibrás, e a holandesa *Verolme United Shipyards* – o Estaleiro Verolme (Telles, 2001).

Durante o regime militar, a Marinha Mercante e a construção naval assumiram um caráter mais privado, com a transferência de recursos para as empresas, reduzindo a atuação das companhias estatais de navegação. O Decreto nº 64.125, de 19 de fevereiro de 1969, que alterou o nome da Comissão da Marinha Mercante (CMM) para Superintendência Nacional da Marinha Mercante (SUNAMAM), não significou apenas uma simples mudança de nomenclatura, mas a centralização e o fortalecimento das políticas voltadas para a Marinha Mercante e a construção naval. Com base em três novos decretos (Decreto-Lei nº 11.143/1970, Decreto nº 67.992/1970 e Decreto nº 73.838/1974), a SUNAMAM, passou a ter o controle quase que absoluto sobre a navegação marítima e fluvial, envolvendo os fretes, as empresas de navegação, a elaboração de planos para a construção naval e a liberação de recursos. Este poder atribuído à SUNAMAM estava garantido pelos vultosos recursos que ela gerenciava junto ao FMM. O fortalecimento da SUNAMAM inaugurou uma nova fase para o setor, pautada em três ações: proteção à navegação nacional, apoio aos armadores nacionais e estímulo à indústria da construção naval. Concretamente, estava consolidada a indissociabilidade entre Marinha Mercante e construção naval, com claros objetivos de expandir e fortalecer a economia nacional (Goularti Filho, 2010).

Com relação à proteção à navegação nacional, foram estabelecidos acordos bilaterais e controle das conferências, além da reserva de carga e vigilância sobre as operações das empresas de navegação. Estas medidas visavam ampliar a participação da bandeira nacional no tráfego de longo curso, que direta-

mente beneficiava a indústria de construção naval. Por exemplo, no tráfego geral de cargas, que definiu o critério 40-40-20 (40% do transporte de cargas por navios de bandeira brasileira, 40% por navios de bandeira do parceiro comercial do Brasil e 20% por navios da chamada 3ª bandeira) e fixou a participação mínima do país exportador e importador, inicialmente de 65% até atingir 80%. As cargas importadas destinadas às empresas estatais ou a órgãos governamentais, cobertas com algum benefício financeiro, somente poderiam ser transportadas por empresas nacionais de navegação. Ficaram também reservadas as conferências de exportação de café, cacau e algodão (Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, 1999b).

No tocante ao estímulo às companhias nacionais, a reestruturação do Lloyd Brasileiro, transformando-o em sociedade anônima, e a dissolução da Navegação Costeira em 1966 abriam espaços para as companhias privadas de navegação. Na época, a intenção do Estado era formar grandes companhias, ao invés de pulverizar o setor em pequenas e médias empresas. No início dos anos de 1960, havia seis companhias privadas que atuavam no longo curso, totalizando apenas oito navios, com 35.810 toneladas (Comissão da Marinha Mercante, 1961). Destacavam-se duas empresas, a Companhia de Navegação Netumar, que atuou até 1994, e a Empresa de Navegação Aliança, que ainda está no mercado. Dentro da antiga CMM, e financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1966, a partir da fusão de 13 pequenas companhias que faziam o transporte de cabotagem, foi criada a Companhia Libra de Navegação. Outras empresas que também atuavam no longo curso eram a Companhia Paulista de Comércio Marítimo, a Frota Oceânica Brasileira, a Empresa de Navegação Mercantil (antiga Comércio e Navegação), a L. Figueiredo Navegação e a Netúnia Sociedade de Navegação. Estas empresas, mais a DOCENAVE (setor de navegação da

Companhia Vale do Rio Doce, criada em 1962), a FRONAPE e o Lloyd Brasileiro foram as companhias de longo curso beneficiadas pelos planos de construção naval, coordenados e financiados pela SUNAMAM (Superintendência Nacional da Marinha Mercante, 1969-1972).

A primeira distribuição das grandes rotas, feita ainda pela CMM em 1967, ficou assim definida: para a Netumar, a Costa Leste dos Estados Unidos; para a Mercantil, o Golfo do México; para a Aliança, portos europeus; para a Paulista, o Mediterrâneo; para a L. Figueiredo, do Norte do Brasil para a Europa e os portos nos Estados Unidos; e para a Frota Oceânica, o Extremo Oriente (Guimarães, 1996).

Na navegação de cabotagem, apesar da forte presença das empresas estatais, sempre houve a atuação das pequenas companhias regionais. Com a extinção da Navegação Costeira, em 1966, e o Lloyd Brasileiro dedicando-se apenas ao longo curso, as companhias regionais ampliaram suas áreas de abrangência. Houve um processo de concentração e centralização de capital, apoiado pela SUNAMAM, que selecionou treze companhias privadas para serem incluídas nos seus planos de expansão (Superintendência Nacional da Marinha Mercante, 1971).

O estímulo à expansão da indústria da construção naval estava apoiado nos planos e no financiamento. Mesmo a ditadura mostrando seu lado mais perverso, cristalizado no Ato Institucional nº 5 (AI-5), o projeto de industrialização continuou pautado no fortalecimento da indústria de base. Foram criados três planos destinados à construção naval. O I Plano de Construção Naval (PCN), 1971-1974, previa a contratação junto aos estaleiros brasileiros de 1.800.000 Toneladas de Porte Bruto (TPB). Os bons resultados obtidos com o I PCN e as expectativas positivas obrigaram a SUNAMAM a continuar com as encomendas e o financiamento. O II PCN foi elaborado para o período de 1975 a 1979, e previa a construção de 5.100.000

TPB, além de concluir as encomendas feitas no bojo do I PCN. Em 1980 foi lançado o Plano Permanente de Construção Naval (PPCN), cujas metas seriam de curto prazo e revistas anualmente. Os resultados ficaram bem abaixo do esperado. O PPCN foi executado apenas nos anos de 1981 e 1982, quando foram entregues apenas 50% do planejado (Superintendência Nacional da Marinha Mercante, 1975-1983).

Dados os atrasos na entrega das encomendas do II PCN e do PPCN e a alta inadimplência dos armadores e dos construtores, que estavam abarrotados de dívidas com a SUNAMAM, cuja situação se estava tornando insustentável, foi baixado o Decreto nº 88.420, de 21 de junho de 1983, que redefiniu as suas atribuições. Basicamente, foi mudado o mecanismo de financiamento, criando-se o Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), que ficaria responsável pela liberação de novos financiamentos. Os recursos arrecadados pela Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM, antigo TRMM), base do FMM, seriam gerenciados apenas pelo BNDES, com autorização do CDFMM, ou seja, foi retirada a capacidade da SUNAMAM de liberar recursos para os estaleiros e os armadores. Este decreto foi o prelúdio de uma crise e um escândalo financeiro que se instalaram na SUNAMAM.

A nova Política Nacional de Navegação Marítima Mercante, elaborada pelo Ministério dos Transportes em julho de 1986, que apresentava outra proposta para o setor e reafirmava o seu caráter nacional, reforçava a importância do CDFMM, ao invés da SUNAMAM (Ministério dos Transportes, 1986a). No Programa de Desenvolvimento do Setor de Transportes 1986-1989 (PRODEST), que envolvia todas as autarquias ligadas ao Ministério dos Transportes, a SUNAMAM, que agonizava, assumia mais um caráter normativo e fiscalizador (Ministério dos Transportes, 1986b). O desfecho final veio com a Medida Provisória nº 27, de 15 de janeiro de 1989, que extin-

guiu 14 órgãos da administração federal, incluindo a SUNAMAM, cujas competências foram transferidas para a recém-criada Secretaria de Transportes Aquáticos (STA), reforçando o caráter apenas normativo e fiscalizador no setor da navegação.

No final da década de 1980, as mudanças administrativas e no padrão de financiamento da SUNAMAM rebateram na indústria da construção naval, que operava com uma capacidade ociosa de quase 60%, e na navegação nacional, cuja participação de navios com bandeira brasileira passou para 35,0% em 1989. Mesmo assim, muitos armadores resistiram ao rápido desmonte parcial do setor. A frota do Lloyd Brasileiro, que frequentava em torno de 250 portos em todos os continentes, entrou num acelerado processo letárgico. Dos armadores privados que já haviam sido beneficiadas pelos planos da SUNAMAM, podemos destacar a Frota Oceânica, a Aliança, a Paulista, a Netumar, a Mercantil e a Libra. Outras empresas menores, ou que atuavam apenas na cabotagem, também passaram a atuar no longo curso, como a Companhia de Navegação do Norte, a H. Dantas Comércio Navegação, a Companhia de Navegação Norsul, a Companhia de Navegação Viamar, a Transportes Marítimos Internacionais, a Interunion Navegações e a Companhia de Navegação Tupi (Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte, 1999a).

Os efeitos das reformas econômicas dos anos de 1990 atingiram diretamente a Marinha Mercante e a indústria da construção naval brasileira. Se a partir da crise da SUNAMAM, o setor da navegação vinha seguindo uma trajetória de crise, a continuação da recessão e a falta de planejamento quase levaram à extinção a indústria da construção naval e os armadores nacionais. Os anos noventa inauguraram uma nova fase para a economia brasileira. Durante um longo período, que se iniciou em 1930 e se estendeu até o final dos anos setenta, o Estado brasileiro teve uma ampla margem de manobra para manipu-

lar políticas econômicas em prol da industrialização. Na década de 1980, assistimos ao avanço de alguns setores da economia, como o complexo agroindustrial, mineral e petroquímico, porém, no conjunto, o nível de crescimento do PIB industrial foi muito baixo. As tentativas malfadadas de estabilizar os preços agravaram ainda mais o quadro de instabilidade econômica, que estava sendo orientado pelas finanças especulativas.

Iniciamos a década de 1990 aprofundando o endividamento externo e a crise fiscal e financeira, acrescidos da abertura comercial e financeira. A tônica da década foi o ajuste fiscal com privatizações, desnacionalizações, fechamento de autarquias e cortes orçamentários nos investimentos. A dinâmica especulativa, com elevada mobilidade de capitais e juros altos, ditava a agenda da economia nacional. As políticas de desenvolvimento e as industrial foram suplantadas pelos objetivos da macroconjuntura econômica. A recessão, que já havia prejudicado a economia brasileira nos anos de 1980, seguiu sua trajetória, acrescida do aumento exponencial do desemprego com seus efeitos deletérios (Carneiro, 2002).

Sem financiamento e novos investimentos a infraestrutura logística do país foi ainda mais prejudicada. Com a extinção da Portobrás, as operações portuárias foram privatizadas e ampliou-se o número de terminais privados (Goularti Filho, 2007). O Lloyd Brasileiro entrou no Plano Nacional de Desestatização, e seu material flutuante foi aos poucos sendo leiloado por preços abaixo do mercado.

A Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, definiu um novo regime jurídico para a navegação nacional, quando foi criado o Registro Especial Brasileiro, no qual poderiam ser registradas embarcações brasileiras, operadas por empresas brasileiras de navegação, além de flexibilizar os contratos de trabalho. Foi aberta a navegação de cabotagem, interior, e dado apoio portuário para embarcações estrangeiras afretadas por empresas bra-

sileiras. Foi permitido o afretamento a casco nu e as empresas podiam afretar as embarcações no mercado internacional até a construção de novos navios. Também ocorreram outras mudanças no marco regulatório, como o fim das conferências fechadas de fretes, a isenção do AFRMM para diversas cargas, a redução da prescrição das cargas e o fim dos subsídios à construção naval (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1997).

O processo de desnacionalizações também chegou à Marinha Mercante com a venda das empresas nacionais consolidadas para companhias estrangeiras. A Libra, a maior do setor, fundada dentro da CMM, foi vendida em 1999 para a chilena *Compañia Sudamericana de Vapores* (CSAV). A Aliança, fundada em 1950, foi adquirida em 1998 pela alemã *Hamburg Sud*, uma das maiores companhias de navegação do mundo. No mesmo ano a *Hamburg Sud* também adquiriu as linhas para a Europa da Transroll e se fundiram com a Aliança. A Flumar, fundada em 1970, também foi adquirida pelo capital externo no ano de 1996, pelo grupo francês LDA e o norueguês KGJS. A *Mercosul Line*, fundada em 1999, foi adquirida em 2006 pelo grupo dinamarquês *Maersk*. Entre as empresas que faliram, podemos destacar a Mercantil, antiga Comércio e Navegação, em 1988, a Netumar em 1994, a Interunion em 1996, a Paulista e a Viamar, ambas em 1999. Com esta reestruturação, em 2000, a frota nacional passou para 6.087.000 TBP e a participação de navios com bandeira brasileira caiu para 21,0%. Contraditoriamente, esse desmonte parcial vem justamente num momento em que o movimento portuário brasileiro se vem ampliando de forma exponencial, o que possibilitaria o fortalecimento da Marinha Mercante nacional.

Esse foi o retrato do ajuste patrimonial que reduziu da participação dos armadores nacionais na navegação de longo curso, refletindo o “espírito das reformas econômicas”, postas em marcha nos anos de 1990: internacionalização da econo-

mia, via abertura comercial e financeira, com o aprofundamento da “dependência” do capital financeiro externo.

Na indústria da construção naval, em 1980, o Brasil chegou a ser a segunda maior potência no mundo, empregando 33.792 trabalhadores, e em 2000 passou para a 15ª posição, empregando apenas 1.900. O setor também passou por uma profunda reestruturação com a compra da *Ishibras* pela *Verolme*, que se associou à *Keppes Fels*, que se especializou mais em *off-shore* (plataformas de petróleo). O Estaleiro Mauá foi adquirido pelo grupo Jurong Shipyard, o Estaleiro Caneco foi arrendado pela Rio Nave Reparos Navais e o Estaleiro Emaq, pela Estaleiro Ilha, já o Estaleiro Só faliu.

As reformas econômicas desnacionalizaram parte da Marinha Mercante e desmontaram parcialmente a indústria da construção naval. As grandes companhias de navegação multinacionais, que já dominavam o comércio mundial, passaram a atuar na cabotagem brasileira. A entrada dessas companhias foi permitida em função da reforma da Constituição de 1988, iniciada em 1993, que alterou o Artigo 178, cujo parágrafo único ficou assim definido: “Na ordenação do transporte aquático, a lei estabelecerá as condições em que o transporte de mercadorias na cabotagem e a navegação interior poderão ser feitos por embarcações estrangeiras (Brasil, 2000)”.

Retomando as atividades

Em dezembro de 2000, foi elaborada uma proposta de retomada de estímulos à Marinha Mercante e à construção naval, tratava-se do Programa Navega Brasil, em que estava prevista a compra de três novos navios para a Petrobras, na ordem de 160 milhões de reais, distribuídos para três estaleiros cariocas. Porém a Petrobras estava autorizada a fazer novas encomendas de plataformas no exterior, desperdiçando uma grande oportunidade de alavancar a indústria de *off shore* brasi-

leira. Foi uma tentativa quase vã de reerguer o setor, pois a capacidade ociosa era elevadíssima e não havia regras especificando o grau de nacionalização das embarcações, deixando de fora a indústria de peças para navios, que envolvia o complexo eletro-metal-mecânico.

Efetivamente, a retomada da construção naval e o apoio à Marinha Mercante nacional ocorreram somente após 2003, quando a Petrobras cancelou seus editais de compra de plataformas no exterior e passou a encomendá-las no território nacional. Esta medida deu um grande estímulo aos estaleiros, que se adaptaram para as encomendas *off shore*. No Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro de 2007, estava previsto investir 10,5 bilhões de reais no Programa de Financiamento da Marinha Mercante, valor que representava 18,1% do total despendido para os investimentos em infraestrutura logística e 2,1% do total do PAC. Em novembro de 2007, foi lançado pela Petrobras, dentro do PAC, o I Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF) da Petrobras Transporte S.A. (TRANSPETRO), que está dividido em duas etapas e prevê a contratação de 146 novas embarcações, além de continuar com as encomendas das plataformas marítimas de petróleo. Essa nova política do governo federal, incentivando a construção naval por meio da Petrobras, vem promovendo uma rápida expansão no setor, cujo emprego saltou de 6.500, em 2000, para 46.500, em 2009, envolvendo todo o complexo da indústria da construção naval.

De acordo com o 10º Relatório do PAC, de abril de 2010, já haviam sido entregues 96 embarcações, outras 95 estavam em construção e 49 seriam contratadas, somando 240 embarcações de vários portes. Dois novos grandes estaleiros foram construídos no Nordeste, o Atlântico Sul, em Recife, de onde foi lançado o petroleiro *João Candido*, e Estaleiro São Roque, em Paraguaçu, na Bahia, onde estão sendo construídas duas novas plataformas de petróleo. O FMM disponibilizou no pe-

ríodo um volume de 11,6 bilhões de reais, superando a meta inicial. Dentro do PAC 2 (2011-2014), estão previstos investimentos na ordem de 36,7 bilhões de reais na construção naval e o lançamento dos PROMEFs II e III.

Em 2010, havia no mercado brasileiro 15 armadores, com uma frota de 107 embarcações, sendo 85 próprias, correspondendo ao todo 2.530.674 TPB. O maior armador nacional no longo curso ainda é a TRANSPETRO, com uma frota de 42 embarcações, representado 53,52% do total do TPB. Em seguida, temos a Norsul (nacional), com 15,13%, e a Elcano (espanhola) com 10,47%; as demais 12 empresas somam 20,87% do TPB (Tabela N^o 1).

Tabela N^o 1: Panorama geral dos armadores no Brasil em 2010

Empresa	Total da frota (inclui afretamento de casco nu)	Frota própria	Afretados casco nu	Total TPB	Participação TPB (em %)
Petrobras Transporte S.A. – Transpetro	42	42	0	1.354.536	53,52
Companhia de Navegação Norsul	19	17	2	382.968	15,13
Empresa de Navegação Elcano	11	7	4	264.891	10,47
Aliança Navegação e Logística	11	4	7	121.016	4,78
Flumar Transportes de Químicos e Gases	4	4	0	76.157	3,01
Mercosul Line Navegação e Logística	3	2	1	70.442	2,78
Log-In Logística Intermodal	5	0	5	61.059	2,41
Pancoast Navegação	1	1	0	46.930	1,85
Companhia Libra de Navegação	1	1	0	38.186	1,51
Granéis do Brasil Marítima	1	1	0	37.939	1,50
NTL – Navegação e Logística	1	1	0	28.325	1,12
Vessel-log	1	1	0	16.985	0,67
H. Dantas	3	1	2	14.960	0,59
Log.Star Navegação	1	0	1	11.274	0,45
Frota Oceânica e Amazônica	3	3	0	5.006	0,20
Total	107	85	22	2.530.674	100,00

Fonte: ANTAQ

Fruto da desnacionalização dos anos de 1990, a presença de empresas nacionais entre os armadores que operam no longo curso é muito pequena. A Norsul é a maior entre as nacionais e opera com uma frota de 17 navios próprios, para, em seguida, termos a H. Dantas, que opera com apenas um navio próprio, um graneleiro de 14.960 TPB. A Log-In, que surgiu como um desdobramento da Docenave, é a mais recente empresa nacional a entrar no setor de navegação de cabotagem e longo curso, atendendo ao Mercosul. Para ampliar sua frota, a empresa, que atualmente é composta somente por cinco navios afretados, encomendou a construção de cinco porta-contêineres e dois graneleiros, que entrarão em operação entre 2010 e 2013.

Na tabela abaixo podemos acompanhar a situação dos afretamentos, em agosto de 2010, de longo curso, que refletem o desempenho do ano, uma vez que os afretamentos de cascos nus não alteram muito. Em média, são 88 navios afretados, sendo 22 de casco nu, que chegam até 20 anos de contrato e o armador tem mais autonomia, e 30 navios por tempo, com contratos de até dois anos. Os afretamentos por viagem e espaço são limitados apenas a um mês e somam 36 embarcações.

Tabela Nº 2: Afretamento em vigor de navios para longo curso em agosto de 2010

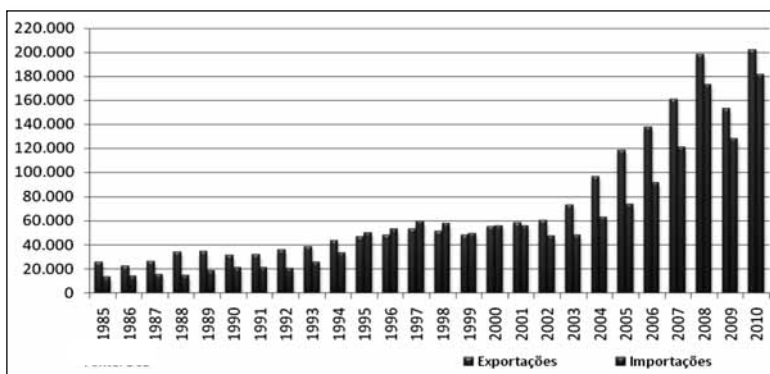
Tipo de afretamento	TPB	Embarcações	Tempo de afretamento
Viagem	1.786.408	13	Apenas um mês
Tempo	1.245.917	30	De um a dois anos
Espaço	996.868	23	Apenas um mês
Casco nu	707.098	22	Até 20 anos
Total	4.736.291	88	---

Fonte: ANTAQ

Abertura comercial e a frota mercante

A abertura comercial no ano de 1990 já foi amplamente debatida e pesquisada dentro da literatura econômica mais recente. No momento, apenas apresentaremos os dados da evolução da Balança Comercial. Como é sabido, esta abertura promoveu uma ampliação substancial do comércio externo brasileiro e, na primeira metade dos anos 1990, a grande novidade foi a presença de bens importados de consumo duráveis e não duráveis. Porém, como o câmbio manteve-se desvalorizado, os saldos comerciais ainda eram positivos. Entre 1995 e 2000 registramos o primeiro déficit comercial após 15 anos, fruto da queda das tarifas alfandegárias e da sobrevalorização cambial (Gráfico N° 1). A correção cambial forçada em janeiro de 1999 iniciou outra trajetória para o comércio externo brasileiro com o retorno do superávit em 2001.

Gráfico N° 1: Evolução das exportações e importações 1985-2010 (mil US\$)



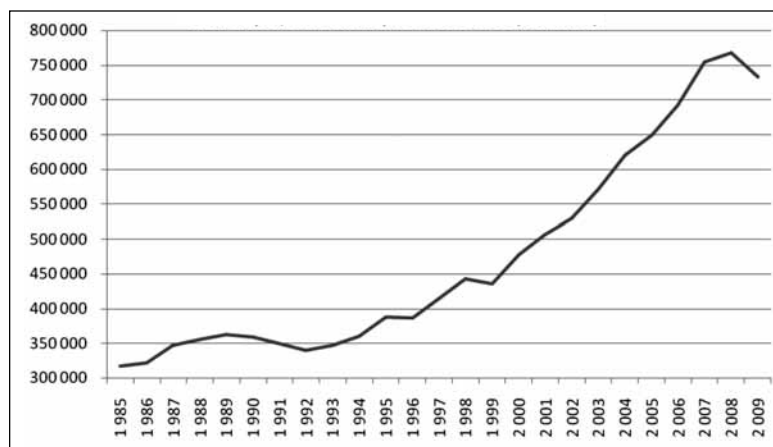
Fonte: BCB.

A partir de 2003, em decorrência de uma política externa mais agressiva, o país iniciou um crescimento exponencial no seu fluxo mercantil externo. As exportações saltaram de 60,3 bilhões de dólares, em 2002, para 197,9 bilhões, em 2008, no

entanto, em função novamente do atraso cambial as importações que passaram de 47,2 bilhões de dólares para 173,1 bilhões, respectivamente. Os superávits se mantiveram mesmo com câmbio não favorável e sem mudanças radicais nas tarifas alfandegárias. A queda de ambas em 2009 está diretamente relacionada com a crise econômica global.

Essa mesma trajetória do aumento do fluxo comercial externo pode ser acompanhada na evolução do movimento portuário brasileiro, que apresentou um crescimento exponencial pós-1994, quando se consolidou o processo de abertura com a sobrevalorização cambial, conforme o Gráfico 2.

Gráfico Nº 2: Evolução do movimento portuário brasileiro embarque/desembarque 1985-2009 (em mil t)



Fonte: PORTOBRAS; IBGE; ANTAQ.

Esses dois movimentos rebateram na conta corrente do Balanço de Pagamentos, seja na Balança Comercial e nos Serviços. A Conta de Serviços inclui diversas receitas e despesas com transportes (fretes), viagens internacionais, seguros, royalties, juros, lucros, dividendos e outras atividades realizadas. Com relação aos “transportes”, quando a companhia de navegação que realiza o frete das mercadorias exportadas tem ban-

deira nacional, o frete é incorporado por residentes, portanto entra como “receitas”, mas, se é realizado por companhias estrangeiras, torna-se uma “despesa”. Caso a embarcação seja afretada e utilize a bandeira nacional, o frete também se converte em “receita”. Porém, o aluguel deve ser pago a um armador estrangeiro, saindo recursos para o exterior na mesma conta de Serviços.

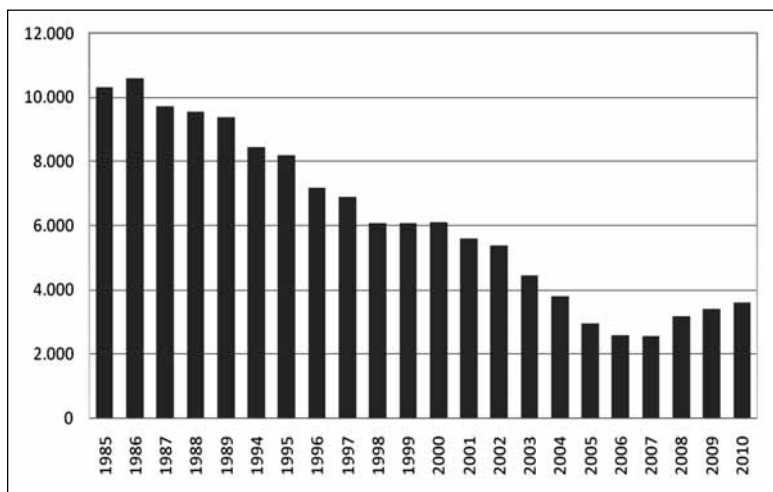
Se os produtos exportados são transportados em navios com bandeira nacional configura-se como exportação de serviços de transporte marítimo e será creditado no Balanço de Pagamentos do país exportador. Caso sejam transportados em navios com bandeiras estrangeiras, representam importação de serviços de transporte marítimo, sendo creditados no Balanço de Pagamentos do país de origem do navio, representando saída de divisas.

No caso das importações, se for utilizada a frota nacional mercante, o frete será pago com moeda nacional, relação entre residentes, evitando a saída de divisas sem nada alterar o Balanço de Pagamento. Contudo, se forem utilizados navios estrangeiros, o importador pagará o frete para não residente, configurando em “despesa” para o nosso Balanço de Pagamentos.

Quando um país dispõe uma Marinha Mercante mais forte com a presença de armadores nacionais a tendência é que as receitas com frete sejam maiores que as despesas, uma vez que os fretes serão pagos a residentes e proprietários de embarcações nacionais. O afretamento de embarcações por armadores nacionais também ajuda a ampliar as receitas, porém implica no envio de recursos ao exterior para pagar às empresas proprietárias das embarcações aliadas.

No Gráfico N^o 3, podemos observar a evolução da frota mercantil brasileira em TPB, que acompanha a dinâmica da economia brasileira, e os resultados das políticas destinadas à navegação para o período de 1985 a 2010.

Gráfico N° 3: Evolução da frota mercante brasileira 1985-2010 (mil TBP)



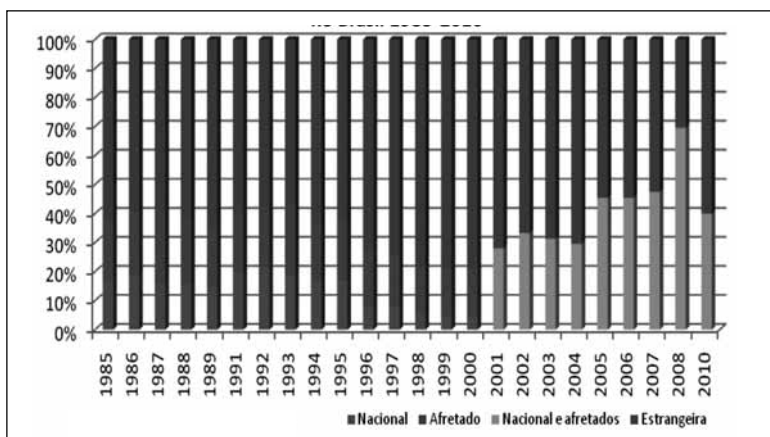
Fonte: SUNAMAM; DMM; ANTAQ.

Nos anos de 1980, quando ainda desfrutávamos dos resultados do projeto de industrialização comandado pelo Estado, a frota mercante era de 10.299 TPB em 1985, passando para 8.190 em 1995, caindo para 2.955 em 2005, ou seja, em 20 anos houve uma redução de 71,3%. A retomada em 2010 para 3.607 TPB, mesmo representado um aumento de 22,0% em relação a 2005, ainda está muito abaixo de 1985, que representou uma das melhores fases da Marinha Mercante brasileira, quando a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro frequentava mais de 250 portos nos cinco continentes.

O mesmo ocorreu com a participação dos armadores nacionais que utilizavam bandeira brasileira, que, em 1985, representava 17,3% e os afretados 20,5%, somando 37,7%. Os restantes 62,3%, eram feitos por embarcações de bandeira estrangeira. Concomitante a queda da frota nacional em TPB, caiu a participação da bandeira brasileira, chegando a 5,0% em

2000 e os afretados a 16,0%. Com a nova política após-2003, tivemos uma ampliação de embarcações afretadas com bandeira brasileira. A reversão dessa tendência, expressa em TPB e nos afretados, evita uma queda maior nas receitas de frete no Balanço de Pagamentos.

Gráfico N° 4: Evolução da participação das bandeiras na frota mercante no Brasil 1985-2010

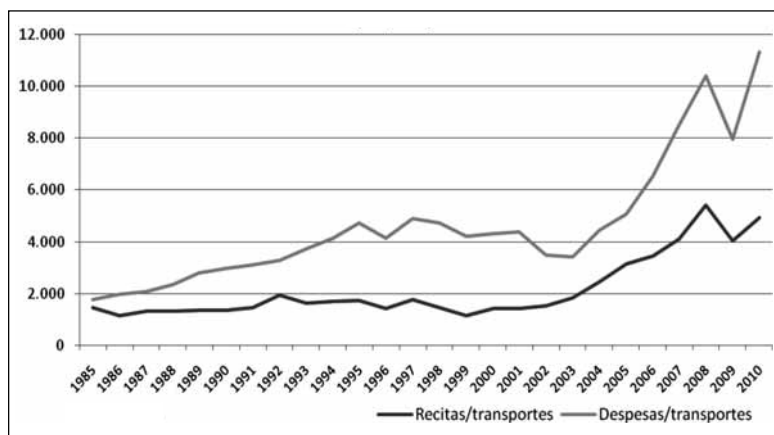


Fonte: SUNAMAM; DMM; UNCTAD.

Fretes e a Marinha Mercante

Em termos nominais, seguindo a tendência da desnacionalização da Marinha Mercante e da abertura comercial, as receitas com transportes (fretes) caíram entre 1992 e 1999, seguidas de uma recuperação até 2003, quando começaram a apresentar um crescimento mais acentuado. Já as despesas tiveram aumento exponencial pós-2003, dado o grande volume de exportações realizado num país com uma fraca base nacional no setor de navegação (Gráfico N° 5). Essa mudança de trajetória também pode ser explicada pelo aumento das exportações e pela mudança cambial, mas também não deixa de expressar a presença maior dos afretados, que evitam a elevação das despesas.

Gráfico N° 5: Evolução das receitas e despesas com fretes 1985-2010 (US\$ mil)

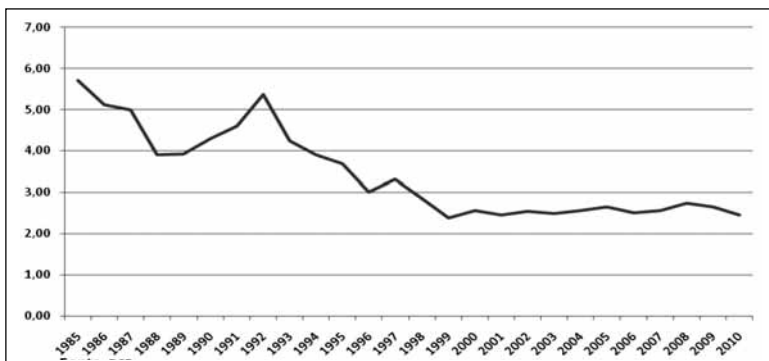


Fonte: BCB.

Para termos uma noção da reversão dessa tendência, os Gráficos N° 6 e 7 representam a participação da receita com frete em relação às importações e exportações. A queda acentuada das receitas com frete coincide com o início do processo de reestruturação da Marinha Mercante nacional e a ampliação da participação da bandeira estrangeira no comércio interno brasileiro. Em 1985 a receita com frete representava 11,14% comparada com as importações, caindo para 6,52% em 1990 e 3,43% em 1995. Em torno desse valor manteve-se até 2009. Quase o mesmo ocorreu em relação às exportações. Em 1985 as receitas com frete representaram 5,72% quando comparadas com as exportações, caindo para 4,29% em 1990 e 3,69.

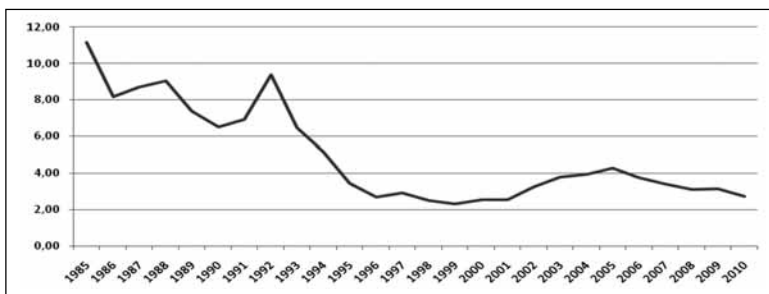
Quanto mais um país utiliza navios estrangeiros, maior será a sua despesa com frete. Porém, quanto mais amplia sua frota mercante e a oferta de novas embarcações, maior será a sua receita. Portanto, os Gráficos 6 e 7 mostram a redução das suas receitas com frete até 2000, para, em seguida, continuar com uma trajetória mais estável, sem grandes sobressaltos. Isto

Gráfico N° 6: Evolução da participação das receitas dos fretes em relação às exportações 1985-2010



Fonte: BCB.

Gráfico N° 7: Evolução da proporção entre as receitas dos fretes em relação às importações 1985-2010



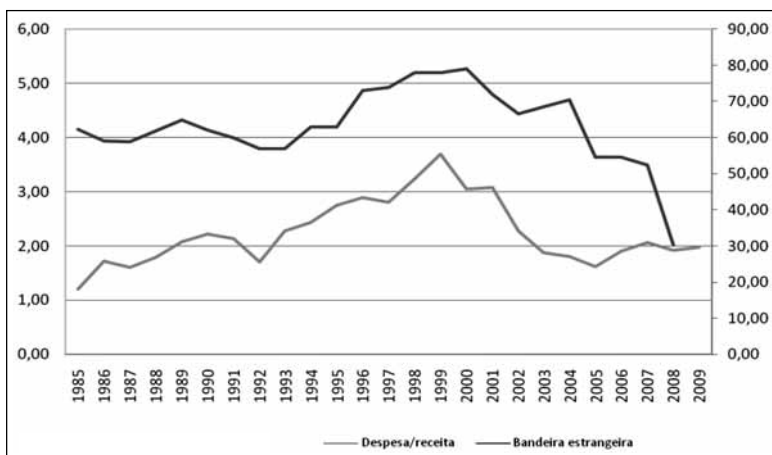
Fonte: BCB.

reflete três movimentos da Marinha Mercante brasileira desde 1985: forte presença nacional até 1990; desmonte parcial até 2003; e o fim deste desmonte com expectativa de retomada.

No Gráfico N° 8, temos a combinação de duas trajetórias importantes: participação da bandeira nacional, incluindo afretados, e a proporção da receita em relação aos fretes. A ampliação da participação da bandeira estrangeira, expressa no eixo Y à direita, acompanha o aumento da queda da despesa em

relação às receitas com frete, eixo Y à esquerda. Quando há uma queda na participação das bandeiras estrangeiras, em função dos afretamentos, também ocorre uma queda na proporção da despesa em relação a receitas com frete.

Gráfico N° 8: Evolução da participação das bandeiras estrangeiras na frota mercante e da proporção entre as despesas em relação às receitas com frete no Balanço de Pagamento 1985-2009



Fonte: SUNAMAM; DMM; UNCTAD; BCB.

A saída do Lloyd Brasileiro do setor de navegação nos anos 1990 tirou do mercado um importante armador nacional, o que elevou consideravelmente a despesa com frete. Atualmente operando no longo curso, restam apenas a NORSUL, que possui uma frota própria de 17 embarcações, e a Log-In, que possui apenas 5, todas afretadas.

Reflexão final

As realizações da Marinha Mercante dentro do PAC estão muito concentradas nas encomendas da Petrobrás. Outra importante encomenda são os cinco navios da Log-In, porém,

são incapazes de inflexionar para cima a curva da receita com frete em relação às exportações, ou seja, para o Balanço de Pagamentos os efeitos negativos do desmonte parcial da Marinha Mercante, nos anos 1990, foram maiores do que os atuais efeitos positivos da retomada.

O fim dos acordos de conferência fortaleceu ainda mais as grandes companhias internacionais, que ampliaram sua área de abrangência para países onde suas marinhas mercantes ainda estavam em formação e dispunham de amplo mercado interno. No momento em que os armadores brasileiros estavam se consolidando, enfrentaram a crise da SUNAMAM em 1984 e, nos anos seguintes, a situação agravou-se ainda mais, sobretudo sem a renovação da frota do Lloyd Brasileiro e a sua retirada do mercado dos anos 1990. O país perdeu uma grande oportunidade de fortalecer sua Marinha Mercante, quando o comércio mundial crescia de forma substancial.

Diante desse quadro, a recriação do Lloyd Brasileiro, seja privada ou estatal, seria uma saída viável para fortalecer novamente a Marinha Mercante nacional e ampliar a receita com frete no Balanço de Pagamentos.

Bibliografia

- AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. *Sistema de informações de afretamentos*. Brasília: ANTAQ, 2010. Disponível em: <http://www.antaq.gov.br>.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Séries históricas do Balanço de Pagamentos*. Brasília: BCB, 2010. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Cadernos de infra-estrutura: Marinha Mercante – o Brasil e o mundo*. Rio de Janeiro: BNDES, 1997.
- CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Unesp; IE/Unicamp, 2002.
- COMISSÃO DA MARINHA MERCANTE. *Relatório das atividades da Comissão da Marinha Mercante*. Rio de Janeiro, 1961.

_____. *Relatório das atividades da Comissão da Marinha Mercante*. Rio de Janeiro: CMM, 1961.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO. *Reaparelhamento da Marinha Mercante*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1956, doc. nº 2.

EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES. Política governamental e competitividade da indústria brasileira de construção naval: evolução, estrutura e diagnóstico. Brasília: Ministério dos Transportes, 1999a, vol. 2.

_____. *Política governamental e competitividade da Marinha Mercante brasileira*. Brasília: Ministério dos Transportes, 1999b, v. 3.

GOULARTI FILHO, Alcides. La trayectoria de la marina mercante brasilera: administración, régimen jurídico y planificación. *Anais II Congreso Latinoamericano de Historia Económica*. Ciudad de Mexico: UNAM; AMHE, 2010.

GUIMARÃES, José Celso de Macedo Soares. *Navegar é preciso: crônicas de muitas lutas – as lutas*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1996, vol. 1.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuários de Estatística do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.

LESSA, Carlos. *Quinze anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. *Política Nacional de Navegação e Marinha Mercante*. Brasília: 1986a.

_____. *Programa de Desenvolvimento do Setor Transportes 1986-1989*. Brasília: 1986b.

PORTOBRAS. *Informativos da Portobrás*. Rio de Janeiro: Portobrás, vários anos.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DA MARINHA MERCANTE. *Anuário da Marinha Mercante*. Rio de Janeiro: 1968-1985 (série completa).

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da construção naval no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação de Estudos do Mar, 2001.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. *Review of Maritime Transport*. New York: United Nations, 1999-2009. Disponível em: <http://www.unctad.org>.

La fuerza social conservadora en Argentina – 2002-2010*

María Celia Cotarelo

Introducción

Orden y *anarquía* son dos términos que articularon buena parte del discurso en la sociedad argentina en la primera década del siglo XXI. Después de la *anarquía* que llevó a la caída del gobierno de Fernando de la Rúa en diciembre de 2001 y que siguió durante los primeros meses de 2002, la apelación al *orden* fue constante. La presencia diaria de trabajadores pauperizados, pobres en el límite de la subsistencia, ahorristas estafados por los bancos, ciudadanos indignados y vecinos imbuidos de espíritu asambleario en las calles resultaba incompatible con la recomposición de la institucionalidad republicana. Los tímidos planteos populares de formas de democracia directa fueron respondidos por las clases dominantes con una defensa a ultranza de la democracia representativa. Y la insistencia de algunos sectores del pueblo en desafiar el orden institucional vigente fue respondida con exhortaciones a aplicar una política represiva: formas de protesta como los cortes de rutas y calles y los escraches¹ a dirigentes políticos fueron considerados, en un primer momento, actos de sedición, y más tarde, simples delitos.

*En la primera parte de este trabajo sintetizamos resultados que incluimos en Cotarelo (2010).

¹ El escrache es una manifestación de repudio a una persona, ya sea por sus declaraciones o por su comportamiento en general, a fin de ponerlo en evidencia

Toda vez que las masas irrumpen tumultuosamente en la escena política, desbordando el sistema institucional vigente y enfrentándose a él en mayor o menor grado, desde las clases dominantes se plantea la necesidad de asegurarse el mantenimiento de las condiciones de su dominación. Ante el mínimo atisbo de una amenaza, real o potencial, de *anarquía*, emerge un *partido del orden*², la unión de hecho de todos aquellos que se erigen en defensores del orden de cosas existente; se constituye en primer lugar para neutralizar o combatir amenazas de *anarquía* provenientes del campo del pueblo, pero también aquellas propiciadas por disputas entre distintas fracciones de la clase propietaria sobre la base de la competencia entre capitales, en momentos en que tales disputas dan lugar al desarrollo de la lucha popular. De esta manera, aparece expresando el interés general de la clase dominante por sobre los intereses particulares de cada fracción, de cada capa o de cada capital, aunque dentro de él también se expresen determinadas fracciones burguesas en disputa con otras. Se conforma como fuerza social construyendo a su oponente, a quien presenta como oponente de la sociedad, a la vez que opera sobre el miedo que su amenaza genera.

Los esfuerzos de los defensores del orden tuvieron éxito en neutralizar los embriones de democracia directa y de democracia participativa que emergieron durante la crisis política de 2001-2003, logrando imponer el *orden* republicano por sobre la *anarquía* desinstitucionalizada. Sin embargo, ese mismo *orden* republicano y su democracia representativa

ante el conjunto de la sociedad. El objeto de un escrache puede ser un funcionario, un dirigente político o sindical, un militar, un empresario o una persona acusada de violación, abuso u otro delito. Durante la manifestación, suelen proferirse insultos, arrojarse huevos u otros objetos y/o realizarse pintadas contra la persona objeto del repudio.

² Este concepto está inspirado en el utilizado por Marx (1987a y b).

generaron una nueva *anarquía*, esta vez dentro del sistema institucional. La alianza social que accedió al gobierno del Estado a partir de las elecciones de 2003 contiene fracciones y capas no propietarias cuya capacidad de influir en los asuntos públicos fuerza los límites del sistema y es considerada por las clases dominantes –tanto las fracciones de las mismas que integran esa alianza como las que se encuentran en la alianza contraria– como una amenaza al orden establecido. La lucha por ocupar mayores espacios dentro del sistema institucional por parte de las fracciones no propietarias y el ejercicio del gobierno por parte de la alianza que buena parte de ellas integran son impugnados e ilegítimados por los defensores del orden a ultranza, en términos de populismo, caos, bastardeo de las instituciones republicanas, autoritarismo, violencia y *anarquía*. Contra esto apelan a medios de lucha institucionales, como contiendas electorales, recursos judiciales, lobbies, proyectos de ley y políticas públicas, así como también convocatorias a manifestaciones callejeras ciudadanas. Pero, a la vez, al tiempo que se erigen en baluartes del orden, algunos sectores no dudan en propiciar el caos social y violar su propia legalidad³.

Por lo tanto, si bien en un sentido amplio puede decirse que todos aquellos elementos que sostienen el orden social capitalista frente a la amenaza real o potencial de *anarquía* integran el *partido del orden*, debe tenerse en cuenta que no todos lo sostienen o proponen sostenerlo de la misma manera, por lo que existen distintas estrategias por parte de las clases dominantes; y que algunas fracciones de la sociedad

³ En los últimos años algunas fracciones fomentaron ocupaciones de terrenos para luego atacar a los ocupantes, cortaron rutas y amenazaron con el desabastecimiento de las ciudades, realizaron escraches violentos a funcionarios, creando climas sociales enrarecidos tendientes, en última instancia, a provocar la caída o el debilitamiento y subordinación del gobierno nacional.

objetivamente no pueden acceder al régimen, aun cuando no sean conscientes de esa situación. Así, dentro del partido del orden se observan componentes diversos que tienden a conformar distintas fuerzas sociales. Centramos aquí nuestra atención en la fuerza social conservadora, o lo que vulgarmente se denomina “la derecha”.

La confrontación planteada por las fracciones propietarias que conducen esa fuerza social no es un hecho aislado en Nuestra América. En la primera década del siglo XXI se registraron acciones similares, por ejemplo, en Venezuela –el punto culminante fue el fracasado golpe de Estado de 2002–, Bolivia –allí fue la lucha de los prefectos de la Media Luna contra el gobierno de Evo Morales en 2008–, Ecuador y Honduras –llegando, en este último país, a concretar un golpe de Estado. En esos y otros países se observa, pues, la existencia de una fuerza social conservadora, que se manifiesta nacionalmente con las especificidades propias de cada sociedad, y que a la vez forma parte de lo que puede ser considerado como un partido internacional de alcance mundial, cuyos intelectuales orgánicos son las iglesias, las usinas de pensamiento neoliberal (ciertas universidades, fundaciones y otras organizaciones no gubernamentales –ONGs) y los grandes grupos económicos que controlan los medios de comunicación masiva: el Estado Mayor intelectual del partido orgánico (Gramsci, 2003: 29-30). Si bien las usinas de pensamiento neoliberal se encuentran en buena medida invisibilizadas ante el conjunto de la sociedad, desarrollan una intensa actividad y ejercen una gran influencia en los ámbitos de poder y en la opinión pública. Entre otras cosas, como veremos, estuvieron, junto con las iglesias, entre los principales organizadores de movilizaciones políticas contra el gobierno nacional en Argentina desde 2003, y su discurso, difundido ampliamente a través de los grandes grupos económicos que controlan los medios de comunicación masiva, es considerado

como propio por algunas fracciones sociales subalternas, que lo reproducen con profunda convicción. Entre los ejecutores, impulsores y portavoces de las ideas y políticas diseñadas en esas usinas, la fuerza social conservadora cuenta con diversos partidos políticos del régimen, con ONGs que hacen a intereses parciales de los ciudadanos y con organizaciones gremiales empresariales⁴.

En este capítulo presentamos una aproximación al conocimiento de esa fuerza social conservadora en la década de 2000 tal como se manifestó en Argentina. Observamos sus componentes, sus formas de acción, sus organizaciones, sus enemigos y su discurso, a partir del análisis de una de las formas de lucha que utilizaron entre 2002 y 2010, las movilizaciones callejeras.

Reconstitución de la fuerza social conservadora (2002-2010)

Hablamos de reconstitución o reconfiguración porque los hechos de diciembre de 2001 marcaron un cambio en la relación de fuerzas y en las alianzas sociales y políticas, que implicó un debilitamiento relativo de esa fuerza, que desde entonces ha intentado revertir. A continuación realizamos un recorrido por ese proceso de re-constitución, observando los hechos de movilización convocados en torno a los ejes que amalgaman los distintos elementos de esa fuerza social: la cuestión de la seguridad y la lucha contra la delincuencia, la guerra antisubversiva de los años '70, los valores cristianos y la libertad de empresa.

⁴ También incluye algunas organizaciones sindicales de trabajadores, asociadas al gran capital nacional y extranjero y alineadas políticamente con los representantes del mismo, como la Federación Nacional de Trabajadores de Luz y Fuerza, que participó activamente en el proceso de privatización de las empresas de energía en la década de 1990.

La seguridad y la lucha contra la delincuencia

La cuestión de la seguridad y la lucha contra la delincuencia fue esgrimida como reclamo y como bandera desde el poder para movilizar a aquella parte de la pequeña burguesía y, en menor medida, de los proletarios que constituyen la base social de la fuerza conservadora. Si bien esta cuestión estuvo presente a lo largo de toda la década, los momentos culminantes en lo que respecta a la movilización masiva de esas fracciones fueron septiembre y octubre de 2002 y, en mayor escala, los años 2004 y 2006. Esa movilización masiva contra la inseguridad se dio en un contexto en que, como resultado de la realización del interés del capital más concentrado en la década de 1990, creció hasta niveles nunca vistos antes en la Argentina la masa de la superpoblación relativa para el capital. Este proceso, atenuable pero no reversible en la actual fase capitalista, determina la existencia de una masa creciente de población destinada a vegetar en las peores condiciones en el régimen social vigente, imposibilitada de reproducir su vida sólo mediante la venta de su fuerza de trabajo. Por eso, necesita enlazarse en relaciones clientelares, convertirse en pobre oficial, construir una red de relaciones productivas y culturales en el barrio o acudir a la práctica de actividades ilegales, como delito individual o, más frecuentemente, inmerso en redes delictuales de las cuales constituye el último eslabón. Esta enorme masa de superpoblación, producto del movimiento mismo de la acumulación del capital, se ha convertido, por un lado, en un elemento central para esa acumulación, en la medida en que presiona sobre el ejército obrero en activo y así permite mantener bajos los salarios, precarizar las condiciones de trabajo y contribuir al disciplinamiento de los trabajadores. Pero por otro, constituye un costo (subsidios) y una amenaza al orden establecido, ya sea por el bajo grado de ciudadanización de buena parte de ella, por su involucramiento en las redes del

crimen organizado o, más aun, si logra organizarse autónomamente y unirse a otras fracciones del proletariado. De ahí, entonces, que la fuerza social conservadora delimite como uno de sus enemigos al *delincuente pobre* y al *rebelde pobre*, apelando al miedo de los pequeños propietarios. El estallido del régimen de la convertibilidad puso al descubierto en forma aguda esa enorme masa de superpoblación y de pobres: en 2002 la desocupación abierta superó el 20% de la población económicamente activa y aquéllos por debajo de la línea de pobreza constituían más de la mitad de la población –números nunca antes registrados en Argentina. Por lo tanto, las mayores manifestaciones contra la inseguridad se produjeron en ese momento de crisis aguda. Sin embargo, el carácter estructural del aumento de la población sobrante para el capital hace que se trate de un reclamo y de una potencialidad de movilización permanentes en la década.

Cabe destacar que no se trató de un eje de convocatoria exclusivo de Argentina. A lo largo de la década, en varios países de Nuestra América se llevaron a cabo hechos con características muy similares, lo que sugiere que se trata de una estrategia regional de las clases dominantes. Algunos ejemplos: en Guayaquil, Ecuador, decenas de miles de manifestantes vestidos de blanco marcharon contra la inseguridad el 25 de enero de 2005, convocados por el alcalde Jaime Nebot, del Partido Social Cristiano. En México, empresarios, estudiantes, familias, artistas, pequeños comerciantes, empleados y otros marcharon en varias ciudades el 27 de junio de 2004; sólo en el Distrito Federal se concentraron 250 mil personas vestidas de blanco con pancartas de repudio a los delincuentes, en una protesta convocada por más de 80 organizaciones civiles que promovieron la *Marcha contra la Delincuencia, Rescatemos a México* para demandar a las autoridades acciones urgentes, concretas y eficaces en el combate contra la inseguridad y la creciente

modalidad delictiva del secuestro, al tiempo que acusaron a los políticos de no dar soluciones; fue apoyada por sectores empresariales, la iglesia católica y los medios de comunicación masiva. Miles de personas marcharon el 11 de noviembre de 2004 en Lima, Perú, en reclamo de penas más duras contra los delincuentes y por mayor seguridad, convocados por los alcaldes de 23 municipios y por un ex ministro del Interior. El 30 de diciembre de 2004 más de 5 mil ciudadanos participaron de la *Marcha Nacional por la Seguridad Ciudadana* en Paraguay; y el 29 de octubre de 2007 se llevó a cabo la *Marcha por la Esperanza y la Vida*, convocada por la iglesia católica. En Honduras el 25 de abril de 2007 miles de ciudadanos marcharon al grito de “¡seguridad!” y vestidos con camisetas blancas; la convocatoria fue hecha por el Partido Nacional, opositor al presidente Manuel Zelaya. En Colombia el 5 de julio de 2007 “miles de colombianos, también los que viven en el extranjero, dieron su particular ‘Basta ya’ a los secuestros con marchas, misas, gritos, pitos, tañidos de campanas, caceroladas y pañuelos y globos blancos, cese de actividades y minutos de silencio al mediodía. Políticos del gobierno y la oposición, sindicalistas, estudiantes, empresarios y trabajadores, amas de casa y profesionales, unieron sus voces para gritar al unísono ‘Libertad para los secuestrados, ya’” (Clarín, 6/7/07). En Panamá, el 23 de mayo de 2010 se realizó la *Marcha por la Paz y Seguridad*, organizada por grupos empresariales, televisoras y organizaciones de la sociedad civil. Y el 28 de agosto de 2010 manifestantes opositores a Hugo Chávez marcharon en Caracas, Venezuela, “por la paz y por la vida”, convocados por el Frente Nacional de Mujeres.

Año 2002

En Argentina, en la segunda mitad del año 2002 se realizaron tres jornadas nacionales que tuvieron como eje el repudio a la inseguridad y a la violencia. La primera, el 6 de

septiembre, fue convocada bajo el nombre *Tres minutos para decir basta, contra la Violencia y por la Paz* por la organización Red Solidaria, la comunidad educativa de colegios privados de orientación religiosa, comunidades religiosas (católicos, protestantes, judíos, anglicanos e islámicos) y comedores comunitarios vinculados a la Iglesia católica. Las otras dos (el 10 de septiembre –*Diez minutos contra la violencia*– y el 10 de octubre) fueron convocadas por la Coordinadora de Actividades Mercantiles Empresarias (CAME), que agrupa a cámaras de pequeños y medianos empresarios⁵. Esas tres jornadas se dieron en un clima enrarecido por una serie de secuestros extorsivos y crímenes, en particular de jóvenes y adolescentes, y movilizaciones para reclamar justicia. El hecho que causó más impacto en la opinión pública fue el del secuestro y muerte del adolescente Diego Peralta, cuyo cadáver fue encontrado luego de 39 días de búsqueda, degollado, sin dientes y con las huellas dactilares borradas⁶.

La jornada del 6 de septiembre contó con la adhesión de funcionarios y políticos del oficialismo y de la oposición, numerosas expresiones de la Iglesia católica, la Policía Federal, asociaciones que nucleaban a familiares de víctimas de crímenes, junto a sectores del campo del pueblo, como organizaciones de derechos humanos (Abuelas de Plaza de Mayo), sindicales (la Central de Trabajadores de la Argentina –CTA–, la Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina –CTRA) y de desocupados (la Corriente Clasista y

⁵ Esta organización cambió más tarde su nombre por el de Confederación Argentina de la Mediana Empresa (la sigla siguió siendo la misma). Está presidida por Osvaldo Cornide, que apoyó a la última dictadura cívico-militar (1976-83), a los gobiernos de Carlos Menem (1989-95 y 1995-99) y, desde 2003, a los gobiernos de Néstor Kirchner y de Cristina Fernández de Kirchner.

⁶ Días antes el gobernador de la provincia de Buenos Aires, Felipe Solá, había denunciado una campaña política desestabilizadora y el ministro de Seguridad provincial, Juan Pablo Cafiero, habló de un complot.

Combativa –CCC– y la Federación de Tierra y Vivienda –FTV). Se sumaron los scouts, el Rotary Club, los clubes de fútbol River Plate y Boca Juniors, 52 universidades, la CAME, la Federación de Cámaras y Centros Comerciales de la República Argentina (Fedecámaras), la Defensoría del Pueblo porteña y bomberos voluntarios⁷. Durante la Jornada miles de ciudadanos tocaron bocinas, arrojaron papelitos, aplaudieron, cantaron el himno nacional, rezaron en plazas, avenidas, escuelas, oficinas y villas de emergencia entre las 14 y las 14:03 hs en todo el país. A las bocinas de los automóviles, se sumaron el tañido de campanas de iglesias y escuelas y las sirenas de los bomberos. El acto central se realizó en el comedor Los Piletones, que lucía globos celestes y blancos con la leyenda *Por una Argentina en paz*. Participaron familiares de víctimas de crímenes, alumnos y docentes de escuelas de la zona. El acto terminó con una oración interreligiosa de un rabino, el párroco de la villa de emergencia La Cava (San Isidro), un presbítero de la Iglesia anglicana y un representante del Centro Islámico Argentino.

Por su parte, las jornadas convocadas por la CAME en septiembre y en octubre contaron con la adhesión de numerosas organizaciones empresarias, de consumidores y de profesionales; apelaron al Estado para solucionar el problema de la “inseguridad”, reclamando mayores medidas de control y sanción. Miles de ciudadanos en distintas ciudades volvieron a hacer sonar sus bocinas, aplaudieron, golpearon cacerolas y cantaron el himno nacional durante diez minutos. La idea de

⁷ Varias de las movilizaciones convocadas por sectores de la derecha contaron con la adhesión de organizaciones del campo popular. Esto no significa que adscribieran al programa de la derecha ni que formaran parte de la fuerza conservadora. Su participación en esas movilizaciones respondió a alineamientos políticos coyunturales. Sin embargo, cabe señalar que también defendieron el sostenimiento del orden institucional vigente, que se manifestó, por ejemplo, en su participación en la Mesa del Diálogo Argentino, bajo la iniciativa de la Iglesia católica y el gobierno de Eduardo Duhalde en 2002.

los organizadores era que cada cual participara en su barrio, desde su trabajo o en cualquier lugar en que se encontrara a las 20 hs. La protesta del 10 de octubre tuvo menos repercusión: se realizaron cacerolazos y bocinazos y unos cientos de ciudadanos se concentraron en el Obelisco y en algunos barrios.

En todas las jornadas, los movilizados fueron principalmente las capas más pobres de la población organizadas por la iglesia y fracciones de pequeña burguesía: pobres que comían en comedores comunitarios a cargo de la iglesia, habitantes de villas de emergencia, la comunidad educativa de escuelas públicas y privadas, vecinos, comerciantes, empleados públicos, oficinistas y ahorristas. Los organizadores se abstuvieron explícitamente de convocar a manifestaciones centrales masivas con el argumento de que eso podría dar lugar a actos de violencia, privilegiando la dispersión de las acciones de protesta. El objetivo explícito era repudiar la ola de violencia, entendiendo por ésta los secuestros extorsivos, en particular de adolescentes de escuelas privadas, así como los robos a mano armada y el cuatreroismo. Los *enemigos* eran los *delinquentes* y los *violentos*. La convocatoria y las adhesiones hacían hincapié en la “inseguridad”, en la “incalificable progresión de la delincuencia anómica que secuestra y mata” (Cámara de Diputados de la Nación), en la “violencia”, en contraposición a la “paz” que ellos preconizaban, interpretando el “sentir y la voluntad de todo el pueblo argentino”. Es decir, violencia versus paz, delinquentes versus el pueblo argentino.

Años 2004-2006

Meses después de la asunción de gobierno encabezado por el presidente Néstor Kirchner, asistimos a una nueva ola de secuestros extorsivos, el más resonante de los cuales fue el del joven Axel Blumberg, quien resultó muerto el 23 de marzo de

2004. A partir de entonces, la figura de su padre, Juan Carlos Blumberg, emergió como un intento de articulación del espacio político de derecha, en torno al eje de la seguridad y la mano dura en la represión del delito. El énfasis en el llamado a la paz de 2002 dejó su lugar al énfasis en el endurecimiento del código penal. Durante el año 2004, Blumberg convocó a tres manifestaciones, que constituyeron hechos de alcance nacional y de fuerte impacto político. El 1 de abril de 2004 se concentraron 150 mil personas frente al Congreso Nacional en Buenos Aires, el 22 de abril, 50 mil y en agosto, 70 mil personas, por lo que fueron tres de las manifestaciones más masivas de las últimas décadas en Argentina. La concentración de 2005 reunió una cantidad de manifestantes sensiblemente menor (5 mil), lo que puso en evidencia que el intento de conformar un movimiento de masas conservador encabezado por Blumberg no había logrado realizarse, a pesar del éxito relativo de la última protesta importante convocada por éste, en 2006. Esas y otras concentraciones convocadas por Blumberg en los años siguientes contaron con el apoyo de numerosos dirigentes políticos de la oposición e intelectuales de derecha. A la vez, Blumberg se hizo presente en innumerables marchas y concentraciones en reclamo de seguridad y justicia llevadas a cabo en esos años por parte de otros familiares de víctimas de crímenes.

Las manifestaciones presentaron los siguientes rasgos: una forma teñida de elementos religiosos, a través de la presencia de sacerdotes y obispos católicos, concentraciones frente a catedrales o a arzobispados en ciudades del interior, misas, rezo de oraciones y la portación de velas encendidas. Los participantes fueron principalmente pequeños propietarios, profesionales, estudiantes de instituciones religiosas, oficinistas, es decir, fracciones de pequeña burguesía. Su convocatoria no partió de ninguna organización político-partidaria, sino que

fueron llamadas por una fundación formada poco tiempo antes (la Fundación Axel) y otras organizaciones ad hoc, utilizando, entre otros, los medios de comunicación masivos, cadenas telefónicas y de correos electrónicos. Los organizadores pidieron expresamente que los manifestantes no llevaran banderas partidarias, en un intento por presentarlos como actos apartidarios, apolíticos y desideologizados; si bien se hicieron presentes dirigentes políticos de partidos de derecha, no se contaron entre los oradores. Los reclamos planteados fueron la reforma del código penal –estableciendo penas más severas y la baja en la edad de imputabilidad de los menores, entre otras modificaciones– y la reforma judicial, a los que se sumó el reclamo por la reforma política⁸. Los manifestantes se movilizaron en tanto ciudadanos-propietarios, indignados ante lo que consideraban un ataque a su modo de vida por delinquentes apañados por jueces y políticos demagógicos y corruptos, construyendo los *enemigos* a combatir: en primer lugar, los *delinquentes* (“Parece que los derechos humanos son para los delinquentes y no para los ciudadanos como ustedes”, dijo Blumberg en la manifestación del 26 de agosto), aunque también aparecen mencionados los *piqueteros*⁹, los militantes

⁸ En noviembre de 2003, más de 20 ONGs lanzaron una campaña de recolección de firmas para impulsar en el Congreso Nacional una reforma política que incluyera la eliminación de las listas sábana, la incorporación del voto electrónico, la reducción del gasto público y mayor transparencia en los aportes privados a los partidos. Tenían el apoyo de empresas y de medios de comunicación, como el Grupo Clarín (*Clarín*, 3/11/03).

⁹ En la manifestación del 22 de abril participaron militantes del MIJD y del Polo Obrero, dos organizaciones de desocupados, piqueteras, alineadas contra el gobierno nacional; según sus argumentos, fue para no dejarle a la derecha la bandera del reclamo de seguridad. Su presencia no fue bien recibida por el resto de los manifestantes ni por el organizador: “Si se quedan atrás y no molestan está todo bien” o “Al final vinieron estos desgraciados”, dijeron algunos manifestantes; “A mí no me utiliza nadie. Les pido a los piqueteros que si quieren participar del acto vengan con una vela. Sin palos ni pancartas”; dijo Blumberg, y no descartó que “detrás de ellos haya alguien” que los esté impulsando. Pidió a la gente que se sumara a la marcha y que “no tenga miedo a estos exaltados”

de partidos de izquierda y de derechos humanos. La mayoría de las víctimas en torno a cuyos casos se produjeron buena parte de las manifestaciones eran pequeños propietarios, marcándose la diferencia con víctimas pertenecientes a otras fracciones sociales¹⁰.

Manifestaciones contra pobres

A lo largo de la década se produjeron numerosas manifestaciones de vecinos contra la instalación de pobres en sus barrios y contra la ocupación de terrenos por parte de sin techo, argumentando que llevaban a un aumento de los robos, un deterioro en la calidad de vida o una reducción en el valor de sus propiedades¹¹. Esas manifestaciones expresaron el odio y el miedo de los vecinos-propietarios hacia los pobres, los no

(*Clarín*, 22/4/04). Días después, Blumberg volvió a cargar contra los piqueteros: “Los señores piqueteros tienen que cambiar la forma de reclamo, no cortando las rutas, no faltando el respeto a todos los ciudadanos” (*Crónica*, 24/4/04). Más adelante, siguió apuntando contra los piqueteros: “Hay cosas que se permiten. Si se tiene gente que va con la cara tapada intimidando a la gente y a veces agreden y no se hace nada, los chicos toman ejemplos” (*Crónica*, 15/4/06).

¹⁰ Son ilustrativas las palabras de Blumberg en referencia a Sebastián Bordón, un joven de origen humilde muerto por policías en Mendoza: “el chico ese se drogaba; hizo una mala actuación, agredió a un policía. La policía después actuó mal, hizo cosas que no debía, pero tenemos que poner todo en su justa causa”; repitió que se drogaba y que “inclusive en ese tiempo tomaba alcohol”; cuando un periodista le indicó que en la causa contra los policías culpables de su muerte había sentencia firme condenatoria y que en el cadáver no había indicios de drogas ni alcohol, dijo: “Entonces, perdóneme, no lo sabía” (*Clarín*, 19/5/04). Blumberg contraponía de esta manera la imagen de su “rubio” hijo, de quien decía que era un joven sano, deportista y estudioso, con el “morochito” joven Sebastián Bordón.

¹¹ Los hechos más violentos se registraron en diciembre de 2010 en el barrio de Villa Soldati (ciudad de Buenos Aires), donde miles de habitantes de villas de emergencia de la zona ocuparon el predio del Parque Indoamericano en demanda de viviendas. Esa ocupación fue repudiada por vecinos, que se movilizaron diariamente. Un grupo ingresó al parque y se enfrentó con piedras, palos y armas de fuego con los ocupantes, tres de los cuales resultaron muertos: Bernardo Salgueiro (paraguayo) y Rosemary Puna y Juan Quispe Castañeta (bolivianos).

propietarios, considerados como forasteros peligrosos e indeseables, sin derecho a habitar en su territorio. Las expresiones de xenofobia en esos hechos apenas disimularon el odio de clase de pequeños propietarios cuyas acciones contribuyeron a la reconstitución de la fuerza conservadora.

La guerra antissubversiva de los años '70

Desde la asunción de Kirchner en 2003 se produjo un cambio en el relato histórico y en el tratamiento de la cuestión de la última dictadura. La versión oficial de la historia reciente acerca de que las luchas de la década de 1970 se reducían a un enfrentamiento entre aparatos militares, ambos igualmente responsables de la violencia y culpables de crímenes aberrantes, fue reemplazada por la reivindicación de la militancia popular, el homenaje a los militantes caídos y la condena a los militares involucrados en crímenes de lesa humanidad. Las leyes de obediencia debida y punto final, sancionadas durante el gobierno de Raúl Alfonsín en los años '80, y el indulto a los comandantes condenados en el juicio a las Juntas realizado en 1985, concedido por el gobierno de Carlos Menem en 1990, fueron derogados, posibilitándose así la realización de juicios y condenas a militares de todos los rangos y a algunos civiles, que continúan celebrándose hasta el día de hoy. El 24 de marzo fue declarado Día de la Memoria por el gobierno de Kirchner; éste ha brindado un gran respaldo a las actividades de los organismos de derechos humanos, en particular las Abuelas de Plaza de Mayo, las Madres Línea Fundadora y la Asociación Madres de Plaza de Mayo, cuyas principales dirigentes tienen acceso directo a la Casa de Gobierno; se han modificado los programas de estudio en las instituciones de formación militar; varios militantes de los años '70 que sufrieron cárcel, secuestro, torturas o exilio pasaron a ocupar cargos en el gobierno; y se han llevado a cabo algunos actos de fuerte contenido simbólico,

como el retiro de los retratos de Jorge Rafael Videla y de Reynaldo Bignone (último presidente de la dictadura) del Colegio Militar y la recuperación de edificios que funcionaron como centros clandestinos de detención –la ESMA es quizá el más emblemático– y su entrega a las Madres y Abuelas, que los convirtieron en espacios para la memoria y para actividades culturales.

Esta política contó con apoyo popular pero, a la vez, como era previsible, suscitó el rechazo y el odio de quienes estuvieron involucrados o apoyaron la dictadura. Desde mediados de la década de 2000 esos sectores llevaron a cabo manifestaciones callejeras en repudio a los juicios y a funcionarios considerados por ellos como “elementos subversivos”. El 24 de mayo de 2006 unos 3 mil militares retirados y algunos oficiales en actividad participaron de un acto de homenaje a los militares, policías y civiles “víctimas del terrorismo marxista” en los años 70 en la plaza San Martín de la ciudad de Buenos Aires. El 5 de octubre del mismo año, día del aniversario del copamiento del Regimiento de Infantería de Monte 29 de Formosa por parte de una organización guerrillera en 1975, se concentraron miles de manifestantes¹² en la plaza San Martín de la ciudad de Buenos Aires, para realizar un acto de homenaje a los militares y civiles muertos por la guerrilla. Las organizaciones convocantes fueron la Asociación Víctimas del Terrorismo Argentino, la Asociación de Familiares y Amigos de los Presos Políticos de la Argentina, presidida por Cecilia Pando e integrada por esposas de militares que estaban presos por delitos cometidos durante la dictadura; y la Asociación Argentina por la Memoria Completa; adhirieron la organización Argentinos por la Pacificación Nacional, la Asociación Unidad Argentina y Jóvenes por la Verdad, entre

¹² 15 mil, según los organizadores, 7 mil según el diario *La Nación*, 5 mil según el diario *Clarín*, 3 mil según el diario *Crónica* y 2.500 según el diario *Página 12*.

otros. Una de las oradoras cuestionó que se construyeran parques y plazas de la memoria y reclamó que el 5 de octubre fuera declarado Día Nacional de Homenaje a los Muertos por la Subversión. Los organizadores reclamaron también “la más amplia amnistía general, a través del Congreso y una consulta popular” a favor de los militares procesados (*Clarín*, 6/10/06). Durante el acto se leyó un mensaje enviado por el entonces cardenal primado de la Argentina, Jorge Bergoglio. Este acto se repitió el 5 de octubre de los años siguientes. En 2007 los organizadores afirmaron que “El enemigo es el mismo y se agazapa no en los montes sino en la Casa Rosada”; leyeron una lista de “montoneros en el gobierno” y se refirieron al Che como “asesino internacionalista” (*Clarín*, 6/10/07). Contaron con la adhesión de dirigentes políticos¹³. En 2008 se concentraron 2 mil manifestantes; los organizadores exigieron el juicio político para los funcionarios del gobierno nacional que consideraban “terroristas”. En 2009 la AFYAPPA convocó bajo la consigna *Basta de odio, construyamos el país de la concordia*; participaron 1.000 personas, entre ellas, integrantes de la Agrupación de Abogados por la Justicia y la Concordia¹⁴.

Además, la acción de los cuadros y organizaciones “antisubversivos” se entrelazó con la de los “luchadores” contra la inseguridad. La primera concentración convocada por Blumberg contra la inseguridad tuvo lugar una semana después del acto oficial de recuperación de la ESMA en ocasión del 28º aniversario del golpe de Estado de 1976; también existían vinculaciones de algunos miembros de la Fundación Axel

¹³ Como el ex gobernador de San Luis y ex presidente interino Adolfo Rodríguez Saá, el ex gobernador de Neuquén Jorge Sobisch (del Movimiento Popular Neuquino) y el ex policía y ex intendente de Escobar (Gran Buenos Aires) Luis Patti (*Clarín*, 6/10/07).

¹⁴ Uno de los oradores, el abogado Juan Bosch, reivindicó a los 600 represores detenidos como “presos políticos” y aseguró que los juicios contra ellos eran “remedos de tribunales revolucionarios” (*Clarín*, 6/10/09).

Blumberg con la dictadura; y señalamos la presencia de dirigentes de organizaciones de “víctimas del terrorismo”, como Cecilia Pando, en las marchas convocadas por Blumberg. Estos últimos participaron también de convocatorias contra la inseguridad, como por ejemplo, en noviembre de 2008, cuando Constanza Guglielmi¹⁵ se reunió con el presidente de la Federación Agraria Argentina (FAA) de Entre Ríos Alfredo De Angeli y el gobernador de San Luis Alberto Rodríguez Saá a fin de discutir la conformación de una mesa de enlace sobre el tema seguridad.

Los valores cristianos

Los valores cristianos defendidos se relacionaron casi exclusivamente con la sexualidad: la vida desde la concepción y el consiguiente rechazo a la despenalización del aborto, el matrimonio heterosexual, las relaciones sexuales con el único fin de la procreación y, por lo tanto, el rechazo a los métodos anticonceptivos, fueron los principales.

Las manifestaciones de grupos católicos y evangelistas contra el reclamo de despenalización del aborto, sostenido por el movimiento de mujeres, han sido una constante a lo largo de todo el período. Todos los años, en ocasión de la marcha que realizan las participantes del Encuentro Nacional de Mujeres en distintas ciudades del país, grupos de hombres y mujeres católicos se manifiestan en las puertas de las iglesias y las agreden a su paso. También han realizado manifestaciones de repudio a fallos judiciales que habilitaron la realización de abortos en caso de mujeres discapacitadas violadas. Entre las organizaciones convocantes se encontraron Nazaret es Vida, Pro-Vida, Familias por el Mundo Unidas para la Paz,

¹⁵ Hija del general retirado Alejandro Guglielmi y habitué de los círculos de Cecilia Pando. Su hermana resultó muerta durante un robo; se encontraba vinculada con Blumberg y el rabino Sergio Bergman (del PRO) (*Página 12*, 6/11/08).

Movimiento Mundial de Mujeres, Vida Más Humana, Escuela Virtual para Padres y la organización evangélica Jesús Warriors. El obispo castrense Antonio Baseotto, el obispo del rito maronita Charmel Meri, el ex embajador ante el Vaticano durante el gobierno de Menem y secretario de Culto en el gobierno de Duhalde Esteban Caselli y su ex ministro de Justicia Rodolfo Barra, el diputado por Salta y productor sojero Alfredo Olmedo y la diputada evangelista Cynthia Hotton fueron algunos de los que encabezaron las manifestaciones. Otro de los blancos de la ira de los defensores de los valores cristianos fueron los homosexuales. En ocasión de algunas de las marchas del Orgullo Gay, Lésbico, Travesti, Transexual y Bisexual, manifestantes católicos provocaron incidentes al grito de “Viva Cristo Rey”, “Viva la Reina María” y “Cristo Vence”, en rechazo al reclamo del reconocimiento de la unión civil¹⁶.

Pero las manifestaciones más importantes fueron las de rechazo a la ley de matrimonio igualitario en 2010. Si bien las movilizaciones callejeras a favor y en contra de ese derecho se venían realizando desde meses antes, se concentraron en julio de 2010; a lo largo de ese mes, se movilaron en contra de la ley miles de personas convocadas por distintas organizaciones de las iglesias católica y evangélica en todo el país. Las mayores concentraciones se produjeron el día 13, convocadas por el Departamento de Laicos de la Conferencia Episcopal Argentina, la Alianza Cristiana de Iglesias Evangélicas y la Federación Confraternidad Evangélica Pentecostal: 50 mil en la ciudad de Buenos Aires, y varios miles más en numerosas ciudades del país. Muchas de las manifestaciones fueron encabezadas por los obispos de cada lugar; en distintas ciudades, sacerdotes católicos leyeron en las misas una declaración sugerida por el cardenal primado de la Argentina, Jorge Bergoglio,

¹⁶ Por ejemplo, Los Heraldos de la Iglesia y la agrupación Custodia en 2005.

en la que se afirmaba que los niños tienen el derecho inalienable de nacer y crecer en un “ambiente natural del matrimonio” heterosexual; entre las consignas cantadas o en carteles se encontraban “Se va acabar, la dictadura homosexual”, “Matrimonio=Varón y Mujer”. “Mamá Mujer + Papá Varón=matrimonio” y “Quiero una mamá y un papá, es mi derecho”. En una carta Bergoglio escribió: “no se trata de una simple cuestión política sino de la pretensión de destruir el plan de Dios”, atribuida al “Padre de la Mentira” (Satanás) [...]. “Recordémosle lo que Dios mismo dijo a su pueblo en un momento de mucha angustia: ‘esta guerra no es vuestra sino de Dios. Que ellos nos socorran, defiendan y acompañen en esta guerra de Dios” (*Ámbito Financiero*, 8/7/10). Pero las manifestaciones de los fieles contrarios a la ley no tuvieron éxito: el día 21 se promulgó la ley.

Además de los valores referidos a la sexualidad, militantes de la iglesia se movilizaron en defensa de los símbolos religiosos católicos. En esos casos, los *enemigos* fueron artistas “blasfemos”. Así ocurrió, por ejemplo, con el artista plástico León Ferrari, cuya muestra en el centro cultural Recoleta en 2004 fue calificada de “blasfema” por el cardenal Bergoglio¹⁷ y varias de sus obras fueron atacadas por piadosos fieles; la Corporación de Abogados Católicos¹⁸ reclamó al entonces jefe de gobierno de la ciudad de Buenos Aires, Aníbal Ibarra, que prohibiera la muestra por ser “gravemente discriminatoria y lesiva de los derechos religiosos de los católicos” (*Clarín*, 4/12/04). Otros

¹⁷ Dijo que era “una blasfemia que avergüenza a nuestra ciudad, que se suma a otras expresiones públicas de burla y ofensas a la persona de Nuestro Señor Jesucristo y de la Santísima Virgen”. Anunció “un día de penitencia en el que como comunidad católica pediremos al Señor que perdone nuestros pecados y los de la ciudad”. Recibió el apoyo de los obispos de todo el país.

¹⁸ Algunos de sus miembros integran la Asociación de Abogados por la Justicia y la Concordia, una de las organizaciones convocantes a manifestaciones en las que se reivindicaba la guerra antisubversiva.

jóvenes católicos intentaron romper una serie de estatuillas con cuerpos de vírgenes y cabezas de muñecos, que formaban parte de una muestra de la artista María Belén Lagar en una galería de arte de Buenos Aires. Y ese mismo año 2004 en Córdoba otros piadosos fieles, encabezados por el cura Julián Espina, impidieron la apertura de una muestra navideña. Molesto por un cuadro de la virgen María haciendo el amor con un hombre con cabeza de pájaro –que simbolizaba al espíritu santo. Espina declaró que “si tengo que defender a mi madre de los cielos a las trompadas, lo voy a hacer” (*Crónica*, 22/12/04). Finalmente, otro ejemplo de estas acciones de militantes católicos fue el ataque realizado en San Luis en 2007 contra una muestra de tapas de la revista de humor Barcelona, ocasión en la que dejaron las pintadas “Viva Cristo Rey” y “Ni 30.000 ni inocentes” –esta última en referencia a los 30 mil desaparecidos durante la última dictadura cívico militar.

La libertad de empresa

Pero el mayor enfrentamiento social y político librado desde 2002 fue detonado por una medida gubernamental que afectaba la rentabilidad empresaria por la vía impositiva y que significaba una intervención (mínima) del Estado en la comercialización de la producción agropecuaria: el conflicto de los propietarios rurales o de las patronales del campo.

Las manifestaciones de la derecha que hemos relatado hasta aquí fueron, en todos los casos, de alcance parcial, en el sentido de que ninguno de ellos involucró al conjunto de la sociedad. Las manifestaciones más grandes fueron las referidas a la inseguridad, mientras que las convocadas en defensa de los militares acusados de crímenes de lesa humanidad y en defensa de los valores religiosos fueron protagonizadas en su mayoría por cuadros y militantes políticos. Pero ni siquiera las manifestaciones masivas contra la inseguridad habían logrado

asumir la forma de un enfrentamiento social que polarizara la sociedad. El primer hecho de confrontación producido por iniciativa de la fuerza social conservadora que involucró a toda la sociedad fue el llamado conflicto del campo en 2008. Ante las características que asumieron las acciones llevadas a cabo por los propietarios rurales y fracciones de pequeña burguesía urbana, junto a algunas fracciones proletarias que se alinearon con ellos¹⁹, otras fracciones proletarias y pequeño burguesas se movilizaron en respuesta y en apoyo al gobierno nacional en forma masiva. No nos extenderemos en la descripción del enfrentamiento, sólo señalaremos algunos de los hechos más importantes y sus rasgos centrales.

A partir del rechazo al aumento de las retenciones a las exportaciones agropecuarias, ese bloque social se dispuso a pasar a la ofensiva, movilizándolo su base social. Cese de comercialización de productos agrarios y piquetes en las rutas, amenaza de desabastecimiento de las ciudades, caravanas en tractores y marchas en la zona sojera, escraches a dirigentes políticos, misas, cacerolazos y concentraciones masivas en los grandes centros urbanos fueron las formas que asumió esa movilización. La convocatoria corrió por cuenta de las cuatro principales organizaciones gremiales empresarias de propietarios rurales (Sociedad Rural Argentina –SRA–, Confederaciones Rurales Argentinas –CRA–, Federación Agraria Argentina –FAA– y Confederación Intercooperativa Agropecuaria –CONINAGRO), al tiempo que una parte de los manifestantes lo hicieron en tanto “autoconvocados”. Contaban con un dirigente emergido de la protesta –Alfredo De Angeli– y con un cuadro institucional –el vicepresidente Julio Cobos, que eventualmente podía asumir la presidencia si el movimiento lograba forzar la renuncia de la presidenta Cristina Fernández.

¹⁹ Para la descripción y análisis del conflicto, ver Aronskind y Vommaro (2010), Ortiz (2010) y Cotarelo (2008a y 2008b).

Varios de los hechos ocurridos durante esos cinco meses –de marzo a julio– parecían querer remedar los acontecimientos de diciembre de 2001, que habían precipitado la caída del gobierno de Fernando de la Rúa; de ahí la calificación de “destituyente” dada por el gobierno nacional para referirse a esas acciones. Por medio de correos electrónicos y mensajes de texto –sobre cuyo origen nadie se preguntó ni nada se dijo–, se convocaba repetidamente a golpear cacerolas y sumarse a las movilizaciones. Se concretaron numerosos cacerolazos en varias ciudades del país, en particular en aquellas localizadas en la zona sojera; sin embargo, lejos de la extensión alcanzada en 2001, en las grandes ciudades se circunscribieron principalmente a los barrios donde habita la pequeña burguesía acomodada; en los demás, la convocatoria fue escasa. También se realizaron algunos escraches a funcionarios y políticos oficialistas, a la manera de aquellos que iban de la mano del *que se vayan todos* en 2001-2002, pero nuevamente sin la masividad y extensión de entonces. Tampoco faltaron los saqueos a comercios, pero se limitaron a 8 intentos y uno efectivamente realizado (de un maxikiosco por parte de 10 personas), por lo que vuelve a observarse la enorme distancia con respecto a 2001, en que miles de personas saquearon cientos de comercios.

Dos de las concentraciones más numerosas realizadas en el transcurso del conflicto tuvieron lugar el 25 de mayo en Rosario (provincia de Santa Fe) y el 15 de julio en la Av. Del Libertador en el barrio porteño de Palermo. En el acto organizado por la Mesa de Enlace Agropecuaria en Rosario se concentraron unas 200 mil personas bajo el lema *Un país federal sin exclusiones*. Estuvieron presentes varios dirigentes políticos²⁰, Juan Carlos

²⁰ Como el gobernador de San Luis, Alberto Rodríguez Saá; el dirigente político justicialista Francisco de Narváez; el senador y titular de la UCR, Gerardo Morales; el senador y titular del Partido Socialista, Rubén Giustiniani; la diputada nacional Elisa Carrió; Luis Juez; Enrique Olivera; el ministro de

Blumberg y dirigentes de organizaciones de izquierda²¹ y el jefe de gobierno porteño, Mauricio Macri, no asistió pero hizo llegar su adhesión. El 15 de julio en Palermo se concentraron más de 200 mil propietarios rurales, estudiantes, profesionales, empleados y vecinos de los barrios más acomodados. Además de numerosos dirigentes políticos²², apoyaron la protesta el rabino Sergio Bergman, Juan Carlos Blumberg, varios miembros de la jerarquía de la iglesia católica, los grandes grupos mediáticos y una parte de los cuadros dirigentes de la CTA, como Víctor De Gennaro, Claudio Lozano y Pablo Micheli, entre otros; estos últimos, que mantenían una vieja relación con la FAA pero se encontraban opuestos a la SRA y la CRA, decidieron no concurrir a las concentraciones.

Esos sectores movilizados contaban con un discurso que apelaba a los ejes en torno a los que se venía articulando ese bloque social. A modo de ejemplo, citamos algunas de las

Desarrollo Social porteño, Esteban Bullrich (PRO); el intendente socialista de Rosario, Miguel Lifschitz.

²¹ Vilma Ripoll, del Movimiento Socialista de los Trabajadores (MST); Raúl Castells, del MIJD; Juan Carlos Alderete y Amancay Ardura, de la CCC.

²² Estuvieron presentes numerosos dirigentes políticos: Jorge Pereyra de Olazábal, Hilda González de Duhalde, Alberto y Adolfo Rodríguez Saá, Ramón Puerta, Marcelo Regúnaga (ex secretario de Agricultura con Domingo Cavallo), Elisa Carrió, Adrián Pérez, Alfonso Prat Gay, Enrique Olivera, Patricia Bullrich, Ricardo López Murphy, el legislador porteño Marcelo Meis, la diputada Nora Ginzburg, el diputado Esteban Bullrich, el senador radical Ernesto Sanz; la UCR llegó con una columna encabezada por Gerardo Morales, Federico Storani, Ricardo Alfonsín, los diputados cordobeses Oscar Aguad y Mario Negri; también se hicieron presentes Hipólito Solari Yrigoyen, Nito Artaza, Ricardo Gil Lavedra (UCR), José Manuel De la Sota (PJ), los macristas Daniel Santilli, Cristian Ritondo y Daniel Amoroso; el ex diputado nacional correntino menemista Roberto Cruz y Francisco De Narváez; organizaciones sindicales, como la CGT Azul y Blanca, conducida por el duhaldista Luis Barrionuevo, y la Unión Argentina de Trabajadores Rurales y Estibadores (UATRE), conducida por el duhaldista Gerónimo Venegas. También volvieron a participar organizaciones de izquierda, como la CCC, el MIDJ, Movimiento Sin Trabajo (MST) Teresa Vive, Asamblea de San Telmo, MST, Izquierda de los Trabajadores, Convergencia Socialista, Partido Comunista Revolucionario (PCR), Izquierda Socialista y Partido Revolucionario Marxista Leninista.

declaraciones realizadas por diversos participantes durante el conflicto: Ricardo Osella, titular de Confederación de Asociaciones Rurales de la Tercera Zona (CARTEZ): “dejaron de ser jóvenes pero siguen siendo imberbes” (*Clarín*, 20/3/08), en alusión a la calificación dada por Perón a los Montoneros en 1974; “no somos piqueteros como D’Elía” (un productor; *Clarín*, 28/3/08); “Yo le pido a Cristina que nos deje trabajar y que gobierne para todos, no sólo para los que agitan el trapo rojo; a mí me gusta el celeste y blanco, no el rojo” (Pedro Apud, propietario de 240 hectáreas en Tucumán; *Clarín*, 30/3/08); Boyero Rondoni, chacarero de Gualeguaychú: “Estoy asombrado por lo que veo, a ustedes no los trajo ningún colectivo ni les pagaron para venir”; a los chacareros “no les gusta que el gobierno meta mano en sus bolsillos, para mantener más vagos que viven sin trabajar” (en alusión a los receptores de planes sociales; *Clarín*, 3/4/08); “los Kirchner nos quieren convertir en una Cuba” (un productor, *Clarín*, 16/7/08); “un artículo de la Constitución condena los actos de traición a la Patria. Algún día deberán desaparecer los traidores a la Patria”; “viva el trabajo, viva el campo, viva la Patria” (Llambías, *Clarín*, 15/7/08); “será una marcha de la libertad frente al autoritarismo de la locura” (Elisa Carrió, en referencia a la concentración del 15 de julio en Palermo; *Clarín*, 14/7/08). Otras declaraciones dan cuenta de la disposición a la lucha de ese bloque: Ricardo Osella, de CARTEZ: “nos pintamos la cara para la guerra, nos hartamos de este gobierno que nos ningunea, que nos humilla. Que sientan en la Casa Rosada que el campo se puso de pie” (*Clarín*, 20/3/08); en Zárate, el titular de la Sociedad Rural local, Raúl Vítores, dijo que “hay muchos productores que fueron a buscar sus escopetas”, para defenderse de manifestantes K (kirchneristas)²³.

²³ Un buen análisis del discurso referido a este conflicto puede encontrarse en Yabkowski (2010).

Esta “declaración de guerra” encontró una respuesta masiva desde otra parte de la sociedad, que se movilizó en contra de los propietarios rurales, respaldando la posición del gobierno nacional: aquellos a los que la fuerza conservadora constituye como enemigo; por razones de espacio, no nos referiremos aquí a las movilizaciones de ese bloque social y político.

El conflicto se resolvió con el voto “no positivo” del vicepresidente Cobos en el Senado, que sepultó la sanción parlamentaria de la resolución 125 sobre retenciones móviles, lo que fue celebrado por los propietarios rurales y la oposición al gobierno. El enfrentamiento continuó en el terreno electoral en los comicios legislativos de 2009, en los que los partidos de oposición aumentaron la cantidad de bancas en sus manos, ganando así mayor presencia institucional²⁴. Pero al tiempo que ese bloque iba ganando espacios institucionales, el otro avanzaba en su presencia en las calles y en los medios de comunicación, planteando nuevos ejes de confrontación, que pusieron en movimiento parcialidades de ambos bloques. Así, en octubre de 2008 el gobierno nacional envió al Congreso un proyecto de ley tendiente a estatizar los fondos de las jubilaciones privadas y eliminar las AFJP. Además de la desaparición del negocio de la jubilación privada, esto implicaba la participación accionaria del Estado en unas 40 empresas (bancos, gasíferas, eléctricas, cerealeras, petroleras y otras). El proyecto provocó fuertes rechazos con el argumento de la defensa de la propiedad privada. Se organizó un grupo de Facebook llamado “Me opongo a que Cristina K se quede con mi jubilación” y el sitio

²⁴ Entre los nuevos legisladores nacionales se encontraban varios representantes de los propietarios rurales. Este avance legislativo se sumó al espacio logrado en la ciudad de Buenos Aires en las elecciones de 2007, en las que la jefatura de gobierno y la mayoría de las bancas en la legislatura fueron ganadas por el PRO, partido de derecha encabezado por el empresario neoliberal Mauricio Macri.

<http://www.nonosroben.wordpress.com>. Otro grupo de “ciudadanos” publicó una solicitada en la que decían que “se violan nuestra propiedad privada y la libertad de elección [...]”. La comunidad internacional asiste con estupor a este nuevo cambio de reglas de juego que afecta la propiedad privada de los ciudadanos en un plazo record, siendo un tema que afecta nuestras decisiones de convivencia en comunidad e inversión de largo plazo” (*Clarín*, 18/11/08); todos aquellos firmantes sobre los que tenemos información extraída de Internet eran ejecutivos de empresas y varios de ellos, parte de la vieja “oligarquía terrateniente”. El 5 de noviembre, en la plaza del Congreso, se llevó a cabo la principal manifestación opositora. Participaron propietarios rurales agrupados en la CRA, SRA y Pampa Sur, diputados de la Coalición Cívica, la UCR y del PRO, el rabino Bergman y Blumberg, jubilados del Movimiento Patriótico Nacional Previsional y trabajadores de las AFJP. Unos 6 mil manifestantes, golpeando cacerolas y con máscaras, cantaron “se va a acabar, la dictadura de los K”. El acto fue cerrado por el presidente de la FAA de Entre Ríos, Alfredo De Angeli. La concentración no contó con la presencia del presidente de la FAA, Eduardo Buzzi; más aun, la FAA como tal avaló el proyecto oficial²⁵. Finalmente, el 7 de noviembre la Cámara de Diputados aprobó la ley. En 2009 y 2010 opositores al proyecto de ley sobre servicios audiovisuales se movilizaron contra el gobierno. El 21 de septiembre de 2009 grupos de propietarios rurales, profesionales y estudiantes (1.000 en total) realizaron cacerolazos en barrios de pequeña burguesía acomodada de la ciudad de Buenos Aires, al canto de “Se va a acabar, se va a acabar, la dictadura de los K”; días antes había

²⁵ El mismo día 5 y también en la plaza del Congreso otros sectores se movilizaron a favor del proyecto con la consigna “Basta del saqueo de las AFJP. Más estado es mejor jubilación”.

circulado un mensaje por correo electrónico anunciando “un espectacular Cacerolazo Nacional” (*Página 12*, 22/9/09), que finalmente no ocurrió; el 24 en Santa Fe se movilizaron 100 propietarios rurales para repudiar el apoyo del Partido Socialista a la ley; el 30, periodistas agrupados en la Asociación de Prensa de Buenos Aires (APBA) se concentraron frente al Congreso con las consignas “No a la Ley de Medios K” y “No al modelo de Santa Cruz, donde el 90 por ciento de los medios está en manos K”; el 10 de octubre, 100 personas convocadas por la organización Argentinos sin Mordaza realizaron una manifestación en Callao y Santa Fe contra lo que definían como “una ley para una nueva dictadura”; y en la ciudad correntina de Mercedes, un grupo de personas realizó un escrache a la casa de la senadora nacional cobista Dora Sánchez a raíz de su apoyo a la ley; golpearon cacerolas y llevaron carteles con las leyendas “vendida” y “traidora”. La ley fue aprobada.

En síntesis, la intervención del estado en algunas actividades económicas, aunque relativamente tibia si se la compara con la ejercida hasta mediados de la década de 1970, fue enérgicamente rechazada desde el ámbito empresarial, así como también por sectores de estudiantes, empleados de las AFJP y sectores de pequeña burguesía acomodada. Cualquier intento de recuperación de atribuciones del estado perdidas durante la ofensiva neoliberal de los años '90 fue estigmatizada como autoritarismo de un gobierno setentista y como populismo. Así, por ejemplo, la posible aplicación de una ley sancionada en 1974, la ley de abastecimiento, fue presentada como una seria amenaza a la marcha de los negocios. La posibilidad de que la presidenta Cristina Fernández fuera reelecta en octubre de 2011 llevó a que el diario *Clarín* señalara que según rumores existía la certeza de que “en el segundo período de Cristina habrá una intervención estatal mucho más profunda, amplia y radical que la que hoy existe. Esta intervención, especulan, será mayor en la regulación

de las variables económicas como el control de precios, la intervención directa en las cadenas de distribución y otras cuestiones que apuntarían a que el peso central del manejo económico esté en manos de la política oficial. Simultáneamente, se acelerará la nacionalización de la exportación de granos. Esa renta es central para sostener el “modelo” y su apropiación formaría parte de ese plan²⁶. En el caso de la intervención estatal en los negocios de los grupos mediáticos más concentrados, esa profesión de fe neoliberal suele aparecer bajo la forma de la defensa de la libertad de prensa.

Disciplina y propiedad

Los cuatro ejes en torno a los cuales ha girado el discurso de la fuerza social conservadora, su convocatoria a la movilización ciudadana y la delimitación de sus enemigos (el “partido de la anarquía”) refieren a una cuestión central: la disciplina social, es decir, el respeto a las jerarquías y las autoridades.

El siguiente editorial del diario La Nación es representativo de la importancia de esa cuestión para los defensores del orden:

La renovada costumbre de usurpar viviendas o de ocupar espacios públicos ha vuelto a poner fuertemente de manifiesto en los últimos días la incapacidad de las autoridades para garantizar el orden público. Cuando la ley no es respetada ni el Estado procura hacerla cumplir, la convivencia pacífica, valor supremo de una sociedad organizada, se encuentra en peligro. La anomia es una de las más devastadoras enfermedades de una sociedad.

Dice que el gobierno identifica cumplimiento de la ley con represión, cargando este término con un sentido de ilegalidad, cuando en realidad no es así porque

²⁶ Kirschbaum (2011). Se trata del editor general de *Clarín*, por lo que su posición expresa la línea editorial del diario.

[...] reprimir no significa transgredir las normas, sino reponerlas cuando alguien las ha transgredido [...]. Han surgido en los últimos años suficientes evidencias de un debilitamiento en la Argentina de las relaciones jerárquicas que caracterizan una sociedad ordenada. La autoridad de los padres ha declinado frente a los hijos [...]. Los alumnos adolescentes desconocen el rol jerárquico de sus maestros y profesores, y deciden incluso hasta la toma de sus colegios o universidades. [...] Las relaciones laborales están infestadas por reclamos agresivos que han llegado a la ocupación violenta de los lugares de trabajo y en algunos casos al secuestro del personal directivo. Las protestas callejeras han tomado con frecuencia la forma de piquetes que toman como rehenes a otras personas que sólo aspiran a llegar a tiempo a sus trabajos y que son presas de prolongados cortes de calles. Un policía en la vía pública no es respetado como lo era antes [...]. El respeto por las jerarquías forma parte, así como el Estado de Derecho, de las condiciones básicas de convivencia en sociedades avanzadas. Es probable que cuando se produce un debilitamiento en el primero de esos atributos, es porque también ocurre en el segundo. La falta de respeto de la ley sin su penalización genera el ambiente necesario para que tampoco se respeten las convenciones no escritas.

En cuanto al deterioro en la calidad educativa, dice que “hay que buscar las causas en el deterioro de la relación alumno-maestro y en la contribución que la politización y el gremialismo docente han hecho a ese deterioro”²⁷.

La disciplina individual y social hace al funcionamiento mismo del sistema: obediencia ante el despotismo del capital, rutinización de movimientos y actitudes, sometimiento a una voluntad ajena y aceptación del lugar de subalternidad. La reacción ante cualquier alteración de ese orden, ante cualquier atisbo de *anarquía*, no responde tanto al peligro inmediato que la acción de los rebeldes pueda entrañar, sino a neutralizar la posible constitución de una fuerza que termine poniendo en riesgo la propiedad, y de la cual la indisciplina –la rebeldía, el

²⁷ La caída del principio de autoridad, editorial de *La Nación*, 13/03/2011, p.32.

cuestionamiento de la autoridad– es la primera condición básica. En última instancia, lo que articula los distintos ejes señalados es la defensa de la propiedad, por lo que las confrontaciones políticas bajo la iniciativa del partido del orden establecido tienen un profundo carácter clasista.

Palabras finales

De la descripción de las movilizaciones convocadas por las distintas expresiones de la fuerza social conservadora se desprende el rol central que ha tenido la Iglesia católica. En medio de la crisis institucional, ésta aparecía con mayor legitimidad que otras instituciones del régimen, erigiéndose en su baluarte moral. En 2002 fue directamente una de las convocantes principales; el reclamo fue por la paz, contra la violencia, adoptando su discurso tradicional. En 2004, en cambio, su presencia estuvo dada a partir de su adhesión a las convocatorias y por la forma de las manifestaciones y la simbología utilizada, mientras el reclamo pasó a ser explícitamente el de la seguridad y el orden. En torno a este eje es que se apeló a la movilización de los ciudadanos-propietarios. En esta movilización los medios de comunicación masivos jugaron un papel fundamental: desde ciertos medios gráficos y audiovisuales se le dio amplia difusión a los secuestros y robos producidos, amplificando la existencia de supuestas olas delictivas. Se fue construyendo así la sensación de inseguridad generalizada y la figura del *delincuente pobre*. De esta manera, se incentivó el miedo de los pequeños propietarios a perder su propiedad, aun cuando ésta fuera una propiedad imaginaria. Por lo tanto, el reclamo por seguridad encubría la defensa de la propiedad. También se construyó a través de los medios de comunicación y del discurso político la figura del *rebelde pobre*, el piquetero, que fue presentado como sinónimo de violento,

vandálico; el derecho de circular libremente fue convertido en el derecho supremo de los ciudadanos honestos que trabajan en vez de protestar. De esta manera, desde mediados de 2002, se fue rompiendo la alianza entre los pobres y la pequeña burguesía sintetizada en la consigna *piquete y cacerola, la lucha es una sola*, surgida en los hechos de diciembre de 2001. También aquí aparece la cuestión de la propiedad: los expropiados amenazando los derechos de los propietarios.

La forma en que los pequeños propietarios expresaron su indignación ante la inseguridad y la violencia y su deseo de castigo a los delincuentes y piqueteros fue la del cacerolazo y la de la manifestación pacífica con reminiscencias de procesión religiosa. El rechazo a la presencia de los partidos políticos en las movilizaciones y el énfasis en la apoliticidad de los reclamos por parte de los convocantes tendía a encubrir el carácter fuertemente político de estos hechos.

Todas estas acciones tendientes al restablecimiento del orden fueron posibles debido a la debilidad política de la movilización popular. El carácter espontáneo de la insurrección de diciembre de 2001 es un indicador de ello. Precisamente lo que es exaltado como virtud tanto por militantes sociales como por académicos que abrevan en las corrientes autonomistas constituyó un fuerte obstáculo para que la salida de la crisis pudiera tener otro carácter. De la misma manera, suele afirmarse –y celebrarse– que los conflictos clasistas pertenecen a la sociedad del pasado; sin embargo, la fuerza conservadora, más perspicaz, no parece haber tomado nota de ello.

Desde 2004 se incrementaron los hechos callejeros que hicieron a la construcción de esta fuerza conservadora, principalmente en reclamo de mayor seguridad, aunque también aparecieron otras cuestiones –las banderas de la propiedad, la familia, la religión y el orden: la defensa de valores “cristianos”, tradicionales, el rechazo a la instalación de pobres en los barrios

y la reivindicación de la guerra antsubversiva de la década de 1970. En particular, en torno a esta última giró parte de la oposición al gobierno de Kirchner, a raíz de la condena de éste a los crímenes de lesa humanidad; a esto se suma, entre otros, un aspecto de la política exterior del gobierno, su acercamiento a Venezuela y, en menor medida, a Cuba. A la vez, a través de declaraciones de integrantes de esta fuerza conservadora, se reivindican las políticas neoliberales y se preconiza un retorno a ellas a fin de llevar a cabo las tareas pendientes de la década de 1990.

En un trabajo anterior, señalábamos que en nuestra hipótesis las movilizaciones masivas de 2002 y 2004 eran indicador del inicio de la reconstitución de una fuerza conservadora en la Argentina tras la crisis de las políticas neoliberales de la década de 1990, de la cual esos hechos constituían hitos. Algunos de los hechos aquí presentados indican a la vez que ha alcanzado cierto grado de construcción pero que, al parecer, aún no habría podido consolidarse. El triunfo de Kirchner en abril de 2003²⁸ fue expresión de una parte de los elementos de rebelión contenidos en diciembre de 2001. Asimismo, la respuesta popular al intento de aplicar una política de mano dura contra las protestas sociales muestra que aún no existe consenso suficiente para ese tipo de política²⁹.

Por otra parte, la fuerza conservadora no ha logrado aún conformar una opción electoral viable a nivel nacional; el intento por transformar a Blumberg en la figura que pudiera

²⁸ El candidato más votado en la primera vuelta, el ex presidente neoliberal Carlos Menem, renunció a presentarse en el balotaje ante la evidencia de que perdería por una cantidad de votos abrumadora.

²⁹ Se realizaron masivas manifestaciones de repudio ante el asesinato de los piqueteros Maximiliano Kosteki y Darío Santillán en junio de 2002, de un militante sindical, Carlos Fuentealba, en abril de 2007 durante una protesta docente en Neuquén, y de un militante político, Mariano Ferreyra, durante una protesta de trabajadores ferroviarios tercerizados en octubre de 2010.

encabezar esa fuerza no prosperó. El triunfo electoral de un partido de derecha –el PRO–, encabezado por Mauricio Macri en la ciudad de Buenos Aires en 2007 y nuevamente en 2011 podría marcar otra tendencia. Sin embargo, los resultados de las elecciones presidenciales de octubre de 2011 mostraron que esa tendencia estaba lejos de consolidarse: la presidenta Cristina Fernández de Kirchner fue reelecta con el 54,1%, muy lejos del segundo candidato más votado (Hermes Binner, del Frente Amplio Progresista, 16,8%).

En suma, la relativa dificultad de la fuerza conservadora para consolidarse hasta el momento radicaría, por un lado, en que en los últimos años siguió desarrollándose la lucha al interior del bloque dominante, lo que abona al “desorden”. Por otro lado, la lucha de la clase obrera y el pueblo desde 2002 fue fragmentada, neutralizada e institucionalizada, pero los efectos de la insurrección espontánea de 2001 aún se mantienen. En su momento fue vivida por sus protagonistas como un triunfo popular. Triunfo que no significa que se haya realizado el interés del pueblo, pero sí que habría logrado mejores condiciones para librar sus luchas, las cuales se desarrollan hoy fundamentalmente por dentro del sistema institucional. La participación en la alianza social en el gobierno y la ocupación de espacios institucionales de fracciones no propietarias fuerza, como dijimos, los límites del sistema, volviéndose un factor de “desorden” y “anarquía” para buena parte de las fracciones propietarias, incluyendo, en mayor o menor medida, a sus fracciones propietarias aliadas.

Los hechos que se desarrollaron en 2008 parecen constituir un nuevo hito en la constitución de esta fuerza social conservadora, tanto en Argentina como a nivel regional. Por un lado, el ataque a un campamento de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) en territorio ecuatoriano por parte del gobierno colombiano puso sobre el tapete la

cuestión del terrorismo y la militarización en la región. Por otro, la intensa movilización de los departamentos de la llamada Media Luna de Bolivia contra el gobierno de Evo Morales giró en torno al eje de las autonomías regionales, cuestión también planteada en Ecuador. Y en Argentina, la protesta de medianos y grandes propietarios rurales contra las retenciones a las exportaciones de soja y girasol establecidas por el gobierno nacional cuestionó la legitimidad de la acción estatal en la regulación de los mercados, planteándose a la vez como articuladora de los elementos más conservadores de la sociedad. Finalmente, cabe destacar la reactivación de la IV Flota de los Estados Unidos patrullando la región. Todo en el contexto de una situación de crisis capitalista que se extiende a buena parte del mundo, en particular, Europa y Estados Unidos.

Por lo tanto, el proceso al que nos referimos aquí se encuentra en pleno desarrollo y cabe esperar nuevos capítulos en los tiempos por venir.

Bibliografía

ARONSKIND, Ricardo y VOMMARO, Gabriel (comps.). *Campos de batalla*. Las rutas, los medios y las plazas en el nuevo conflicto agrario. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento/Prometeo, 2010.

COTARELO, María Celia. Protesta de los propietarios rurales en Argentina. *Informe de coyuntura de Argentina*, marzo-abril de 2008a. Disponible en: <http://www.clacso.org.ar/OSAL>.

_____. El llamado conflicto del campo: ¿recomposición de una fuerza antipopular? *Informe de coyuntura de Argentina*, mayo-junio de 2008b. Disponible en: <http://www.clacso.org.ar/OSAL>.

_____. El proceso de reconstitución del partido del orden en Latinoamérica actual. El caso argentino (2002-2004). In: LÓPEZ MAYA, Margarita; FIGUEROA, Carlos y RAJLAND, Beatriz (eds.). *Temas y procesos de la historia reciente de América Latina*. Buenos

Aires: ARCIS-CLACSO Libros, Colección Grupos de Trabajo, 2010, pp. 315-337.

GRAMSCI, Antonio. *Notas sobre Maquiavelo sobre la política y el estado moderno*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

GRONDONA, Mariano. ¿Nos alcanzará la epidemia de la “acción directa”? *La Nación*, 12/6/05, p. 31.

KIRSCHBAUM, Ricardo. Octubre: entre la reelección y el cambio de régimen. *Clarín*, 3/4/11.

MARX, Carlos. El Dieciocho Brumario de Luis Bonaparte. In: *Obras Escogidas*. Buenos Aires: Cartago, 1987a, tomo I.

_____. Las luchas de clases en Francia. In: *Obras Escogidas*. Buenos Aires: Cartago, 1987b, tomo I.

ORTIZ, Sebastián. *La patria terrateniente*. Buenos Aires: Peña Lillo y Ediciones Continente, 2010.

PERTOT, Werner. Blumberg, el sueño del parque jurásico propio. *Página 12*, 13/8/06.

SOBISCH, Jorge. ¿Orden y paz social, o anarquía? *La Nación*, 25/6/07, p. 23.

YABKOWSKI, Nuria. Nosotros, ellos... Todos. Los sentidos de la representación política y los recursos discursivos utilizados para ganar legitimidad en el conflicto. In: ARONSKIND, Ricardo y VOMMARO, Gabriel (comps.). *Campos de batalla*. Las rutas, los medios y las plazas en el nuevo conflicto agrario. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento/Prometeo, 2010.

El neoliberalismo en una perspectiva conosureña de largo plazo

Hernán Ramírez

Escribir sobre el neoliberalismo en una perspectiva de largo plazo y de modo amplio es casi como hablar de las políticas públicas y de la política en sentido lapso de más de medio siglo, por lo que seguramente aquí solo podamos establecer algunas líneas generales, que dejarán sin duda enormes lagunas, pero que de todas formas puede ser una estrategia apropiada en esta ocasión. Al tratarse de una especie de cierre a una serie de estudios puntuales, sus interconexiones podrán así ser mejor comprendidas, las que nos ayudarán a correr parte del velo que aún existe sobre el mismo, el que cobija una serie de mitos e ideas que no se corresponden con las evidencias ni con el desarrollo visto desde una clave interpretativa que lo aborde desde esta óptica.

Tal vez esas lagunas y mitificaciones se deban a la concentración excesiva de los análisis en su etapa de auge, durante los ochenta y noventa, cuando el mundo y América Latina en particular pasaron por un profundo proceso de reestructuración, motorizado por cambios económicos de magnitud que mudarían radicalmente sus facciones en un periodo relativamente corto de tiempo. De todos modos, si bien el proceso ganó densidad sin igual durante esa coyuntura, reconoce una génesis más compleja, hundiendo sus raíces hasta por lo menos la década de los treinta, para remontarnos a sus trazos más lejanos de lo que hoy se conoce por neoliberalismo,

un amplio cuerpo de ideas que se fue forjando de modo particular, no sólo por su carácter teórico, sino también por su sentido práctico.

En tal proceso, vastos sectores fueron confluyendo poco a poco en torno de una agenda común, desplazando, por diversos medios, las ideas dominantes hasta entonces, con lo que consiguieron ser hegemónicos, en el sentido gramsciano del término. Principalmente por su ímpetu y consecuencias, ese ideario, sus cultores más notorios y el accionar con que fue impuesto o adoptado han sido profusamente estudiados desde diversas perspectivas y corrientes teóricas, no obstante aún queda mucho por hacer para desvendarlos en sus rasgos más amplios, en particular porque los esfuerzos se concentraron en ese corto lapso temporal de apogeo y particularmente en las dimensiones económicas y políticas, considerando poco la forma en que surge y se enraíza en vastos espacios, así como el modo en que se difuminó por casi todas las esferas.

Por lo tanto, este trabajo pretende abordar el problema desde esa perspectiva, para tratar de entender cómo se dio el proceso en el largo plazo y en sus más amplias dimensiones. De tal forma, tal vez hayamos incurrido en algunas generalizaciones algo extremas ni hayamos podido ejemplificar adecuadamente en cada caso, siendo por lo tanto importante aclarar que este ensayo surge de constataciones anteriores, sean nuestras o de otros, en las que nos apoyaremos para hacer esa síntesis, remitiéndonos a otras discusiones que aquí sólo serán esbozadas.

Que sea esta una mirada amplia no implica que pierda la complejidad de la cual surge, a la que nos hemos aproximado después de una intensa labor que ha combinado diversas perspectivas, en particular abordajes globales con estudios de caso, los que conjugaron una mirada transnacional con algunas comparaciones en sentido clásico, así como hemos utilizado

un repertorio teórico amplio, como esperamos demostrar, que es interdisciplinar, al igual que en lo metodológico, con la conjunción de varias técnicas, con las que analizaron una masa importante de evidencias empíricas pero que no se restringen solo a ellas, dado que la crítica heurística también nos brindó la posibilidad de poder transitar por ciertas hendidias que los fuentes no cubren, que un estudio de este tipo también debe considerar, ya que sobre determinados acciones se conservan o se producen pocos registros. Con ello pretendemos tejer un panorama general destacando algunas especificidades, en particular a cerca de la forma que adoptó tal proceso en los países del Cono Sur de América Latina.

Ingresando ya directamente en lo que nos ocupa, una de las constataciones más corrientes que se han construido respecto del neoliberalismo es la que se refiere al mismo como pensamiento único. Aunque en determinado momento parecía serlo, sobre todo en su versión sintetizada que se transmitía para un público más amplio, su génesis fue mucho más compleja, en la que se fundieron diversos elementos, con pesos diferentes según espacios y lugares, que están muy lejos de la vulgar caricatura que por momentos se popularizó de manos de sus divulgadores, muchas veces poco sofisticados, en especial porque su propósito era precisamente tocar sectores amplios, inclusive de camadas intermediarias.

Por otra parte, es obvio que muchos son los afluentes de las ideas y que sus abrevaderos pueden ser rastreados en un espacio temporal muy largo, que nos llevarían casi *ad infinitum*, por lo que la demarcación es algo muy difícil de realizar. Sin entrar en demasiados méritos, podemos decir que en este punto nos distanciamos bastante de algunos autores como John Williamson, un neoliberal, o David Harvey (2008), de tradición marxista, que niegan la paternidad ideológica en la génesis neoliberal de otras corrientes que no sea la anglosajona, que

indudablemente fue su núcleo duro durante la época de apogeo pero que no la subsumió y mucho menos explica varios momentos del proceso, en particular los iniciales.

Diferentemente de aquellos autores, no consideramos a esa ideología tan cohesionada, sino mucho más polimórfica y policentrada, fruto de la confluencia, no siempre armónica, de varias corrientes y de una gran constelación de centros criadores e irradiadores, conectados por intrincados nexos y flujos entre ellos, que se distribuyeron por un territorio sumamente lábil, en el cual no siempre es posible establecer fronteras claras, los que para aumentar su complejidad tienen que ser analizados incorporando la dimensión temporal, en la que una etapa parece ser la precondition para la otra y donde avances y retrocesos se producen, no siempre en sincronía general, con diversos tipos de permutaciones, sean temporales o espaciales. Al respecto, en este mismo libro hemos incluido un capítulo de Dieter Plehwe, escrito en coautoría junto a Karin Fischer, quién es autor de una compilación en el abrevaron muchas de nuestras ideas que aquí exponemos, el que muestra claramente la génesis del proceso de manera general (2009).

Desde esa perspectiva amplia y de larga duración, podemos ver como la Crisis de 1929 y el avance del comunismo provocaron una fuerte tensión ideológica dentro del mundo capitalista, que demandaron respuestas desde varios sectores, entre los cuales podemos encontrar aquellas que serían el germen del neoliberalismo tal como lo conocemos hoy, aunque debemos reconocer que algunas podían estar un tanto alejadas de su versión más actual, que se depuró con el paso del tiempo. Por ello, aquí solo nos detendremos de forma somera en aquellas corrientes que darían algunos de los aportes que se fundirían en ese crisol, en el que se forjó su doctrina y sus herramientas, conjugando teoría y praxis particulares, que resultan indisociables y que nos ayudan a entender la fuerza con la que incidieron.

Al respecto, y es una digresión que cobrará mucho sentido a lo largo del texto, trabajamos con la hipótesis de que las ideas que se imponen como políticas públicas son aquellas que consiguen articular mejor un conjunto de argumentos –ideas–, con un entramado social favorable –intereses– y una estrategia con variadas tácticas –acciones. Ello es central para comprender la forma en que el neoliberalismo se constituyó como hegemónico, ya que en esa conjunción radicaría su fuerza, dado que ningún elemento por separado hubiera impactado de la forma en que lo hizo como totalidad.

De forma más concreta en lo que dice al entramado eidético, en ese período tenemos una particular ola de efervescencia en el pensamiento económico. En Europa, el ordoliberalismo estaba siendo gestado en Alemania desde la década de 1930, en la Universidad de Friburgo, teoría que también fue conocida como Economía Social de Mercado; la Escuela Austriaca de Economía igualmente se convertía en un importante semillero del pensamiento neoliberal, aunque generando algunas controversias; y el Coloquio Walter Lippmann era organizado en Francia en 1938. Esos tres ejemplos muestran como existía un caldo de cultivo sobre el cual el neoliberalismo se levantaría, el que desde 1947 pasó a contar con el liderazgo de la Sociedad Mont Pèlerin, fundada en Suiza, que se convertiría en una de sus instituciones con poder de movilización más potente, la que aglutinó varios de esos precursores y sirvió como importante órgano difusor, con llegada a Latinoamérica.

Como observamos de modo general, es importante reconocer que el ordoliberalismo parece en principio demasiado alejado de algunas de las directrices que se asocian con el neoliberalismo en su etapa más ortodoxa, en especial por el énfasis que colocan en la planificación estatal y la profunda relación con la Doctrina Social de la Iglesia. De todos modos no debemos ver ello de forma estática sino en una perspectiva

de transición y en conjunto con otros elementos que son importantes para comprender la trama que le dio vida y la hizo fructificar. En el caso de varias figuras latinoamericanas que se identificaron con posiciones neoliberales hicieron su ingreso por tal vía, como lo fueron el brasileño Roberto Campos o el argentino Álvaro Alzogaray, por ejemplo, así como también podemos ver claramente la importancia que los discursos nacionalista y católico tuvieron para legitimar sus posiciones en una primera etapa, hasta que el discurso económico se pudiera alzar por sí solo.

Prosiguiendo con nuestro argumento principal, en el otro lado del Atlántico, en los Estados Unidos precisamente, la Escuela de Chicago también viviría un período de intenso activismo, en especial después de la llegada de miembros de la Escuela Austríaca que huían de la ocupación alemana, que transformaron a aquella en un faro que pronto difuminaría su haz de ideas hacia otros puntos, muchos de ellos mediante una intensa política de acuerdos académicos, como el que se cuajaría en Chile, quizás el más emblemático de todos.

De las influencias que ésta produjo se destaca la Escuela de Virginia, fundada por James M. Buchanam, que se doctorara en aquella otra Universidad, en cuya escuela abrevó pero a la que incorporó aportes provenientes de la Elección Racional, por lo que la corriente que inspiró también se la conoció como de la Elección Pública. La misma ejercería gran influencia en la Constitución chilena de 1980 y en la convertibilidad argentina de 1992, por ejemplo, como muestra el capítulo de Tor Opsvik incluido en esta compilación.

Tales escuelas se revelaron como las más activas y fértiles, pero no fueron las únicas. Sus preceptos fueron ganando terreno hasta que en la década de 1980 dominaban ya las políticas públicas, por lo que Williamson creyó que habían confluído en un Consenso, dado que varios de los gobiernos e instituciones

multilaterales, sobre las que volveremos más adelante, las recomendaban como aquellas más saludables. De todos modos, a pesar de ello, podemos ver que la suya fue una construcción *ex post* y más una expresión de deseo de lo que una contrastación empírica incontestable.

Quizás la propia experiencia de la convertibilidad argentina sea el mejor ejemplo de cómo no se siguieron a rajatablas algunos de sus principios, como el tipo de cambio fluctuante, para dar un ejemplo concreto. De cualquier modo la convertibilidad no era una idea totalmente extemporánea, como varios manifestaron en su oportunidad resaltando su supuesta originalidad, aunque aún sea difícil establecer el curso que siguió¹ para convertirse en la clave de las políticas públicas de Argentina durante los años 1990 hasta su defenestración en la crisis de 2001, que la tuvo como pivot.

Dieter Plehwe demuestra en un trabajo de 2011 como la medida era bastante conocida en el mundillo de las instituciones económicas internacionales a partir del caso de Hong Kong, que el círculo argentino conocía perfectamente debido a que Joaquín Alberto Cottani, investigador de la Fundación Mediterránea, cuyo Instituto Cavallo había comandado, y representante en el Banco Mundial, donde trabajó contacto con la idea, había asumido el cargo de subsecretario de Planeamiento Económico, uno de los más importantes en el equipo económico. La relación próxima con el Ministro queda demostrada no solo en la confianza depositada para desempeñar puesto tan decisivo, sino también en el hecho de haber realizado algunas publicaciones conjuntas, casualmente sobre el tema de la convertibilidad (Cavallo y Cottani, 1997).

¹ Antonio Camou (1997: 235-240) y Alexander Roig (2007) realizaron algunos de los rastreos más minuciosos a cerca de los orígenes de la convertibilidad.

Sin embargo, sabemos que Domingo Cavallo es una personalidad de opiniones firmes y la idea no hubiera sido aplicada sin tener como substrato un campo fértil y solidificado previamente. Su trayectoria nos sirve para demostrar ese aparente desvío, pero que tiene absoluta justificación desde la óptica adoptada. El cordobés llegaba al sillón ministerial después de un largo y rutilante escalada, que tuvo como uno de sus puntos álgidos un doctorado en Harvard, donde había defendido una tesis que trataba precisamente de los efectos estangflacionários de las políticas de estabilización (1977).

Vemos así que la idea de la convertibilidad no era nueva para el Ministro, ni siquiera había estado ausente de los precursores del neoliberalismo. En tal sentido es conocida la polémica entre Ludwing von Mises, partidario del patrón oro, y su discípulo Friedrich Hayek, adepto de un tipo de cambio fluctuante, predominando la idea de este último, tal vez debido a la hegemonía ejercida por Chicago, donde se desempeñaría después de abandonar Viena.

Igualmente la idea de Cavallo de establecer un ancla cambial, inclusive sancionada con fuerza de ley, se apropia de otros aportes intensamente debatidos dentro del amplio arco neoliberal, en particular de los provenientes de la teoría de la Elección Racional y, más específicamente, de la Elección Pública, léase entonces Escuela de Virginia y James M. Buchanan, su *alma mater*, los que, como comentado, constituyen otra de las vertientes que nutriría el neoliberalismo, la que se encontraba bastante difundida en las universidades de la Costa Este de los Estados Unidos, hacia donde el ministro había ido a concluir su formación.

Así, a pesar de que contrariaba uno de los mandamientos del decálogo de Washington, la idea no era ajena a las discusiones de esos círculos neoliberales, por lo que el consenso sobre el tipo de cambio fluctuante no era unánime, desmitificando de ese

modo la solidez de la propuesta de John Williamson. Tales preceptos habían sido formulados para una conferencia de 1990 y publicada un año después, pero debido a las evidencias él mismo admitiría posteriormente que era más una construcción política *ex post* de lo que una constatación empírica de hecho del proceso.

Tampoco el consenso era tal desde otro punto de vista. Para que algo sea consensual tiene que haber una adhesión libre del ejercicio de la fuerza, lo que puede ser cuestionado en dos sentidos. Varios autores, muchos de ellos latinoamericanos (Corvalán, 2002), han demostrado la fuerte acción disciplinadora ejercida por el *establishment* intelectual mundial y las agencias internacionales de control y fomento para subscribir, casi sin opción, la cartilla neoliberal.

Si bien ese era un ejercicio de violencia simbólico o de retaliaciones indirectas, otras de tipo directas o inclusive físicas se dieron con antecedencia. A finales de la década de cincuenta e inicios de la del sesenta las ideas ortodoxas habían sido marginadas del centro dominante en Latinoamérica, donde la hegemonía del discurso económico era claramente heterodoxa, con fuerte liderazgo de las posiciones que emanaban de la Comisión Económica para América Latina (CEPAL). Escenario que mudaría rápidamente, cuando el modelo substitutivo colapsara por los propios efectos que provocara y que el mismo había subestimado, lo que sería aprovechado por las coaliciones opositoras para desestabilizar los gobiernos que los impulsaban, dado que eran incapaces de llegar al poder por medios democráticos, excepto tal vez en Chile, donde sus posiciones eran fuertes, y finalmente detonar golpes de Estado, de indudable carácter cívico-militar, en el que la política económica, no sin grandes embates internos, fue puesta al mando de equipos que ya se enrolaban claramente en el ideario neoliberal, aunque de diferente matriz según los países de la

región, que habían vivido procesos de difusión y enraizamiento no uniformes.

De este modo, las posiciones heterodoxas fueron barridas y substituidas durante las dictaduras por otras que desembocarían en el neoliberalismo, tanto de los círculos académicos como de los órganos de Estado. Por ello la hipótesis de la Paradoja Ortodoxa enunciada por Miles Kahler (1989) y Peter Evans (1992) no solo es plausible sino que nos ayuda a explicar una simbiosis que sólo en apariencia es contradictoria. Ella nos alertara para el hecho de que el neoliberalismo, a pesar de posicionarse discursivamente contra la acción estatal, se valió de ella para imponerse, proposición a la que podemos agregar en especial la que se dio durante gobiernos conservadores y autoritarios, cuando su fuerza fue empleada hasta de modo físico.

Esa contradicción inclusive se inicia de manera semántica, al haberse apropiado, no del todo debidamente, del término liberal. El agregado del prefijo neo puede dar la impresión que el neoliberalismo fuese una continuación, actualizada, del liberalismo decimonónico. Mas, de este se diferencia precisamente por su lado político, ya que no hay una preocupación por las libertades civiles, las que se consideran prácticamente una extensión de las económicas, como nos demuestra el hecho de que ella esté ausente de los estatutos de la Sociedad Mont Pèlerin, así como el propio Fredrick Hayek no viera contradicción alguna en asesorar al régimen dictatorial chileno, uno de los que fue más lejos en el cercenamiento de las mismas, siendo casi imposible cuestionar en términos eidéticos, dadas las severas restricciones impuestas al pensamiento, como demuestran los ataques a las ideas cepalinas, para dar un ejemplo restricto al área económica.

Esta aparente digresión cobra sentido desde varios ángulos, el primero al observar que además de su carácter de

contrarrevoluciones preventivas, las dictaduras fueron proyectos refundacionales (Garretón, 1985 y Sidicaro, 1996), que tenían como pretensión, en algunos casos bastante exitosa, de reestructurar las bases sistémicas de los países de la región con el objetivo de remover las precondiciones para que las fuerzas nacional-populares² volviesen al poder, como bien lo advirtiera Marcelo Cavarozzi (1989) al señalar las diferencias de naturaleza de los golpes ocurridos en Argentina antes y después de 1966.

Precisamente algo similar a lo que había constituido el neoliberalismo en sus prolegómenos. Tanto el manifiesto de Walt Whitman Rostow (1960), como el libro de Karl Popper, la *Sociedad abierta y sus enemigos* (1974) nos muestran el carácter contrarrevolucionario del mismo (Cocker, 1996), ya sea para combatir enemigos externos como internos, a la vez que comparte también el hecho de ser una agenda de reformas que busca reformular el orden mundial como antídoto de la rebelión (Smith, 1996: 144-146)³.

La aparente paradoja se produce porque supuestamente el neoliberalismo se alzaba para proteger la libertad y la democracia. De todos modos, no podemos confundirlo así como a las dictaduras latinoamericanas con intentos totalitarios, aunque dentro de ellas hubieran quienes los propulsaran y no se respetaran ni una ni otra. Aunque parezca contradictorio, los mismos se presentaron a sí mismos como sus paladines, actuando por medios de excepción, para protegerlas, una vez que las creían amenazadas o corrompidas por fuerzas a las que acusaban de escudarse en ellas para subvertirlas, las que serían repuestas una vez barrido ese peligro, para lo cual no había

² Preferimos esta categoría, empleada por Alain Touraine (1989), dado que permite englobar regímenes que la noción de populismo difícilmente daría cuenta, como ser el gobierno de Salvador Allende.

³ Un análisis similar para el caso brasileiro, ver Mendes (2005).

tiempos y sí metas a cumplir, lo que explica la extensión de las mismas y algunos recaudos adoptados, como los de dar poder a órganos colegiados y establecer una alternancia, para evitar personalismos y recaídas totalitarias, que solo en el caso chileno no siguió.

Si el ideario neoliberal no era tan consensual, por la adhesión a ideas comunes sin el auxilio de la fuerza, sea esta efectiva o simbólica, ni esas ideas no podían constituir hegemonía por sí solas, entonces, ¿donde radicaba su poder o que otras fuentes de poder lo potenciaron?

La pregunta es clave dado que no se puede explicar la ascensión de tal entramado eidético sin el auxilio de algunos importantes medios y acciones que lo propagaron. En tal sentido, llama la atención en este caso la particular imbricación que tuvo con intereses económicos y políticos concretos, en especial materializadas en la constitución de importantes entidades que los cobijaron o en el redireccionamiento en su favor de otras, sean ellas de ámbitos estatales o privados, nacionales e internacionales.

Diferentemente de experiencias que usaron de estructuras más tradicionales, como corporaciones, ésta se valdría de instituciones mucho más maleables organizacionalmente, en particular fundaciones, foros de notables, universidades privadas y *think tanks*, que en esa época despuntaron para su edad de oro, los que se entrelazaron en un intrincada y sofisticada red, que operó dentro y fuera de las fronteras nacionales, como bien ilustran los capítulos de Dieter Plewhe y Karin Fischer, y de Ary Minella incluidos en esta compilación.

El concepto de red parece bastante apropiado para entender el proceso de constitución, consolidación y expansión del neoliberalismo, en particular debido al hecho que éste no fue monocentrado ni uniforme. De todos modos también hemos observado que el mismo puede ser mejor entendido si

especificamos aún más la forma en que ellas se entrelazaron. En tal sentido, estos agentes actuaron como constelaciones hegemónicas, debido a que la constitución de hegemonía, en una visión gramsciana, es un proceso y no un producto definido. Por ello, en el capitalismo no tenemos un único agente constructor, sino un conjunto amplio, que la articula mediante alianzas, a veces algo inestables y mutables temporalmente, entre segmentos que construyen micro hegemonías en múltiples planos y campos, básicamente en el caso que nos ocupa el empresarial, académico de las ciencias económicas y político, aquí tomado en sentido amplio⁴. Ese préstamo disciplinar, nos permite elucidar también las relaciones entre las diversas corrientes que lo compusieron, dado que las mismas actuaron igualmente como coaliciones discursivas, es decir, un conjunto específico de líneas narrativas sustentadas por actores, muchos de ellos verdaderas comunidades epistémicas, que contribuyen para producir y reproducir esas líneas narrativas realizando diversas prácticas políticas asociadas a ese discurso, las que incluyen alianzas entre sí, con las que reforzaban sus fuentes de legitimación (Fischer y Forester, 1987).

Igualmente, la razón para la elección por ese tipo de instituciones estuvo centrada en la capacidad que los mismos tenían para moverse en diversas situaciones, sin las trabas formales de instituciones tradicionales, además de que no estaban sujetas a controles democráticos, que podían quitarles el comando de las mismas, inclusive en los pocos sectores donde eran mayoritarios, como pueden ser el de las corporaciones tradicionales.

Ello queda claro, por ejemplo, en las reconfiguraciones estatutarias que la Fundación Mediterránea promoviera en 1983

⁴ Para mayores detalles sobre ese concepto, ver el artículo de Javier Balsa (2007).

y 1987⁵, momentos en que encaraba su proceso de expansión hacia Buenos Aires y su efectiva nacionalización, por la cual, al igual que diversas sociedades anónimas, estableció una fuerte jerarquización entre sus miembros, dividiéndolos entre fundadores, activos y adherentes, con una notable diferenciación de sus condiciones de ingreso y atribuciones, mediante lo que la fracción industrial del Interior⁶ argentino resguardaba su control, que podía ser puesto en peligro si no se tomaban esos recaudos. Circunstancia esa que los empresarios cordobeses conocían perfectamente, ya que unos años antes habían liderado una rebelión dentro de la Unión Industrial Argentina (UIA), que terminaría precisamente con una alteración en sus estatutos, que equiparó un poco su poder respecto de la fracción porteña.

Por otro lado, el carácter más tecnocrático con que muchas de ellas se revistieron les permitía camuflar los intereses que las permeaban, en especial la acción de grupos privados y de gobiernos extranjeros, básicamente del norte-americano, inclusive apropiándose de parte de recursos públicos, que era triangulado por ese tipo de organizaciones a través del fomento a la investigación, como queda claro en casi todos ellos.

Cuando decimos que fueron coaliciones discursivas nos referimos tanto a que articularon diversas narrativas provenientes de varias escuelas económicas, como también de otras áreas. Más que un discurso económico, el neoliberalismo es un metadiscurso que articula muchos otros, como nos muestra el caso que el propio Karl Popper se enfrascara personalmente en la iniciativa, como miembro de la Sociedad Mont Pèlerin, al tiempo que Frederick Hayek también incursionara por los terrenos de la epistemología.

⁵ *Actas del Comité Ejecutivo de la Fundación Mediterránea*, Libro n° 2, Acta n° 214, 28 de Noviembre de 1983, pp. 78-89; y Libro n° 3, Acta n° 257, 18 de Agosto de 1989, pp. 175-199.

⁶ Aquí el término hace referencia a todo el territorio que no corresponde a Buenos Aires.

Otras áreas como la del derecho, las ciencias políticas, las ciencias sociales, la filosofía y hasta la propia historia igualmente se vieron influenciadas e incluidas en tal narrativa, que funcionaban como un todo.

Notamos también que discursos no científicos se incluyeran dentro de la estrategia de legitimación, como el católico y el nacionalista, dado que el conflicto social se presentaba muchas veces como una confrontación de civilizaciones, tal como queda evidente en el manifiesto de Rostow (1960) que ya comentáramos. Lucha que se debía trabar inclusive desde la más tierna infancia, como nos muestran los casos de que el IPÊS financiara los boys scouts en Brasil, incluyera en su programa de producción de films un dibujo animado y que los Institutos Liberais patrocinaran una cartilla sobre ciudadanía con la tira cómica Turma da Mônica, quizás la más popular entre los niños de ese país, como forma de ganarlos precozmente para la causa.

Compartiendo muchas de las ideas de Norbert Lechner (1981), podemos decir que la minoría numérica que comulgaba de ideas neoliberales consiguieron imponerlas como si fueran de la mayoría mediante un comportamiento consistente, es decir, llevó adelante diferentes acciones que se lo permitirían, en primer lugar la de constituir un discurso y organizaciones apropiadas que se encargarían de difundirlo y tornarlo, con el tiempo y no libre del auxilio de la fuerza, en hegemónico.

Demostrando ello de modo concreto, hemos observado claramente la acción en Latinoamérica de tales organizaciones ya a mediados de la década de 1950, como nos muestra el acuerdo que la Universidad de Chicago realizara con la Pontificia Universidad Católica de Chile en 1956, con el patrocinio de la Fundación Ford, que después sería replicado en otras latitudes, como en Argentina con la Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericana (FIEL), en 1964.

Probablemente fuera un proceso estructural, pero tampoco se puede descartar la acción consciente con ese propósito de parte importante del *establishment* mundial, como nos sugiere un giro aún poco conocido que puede ser visualizado siguiendo las trayectorias de dos figuras de la familia Rockefeller. Nelson –que llegó a ser vicepresidente de los Estados Unidos y vio frustradas sus expectativas de ascender a la presidencia debido a un cáncer–, primero, y su hermano David, después, habrían comandado una de las líneas más importantes de ese proceso, secundados por políticos e intelectuales de peso, como Henri Kissinger, Alfred C. Neal, Zbigniew Brzezinski y Samuel P. Huntington, entre otros, con los cuales encabezarían una amplia reestructuración en su propio país; en nivel mundial, especialmente a través del Council of Foreign Relations (Shoup y Minter, 1977; y Silk y Silk, 1980) y de la Trilateral Commission (Sklar, 1980), en particular durante la crítica coyuntura de 1973; y en la esfera latinoamericana, generalmente por medio del Council of the Americas, que tuvo múltiples denominaciones y reestructuraciones entre 1961 y 1965 hasta llegar a ese nombre.

Durante este primer momento, dos fueron las preocupaciones más relevantes de esas organizaciones, el combate ideológico al comunismo, con la producción de abundante material editorial, y la de justificación del capitalismo en sentido amplio, en particular de las empresas y sus dueños.

Para el ámbito latinoamericano ello era más de lo que justificado ante el hecho que el año 1962 sería particularmente emblemático, marcando el ápice de la tensión de la Guerra Fría en el continente, lo que motivó Rockefeller a convocar una reunión en Nassau a la que fueron invitados por lo menos dos representantes del empresariado de cada nación del continente. Después de ella, varias entidades con cuño parecido ganaron fuerza y se diseminaron por la región, algunas con vida corta, como el mexicano Instituto de Investigaciones Sociales y

Económicas (IISE), otras, como el brasileño Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), que había sido creado el año anterior, se solidificaron y fincaron fuertes raíces, pasando a liderar ese proceso.

De todos modos, si bien el espectro comunista fue escogido como blanco ideológico principal, en realidad los adversarios eran muchos más amplios. En Latinoamérica, en particular en los casos analizados en detalle, esa coyuntura provocaba una fuerte radicalización por lo que preocupó a los grupos dominantes, tanto locales como foráneos, que veían con desconfianza el clima que se levantaba. Así el peligro rojo era más una excusa para dirigirse en contra de varias otras corrientes políticas y sociales que pudieran cuestionar el orden de dominación mundial, inclusive dentro de los propios moldes capitalistas, que llevasen a una mayor autonomía de los países subdesarrollados, por ejemplo.

Las amenazas no dejaban de tener visos de realidad, ya que si bien la industrialización substitutiva había potencializado el surgimiento y la consolidación de muchas empresas, también hizo emerger un proletariado numeroso, ahora con poder de voto. El mismo fue desplazándose de la influencia de grupos anarquistas, socialistas y comunistas para, en su mayoría, entrar en la órbita de nuevos liderazgos con apelación popular, que no solo basaban esa sintonía en la concesión de derechos y ventajas laborales, con aumento expresivo de los salarios, sino también en un discurso nacionalista. Tales alegatos, en momentos puntuales, podían transformarse en anti-imperialistas, justamente en un contexto donde las revueltas de carácter insurreccional ya alarmaban, inclusive porque en coyunturas críticas también atacaban o amenazaban atacar los intereses de las oligarquías terratenientes y la burguesía asociada al capital extranjero.

Para desconsuelo de los que veían sus intereses contrariados, el pragmatismo propio de los populismos fue

siendo sustituido por el sustento teórico e ideológico de corrientes desarrollistas. A pesar de algunos estremecimientos estos dos fenómenos confluían en diversos puntos, como los de asentarse en un mismo trípode social, promover el desarrollo industrial y pretender alcanzar la soberanía económica y política de sus países.

De todos modos, en un análisis retrospectivo, que por conocido apenas nos remitimos a sus aspectos básicos, podemos observar que, si bien las políticas que tales gobiernos impulsaron consiguieron hacer crecer los países a tasas expresivas y aumentar en porciones significativas de la población su nivel de vida, tales conquistas venían acompañadas de algunos fenómenos no tan deseables. En primer lugar los ciclos eran espasmódicos, conocidos como de stop-go, por alternar en una serie generalmente quinquenal una curva ascendente más larga con otra más corta de crisis, que ni siquiera la segunda etapa sustitutiva consiguió superar. Ello era fruto del estrangulamiento de la balanza de pagos, ya que las exportaciones tradicionales estaban estagnadas, especialmente por la sobrecarga impositiva, por lo que no se conseguían extraer las divisas necesarias para pagar los insumos y bienes de capital que la expansión interna requería.

Aunque los populismos no despertaron grandes simpatías en el medio académico universitario en general, en el área económica fue donde ganaron aliados de peso. Éste era un campo que recién se abría por estas latitudes, inclusive varios de sus profesionales se formarían primero en otros ámbitos, como el derecho y la ingeniería, predominantemente, para volcarse a su estudio una vez graduados. Desde cátedras universitarias, institutos montados dentro del vientre del propio gobierno o de algunas de las corporaciones, que ya anticipaban la necesidad de contar con estudios para sustentar sus pretensiones, fue que tales ideas comenzaron a ganar amparo. Tal proceso ocurría en un momento en el que la ciencia estaba

convirtiéndose cada vez más en un elemento legitimador y, dentro de ella, los ingenieros y médicos, que habían dominado junto con los abogados la transición del siglo XIX al XX, comenzaron a ser desplazados por los economistas, que alcanzarían la cumbre durante los años ochenta y noventa (Markoff y Montecinos, 1994).

Un hito importante en la consolidación de ese proceso de profesionalización del campo de la economía y de hegemonía de ideas estructuralistas fue el aliento que se les dio con la creación de la Comisión Económica para América Latina (CEPAL), órgano dependiente de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), que con ello demostraba la preocupación en dar organicidad internacional a determinados asuntos económicos y en el cual encontraron amparo y prosperaron tales posturas.

Si bien ellas primaron en gran medida durante este período, un cambio abrupto se produciría en un escaso lapso de tiempo, en el que, a grosso modo, el predominio de posiciones desarrollistas fue sustituido por la primacía de otras neoliberales. Este proceso no se restringió al campo de la economía como disciplina, dado que la coalición neoliberal no sólo se debió enfrascar en el conflicto de ideas, sino que para tener éxito precisaba desmontar las bases económicas, sociales y políticas que daban pie al desarrollismo si querían implantar un nuevo modelo.

El neoliberalismo había recalado en Latinoamérica de forma difusa, generalmente traído en sus bagajes por individuos que iban a Europa tras cursos de postgrado, con los cuales pretendían cubrir las deficiencias formativas existentes, dado que los cursos de economía aún no existían, los que ganaron forma a finales de los cincuenta o más tarde aún, según las latitudes. Por ejemplo, ello es claro en el caso de Alberto Benegas Lynch, quién crea en 1957 en Argentina el Centro de Estudios

sobre la Libertad (CESL) (Morresi, 2011. Ver también el capítulo de María Paula de Büren incluido en esta compilación), así como en el propio pensamiento de Roberto Campos, con la incorporación de claros matices ordoliberales, cuya formación inicial era en teología, lo que no deja de tener sentido con lo anterior, dadas las profundas relaciones de tal teoría con la Doctrina Social de la Iglesia.

Que este proceso se iniciara con importación de ideas está lejos del sentido común que vincula al neoliberalismo como una mera imposición teórica desde el centro, en realidad, fue mucho más complejo, por lo que aquí sostenemos que el mismo fue enraizado, lo que implicaba que sufriera alteraciones y adecuaciones de acuerdo con las realidades locales, las que no eran meros maquillajes, sino que incidían sustancialmente en las características impresas, como nos muestra el ejemplo de la convertibilidad, que ya comentáramos, o las claras diferencias entre los casos brasileño y chileno.

Ese proceso de enraizamiento tomaría más cuerpo cuando una serie de instituciones comenzaron a realizarlo sistemáticamente. De los países latinoamericanos que tempranamente recibieron la influencia de tal ideología y registrara las primeras acciones más consistentes fue Chile, tal vez como forma de neutralizar el ideario que los cepalinos propagaban desde Santiago. En 1956, la Universidad Católica fue escogida para sellar un acuerdo de cooperación financiado por la Fundación Ford que engendraría los primeros Chicago Boys, expresión forjada por Aníbal Pinto que se extendería a todos los representantes del neoliberalismo. Más adelante, a fines de 1963, Agustín Edwards, dueño del diario *El Mercurio* y que sería un activo conspirador contra Salvador Allende, fundó en el seno de esa Universidad el Centro de Estudios Socio-Económicos (CESEC), profundizando ese proceso (Hunneus, 2000; Boisard, 2004; Fischer, 2009).

Esa misma fundación norteamericana, junto a un gran número de otras instituciones privadas y públicas, también estaría presente financiando actividades del Instituto de Estudos Econômicos e Sociais (IPÊS), creado en Brasil en 1961. De todos modos, a diferencia de los otros dos casos nacionales, los aportes no tuvieron como destino el patrocinio a la formación de sus cuadros y si el de financiar estudios concretos y publicaciones referentes a una amplia gama de reformas que se creían imprescindibles para el país y que servían de contrapunto a la extensa discusión generada con las Reformas de Bases, impulsadas durante el gobierno de João Goulart (Dreifuss, 1981; Ramírez, 2007).

Ya, en Argentina, la Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas (FIEL) sería creada en 1964, recibiendo tres cuartos de sus aportes iniciales por parte de aquella misma fundación, que en su mayoría se destinaban a costear becas de estudio para su novel cuadro técnico, los que también se dirigieron casi en su totalidad hacia la Universidad de Chicago (Heredia, 2004; Ramírez, 2007).

Estas instituciones habían surgido para combatir los postulados estructuralistas, operando en un momento crítico, que era resultado de un proceso de exacerbación de los conflictos sociales, económicos y políticos. Estado de convulsión que alarmaba los grupos dominantes que inicialmente intentaron contenerla dentro de las reglas de juego democráticas. En el caso brasileño hubo participación expresiva del IPÊS en las elecciones de 1962 y en el plebiscito de 1963, vencidos por las fuerzas janguistas. Así como en Chile los grupos que engendraron y adherirían al neoliberalismo se involucraron en la campaña de Jorge Alexandre a la presidencia. Y también era habitual que los cultores de ideas ortodoxas hicieran oposición a las posiciones desarrollistas en Argentina que varios partidos, en particular el radical y el peronista, cobijaban. De todas

formas, al revelarse infructíferos abandonaron esos intentos progresivamente para abrazar, o potenciar aún más, soluciones autoritarias, las que, como comentáramos, constituyen parte del mismo proceso.

De modo más específico tenemos que Brasil vivía desde 1961 una situación conturbada después que Jânio Quadros renunciara y João Goulart, su vice, lo sucediera, el que, debido al particular sistema electoral con dos pleitos diferentes, era de oposición. Su asunción fue impugnada desde varios sectores, inclusive de las Fuerzas Armadas, que veían en ella un frente de conflicto. Después de ver frustradas sus tentativas de impedirla, le impusieron un régimen parlamentarista como condición, lo que dispararía intensas luchas para librarse de ese corset. Ello tensionaría el sistema político hasta un punto de no retorno, al obligar al presidente a buscar apoyo a la izquierda del espectro partidario, con lo que aumentaba la antipatía de los grupos conservadores, enajenándose el apoyo de los moderados.

Otras amenazas al orden constitucional habían acontecido en la historia brasileña desde que ella retomara la senda democrática en 1945, pero nunca habían llegado a tal punto. El presidente Getúlio Vargas se quitó la propia vida en 1954 como forma de contener el golpe que se creía próximo y, un poco más adelante, en 1955, Juscelino Kubitshek debió enfrentar serias resistencias para garantizar su asunción a la presidencia, a la que había obtenido legítimo derecho por medio de las urnas.

La inestabilidad del sistema político argentino también era endémica, con interrupciones provocadas por golpes de Estados que arrancan desde 1930, alternando gobiernos legítimamente constituidos a través de elecciones con otros de facto. De todos modos, las dos últimas interrupciones se distinguen de las primeras ya que pretendían ir más allá en sus objetivos, en particular la substitución de la política de

neutralización por la de aniquilación de los enemigos internos y la realización de modificaciones estructurales como forma de evitar la vuelta de los mismos peligros que los habían compelido a insurgirse.

En el caso chileno se llegaba de una forma diferente. El país tenía una extensa tradición democrática y sus fuerzas armadas habían sido respetuosas del orden establecido, pero el proceso que llevó Salvador Allende a la presidencia provocó una intensa movilización, tanto de sectores subalternos como de los grupos dominantes, que desarrollaron una fuerte campaña opositora para minar su poder hasta conseguir derrocarlo.

Así, observamos como punto en común que esas instituciones actuaron, directa o indirectamente, para deslegitimar los gobiernos constituidos, dando munición ideológica, particularmente discursiva, así como otros tipos de recursos a grupos opositores, participando en los golpes de Estado, en particular los que tuvieron lugar en Brasil en 1964, los de Argentina en 1966 y 1976, y el de Chile en 1973, así como formaron parte de los gobiernos autoritarios, colonizando varios de sus aparatos estatales, en especial los del área económica, articulando parte de su sustento ideológico, el que tuvo como espina dorsal el combate a la subversión del orden y la crisis económica, lo que incluyó la aplicación de recetas ortodoxas de estabilización y transformación productiva, la mayoría, por no decir su totalidad, pergeñadas en su propio vientre, lo que no obedecía sólo a mandatos locales, sino que ya estaban en sintonía con una nueva configuración capitalista en sentido amplio.

En particular llama la atención la reformulación del sistema financiero como precondition para ingresar a una etapa de mundialización; el fuerte giro para cerrar el ciclo substitutivo, implementando políticas que llevarían a una fuerte primarización de la matriz productiva, con resultados que fueron de verdaderas carnicerías de industrias; y una

estruendosa caída del poder adquisitivo del salario, lo que permitía un aumento de la productividad pero que también traía aparejado un expresivo encogimiento del mercado interno. Por otro lado, yendo en dirección contraria, también se acumuló una voluminosa deuda externa, a pesar de las privatizaciones periféricas que ocurrieron. El objetivo de esa estrategia estaría vinculado con la transferencia de dinero público a manos privadas, para acelerar la concentración, vía reducción de impuestos, concesión de beneficios o la licuación de pasivos como ocurrió en Argentina, método que también se aplicaría en la crisis de 2008; a la vez que se pretendía reducir los márgenes de acción del Estado, que era llevado a la inanición, lo que en tiempos de Reagan fue conocido bajo el slogan *Starve de Beast*, matar de hambre a la bestia. Vemos así que el trípode social que impulsaba el modelo desarrollista había sido suplantado por otra coalición social, con intereses bien diferentes.

Por tanto, la emergencia y el protagonismo alcanzado por esas organizaciones se debía tanto a algunas características previas de las estructuras económicas, sociales y políticas de sus naciones como a transformaciones que serían operadas en el transcurso del proceso, algunas inclusive motorizadas por ellas mismas, otras por fuerzas externas, la mayoría en simbiosis. Muchas de las cuales sería de difícil reversión.

De hecho, los diversos estudios sobre las Reformas de Base producidos primeramente por el Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) y después por el IPÊS, “El Ladrillo” como es conocido popularmente el voluminoso documento que dio origen al programa titulado *Bases de la Política Económica del Gobierno Militar Chileno*⁷, así como los trabajos que FIEL llevara adelante en Argentina nos revelan que en esas entidades se

⁷ Publicado en 1992 bajo el formato de libro con prólogo de Sargio de Castro por el Centro de Estudios Públicos (CEP).

condensó el pensamiento que basaría las políticas económicas durante el período autoritario.

Si bien esos fueran los grupos que dominaron las políticas públicas en ese período tan aciago, también es importante referirse aquí a la Fundación Mediterránea, que tuvo paso raudo por el gobierno dictatorial, pero que provocara algunos conflictos internos de cierto calibre, en especial por la oposición que hacían a FIEL y a la ortodoxia de la *city* porteña, que representaba al capital más concentrado y asociado al capital externo. De todos modos, a pesar de ser marginal en esa época, ya que su centralidad fue conseguida durante períodos democráticos, el particular curso que sus ideas siguieran nos ayuda a entender un poco más la complejidad del fenómeno de adhesión a posiciones neoliberales así como ciertas dinámicas políticas de las dictaduras.

Si bien tal entidad había sido fundada en 1977, podemos considerarla una continuidad de la Comisión de Estudios Económicos y Sociales (CEES), fundada en 1969, al compartir un mismo cuadro de miembros como patrocinadores y economistas, la que estaba próxima a la heterodoxia en sus inicios, defendiendo un nuevo régimen de promoción industrial, en clave desarrollista, pero que se fue aproximando gradualmente a otro tipo posiciones hasta abrazar sin tapujos la cartilla neoliberal en los ochenta.

Sin desechar algún tipo de oportunismo, hubo muchos otros casos de trayectorias de ese tipo, como el de Roberto Campos y el del equipo encabezado por José María Dagnino Pastore, que migró del Instituto Di Tella a FIEL en 1969, para colocar sólo algunos ejemplos. Por tal motivo, consideramos que ese deslizamiento obedece más a razones estructurales. A medida que el proceso social y político se radicalizaba, la base que lo había impulsado también entraba en crisis, llevando aquellas posiciones más conservadoras que antes le daban apoyo

a distanciarse, inclusive pasando a la oposición y a enrolarse en teorías abiertamente contrarias (Bielschowsky, 1995).

Los conflictos entre FIEL y la Fundación Mediterránea también nos ilustran acerca del hecho de que el proceso no fue monolítico y contradicciones se dieron, las que ni las propias dictaduras pudieron contener. Por ejemplo, es clásica la oposición que hubo dentro del gobierno argentino entre el grupo liberado por el ministro de economía José Alfredo Martínez de Hoz, que contaba con el apoyo del presidente general Jorge Rafael Videla, y el ministro de Planeamiento general Ramón Genaro Díaz Bessone, que culminaría con la defenestración de este final de 1977; también es conocida la lucha interna que opuso los miembros de la junta de gobierno chilena generales Augusto Pinochet y Gustavo Leigh, que llevaron al alejamiento de este último en 1978; año que también marcaría un serio cuestionamiento por parte del Grupo dos Oito, como se conoció al grupo de los empresarios más poderosos de la época, a la política económica seguida por la dictadura brasileña.

Por otro lado, es punto común el hecho de que tales tipos de instituciones tuvieran que asumir también tareas de acción política, lo que obedecía en gran medida a que en estos países los partidos de derecha no tenían peso suficiente como para imponerse en las elecciones, a excepción de Chile, como nos muestra para Argentina el capítulo de Sergio Morresi incluido en esta compilación. Si bien esa característica observada por Juan Linz aún es válida (1978), también debemos considerar que los propios partidos y la forma de hacer política estaban atravesando un período de cambios. En estudios ya clásicos, Clauss Offe (1990) nos habla de una crisis por la cual éstos pierden su capacidad para formular discursos y políticas públicas para concentrarse en la lucha por el poder, desdibujándose sus contornos más nítidos. Esas circunstancias los aproximarían del centro y provocaría una pérdida de sus diferenciales programáticos,

asemejándose cada vez más entre ellos, como lo marcara Otto Kirchheimer (1980), a la vez que centrar esfuerzos en la lucha electoral y no en la elaboración de propuestas con la sofisticación que las nuevas circunstancias demandan, por lo que tienen que procurarlas por fuera de sus estructuras o del Estado, caso por ventura salgan airosos de las contiendas.

Por ello no es contradictorio que figuras neopopulistas y hasta social-demócratas fueran trampolines para su ascensión a los primeros planos del poder, lo que no habría sido una solución meramente coyuntural sino que puede haber sido planeada con cierta antecendencia, como nos muestra el trabajo de Rudiger Dornbusch y Sebastián Edwards, quienes antevieron esa posibilidad en un trabajo tal vez premonitorio (1989).

Argentina proporciona casos de sobra de ese particular fenómeno. Por ejemplo, el presidente Carlos Menem dejó el Ministerio de Economía primeramente en manos del grupo Bunge y Born, personificado por sus ejecutivos Miguel Roig y Néstor Rapanelli, el que luego pasó a ser comandado por Erman González, un inexpresivo cuadro partidario que era monitoreado por Domingo Cavallo, de la Fundación Mediterránea, que ocupaba la Cancillería, que lo asumió en seguida, él que a su vez cedió lugar a Roque Fernández, un ex cuadro de esa Fundación y que integraba el Centro de Estudios Macroeconómicos de Argentina (CEMA). Por su parte, Fernando de la Rúa cedió sucesivamente la cartera a Ricardo Lavagna, cuadro de la UIA; Ricardo López Murphy, de FIEL, y Domingo Cavallo, los que profesaban ideas muy diferentes, inclusive demostrado por el hecho que la UIA se había alejado de FIEL en 1991.

Las políticas públicas pasan así a ser diseñadas y hasta implementadas por miembros de entidades que tenían esa impronta, las que también se ampararon en otro tipo de diálogo político, que pasó a privilegiar al poder económico por sobre

otros intereses, proceso que iría reduciendo el círculo áulico a medida que el mismo avanzaba, constituyendo el caso argentino más una vez un ejemplo que puede ser extendido a los otros casos. Cuando José Alfredo Martínez de Hoz anunció su programa económico convocó a los 500 empresarios más poderosos para una explicación detallada, ya Ricardo Alfonsín negoció el Plan Austral con los Capitanes de la Industria, a la vez que la defenestración de Domingo Cavallo en 1995 fue sellada por el Grupo de los Ocho. Tal reducción numérica era, en última instancia, una metonimia de la concentración operada en la economía y las fuentes de poder, que tenía en ella quizás su principal resorte.

Tal proceso no fue solo latinoamericano, Albert O. Hirschman (1985: 193) observó que los actores sociales son representados de manera desigual por los partidos y organismos estatales, distinguiendo entre problemas *privilegiados*, por los cuales los implicados tienen acceso adecuado a los gobernantes, de modo que éstos son obligados a prestarles atención de forma preferencial, y problemas *descuidados*, en los cuales aquellos que efectúan las demandas no disfrutaban de ese acceso directo y tienen que llamar la atención de los gobernantes a través de formas indirectas.

De esa forma, los problemas de la burguesía dentro de una sociedad capitalista, tanto en regímenes democráticos como autoritarios, serían considerados problemas privilegiados, debido al hecho de que sus miembros no participan solo políticamente a través de la competencia electoral entre partidos políticos, para decidir la organización y la distribución de los recursos sociales como utilizan las otras clases, sino también como agentes de acumulación, es decir, como dueña de los principales medios de producción, disponiendo, en gran medida, del control del excedente y de la inversión, que durante esta etapa se torno más concentrado e inclusive se transnacionalizó.

Tal vez, sea esa segunda participación la que se torna decisiva, dado que la decisión de un empresario en invertir o no, contratar o expulsar mano de obra, ser innovador o conservador, apoyar un gobierno o ayudar a su derrumbe, por medio del sabotaje inflacionario, como ejemplo, no depende exclusivamente de un solo acto, sino que es resultado de su voluble humor cotidiano.

Esa es la razón por la cual podemos concluir que sus prácticas políticas no son dissociables de sus comportamientos económicos, remitiéndonos en todo caso a dos ámbitos distintos, pero inseparables. En el sistema político los empresarios otorgan, retiran o negocian más o menos públicamente con las autoridades; mientras que en el ámbito económico lo hacen a través de múltiples prácticas coyunturales como, por ejemplo, fuga de capital, reducción de inversiones productivas, estableciendo precios o realizando acciones especulativas, con las cuales también ejercen presión sobre los gobernantes, inclusive con mayor fuerza que con las primeras, que se potencia aún más cuando las autoridades son débiles o están sujetas a coyunturas críticas.

La capacidad de veto, casi diaria, y el privilegio que los capitalistas tienen para hacer escuchar sus demandas es lo que determina, en gran medida, que generalmente no sea necesaria una compleja organización de su acción colectiva o que la misma se dé de forma más informal, como aconteciera con los impulsores del neoliberalismo, que se apoyaron en acciones e instituciones de ese tipo predominantemente.

Ese fenómeno se potenciaba más porque el Estado vio vaciarse de su potencial para formular políticas públicas propias, delegándolas en instituciones privadas que las ofrecían a los diferentes gobiernos de turno, sin importar mucho las orientaciones partidarias. El ejemplo más cabal lo ofrece Domingo F. Cavallo, que fue presidente del Banco Central bajo

un gobierno autoritario, canciller y ministro de economía del peronista Carlos S. Menem y nuevamente ministro de economía del radical Fernando de la Rúa, habiéndose ofrecido para cargos a Raúl Alfonsín, que no lo aceptó. De todas formas, él no actuaba solo, cuando ocupaba tales cargos se valía del auxilio de una legión de cuadros de la Fundación Mediterránea.

Así, no resulta una novedad el protagonismo asumido en tiempos democráticos por el empresariado y los tecnócratas que hacían carrera en instituciones empresariales y no a través de estructuras estatales o partidarias, los que quedaron en la conducción de las políticas económicas predominantemente, que llevaron adelante un segundo conjunto de reformas, que profundizaron y completaron las emprendidas durante el período autoritario, después de un primer y fallido intento para volver a políticas heterodoxas. Básicamente con un incremento del proceso de financierización y primarización, mayores reducciones salariales, de conquistas obreras y del Estado, con privatizaciones en áreas centrales, que llevaron a la alienación de prácticamente todo su patrimonio.

Si bien este fue un proceso común, algunas discrepancias encontramos. Excepto en el caso argentino, que conservó durante la mayor parte de este período el protagonismo de las instituciones que habían participado del diseño de las políticas económicas de la dictadura, como FIEL y la Fundación Mediterránea, o el propio CEMA, que había sido fundado en esa época. En Brasil y Chile las mismas perdieron fuerza, tal vez precisamente por esa fuerte vinculación, las que cedieron paso para otras entidades, que no se diferenciaban en esencia, inclusive en algunos casos es visible cierta continuidad, porque constituyen escisiones o porque muchos de sus miembros migraron de una a otras.

En tal sentido, en el caso chileno, del núcleo inicial que formulara El Ladrillo se separaron el Centro de Estudios Públicos (CEP), fundado en 1980, y el centro Libertad y

Desarrollo (LyD), creado en 1990. El primero suplió la mayor parte de los equipos económicos post dictadura, mientras que el segundo llevaría adelante el neoliberalismo de forma más militante, inclusive éste último nos muestra como después de mucho tiempo la confusión semántica aún estaba instalada en su propio nombre, quizás de propósito, al hacer alusión a dos palabras caras a otras ideas, inclusive a las que habían combatido y aún combatían fervorosamente, como el liberalismo político y el desarrollismo. Tales emergencias se explican a partir de algunos conflictos surgidos al interior del grupo primigenio, así como por el alejamiento de la jerarquía Católica chilena tanto del régimen autoritario como de tales posiciones ideológicas.

Por el lado brasileiro, el IPÊS había quedado muy vinculado al golpe de Estado y a los años de plomo de la dictadura, a la vez que no había conseguido diseñar una estrategia exitosa de reconversión, para convertirse en un centro de altos estudios, como si lo consiguiera la Fundação Getúlio Vargas (FGV), a la cual transfirió todos los cursos, entrando en colapso financiero, motivo que llevaría a su desmovilización en 1971, ante la imposibilidad de cerrarlo, dado que el desinterés era tamaño que no pudieron reunir número suficiente de miembros para darle ese fin.

De todas formas, muchos de los que en tal entidad habían actuado fundarían años más tarde, en 1983, los Institutos Liberais, en cuyo derrotero interesa notar también características que se inscriben dentro de la tradición corporativa brasileña, inclusive con muchos elementos similares a la historia del IPÊS.

En primer lugar, las entidades tuvieron base estadual, aunque la mayoría de las mismas recibieran igual denominación y otras alguna pequeña variante, las que poseían composiciones separadas y autonomía. El más antiguo de todos es el de Rio de Janeiro (IL-RJ), fundado en 1983, que tuvo replicada sus actividades a partir de 1986 en los estados de São Paulo, Rio

Grande do Sul, Brasilia, Paraná, Pernambuco y Ceará. En el caso del Instituto gaúcho, existe una pequeña diferencia en su nombre, que muda de Liberal para Liberdade. No obstante, debemos advertir que la gran cantidad de Institutos puede darnos una idea sobredimensionada; en realidad, la mayoría tuvo poca importancia efectiva, correspondiéndole a los tres primeros la actuación más decisiva y en los casos de Pernambuco y Ceará no se registran actividades a partir de 2001.

Igualmente es notorio que la acción más articulada se diera entre los ILs de São Paulo y Rio de Janeiro, correspondiéndole al de Brasilia un lugar destacado en la relación que se establecía con las máximas esferas de los tres poderes que en ella tienen sede, algo que también fue observado en el caso del IPÊS.

Igualmente llama la atención entre sus miembros el nombre de Jorge Gerdau Johannpeter, quién se desempeñó como presidente de su Conselho Nacional, así como las presencias de los grupos Villares, Votorantim e Itaú, los que habían sido signatarios del Documento dos Oito, con lo cual alcanzamos a sumar la mitad de los mismos, grupo que había pedido la implementación de políticas proteccionistas en 1978. Es decir que en un lapso de poco menos de diez años esos empresarios habían dado un giro copernicano. De defender la industria nacional, reclamar un papel más activo por parte del Estado y cuestionar el capital extranjero, pasaron a abrazar el ideario neoliberal que predicaba exactamente lo contrario, con lo cual se reafirma la tesis de que la adhesión a tales posturas fue un lento proceso.

No obstante, dos puntos desentonan con los otros casos nacionales, en particular su alejamiento de cargos efectivos, así como no llevar adelante de forma sistemática procesos formativos de sus cuadros o una producción académica propia, limitándose casi exclusivamente a ser una caja de resonancias de instituciones internacionales, que tuvieron gran participación interna. La injerencia de esas entidades fue tal que sus

lineamentos estratégicos habían sido sugeridos por Anthony Fischer, creador del Institute of Economic Affairs y la Atlas Economic Research Foundation, en un encuentro realizado en Londres, y posteriormente tratados por los representantes de varios estados brasileños reunidos en la capital carioca para darles forma definitiva.

Tal vez una explicación a ello este dada por el hecho de que otras instituciones ya se ocupaban de la alta formación de los economistas, como la FGV que mencionamos, a la vez que los órganos estatales se habían recompuesto y producían políticas públicas, directrices y estudios propios con suficiente grado de consistencia y sofisticación, o al hecho de que otras instituciones privadas, con vinculaciones menos evidentes con el empresariado asumieran las riendas de la economía, como fue el caso de Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) durante el gobierno de Fernando Henrique Cardoso.

En el caso argentino, llama la atención que las instituciones que fueron responsables por las políticas públicas de la dictadura, como FIEL o la Fundación Mediterránea, o otras que habían sido creadas en esa etapa, como el CEMA, continuaran ejerciendo gran influencia y estuvieron al comando en tiempos democráticos, después de una vuelta desastrosa de posiciones heterodoxas. Más recientemente vemos como el Centro de Implementación de Políticas Públicas para la Equidad y el Crecimiento (CIPPEC), de creación más tardía, ha asumido ese liderazgo, tal vez por el desgaste institucional, de prestigio y hasta humano de aquellas otras, como nos revela el hecho que Cavallo no consiga gran adhesión electoral o las prácticas nepóticas que registra la Fundación Mediterránea, la que en la actualidad solo nuclea tecnócratas con escuálidas credenciales, que contrastan con los laureles que en ella brillaban otrora.

Puede ser que tal continuidad se deba a la sempiterna manía argentina del eterno retorno, que ha hecho variar bastante

poco su escenario político, con un sistema partidario que se arrastra de lejos, siempre metamorfoseándose sin grandes alteraciones. De todos modos, también observamos esa resiliencia en el caso chileno, que siguió un recetario parecido, inclusive aprobado por fuerzas que anteriormente lo habían combatido con vehemencia, como bien nos ilustra Antonio Garretón (2012).

Ello no es una particularidad cono sureña, en la crisis que se abrió después de 2008 y de la cual aún no hemos salido, visto el estrangulamiento sistémico del tesoro norteamericano entre otros indicadores, los actores económicos y políticos tendieron a combatir la enfermedad con los mismos remedios que la habían provocado, comportamiento sobre el que hemos escrito anteriormente, ya que en momentos de coyunturas difíciles, los individuos difícilmente se arriesguen por caminos que no conocen, lo que los puede llevar a entrar en verdaderos círculos viciosos, como los que se delinearán en la actualidad.

De todas formas, el caso de Brasil constituye una particularidad notable, que nos ayuda a comprender mejor su proceso de redemocratización y la mayor resistencia que se le impuso a las reformas neoliberales, posibilitando futuramente la rápida reconstitución de una propuesta alternativa.

Tal vez esa particularidad pueda ser explicada por la propia conformación de su burocracia, otro de los actores centrales en ese proceso, y, dentro de ésta, el de los militares, cuyo papel no puede ser descuidado. Aunque no existan muchos trabajos comparativos, ni si quiera entre casos nacionales, el de Kathryn Sikkink (1993) nos muestra que, respecto de su par argentina, la burocracia brasileña era más vasta, sus métodos de reclutamiento más meritocráticos y su consideración social mayor, lo que atraía sectores medios y altos, inclusive porque sus salarios eran más elevados que los del ámbito privado. Esas ventajas fueron potenciadas durante el gobierno autoritario con un cambio en el régimen jubilatorio que mantenía sus rendimientos sin techo en cuanto se disponía un límite para los

que habían trabajado en la actividad privada. Particularidad que también puede ser explicada por el hecho de que no existió una ruptura clara entre el período colonial y el independiente, inclusive la proclamación de la República no fue tan traumática, conservando muchas de sus instituciones.

Estas diferencias nos muestran claramente como el proceso de enraizamiento no fue una mera importación, sino que tuvo en algunos momentos claves visos locales que le otorgaron ciertos matices que aún precisamos conocer más detalladamente para entender un proceso que fue mucho más rico de lo que explicaciones deterministas o reduccionistas nos tienden a hacer creer.

Bibliografía

BALSA, Javier. Hegemonías, sujetos y revolución pasiva. *Tareas*, n° 125, CELA, Centro de Estudios Latinoamericanos Justo Arosemena, Panamá, 2007.

BIELSCHOWSKY, Ricardo A. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BOISARD, Stéphane. Le modele économique chilien: du mythe a la realite. *Pensamiento Crítico*, Santiago de Chile, n° 4, 2004, pp. 1-21.

CAMOU, Antonio. *De cómo las ideas tienen consecuencias*. Analistas simbólicos y usinas de pensamiento en la elaboración de la política económica argentina (1983-1985). Tesis de doctorado: México: CLACSO, 1997.

CAVALLO, Domingo F. *Los efectos estangflacionarios de las políticas monetarias de estabilización*. Tesis de doctorado. New York: Universidad de Harvard, 1977.

_____; y COTTANI, Joaquin A. Argentina's Convertibility Plan and the IMF. *AEA Papers and Proceedings*, Vol. 87, n° 2, mayo de 1997, pp. 17-22.

CAVAROZZI, Marcelo. Los ciclos políticos en la Argentina desde 1955. In: O'DONELL, Guillermo, SCHMITTER, Philippe C. y

WHITEHEAD, Laurence, (comps.). *Transiciones desde un gobierno autoritario*. América Latina. Buenos Aires: Paidós, Vol. 2, 1989, pp. 37-78.

COCKETT, Richard. *Thinkink the Unthinkale: Think Tanks and the Economic Counter-revolution, 1931-83*. Londres: Fontana, 1995.

DORNBUSCH Rudiger y EDWARDS, Sebastian. *The Macroeconomics of Populism in Latin America*. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Editorial Vozes, 1981.

EVANS, Peter B. The State as Problem and Solution: Predation, Embedded Autonomy, and Structural Change. In: HAGGAR, Stephan y KAUFMAN, Robert R. (eds.). *The Politics of Economic Adjustment*. Princeton: Princeton University Press, 1992, pp. 139-181.

FISCHER, Frank y FORESTER, John. *Confronting Values in Policy Analysis*. Newbury Park: Sage, 1987.

GARRETÓN, Manuel Antonio. *Neoliberalismo corregido y progresismo limitado*. Los gobiernos de la Concertación en Chile, 1990-2010. Santiago de Chile: Editorial ARCIS-CLACSO-PROSPAL, 2012.

_____. Proyecto, trayectoria y fracaso en las dictaduras del Cono Sur. Un balance. In: CHRENSKY, Isidoro y CHONCHOL, Jacques, (comps.). *Crisis y transformación de os regímenes autoritarios*. Buenos Aires: Eudeba, 1985.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

HEREDIA, Mariana. El proceso como bisagra. Emergencia y consolidación del liberalismo tecnocrático: FIEL, FM y CEMA. In: PUCCIARELLI, Alfredo (ed.). *Empresarios, tecnócratas y militares*. La trama corporativa de la última dictadura. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004, pp. 313-382.

HIRSCHMAN, Albert O. *De la economía a la política y más allá*. México: FCE, 1985.

HUNEEUS, Carlos. *El régimen de Pinochet*. Santiago de Chile: Sudamericana, 2000.

KAHLER, Miles. Orthodoxy and its Alternatives: Explaining Approaches to Stabilization and Adjustment. In: NELSON, Joan (ed.). *Economic Crisis and Policy Choice*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

LECHNER, Norbert. Poder y orden. La estrategia de la minoría consistente. In: *La conflictiva y nunca acabada construcción del orden deseado*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1986.

LINZ, Juan. Una interpretación de los regímenes autoritarios. *Papers*. (Revista de Sociología de la Universidad Autónoma de Barcelona, nº 8, Barcelona, Ediciones Península, 1978.

MARKOFF, John y MONTECINOS, Verónica. El irresistible ascenso de los economistas. *Desarrollo Económico*, vol. 34, nº 133, abril-junio de 1994.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Anti-reformismo e a questão social no Brasil: o golpe de 1964. In: FREIXO, Adriano de y MUNTEAL FILHO, Oswaldo (orgs.). *A ditadura em debate: Estado e Sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, pp. 33-78.

MIROWSKI, Philip y PLEHWE, Dieter (Eds.) *The Road from Mont Pèlerin*. The Making of the Neoliberal Thought Collective. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.

MORRESI, Sergio Daniel. Las raíces del neoliberalismo (1930-1985). In: ROSSI, Miguel Ángel y LÓPEZ, Andrea (comps.). *Crisis y Metamorfosis del Estado Argentino: el paradigma neoliberal en los noventa*. Buenos Aires: Luxemburg, 2011, pp 47-69.

OFFE, Claus Offe. *Contradicciones en el Estado de Bienestar*. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

PLEHWE, Dieter. The Influence of Neoliberals in Chile before, during, and after Pinochet. In: MIROWSKI, Philip y PLEHWE, Dieter (eds.). *The Road from Mont Pèlerin*. The Making of the Neoliberal Thought Collective. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009, pp. 305-346.

PLEHWE, Dieter. Transnational discourse coalitions and monetary policy: Argentina and the limited powers of the “Washington Consensus”. *Critical Policy Studies*, vol. 5, nº 2, 2011, pp. 127-148.

POPPER, Karl. *A sociedade aberta e seus inimigos*. São Paulo: EDUSP, 1974.

RAMÍREZ, Hernán. *Corporaciones en el poder*. Institutos económicos y acción política en Brasil y Argentina. Buenos Aires: Lenguaje claro Editora, 2007.

ROIG, Alexandre. Discurso y moneda en la creación de la convertibilidad. *Papeles de Trabajo*, revista virtual del IDAES/ Universidad Nacional de San Martín, año 1, n° 1, 2007, pp. 1-25.

ROSTOW, Walt Whitman. *The stages of economic growth: An anti-communist manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SHOUP, Laurence y MINTER, William. *Imperial brain trust*, The Council on Foreign Relations and United States foreign policy: New York: Montly Review Press, 1977.

SIDICARO, Ricardo. Coaliciones golpistas y dictaduras militares: el "Proceso" en perspectiva comparada. In: PUCCIARELLI, Alfredo (coord.). *Empresarios, tecnócratas y militares*. La trama corporativa de la última dictadura. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004, pp. 53-96.

SIDICARO, Ricardo. El Régimen Autoritario de 1976: Refundación Frustrada y Contrarrevolución Exitosa. In: TCACH, César y QUIROGA, Hugo. *A Veinte Años del Golpe*. Con Memoria Democrática. Rosario: Homo Sapiens, 1996.

SIKKINK, Kathryn. Las capacidades y la autonomía del Estado en Brasil y la Argentina: un enfoque neoinstitucionalista. *Desarrollo Económico*, n° 128, Buenos Aires, 1993.

SILK, Leonard y SILK, Mark. *The American establishment*. New York: Basic Books, 1980.

SKLAR, Holly. *Trilateralism, the Trilateral Commission and elite planning for world management*. Boston: South End Press, 1980.

SMITH, James A. *The Idea Brokers*. Think Tanks and the Rise of the New Policy Elite. New York: The Free Press, 1991.

TOURAINÉ, Alain. *América Latina*. Política y sociedad. Madrid: Espasa-Calpe, 1989.

VALDÉS, Juan Gabriel. *Pinochet's Economists*. The Chicago School in Chile. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

WILLIAMSON, John. Una estrategia de desarrollo para América Latina en la década de 1990. In: IGLESIAS, Enrique (ed.). *El legado de Prebisch*. Washington DC: BID, 1993, pp. 175-185.

Sobre os autores e as autoras

Hernán Ramírez: Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

José Francisco Puello-Socarrás: Doutor em Ciência Política e Professor da Universidad Nacional de San Martín (UNSAM), Argentina.

Karin Fischer: Doutora em História pela University of Vienna (WU) e Professora da Johannes Kepler University at Linz (JKU), Áustria.

Dieter Plewhe: Doutor em Ciência Política pela Philipps University of Marburg e Pesquisador do Social Science Research Center Berlin (WZB), Alemanha.

Ary Minella: Doutor em Estudos Latino-americanos pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), México, e Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

María Paula de Büren: Doutoranda em Ciência Política pela Universidad Nacional de San Martín (UNSAM) e Professora da Universidad Nacional de Villa María (UNVM), Argentina.

Tor Opsvik: Doutor em História pela Universidad de Santiago de Chile (USACH), Chile.

Pedro Fonseca: Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

André Moreira Cunha: Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Julimar da Silva Bichara: Doutor em Economia e Professor da Universidad Autónoma de Madrid (UAM), Espanha.

Sergio Morresi: Doutor em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Universidade Nacional de General Sarmiento (UNGS), Argentina.

Ana María Milani: Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Alcides Goularti Filho: Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professor da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

María Celia Cotarelo: Doutora em Ciências Sociais pela Universidad de Buenos Aires (UBA) e Pesquisadora do Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina (PIMSA), Argentina.



Hernán Ramiro Ramírez é Licenciado e Bacharel em História e Mestre em Partidos Políticos pela Universidad Nacional de Córdoba e Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Realizou pós-doutorado na área de Ciência Política no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Atualmente atua como Professor Pesquisador da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, na área de História da América, no ensino de graduação e pós-graduação, assim como na coordenação do projeto de pesquisa intitulado “O neoliberalismo sul-americano em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Chile na segunda metade do século XX”. Foi professor regular da Universidade Estadual de Londrina, da Universidad Nacional de Córdoba e da Universidad Empresarial Siglo 21. Ministrou cursos de pós-graduação stricto sensu na Universidad Nacional de Córdoba, na Universidad Nacional de Rosario e na Universidade Estadual de Maringá.

Compreender o neoliberalismo é crucial para entender a dinâmica mundial da última metade do século passado e das primeiras décadas neste novo milênio. Panaceia para alguns, alvo predileto de outros, ainda está cercado de mitos que só poderão ser debelados numa dimensão ampla, que o entenda como um construto polimorfo, com centros potentes, mas que se propagou de modo difuso e que teve um poder de resiliência quase incomensurável, não tanto por sua face eidética, mas por constituir a síntese ideológica de uma intrincada rede de poder, que extrapolava as fronteiras nacionais, muitas vezes de forma pacífica, outras pela sua força disciplinadora. Na América Latina provocaria mudanças radicais, que, para bem ou mal, deixaram marcas indeléveis, processo que tratamos de desvendar nesta obra junto a um nutrido e qualificado grupo interdisciplinar e multinacional de colaboradores, tal como um objeto dessa natureza requer.

